



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – FCI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCInf

DIRETRIZES PARA UMA
TEORIA DA AUDITORIA DA INFORMAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

ISA' LICE DA MOTA RODRIGUES SALGADO

Orientador: Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Coorientador: Prof. Dr. Fernando William Cruz

BRASÍLIA/DF

Setembro/2023

ISA'LICE DA MOTA RODRIGUES SALGADO

**DIRETRIZES PARA UMA
TEORIA DA AUDITORIA DA INFORMAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Doutora.

Área de concentração: Gestão da Informação.

Linha de pesquisa: Organização da Informação.

Orientador: Prof. Renato Tarciso Barbosa de Sousa.

Coorientador: Prof. Dr. Fernando William Cruz.

BRASÍLIA

2023

SS164d Salgado, Isa
DIRETRIZES PARA UMA TEORIA DA AUDITORIA DA INFORMAÇÃO /
Isa Salgado; orientador Renato Tarciso Barbosa de Sousa ;
co-orientador Fernando William Cruz. -- Brasília, 2023.
328 p.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -- Universidade
de Brasília, 2023.

1. Auditoria . 2. Auditoria da Informação . 3. Confiança
. I. Tarciso Barbosa de Sousa , Renato , orient. II. William
Cruz, Fernando, co-orient. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

26/06/2023, 15:47

SEI/UnB - 10078973 - Ata de Defesa de Doutorado

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata Nº: 28

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, instalou-se a banca examinadora de Tese de Doutorado do(a) aluno(a) **Isa'Lice da Mota Rodrigues Salgado**, matrícula 19/0040599. A banca examinadora foi composta pelos professores **Dr. Rogério Henrique de Araújo Júnior**, membro titular interno, PPGCINF/UnB, **Dr. Edilson Ferneda**, membro externo, Universidade Católica de Brasília, **Dra. Andrea Vasconcelos Carvalho**, membro externo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e **Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa**, PPGCINF/UnB, orientador/presidente. A discente apresentou o trabalho intitulado "DIRETRIZES PARA UMA TEORIA DA AUDITORIA DA INFORMAÇÃO".

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição do(a) candidato(a), e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

Pela aprovação do trabalho;

Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;

Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de (Nº DE MESES) para nova versão;

Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa, PPGCINF/UnB
(PRESIDENTE)

Dr. Rogério Henrique de Araújo Júnior, PPGCINF/UnB
(MEMBRO TITULAR INTERNO)

Dr. Edilson Ferneda, Universidade Católica de Brasília
(MEMBRO EXTERNO)

Dra. Andrea Vasconcelos Carvalho, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(MEMBRO EXTERNO)

Dr. Luiz Lourenço de Mello Filho, Fundação Getúlio Vargas
(SUPLENTE)

Isa'Lice da Mota Rodrigues Salgado
(Doutorando)



Documento assinado eletronicamente por Renato Tarciso Barbosa de Sousa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação, em 04/09/2023, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=documento_informar_seu_banco_pigermemvov_eissuilar&id_documento=112376675&fu SISTEMA... 1/2

26/06/2023, 15:47

SEI/UnB - 10078973 - Ata de Defesa de Doutorado



Documento assinado eletronicamente por Edilson Ferneda, Usuário Externo, em 05/09/2023, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Rogério Henrique de Araújo Junior, Vice-Diretor(a) da Faculdade de Ciência da Informação, em 05/09/2023, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por ANDRÉA VASCONCELOS CARVALHO, Usuário Externo, em 06/09/2023, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Clovis Carvalho Brito, Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação, em 05/09/2023, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Isa'Lice da Mota Rodrigues Salgado, Usuário Externo, em 06/09/2023, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 10078973 e o código CRC 142E73F4.

DEDICATÓRIA

*A meus pais (in memoriam),
minha eterna gratidão.*

*Gratidão pelos cuidados, pelo amor e pelo permanente estímulo
à formação escolar, autonomia e liberdade.*

*A minha tia Jovem,
minha referência de mulher autônoma, generosa e amorosa.*

*Ao meu tio Oliveira,
que tem me ensinado tanto sobre respeito e gratidão.*

*Aos nossos ancestrais,
a quem devemos agradecer e honrar pela preservação de vida na Terra.*

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta tese e compartilhar o resultado de uma longa jornada de estudo, manifesto minha gratidão, inspirada nas palavras de Comte-Sponville:

a gratidão é alegria, repetamos, a gratidão é amor. ...Alegria somada à alegria: amor somado a amor. A gratidão é nisso o segredo da amizade, não pelo sentimento de uma dívida, pois nada se deve aos amigos, mas por superabundância de alegria comum, de alegria recíproca, de alegria partilhada. André Comte-Sponville (1995, p.152).

Muitas pessoas merecem meu apreço e imensa gratidão. Agradeço, primeiramente, aos meus filhos Marília, Vinícius e Felipe, a quem a simples existência ressignificou todos os meus esforços para me tornar uma pessoa melhor. Além disso, à Marília, minha gratidão pela formação das imagens. Ao Vinícius, minha gratidão pelas contribuições sobre Auditoria Governamental. Ao Felipe, minha gratidão pelo cuidado com minha saúde. Muito obrigada, amados! Agradeço também às minhas queridas noras, Amanda e Karla, que somam alegria e amor à nossa convivência familiar. Ao meu neto Mateus, que me enche de esperança na humanidade. À minha neta Heloísa, que está chegando para nos alegrar. A vocês, todo o meu amor!

Meu agradecimento especial, ao professor Renato Tarcísio Barbosa de Sousa, que aceitou me orientar e, com segurança e gentileza, contribuiu ao longo da pesquisa proposta nesta tese. Ao professor Fernando William Cruz, que acreditou na minha proposta, me incentivou, me orientou e me ajudou a superar vários obstáculos. Ao Professor Rogério Henrique de Araújo Júnior, que me deu a oportunidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCInf – UnB), colaborou para o desenvolvimento deste trabalho e trouxe grandes contribuições em relação à banca de qualificação. Também participante dessas bancas, merece meu respeitoso agradecimento a Professora Andréa Vasconcelos Carvalho, que tem uma rica produção sobre o tema e trouxe valiosas contribuições para o desenvolvimento desta tese. A todos os professores; sem vocês este trabalho não existiria!

Agradeço aos funcionários e aos professores da PPGCInf – UnB, que viabilizaram a minha permanência na pós-graduação e realização desta tese, desde o ingresso até a marcação do dia da defesa. Aproveito para agradecer ao apoio recebido da UnB para a realização do curso; e da Capes, pelo patrocínio de ferramentas e viagens.

Agradeço aos colegas de pós-graduação, em especial, a Virgínia e o Professor Santana, pela agradável convivência ao longo do curso. Muito obrigada, também, ao Professor Giuseppe Cocco e aos colegas do Seminário Permanente Ialgo, do Laboratório Território e Comunicação

do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LabTec/PPGCOM/UFRJ). É uma honra participar desse grupo.

Acrescento agradecimento à colaboração de muitos profissionais da Auditoria. Em especial, agradeço à Natalina, que me apresentou a Auditoria da Informação. Também sou grata aos colegas Afonso, Alexandre, Alfran, Valdir e Simone, pelos conselhos e contribuições. À valiosa colaboração dos auditores que, na condição de sigilo, participaram das entrevistas. E, sobretudo, às minhas colegas de Auditoria que se tornaram minhas grandes amigas: Eliane Leite (Lili), Lucy Medeiros, Myrthes Dantas, Neudacir Nunes (Nana), Regina Beloti, Regina Falconi, Sílvia Urias e Sônia Torres. Minhas queridas luluzinhas, vocês moram no meu coração.

Por fim, minha gratidão aos meus amigxs de longa data, a quem tive o prazer de escolher para guardar ao lado esquerdo do peito. Ter vocês comigo, ao longo dessa trajetória, é uma benção. Poder contar com a presença de vocês na minha vida é, com certeza, um privilégio. Obrigada Alley, meu amigo e grande incentivador. Obrigada Jacobson, Lauro, Giselle e Consuelo, amigos do coração. Obrigada Marilza, amiga querida, pela companhia nas leituras, nos bares e nos parques. Obrigada Cristininha, Telminha e Janice, minhas amigas irmãs, amigas para sempre. E, em nome dos presidentes Carlinhos e Juninha, agradeço meus amigxs da Agenda Cultural. A arte e a vida estão entrelaçadas em nossa amizade! Enfim, obrigada meus amigxs, pelo colo, pelo ombro, pela acolhida nos momentos mais difíceis e pelas celebrações nos melhores momentos. Vocês são meu esteio. Muito obrigada. Juntos, nossa amizade “conduz sua dança ao redor do mundo” (Epicuro *apud* Comte-Sponville, 1995, p.152).

Encerro com os dizeres de Comte-Sponville (1995, p. 152): “obrigada por existir, digo ao outro, e ao mundo e ao universo”.

Isa Salgado

Junho/ 2023

Os Estatutos do Homem
(Ato Institucional Permanente)

Fica decretado que agora vale a verdade,
que agora vale a vida,
e que, de mãos dadas,
trabalharemos todos pela vida verdadeira.
(...)

Fica decretado que o homem
não precisará nunca mais
duvidar do homem.

Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento confia no ar,
como o ar confia no campo azul do céu.
(...)

O homem confiará no homem
como um menino confia em outro menino.
(...)

Fica decretado que os homens
estão livres do jugo da mentira.

Nunca mais será preciso usar
a couraça do silêncio
nem a armadura de palavras.

O homem se sentará à mesa
com seu olhar limpo
porque a verdade passará a ser servida
antes da sobremesa.
(...)

Fica decretado que o dinheiro
não poderá nunca mais comprar
o sol das manhãs vindouras.

Expulso do grande baú do medo,
o dinheiro se transformará em uma espada fraternal
para defender o direito de cantar
e a festa do dia que chegou.

Thiago de Mello
Santiago do Chile, abril de 1964
Publicado no livro “Faz escuro, mas eu canto:
porque a manhã vai chegar” (1965).

RESUMO

Nos últimos 50 anos, o avanço tecnológico e a formação de grandes volumes de informação foram fatores de impacto transformador nas organizações. A Auditoria, atividade que visa oferecer confiança nas relações entre as partes interessadas de uma organização, também passou por mudanças. Destaca-se o surgimento da Auditoria da Informação, especialidade de auditoria ainda carente de uma teoria na qual os elementos operacionais possam se apoiar. O objetivo da tese é propor diretrizes para uma Teoria de Auditoria da Informação. O estudo considerou a importância de o auditor conhecer a instituição e o negócio em avaliação, por isso a investigação foi realizada a partir de dados de apenas um tipo de organização: as instituições financeiras. Discute-se o assunto a partir de três fontes de informação: literatura relacionada ao tema, percepções de profissionais que trabalham na Auditoria e conteúdo de relatórios de Auditoria publicados por firmas de Auditoria Independente. No referencial teórico utilizado destacam-se as publicações de Andréa Vasconcelos Carvalho (2019 e 2022) e Bruno José Machado de Almeida (2005 e 2018). A pesquisa é aplicada, com abordagens teórico-práticas, seguindo o método *Design Science Research* (DSR) e utilizou da técnica de coleta e da análise de dados quantitativos e qualitativos. Na trajetória da pesquisa, apresentam-se ideias e tendências da Auditoria. O resultado é uma lista de diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação, com sugestão de reconhecimento da relevância da Auditoria da Informação para a gestão estratégica das organizações e da necessidade dessa atividade ser independente da gestão.

Palavras-chave: Auditoria, Auditoria da Informação, confiança.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – perspectivas de observação: escopo da pesquisa	41
Figura 2– contexto e estrutura do sistema de governança corporativa.....	48
Figura 3 – marcos históricos no desenvolvimento do Cobit	52
Figura 4 – estrutura do campo de conhecimento da Auditoria	78
Figura 5 – Auditoria da Informação (documentos por país ou território)	96
Figura 6 – Auditoria da Informação – evolução do número de publicações.....	97
Figura 7– quadro conceitual (Gestão da Informação e conceitos correlatos).....	103
Figura 8 – modelo dos cinco estágios – proposto por Buchanan e Gibb	108
Figura 9 – modelo dos sete estágios – proposto por Susan Henczel	109
Figura 10 – abordagem CS – metáfora da ponte	123
Figura 11 – um modelo de busca de informações por profissionais.....	126
Figura 12 – ciclo de Auditoria	134
Figura 13 – características das instituições financeiras no Brasil	148
Figura 14 – principais atores econômicos: rede financeira internacional	154
Figura 15 – triângulo conceitual de Dahlberg	166
Figura 16 – triângulo semiótico de Ogden e Richard.....	168
Figura 17 – conceitualização, modelo, linguagem e especificação.....	169
Figura 18 – organização e representação da informação e do conhecimento.....	170
Figura 19 – diretrizes para condução das pesquisas que utilizam a DSR.....	174
Figura 20 – mapa dos elementos que caracterizam uma pesquisa em DSR.....	175
Figura 21 – etapa do plano baseado no DSR.....	176
Figura 22 – construção de Taxonomias Corporativas (mapa)	182
Figura 23 – quantidade de sede de instituições por estado.....	192
Figura 24 – localização das IFs selecionadas para amostra	199
Figura 25 – CGU (distribuição dos trabalhos realizados no país).....	209
Figura 26 – CGU (trabalhos em bancos – quantidade e percentual).....	210
Figura 27 – CGU (bancos – quantidade de atividades por ano).....	210
Figura 28 – auditor independente (quantidade de RA por instituição).....	215
Figura 29 – Auditoria Independente (distribuição dos trabalhos realizados)	215
Figura 30 – firmas de Auditoria Independente emissoras dos RAs.....	217
Figura 31 – auditores independentes que assinaram os RAs.....	217
Figura 32 – Auditoria Independente (quantidade de páginas dos RAs)	218

Figura 33 – imagem de um relatório em dois formatos.....	219
Figura 34 – relatório do auditor independente (mapa de palavras)	227
Figura 35 – objetos específicos de Instituições financeiras.....	239
Figura 36 – atuação por processos.....	245
Figura 37 – fontes de informação	246
Figura 38 – entidades emissoras de normas e padrões técnicos	247
Figura 39 – alcance do resultado dos trabalhos de Auditoria.....	256

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Coso (princípios do componente informação e comunicação).....	51
Quadro 2 – Cobit (versões publicadas a partir de 2012)	53
Quadro 3 – Cobit (a evolução do uso do termo informação)	54
Quadro 5 – instrumentos legais com previsão de responsabilização.....	57
Quadro 6 – comparação entre Auditoria e termos similares.....	63
Quadro 7 – Auditoria de Procedimentos e Auditoria de Processos	68
Quadro 8 – livros de Auditoria	83
Quadro 9 – periódicos relacionados à Auditoria	92
Quadro 10 – princípios de integridade	117
Quadro 11 – fatores que afetam a busca de informações	127
Quadro 12 – exemplos de documentos e seus poderes geradores	133
Quadro 13 – tipos de instituições financeiras autorizadas a atuar no Brasil	143
Quadro 14 – G-SIBs a partir de novembro de 2020.....	151
Quadro 15 – escândalos relativos ao Credit Suisse	158
Quadro 16 – recomendações de Basileia.....	161
Quadro 17 – instituições selecionadas para amostra	193
Quadro 18 – características das entidades da amostra.....	195
Quadro 19 – amostra (informações cadastrais)	197
Quadro 20 – empresas de Auditoria Independente.....	201
Quadro 21 – tipo e objeto de avaliação	206
Quadro 22 – unidade auditada (parâmetro de consulta, quantidade)	208
Quadro 23 – perfil dos entrevistados.....	233
Quadro 24 – causas atribuídas aos problemas identificados	241
Quadro 25 – objetos de diferentes tipos de AudInf	243
Quadro 26 – objetos de Auditoria.....	244
Quadro 27 – normas e padrões técnicos por entidade emissora	247
Quadro 28 – dificuldades de obtenção das informações necessárias	249
Quadro 29 – fatores que contribuíram para alcance de confiança.....	254
Quadro 30 – conceitos, objetivos específicos e variáveis de análise.....	258

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Auditoria da Informação (número de publicações).....	95
Tabela 2 – instituição financeira (busca GS).....	145
Tabela 3 – instituição financeira (quantidade de citações).....	145
Tabela 4 – conglomerados financeiros	191
Tabela 5 – quantidade de instituições por segmentos.....	191
Tabela 6 – porte das instituições financeiras	199
Tabela 7 – Bacen (penalidades aplicadas 2019, 2020 e 2021)	202
Tabela 8 – acórdãos selecionados na consulta.....	205
Tabela 9 – documentos selecionados para análise.....	211
Tabela 10 – amostra (total de relatórios das Auditoria Independente)	217
Tabela 11 – Auditoria Independente (quantidade de página dos RAs).....	219
Tabela 12 – Auditoria Independente (PAA – títulos mais citados).....	223

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Sigla	-	Descrição
ABNT	-	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACM	-	<i>Association for Computing Machinery</i>
AEG	-	<i>Audit Expectations Gap</i> (ou, na língua portuguesa do Brasil, lacunas de expectativas de Auditoria)
AICPA	-	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
AIG	-	<i>American International Group</i>
Anbima	-	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
ASB	-	<i>Auditing Standards Board</i>
Assi&T	-	<i>Association for Information Science & Technology</i>
AudInf	-	Auditoria da Informação
Bacen	-	Banco Central do Brasil
Basa	-	Banco da Amazônia S.A.
BCBS	-	<i>Basel Committee on Banking Supervision</i>
BDTD	-	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BIS	-	<i>Bank for International Settlements</i>
BMIS	-	<i>Business Model for Information Security</i>
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPMN	-	Business Process Model and Notation
BR Gaap	-	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
Brapci	-	Periódicos Brasileiros em Ciência da Informação
CAATT	-	<i>Computer Assisted Audit Tools and Techniques</i>
CAMEL	-	<i>Capital adequacy, Assets, Management capability, Earnings and Liquidity</i>
Capes	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP/CHS	-	Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais
CF	-	Constituição Federal
CFC	-	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	-	Controladoria-Geral da União
CI	-	Ciência da Informação
Cidoc - CRM	-	Comitê Internacional de Documentação – Modelo de Conceitual de Referência
CMMI	-	<i>Capability Maturity Model Integration</i>
CMN	-	Conselho Monetário Nacional
COA	-	<i>Continuous Auditing</i> (ou, na língua portuguesa do Brasil, Auditoria Contínua)
Coaf	-	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
Cobit	-	<i>Control Objectives for Information and Related Technology</i>
Cosif	-	Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil
Coso	-	<i>Organizations of the Treadway Commission</i>
CRG	-	<i>Classification Research Group</i>

CRM	-	<i>Conceptual Reference Model</i> (em Língua Portuguesa do Brasil, Modelo de Conceitual de Referência)
CS	-	Construção de sentidos (abordagem denominada em Língua Inglesa por <i>sense-making</i>)
CVM	-	Comissão de Valores Mobiliários
D-SIB	-	<i>Domestic Systemically Important Bank</i> (em Língua Portuguesa do Brasil, Bancos Domésticos Sistemicamente Importantes)
DSR	-	<i>Design Science Research</i>
EAP	-	Empresa de Administração e Participação
Enancib	-	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENGEA	-	Empresa Gestora de Ativos
ERM	-	<i>Enterprise Risk Management</i> , em Língua Portuguesa do Brasil, Gerenciamento de Riscos Empresariais (GRE)
ESG	-	<i>Environmental, social and Governance</i> (em Língua Portuguesa do Brasil, Ambiental, Social e Governança)
EUA	-	Estados Unidos da América
FCO	-	Fundo de Financiamento do Centro-Oeste
FCVS	-	Fundo de Compensação das Variações Salariais
Febraban	-	Federação Brasileira de Bancos
FED	-	<i>Federal Reserve Bank</i>
FGTS	-	Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço
FMI	-	Fundo Monetário Internacional (em Língua Inglesa, <i>International Monetary Fund</i>)
FNE	-	Fundo de Financiamento do Nordeste
FNO	-	Fundo de Financiamento do Norte
FRBR	-	<i>Functional requirements for bibliographic records</i> (na língua portuguesa do Brasil, Requisitos funcionais para registros bibliográficos)
FSB	-	<i>Financial Stability Board</i> (em Língua Portuguesa do Brasil, Comitê de Estabilidade Financeira)
FSTI	-	<i>Federal Swiss Technology Institute</i>
G10	-	Grupo de 12 países: Alemanha, Bélgica, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça
Gafa	-	Google, Amazon, Facebook e Amazon
Gafam	-	Google, Amazon, Facebook, Amazon e Microsoft
GC	-	Governança Corporativa
GRE	-	Gerenciamento de Riscos Empresariais, em Língua Inglesa <i>Enterprise Risk Management</i> (ERM)
GS	-	<i>Google Scholar</i>
G-SIB	-	<i>Global Systemically Important Bank</i> (em Língua Portuguesa do Brasil, Bancos Globais Sistemicamente Importantes)
I&T	-	Informação e tecnologia (em Língua Inglesa <i>Information and technology</i>)
IA	-	Inteligência Artificial (em Língua Inglesa: <i>artificial intelligence</i>)
IAASB	-	International Auditing and Assurance Standards Board

IBGC	-	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
Ibict	-	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Ibracon	-	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IDI	-	<i>Intosai Development Initiative</i>
IEC	-	<i>International Electrotechnical Commission</i> (em Língua Portuguesa do Brasil, Comissão Eletrotécnica Internacional)
IEEE	-	Institute of Electrical and Electronics Engineers (na língua portuguesa do Brasil, Instituto dos Engenheiros Elétricos e Eletrônicos)
IF	-	Instituição financeira
IFAC	-	<i>International Federation of Accountants</i>
IFIPTM	-	<i>International Federation for Information Processing Trust Management</i>
IFPP	-	<i>Intosai Framework of Professional Pronouncements</i>
IFRS	-	<i>Internacional Financial Reporting Standards</i>
IIA	-	<i>Institute of Internal Auditors</i>
Intosai	-	Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (em Língua Inglesa, <i>International Organization of Supreme Audit Institutions</i>)
IP		Instituições de Pagamento IP
IPPF	-	<i>International Professional Practices Framework</i>
ISA	-	<i>International Standards on Auditing</i>
Isaca	-	<i>Information Systems Audit and Control Association</i>
ISO	-	<i>International Organization for Standardization</i>
Issai	-	<i>International Standards of Supreme Audit Institutions</i> (em Língua Portuguesa do Brasil, Normas Internacionais de Auditoria das Entidades de Fiscalização Superior)
ISTC	-	<i>Istituto di Scienze e Tecnologie della Cognizione</i> (em Língua Inglesa, <i>Institute for Cognitive Sciences and Technologies</i>)
Itaf	-	<i>Information Technology Assurance Framework</i>
ITGC	-	<i>Information Technology Governance Institute</i>
ITIL	-	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
Lista	-	<i>Library, information science & technology abstracts with full text</i>
NBR	-	Norma Brasileira
NIST	-	<i>National Institute of Standards and Technology</i>
OASIS	-	<i>Open Access and Scholarly Information System</i>
OC	-	Organização do conhecimento
OCDE	-	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (o mesmo que OECD, na sigla em língua inglesa)
OECD	-	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i> (Na língua portuguesa do Brasil, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE)
OI	-	Organização da informação
ONG	-	Organização não governamental
Oscip	-	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PA	-	Parecer de Auditoria
PAA	-	Principais assuntos de Auditoria
PDF	-	<i>Portable Document Format</i>
PGFN	-	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PMBOK	-	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
Prince2	-	<i>Projects in controlled environments</i>
PWC	-	<i>PriceWaterhouseCoopers</i>
RA	-	Relatório de Auditoria
RC	-	Representação do conhecimento
RFB	-	Receita Federal do Brasil
RI	-	Representação da informação
RIDI	-	Repositório Institucional Digital do IBICT
RINV	-	Relação com investidor
<i>RTF</i>	-	<i>Rich Text Format</i>
SciELO	-	Biblioteca Eletrônica Científica Online (em Língua Inglesa <i>Scientific Electronic Library Online</i>)
SFI	-	Sistema Financeiro Internacional
SFN	-	Sistema Financeiro Nacional
SGSI	-	Sistema de Gestão de Segurança da Informação
SIB	-	<i>Systemically important banks</i> (na língua portuguesa do Brasil, bancos sistemicamente importantes)
SOC	-	Sistema de Organização do Conhecimento
Sox	-	Lei Sarbanes-Oxley
SPB	-	Sistema de Pagamentos Brasileiro
STN	-	Secretaria do Tesouro Nacional
TC	-	Teoria do Conceito
TCE	-	Tribunal de Contas do Estado
TCF	-	Teoria Classificação Facetada
TCM	-	Tribunal de Contas do Município
TCU	-	Tribunal de Contas da União
TI	-	Tecnologia da informação
Togaf	-	<i>The Open Group Architecture Framework</i>
WGITA	-	<i>Working Group on IT Audit</i>
WoS	-	<i>Web of Science</i>
WWW	-	<i>World Wide Web</i>

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	27
1.1	JUSTIFICATIVAS	34
1.2	OS LIMITES DO ESCOPO E A QUESTÃO DE PESQUISA.....	41
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA	44
1.4	ESTRUTURA DA TESE	45
2.	AUDITORIA E AUDITORIA DA INFORMAÇÃO.....	46
2.1	ASPECTOS CONTEXTUAIS, MODELOS, PADRÕES E INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS.....	46
2.1.1	Aspectos contextuais	47
2.1.2	Sobre modelos, normas e padrões técnicos	49
2.1.3	Aspectos legais e regulatórios	56
2.2	AUDITORIA	59
2.2.1	Definições de Auditoria.....	60
2.2.2	Especialização e áreas da Auditoria.....	65
2.2.3	Modalidades de Auditoria.....	69
2.2.4	Metodologias de Auditoria	73
2.2.5	Referenciais teóricos para a Auditoria.....	77
2.2.6	Padrões e normas técnicas para a Auditoria	85
2.2.7	Ferramentas para a Auditoria.....	92
2.3	AUDITORIA DA INFORMAÇÃO	94
2.3.1	Definições de Auditoria da Informação.....	95
2.3.2	Auditoria da Informação <i>versus</i> Gestão da Informação	103
2.3.3	Ativos informacionais.....	106
2.3.4	Outras publicações sobre a Auditoria da Informação.....	107
2.4	A CONFIANÇA, PÓS-VERDADE E AUDITORIA.....	114
2.4.1	Confiança e pós-verdade.....	115
2.4.2	Confiança no mundo corporativo	116
2.4.3	Confiança e transformação digital	118
2.4.4	Confiança e Auditoria.....	120
2.5	NECESSIDADES INFORMACIONAIS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA AUDITORIA	121
2.5.1	Comportamento e necessidade informacional	121
2.5.2	Abordagem Construção de Sentidos.....	122
2.5.3	Relevância.....	124

2.5.4	Busca de informação por profissionais.....	125
2.5.5	Necessidades de informações dos profissionais da Auditoria	129
2.6	AUDITORIA E GESTÃO DE DOCUMENTOS.....	130
2.6.1	Documentos	130
2.6.2	Atos documentais.....	132
2.6.3	Gestão de documentos e Auditoria	134
2.7	AUDITORIA E ARQUIVOS DIGITAIS.....	137
2.8	COMENTÁRIOS SOBRE A SEÇÃO.....	138
3.	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	141
3.1	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO BRASIL.....	141
3.1.1	Instituições financeiras no marco legal do SFN	142
3.1.2	Instituições financeiras na literatura científica brasileira	144
3.1.3	Instituições financeiras na CNAE.....	146
3.1.4	Características das instituições financeiras no Brasil	147
3.1.5	Bancos comunitários no Brasil	149
3.2	PORTE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	150
3.3	FORMAÇÃO DE CONGLOMERADOS FINANCEIROS E PRUDENCIAIS.....	152
3.3.1	Processo de financeirização da economia mundial.....	152
3.3.2	Formação de conglomerados financeiros e prudenciais	155
3.3.3	Escândalos financeiros recentes	156
3.3.4	Instrumentos internacionais de regulação do sistema financeiro	160
3.4	COMENTÁRIOS SOBRE A SEÇÃO.....	162
4.	TEORIA E INSTRUMENTOS DE SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	163
4.1	FORMAÇÃO DE UMA TEORIA	163
4.2	TEORIA DO CONCEITO.....	165
4.3	MODELAGEM CONCEITUAL.....	167
4.4	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	170
4.5	COMENTÁRIOS SOBRE A SEÇÃO.....	172
5.	ASPECTOS METODOLÓGICOS	173
5.1	DESIGN SCIENCE RESEARCH.....	174
5.2	REVISÕES DE LITERATURA.....	177
5.3	COLETA E ANÁLISE DE DADOS	178
5.3.1	Pesquisa documental.....	179
5.3.2	Observação direta	183

5.3.3	Entrevistas.....	183
5.4	COMENTÁRIOS SOBRE A METODOLOGIA ADOTADA	187
6.	COLETA, ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS	189
6.1	PESQUISA DOCUMENTAL	189
6.1.1	Comentários sobre a aplicação do roteiro de análise documental	189
6.1.2	Coleta de documentos.....	190
6.1.3	Seleção da amostra	192
6.1.4	Análise de dados	201
6.1.5	Supervisão bancária – Banco Central	202
6.1.6	Auditoria governamental – TCU	204
6.1.7	Sistema de Controle Interno – CGU.....	208
6.1.8	Auditoria Independente	214
6.2	OBSERVAÇÃO DIRETA REALIZADA.....	228
6.3	ENTREVISTAS	231
6.3.1	Comentários sobre a aplicação do roteiro de entrevista	232
6.3.2	Identificação dos entrevistados.....	233
6.3.3	Experiência dos entrevistados em trabalhos de Auditoria da Informação.....	234
6.3.4	Aspectos relacionados à Auditoria em IFs	239
6.3.5	Aspectos relacionados às necessidades informacionais.....	245
6.3.6	Experiências relacionadas à confiança	251
6.4	DESIGN DO ARTEFATO – RESULTADOS	256
6.4.1	Resultados: Auditoria e AudInf.....	257
6.4.2	Resultados: instituições financeiras	260
6.4.3	Resultados: necessidades informacionais	262
6.4.4	Resultados: confiança	264
6.4.5	Diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação	268
6.5	DESIGN DO ARTEFATO – AVALIAÇÕES DO DESIGN	272
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	274
7.1	CONTRIBUIÇÕES	278
7.2	PESQUISAS FUTURAS.....	279
	REFERÊNCIAS	280
	APÊNDICES.....	309
	ANEXOS	321

1. INTRODUÇÃO

Em 1935, Bertold Brecht publicou um panfleto com o título *Guia prático de primeiros socorros*, reedição de um documento já publicado em 1934. Segundo o autor fala, nessa obra, havia um consenso, à época, quanto ao dever de escrever a verdade¹, o dever de não a suprimir ou a silenciar e o dever de não escrever inverdades (BRECHT, 2021, p. 111). Sobre a missão do poeta, o autor escreveu:

hoje, quem optar por combater a mentira e o desconhecimento para escrever a verdade tem de superar ao menos cinco dificuldades. Precisa ter: a coragem de escrever a verdade, apesar de ela ter sido reprimida em toda parte; a inteligência de reconhecê-la, apesar de ter sido camuflada; a arte de manejá-la como uma arma; o julgamento para escolher aqueles em cujas mãos ela será eficiente; a astúcia de disseminá-la entre eles. Estas dificuldades são enormes obstáculos para os escritores submetidos ao fascismo, mas se colocam igualmente para aqueles que foram perseguidos ou fugiram (BRECHT, 2021, p. 111).

Brecht publicou esse panfleto de forma clandestina², no início do governo de Adolf Hitler, na Alemanha, poucos anos antes do início da Segunda Guerra Mundial (1939 -1945). Na mesma época, aliás, também no ano de 1934, na Bélgica, publicou-se o “Tratado de Documentação: livro dos livros” de autoria de Paul Otlet (2018)³, que expõe numerosos elementos e o estudo do conceito de uma nova ciência, a Ciência da Documentação. Além disso, na década de 1930, aconteceu também expressivo crescimento de publicações no campo da biblioteconomia. Nessa época, o indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan tornou-se uma das mais influentes personalidades nessa área com a edição, em 1933, da *Colon Classification*.

As publicações de Otlet e Ranganathan são marcos históricos para a formação da Ciência da Informação (CI) (ALVARES e ARAÚJO JÚNIOR, 2010, p. 198). Mas são principalmente as obras de Brecht e Otlet que incorporam ideias significativas para a elaboração da presente tese. Isso porque incorporam ideias centrais para o exercício da Auditoria. Por exemplo, a missão que Brecht atribui ao poeta pode ser correlacionada ao objetivo da Auditoria: oferecer confiança. As contribuições de Otlet no desenvolvimento da CI e da organização do

¹ Segundo Abbagnano (2000, p. 994) o vocábulo “verdade” é derivado do termo latino “*veritas*” e tem sentido relacionado a validade ou eficácia dos procedimentos cognoscitivos. Ainda de acordo com o autor, o termo permite distinguir cinco conceitos fundamentais: (1) como correspondência; (2) como revelação; (3) como conformidade a uma regra; (4) como coerência; e (5) como utilidade. Para a finalidade do presente documento, o sentido geral é considerado suficiente, uma vez que a discussão sobre os conceitos envolvidos extrapola o objetivo dessa pesquisa.

² Adolf Hitler venceu as eleições para a presidência da Alemanha em 1933. À época, muitos cientistas, intelectuais, filósofos e artistas foram obrigados a emigrar para outros países. Um deles foi o poeta Bertolt Brecht (1898-1956).

³ Edição original: Otlet, Paul (1868–1944). *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Editions Mundaneum; Palais Mondial; Imp. Van Keerberghen & fils, 1934. 431 p. (OTLET, 2018).

conhecimento, por sua vez, tem reflexo no estudo de importante instrumento de trabalho do auditor: o documento. Ressalta-se que esses autores tiveram suas obras fortemente impactadas pelos tempos sombrios da Segunda Grande Guerra (1939 – 1945). Brecht viveu em exílio e Otlet viu seu trabalho parcialmente destruído, em particular o *Mundaneum*⁴, que fundou em parceria com Henri La Fontaine. Esses autores não vivenciaram as transformações da sociedade no pós-guerra, mas, por certo, a influenciaram.

Nesse período pós-guerra teve início um expressivo aumento do volume informacional em todos os setores econômicos. A publicação do artigo “*As we may think*”⁵, de Vannevar Bush, em 1945 (BUSH, 1945) representa um símbolo dessa realidade. Também se destacam os estudos que estabeleceram a Cibernética, a Teoria de Sistemas, a Teoria da Informação, o desenvolvimento dos computadores e a Inteligência Artificial (IA). Muito além, influenciaram a formação da CI e de suas aplicações à biblioteconomia, documentação, arquivologia e museologia (ROBREDO, 2005). Por outro lado, a economia global experienciou, então, o início de um ciclo de mudanças e expansão das empresas, o que resultou na formação de grandes organizações.

Logo, durante esse ciclo, formou-se a base para o desenvolvimento de um conjunto de instrumentos que constituem o atual e complexo Sistema Financeiro Internacional (SFI), formado pela articulação dos diversos sistemas financeiros⁶ nacionais (CARVALHO e BRANDI, 2019). Nesse período se desenvolveram, por exemplo, a bolsa de valores, os fundos de previdência, os bancos centrais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Ao longo das décadas seguintes, e, até hoje, esse processo de expansão tem sido ininterrupto (DOWBOR, 2017)⁷.

Na década de 1970, o ciclo de expansão da economia foi acelerado pela incorporação de empresas em dezenas de países e em centenas de setores da atividade econômica. Aconteceram progressos significativos no domínio da Tecnologia da Informação (TI) e na automação de

⁴ O *Mundaneum*, inaugurado em 1919, foi sonhado e fundado com Otlet e La Fontaine. A construção incorporou a ideia de criação de uma enciclopédia mundial; em outras palavras, um ponto central para a reunião e organização de informações de todo o mundo (ROBREDO, 2005, p. 236).

⁵ Na língua portuguesa do Brasil, o título seria “Como podemos pensar”.

⁶ O termo “sistema” pode ser entendido como um conjunto de elementos, concretos ou abstratos, que se interligam de forma organizada (7GRAUS, 2021). Em específico, um sistema financeiro, inclui autoridades reguladoras e instituições operadoras com atuação em vários mercados, a exemplo de mercado financeiro, mercado de capital, mercado de seguro e sistemas de previdência complementar (KINDLEBERGER, 1984). Neste estudo a expressão “sistema financeiro” é utilizada para designar o conjunto de atividades atribuído às IFs e às demais instituições autorizadas a funcionar pelo órgão supervisor do país onde funciona.

⁷ Nesse período, iniciou-se o fenômeno chamado de financeirização da economia. Lévil e Duménil (2014) reportam que a expansão ocorreu em relação a bancos e seguradoras. Segundo esses autores, essas instituições, até então, permaneciam funcionando como no século XIX.

processos de informação. A recuperação de informação e a busca por mecanismos mais eficientes para acessar e recuperar informações constituíram temas importantes nesse período. Muitos investimentos nos projetos de rede da *Advanced Research Project Agency* (ARPA), em Língua Portuguesa do Brasil: Agência de Projetos de Pesquisa Avançados. A ARPA foi o órgão do departamento de defesa dos Estados Unidos da América (EUA) que levou ao advento da ARPANET, precursora da Internet (ROBREDO, 2005, pp. 242 e 243). Essa iniciativa proporcionou um ambiente para a troca de informações e colaboração em escala global, que também influenciou o estabelecimento da CI.

Em consequência da expansão e da transformação das organizações, houve aumento da complexidade do mundo corporativo, o que levou ao distanciamento dos proprietários das atividades de gestão. Tal fenômeno, também, pode ser associado às dificuldades e aos problemas administrativos, muitos deles decorrentes de vínculos entre sedes de matriz e filiais das empresas localizadas nas mais variadas culturas, indústrias e sistemas normativos. Nesse cenário, também foi crescente a demanda pela adoção de acompanhamento e de controle para minimizar falhas e evitar possíveis riscos à imagem institucional diante dos acionistas, dos clientes e do mercado em geral. Nesse sentido, houve um incremento na quantidade de instrumentos para auxiliar a tomada de decisões e o controle das organizações. Tais meios se tornaram necessários, inclusive, para evitar potenciais conflitos de interesses.

Nessa conjuntura, com a entrada e saída crescente em relação ao volume de informação das organizações, identificou-se a necessidade de criação de mecanismos de controle do fluxo informacional. Davenport (1998) defendeu a ideia de que a informação é um recurso organizacional que merece e precisa ser administrado. Nessa época, Davenport (1998, p. 173) define “Gestão da Informação” como “um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento”.

A partir da década de 1990, por conseguinte, em contrapartida à crescente complexidade e à gradativa necessidade de controle das grandes organizações, cresceu o número de iniciativas para promover a reaproximação entre a propriedade e a gestão, entre as quais a criação e a preservação de instâncias de decisão dos mais elevados níveis. Constituiu-se um novo tipo de Alta Administração, a Governança Corporativa (GC). Embora existam diferentes abordagens de GC, de uma forma geral, seu estudo envolve um conjunto de práticas e soluções para a

conciliação das diferentes partes interessadas⁸ (IBGC, 2015). A GC abrange também medidas a respeito do controle interno, a exemplo do modelo conceitual conhecido internacionalmente como “Coso”, elaborado e mantido pela Organizations of the Treadway Commission (Coso) (COSO, 2013).

Aos esforços de GC e de controle interno, incorporou-se a Auditoria, disciplina associada ao surgimento da Contabilidade⁹, por volta de 4.500 a.C. A propósito, essa associação revelou-se em indícios de funções de controle obtidas em provas arqueológicas de atividades semelhantes a inspeções e conferências de registros realizadas entre uma família real e o templo sacerdotal sumeriano (SÁ, 1998). E, assim como a GC, a Auditoria possui diferentes abordagens. Uma delas parte da definição¹⁰ apresentada por Boynton, Johnson e Kell (2002), autores da literatura sobre a Auditoria Contábil. Segundo eles, Auditoria é:

um processo sistemático de obtenção e avaliação objetivas de evidências sobre afirmações a respeito de ações e eventos econômicos, para aquilatação do grau de correspondência entre as afirmações e critérios estabelecidos, e de comunicação dos resultados a usuários interessados (BOYNTON, JOHNSON e KELL, 2002, p. 34).

Essa definição incorpora características da tradicional Auditoria Independente, atividade responsável pela verificação periódica dos demonstrativos financeiros das empresas. Historicamente, essa atividade surgiu com o *Railway Companies Consolidations Act*, promulgado em meados do século XIX, no curso da Revolução Industrial. A partir daí, a Auditoria Independente passou a ser, na maioria dos países, uma exigência legal para grandes organizações privadas ou públicas. E, posteriormente, com o *crash* do mercado acionário de 1929, também passou a ser mandatária a Auditoria anual de organizações que tivessem suas ações cotadas em bolsa (BOYNTON, JOHNSON e KELL, 2002).

Após 1929, com a ascensão das atividades de Auditoria Independente, as organizações precisavam designar empregados do quadro próprio que pudessem auxiliar os auditores externos. Então, os empregados indicados, com o decorrer do tempo, aprenderam e dominaram as técnicas de Auditoria. Assim, utilizaram tal conhecimento para os trabalhos solicitados pela

⁸ Partes interessadas é o termo que refere-se a “Qualquer pessoa, entidade ou sistema que afeta ou é afetado pelas atividades de uma organização” (IBGC, 2015, p. 13). O termo *stakeholders*, em língua inglesa, também é utilizado para fazer referência a essa definição.

⁹ Contabilidade é “uma ciência social aplicada que possui como objeto próprio de estudo o Patrimônio das entidades, tendo como um dos seus macros objetivos a divulgação financeira compreensível aos usuários para tomada de decisões” (BARROSO, 2018, p. 13).

¹⁰ É preciso observar que a definição de um termo “é, na verdade, uma limitação, isto é, a fixação de limites de um conceito ou ideia”. Em outras palavras, uma definição é uma “delimitação ou fixação do conteúdo de um conceito”. Considera-se que o conteúdo constitui um conjunto de características ou atributos do conceito (SOUSA, 2006, p. 132).

própria administração da empresa. Surgiu, então, a chamada Auditoria Interna como atividade destinada à avaliação do funcionamento interno de uma organização (MARTINELLE AUDITORES, 2002). Por isso, às vezes é associada ao “olho do dono” e entendida como instrumento de melhoria contínua do ambiente de negócios. Esse tipo de Auditoria pode acontecer em qualquer empresa ou instituição¹¹, privada ou pública, mas, apenas em alguns casos, é obrigatória. Por exemplo, por determinação do Banco Central do Brasil (Bacen), no Brasil, é obrigatória a realização desse tipo de Auditoria em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen (2017a).

Acompanhando o crescimento da complexidade das empresas, o aumento das dificuldades de controle e o surgimento da Auditoria Interna, as atividades de Auditoria passaram a alcançar várias operações e os mais diferentes processos das organizações. Além disso, as definições de Auditoria, também, têm sofrido alterações decorrentes da diversidade de operações e da ampliação de seu espaço de atuação. Atualmente, de acordo com o *Institute of Internal Auditors* (IIA), a Auditoria é uma atividade de avaliação objetiva, ou asseguração (em Língua Inglesa, *assurance*) de uma entidade, operação, função, processo, sistema ou outros objetos (IIA, 2021). Com essa finalidade, à Auditoria compete, por meio de relatórios e pareceres, em relação ao encerramento de cada trabalho¹², a emissão de opiniões ou conclusões a respeito de objetos avaliados.

Ademais, para o exercício profissional, os auditores passaram a recorrer aos fundamentos de várias áreas do conhecimento, muito além daqueles fundamentados na Teoria da Contabilidade¹³. Desenvolveram-se técnicas de Auditoria com base em conhecimentos extraídos, dentre outras áreas, da Administração, da Economia, da Ciências da Saúde e da CI. E, ainda, dependendo do objeto avaliado, as atividades de Auditoria passaram a receber denominação específica, como: Auditoria de Qualidade (MILLS, 1994), Financeira (SIERRA e ORTA, 1996), Ambiental (LA ROVERE, 2001), de Processos (DIAS, 2006), de Sistemas de Informação

¹¹ O termo instituição tem sido utilizado em vários sentidos. Segundo Murguia (2010, p. 137), instituição não significa unicamente o que é instituído pela lei ou pela tradição. O autor afirma que uma instituição também é um lugar onde a ordem ou a tradição são atualizadas pelos seus agentes, com suas práticas e suas representações. Ele ressalta que o termo está em contínuas associações e montagens, resultando em espaço coletivo. É nessa perspectiva que o termo é utilizado nesta tese.

¹² No contexto da Auditoria, o termo “trabalho” é usualmente utilizado para fazer referência ao conjunto de atividades realizadas para a avaliação de um objeto determinado em um ciclo de exame composto por planejamento, execução e comunicação dos resultados. E o termo “papéis de trabalho” é a denominação dada ao conjunto de documentos e de anotações dos auditores executores de cada trabalho. Esses termos são utilizados, por exemplo, por Boynton, Johnson e Kell (2002). Na seção 2.6.3, apresentam-se os papéis de trabalho.

¹³ De acordo com Barroso (2018) no ano 1894 teve um marco para surgimento da Teoria da Contabilidade. Nesse ano o Federal Interstate Commerce Commission, organismo regulador americano, tomou uma iniciativa para a uniformização da classificação das contas contábeis. O autor afirma que as abordagens teóricas da Contabilidade vêm sendo aprimorada desde então.

(IMONIANA, 2008), de TI (BRAZ, 2017), Auditoria da Informação¹⁴ (AudInf)¹⁵ (PESTANA, 2014) e Auditoria do Conhecimento (CARVALHO, 2019). A Auditoria, portanto, também é um campo de estudo influenciado pelas transformações da sociedade humana decorrentes da explosão informacional ocorrida ao longo dos últimos 50 anos¹⁶.

Os reflexos das questões relativas ao crescente volume informacional no ambiente organizacional e na Auditoria são centrais no objeto desta pesquisa. A propósito, nesta tese importa em particular a AudInf, especialidade que, ao longo das últimas décadas, tornou-se objeto de estudo de uma série de autores, incluindo: Cornelius Franklin Burk e Forest Woody Horton (BURK e HORTON, 1988), Steven Buchanan e Forbes Gibb (BUCHANAN e GIBB, 1998, 2007, 2008a, 2008b), Elizabeth Orna (ORNA, 1990, 1999, 2004), Gloria Ponjuán Dante (PONJUÁN DANTE, 2008), Olívia Manuela Marques Pestana (PESTANA, 2014) e Andréa Vasconcelos Carvalho (2019, 2022). Sobre o assunto, a princípio, importa destacar que embora o tema possa ser abordado sob diferentes perspectivas, seu estudo, de uma forma geral inclui referências ao uso, aos recursos e aos fluxos da informação, além de menções às necessidades de informação ao comportamento das pessoas envolvidas em todo o ciclo informacional.

Em suma, ao longo das últimas décadas, a Auditoria, em sentido geral, ocupou um espaço mais amplo e proeminente. Isso parece estar refletido na progressiva produção de padrões internacionais e de normas técnicas relacionadas à atividade. Destaca-se que entidades reconhecidas em diferentes mercados e órgãos de controle e de fiscalização¹⁷ são responsáveis por essas padronizações, entre os quais: *IIA, International Federation of Accountants (IFAC)*, *Information Systems Audit and Control Association (Isaca)* e *International Organization of Supreme Audit Institutions (Intosai)*. No Brasil, em particular, a atividade de Auditoria Independente deve observar instruções contidas em normativos, regulamentos e leis do país, além das

¹⁴ Nesta pesquisa, a expressão “Auditoria da Informação” foi adotada seguindo o uso já consolidado da expressão “Gestão da Informação”, adotada em Língua Portuguesa do Brasil.

¹⁵ A sigla AudInf foi utilizada para referências à expressão “Auditoria da Informação”, exceto em títulos, em menções à Teoria da Auditoria da Informação” e em citações.

¹⁶ É preciso registrar que, nesta pesquisa, há um destaque a fatos dos últimos 50 anos, período em que ocorre uma profunda transformação informacional. Mas há registro de uma longa história sobre a informação na humanidade em Gleick (2013). O autor apresenta o tema relativo à comunicação por tambores na África, por exemplo, à criação dos alfabetos e dos dicionários, a invenções do telégrafo, ao telefone e dos computadores, e menciona, inclusive, estudos recentes sobre informações genéticas e a formação da Wikipedia (2019). Ele, também, revela que o início do século XXI teve como marca o contínuo crescimento de produção e divulgação de informações e uso das redes sociais como verdadeiros templos de compartilhamento de informação (GLEICK, 2013).

¹⁷ Neste estudo, a expressão “órgãos de controle e de fiscalização” é utilizada em referência às instituições públicas brasileiras e suas similares no exterior, que atuam como controladoras externas das atividades de instituições, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno, da CGU, do TCU e dos tribunais de contas dos estados e municípios.

normas traduzidas e publicadas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), e adotadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)¹⁸.

Nesse ínterim, independentemente do tipo de Auditoria, espera-se da atividade emissão de opinião fundamentada e livre de dúvidas sobre a veracidade das informações publicadas. Seu trabalho se relaciona, diretamente, à confiabilidade de informações fornecidas a alguém, a um grupo de pessoas ou, ainda, a uma população. Nesse sentido, trabalhos de Auditoria, de uma forma geral, visam oferecer confiança às partes interessadas de uma organização.

Ante o exposto, importa ressaltar que o exercício de Auditoria por sua natureza, envolve o manuseio de informações sensíveis e sigilosas, inclusive segredos de negócios. Sobre isso, é interessante observar, por exemplo, o disposto no Art. 55. da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 1992), que vincula o tratamento sigiloso do objeto e da autoria de denúncias ao resguardo dos direitos e garantias individuais e à segurança da sociedade e do Estado. Esse dispositivo, também, reserva sanção administrativa, cível ou penal a casos de comprovada má-fé.

Assim, o risco do exercício profissional também tem aumentado, visto que, cada dia mais, os profissionais da área enfrentam rotineiramente, no cotidiano dos trabalhos, situações de desconfiança, probabilidade de erros, irregularidades e descumprimento de princípios, normas legais e regulamentações aplicáveis. Também convivem com deficiências no controle interno, imprudência e imperícia, entre outras situações de risco (TCU, 2020a).

De outra parte, a Auditoria enfrenta desconfianças decorrentes de registros de casos de descumprimentos da obrigação de expressar a verdade por parte de profissionais e firmas de Auditoria, como ocorreu nos pareceres não qualificados sobre as demonstrações financeiras do Lehman Brothers (SIKKA, 2009) e do Grupo Americanas (RODRIGUES, 2023), dois casos amplamente difundidos pelas mídias. Nesses casos, assim como os escritores mencionados por Brecht, há possibilidade de os auditores enfrentarem dificuldades para cumprir o dever de escrever a verdade, o dever de não a suprimir ou a silenciar e o dever de não escrever inverdades.¹⁹

Sobre isso, interessa mencionar que entre as formas de evitar falhas em Auditorias, Almeida (2005) inclui alerta sobre a necessidade de o trabalho estar vinculado à Responsabilidade

¹⁸ O CFC foi criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946 (BRASIL, 1946), que permanece em vigor com alterações decorrentes da Lei n.º 12.249/2010 (BRASIL, 2010). Contém previsão de penalidades ético-disciplinares aplicáveis por infração ao exercício legal da profissão de contador.

¹⁹ Tais deveres são previstos nos princípios éticos da profissão, a exemplo dos citados em CFC (2019) e IAASB (2013).

Social²⁰. Essa ideia parece ser alinhada com a concepção de Piattini (2000), que ressalta a função social da Auditoria associada ao valor social da informação financeira. Nas publicações técnicas de Andrade e Rossetti (2007) e Boynton, Johnson e Kell (2002), há manifestações nesse mesmo sentido.

1.1 JUSTIFICATIVAS

A necessidade de a Auditoria considerar os objetos em avaliação em todas as circunstâncias e não por exceção, forma usualmente utilizada na Auditoria Contábil para os exames das demonstrações financeiras, é destacada por Almeida (2005). Esse autor também lança um desafio para os profissionais da área: contribuir para dotar a prática de Auditoria de uma estrutura conceitual mais apropriada e universalmente aceita Almeida (2018, p. 86, tradução nossa). Em visão similar, Flint (1988) defende que a Auditoria precisa ser uma atividade exercida com independência e os profissionais da área precisam ter a compreensão de seu papel para o controle social das organizações e da aceitação social da sua função.

Observando as ideias postas por esses e outros autores, em particular o instigante desafio feito por Almeida (2005), surgiu a ideia desta investigação. Ademais, a necessidade de aprimorar e atualizar os fundamentos teóricos para a sustentação das atividades de Auditoria também foi percebida pela autora do presente estudo ao longo de sua atividade profissional. Isso porque, ao longo 14 anos, a pesquisadora atuou na Auditoria de TI em uma IF e teve oportunidade de reflexões sobre a base teórica existente para as atividades de Auditoria. Nesse período também foi possível perceber diversos aspectos da transformação de atividades na Auditoria e no mercado financeiro,

A partir de entendimento, buscou-se, neste trabalho, diretrizes para fundamentar teoricamente, a Auditoria para orientações da prática, de modo a evitar, por exemplo, incompreensão dos fenômenos envolvidos e abordagens ineficientes. Nessa perspectiva, na investigação de como são reconhecidos fundamentos teóricos que balizam os conceitos utilizados na prática, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre como surgiram as teorias da Contabilidade e da Administração, áreas afins à Auditoria. E levantou-se publicações já existentes para a fundamentação teórica da Auditoria.

²⁰ Em nível corporativo, a responsabilidade social pode ser entendida como a obrigação da organização com as partes interessadas, isto é, com seus clientes, proprietários, empregados, comunidade, fornecedores e governo, e com a comunidade como um todo (RAMACCIOTTI, 2007).

Das pesquisas de áreas afins destaca-se duas publicações. A primeira é Maximiano (2007) que explora o desenvolvimento histórico e conceitual das teorias da Administração. De acordo com o autor, “*as teorias da administração são conhecimentos organizados, produzidos pela experiência prática das organizações*” (MAXIMIANO, 2007, p. 6). A segunda é Barroso (2018), em que se apresentam temas relacionados ao desenvolvimento do conhecimento contábil, desde seus primórdios, percorrendo suas fases normativas e positivistas até temas direcionadores das práticas contábeis aceitas no contexto atual. Nessas obras observa-se a relevância do contexto e das práticas para a identificação de explicações e proposições que podem ser reunidas para compor uma teoria.

No levantamento feito na área de Auditoria, encontrou-se, somente, uma quantidade pequena de publicações sobre a teoria no campo de estudo da Auditoria. Entretanto, esse número, em si, não constitui uma limitação para Auditoria. Ele poderia ser justificado pelo fato de a atividade de Auditoria ser, em sua natureza, prática. Mas os estudiosos sobre o assunto apresentam argumentos opostos a essa ideia.

Para Mautz e Sharaf (1961), por exemplo, a disciplina Auditoria é um campo de estudo rigoroso que requer atenção considerável no desenvolvimento de uma teoria sistemática para ser aplicada à solução de seus problemas práticos. Segundo esses autores, a Auditoria precisa de uma teoria subjacente aos seus preceitos. Eles sustentam haver a necessidade de um núcleo central de conhecimentos fundamentais, como os da metafísica, da lógica e da matemática – com orientações filosóficas.

Para Flint (1988), por sua vez, a Auditoria deve abarcar conhecimentos além da fundamentação teórica da contabilidade. O autor exalta a ideia de que a independência da atividade se articula à condição de os profissionais deterem um núcleo multidisciplinar de conhecimentos, incluindo a compreensão de seu papel para o controle social das organizações e da aceitação social da sua função. Para Lee (1993), as ocorrências de crise de credibilidade na Auditoria corporativa constituem oportunidades para examinar fundamentos da atividade.

Mais recentemente, outros autores mencionam as publicações de Mautz e Sharaf (1961), Flint (1988) e Lee (1993). Almeida (2005), por exemplo, realizou uma análise comparativa dos fundamentos de Auditoria apresentados por eles. Dennis (2015), em alinhamento com esses autores, se contrapõe à crença de que profissionais orientados para a prática não precisam de uma filosofia ou de um conjunto de teorias unificadoras que expliquem as práticas. Dennis destaca, em especial, a persistência do pouco interesse no estudo da Teoria da Auditoria e a necessidade do desenvolvimento de pesquisas para a fundamentação teórica da prática dos auditores. Enfim, todos esses autores se somam na defesa de realização de pesquisas sobre a

formação de uma base teórica amplamente aceita para a Auditoria. Por conseguinte, como qualquer teoria, defende-se que a Auditoria deve ser fundamentada em bases ontológicas e epistemológicas.

Outro aspecto importante sobre a possível insuficiência de fundamentos teóricos para a Auditoria no mundo contemporâneo relaciona-se à dispersão do conjunto de padrões internacionais e de normas técnicas relacionadas ao exercício profissional da Auditoria. Diversas entidades e órgãos de controle e de fiscalização são responsáveis por uma extensa gama de padrões publicados e que devem ser cautelosamente observados pelos auditores de diversas áreas. Para Auditorias governamentais, por exemplo, há normas descritas no Manual de Auditoria de TI sob responsabilidade do Intosai (INTOSAI, 2013a). Também há uma estrutura conceitual, o *International Professional Practices Framework*²¹ (IPPF), que sistematiza um conjunto de normas para a orientação dos profissionais de Auditoria Interna em todo o mundo (IIA, 2017).

Além desses exemplos, cita-se o *Control Objectives for Information and related Technology (Cobit)* (ISACA, 2018), formado por um conjunto de conhecimentos ou conjunto de boas práticas que deve ser observado por auditores que atuam com governança de TI. Esse conhecimento não tem relação com as normas emitidas pela IFAC (IAASB, 2013), para os profissionais que atuam na Auditoria Contábil. Sobre essa diversidade, é significativo notar que, apesar de, algumas vezes, haver referências cruzadas entre tais padrões e normas, os órgãos emissores, de forma autônoma ou pela devida obediência legal, definem os conceitos e as relações entre os conceitos da forma que lhes couber ou convier, sem que haja um núcleo comum de conceitos amplamente aceitos.

Ainda em relação à fundamentação da atividade, é relevante destacar que, embora haja uma série de normas técnicas internacionais publicadas pela *International Organization for Standardization* (ISO) e, no Brasil, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Tais normas contém diferentes especificações, diretrizes ou características para a Auditoria de produtos, de processos e de serviços, não há uma família de normas ISO específica para Auditoria. Ou seja, não há um núcleo comum de conceitos para fundamentar tais normas. Como exemplo de normas ISO que mencionam atividades de Auditoria, cita-se a Norma

²¹ Sobre o uso do termo *framework*, em Língua Inglesa, é preciso um esclarecimento. O termo pode ser traduzido para a Língua Portuguesa como estrutura ou moldura, e seu uso pode indicar vários sentidos. Segundo Camarão (1994, p. 246), é utilizado para indicar: “(1) um conjunto de elementos e suas interligações constituindo a base ou arcabouço de um sistema ou projeto; (2) *Software* integrado para a linha IBM-PC”. Pode, ainda, ser utilizado como um pacote de códigos prontos, utilizados para o desenvolvimento de um aplicativo ou site. Nesse documento, o termo é utilizado no sentido de 1, exceto nas citações específicas como Itaf e The Open Group Architecture Framework (Togaf), dentre outras. Nesses casos, o uso é diverso.

Brasileira (NBR) ISO 9001/2015²² (ABNT, 2015), que especifica requisitos para sistemas de gestão da qualidade; a ISO/IEC²³ 19011:2018 (ABNT, 2018a), que contém as diretrizes para Auditorias de gestão; e a família ISO 27000, que trata sobre segurança da informação.

Em relação ao conjunto de normas ISO, a dispersão de conceitos também pode ser observada em diferentes documentos. A ISO 27001: 2006 (ABNT, 2006) lista critérios para Auditoria de Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), prevendo a necessidade de certificação em Auditoria de Segurança de Sistema, enquanto a ISO 38500:2018 (ABNT, 2018b) contém orientações para a avaliação, direção e monitoração da gestão de TI pela Alta Administração, com inclusão do comportamento humano no modelo de governança de TI (FIGUEIREDO, SANTOS e FREITAS, 2018). Além disso, na falta de normas específicas de Auditoria, a ISO 27001 (ABNT, 2006) indicou para o leitor a busca de orientações de Auditorias para o SGSI nas diretrizes para Auditorias de sistema de gestão da ISO 19011:2018 (ABNT, 2018a).

Em relação à AudInf, especialidade de Auditoria central nesta tese, não foi possível identificar nenhuma norma ISO específica, entretanto menções contra e a favor da ideia da criação de uma norma específica foram encontradas em publicações da área. Para exemplificar, Pestana (2014), realizou estudo sobre a evolução dessa temática e, na conclusão, desaconselhou a elaboração de uma norma exclusivamente dedicada à AudInf, pois avalia ser suficiente o uso da norma ISO 19011:2018 em suas aplicações de AudInf. Em sentido contrário ao de Pestana, Henczel e Robertson (2016) advogam que o desenvolvimento de normas sobre a temática seria oportuno para garantir a denominação de AudInf, apenas, para práticas que realmente sejam de AudInf.

Sem entrar no mérito de pertinência ou não de elaboração de uma norma ISO específica, seja para a Auditoria em geral ou para a AudInf, após percorrer as obras citadas, a discussão colocada em relevo é a insuficiência de fundamentos teóricos que sustentem as orientações para as práticas de Auditoria, mais especificamente a dispersão de conceitos, critérios, diretrizes, terminologia e metodologias para embasar as práticas de diferentes tipos e especialidades de Auditoria. É preciso reconhecer e ressaltar, no entanto, a existência de um extenso conjunto de

²² Para padronizar as citações das normas ISO, as normas brasileiras correspondentes às normas ISO são referenciadas na forma ISO número: ano, a exemplo de ISO 9001:2015.

²³ IEC é a sigla de *International Electrotechnical Commission* (em Língua Portuguesa, Comissão Eletrotécnica Internacional). Para padronizar as citações das normas ISO, essa norma é denominada na forma ISO 19011:2018.

publicações sobre Teoria da Contabilidade (BARROSO, 2018), muitas vezes utilizado para fundamentar a Auditoria Contábil, mais antiga especialidade de Auditoria.

Em síntese, na literatura consultada e na prática vivenciada, mesmo com o cenário complexo de atuação em Auditoria, há poucas fontes de fundamentação teórica, conceitos e postulados, para sustentar os padrões e normas específicos da atividade de Auditoria. Desse modo, com os argumentos apresentados nesta introdução diagnostica-se a insuficiência de fundamentação teórica que atenda, em conjunto, a qualquer especialidade de Auditoria. Nesse sentido destacam-se citações de autores que investigam a formação de uma base teórica para a Auditoria, a exemplo de Mautz e Sharaf (1961), Flint (1988), Lee (1993), Almeida (2005), Ian Dennis (2015) e Almeida (2018).

Nesse sentido, merece realce a conclusão do estudo de Mautz e Sharaf (1961). Os autores afirmam que a Auditoria precisa de preceitos, porém precisa, ainda mais, de atenção à teoria subjacente necessária. Enfim, considerando os argumentos apresentados, adotou-se como primeiro pressuposto da pesquisa a insuficiência da fundamentação teórica disponível para sustentar as práticas atuais de Auditoria, isto é, parte-se da concepção de que há carência de organização do conhecimento produzido pelas práticas atuais da Auditoria nas organizações²⁴.

Essa insuficiência de fundamentos tem reflexo nos cursos de formação de auditores que atuam em diferentes especialidades. O processo de seleção e formação desses profissionais, na prática atual, fica a critério da organização que os contrata. Não há regra. Às vezes, os profissionais não recebem nenhuma capacitação. Às vezes, as grandes organizações ou os próprios profissionais fazem investimentos em certificações, em cursos livres fornecidos pelas entidades de regulamentação e padronização das práticas ou ainda em inúmeros cursos de especialização disponíveis em diversas plataformas.²⁵

Diante do pressuposto de insuficiência de fundamentos, a princípio, defende-se a oportunidade de contribuir para a construção de uma base teórica para a Auditoria e para a organização de conhecimentos produzidos nas práticas de Auditoria. Então, pesquisaram-se instrumentos pertencentes à organização e à representação da informação e do conhecimento, como as taxonomias e ontologias. Destarte, pensou-se, também, na possibilidade de fortalecer a

²⁴ Essa concepção é baseada nas noções de teoria apresentadas por Maximiano (2007) e Barroso (2018), sobre a Teoria Geral da Administração e Teoria da Contabilidade, respectivamente.

²⁵ Para se ter uma ideia da diversidade, somente no Brasil, segundo consulta feita em 3 de novembro de 2021 no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), mantido pelo Ministério da Educação, identificaram-se 2341 especializações ativas com a palavra “Auditoria” no nome do curso. Esse mesmo cadastro mostra, apenas, um curso de graduação em Auditoria em Saúde. Consulta feita no endereço <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 3 nov. 2021 (BRASIL, 2021b).

formação de uma estrutura conceitual da Auditoria, assim como uma contribuição para a construção de mecanismos de apoio à integração de várias fontes de informação utilizadas em trabalhos de Auditoria, ou ainda para a composição de um corpo comum de linguagem usado na comunicação entre profissionais e entre sistemas de informação especializados na área. Outrossim, vislumbrou-se a oportunidade de trabalhar para a identificação de elementos relevantes a respeito da construção de um projeto pedagógico para a formação de auditores.

Pesquisa preliminar sobre o uso de Sistema de Organização do Conhecimento (SOC)²⁶ (CARLAN e BRÄSCHER, 2011) para a exploração da temática Auditoria²⁷ revelou haver pouca exploração desses recursos na literatura publicada sobre o tema. Nas obras consultadas, por exemplo, há um reduzido uso de expressões relacionadas ao tratamento, armazenamento e recuperação de informações; estruturas e fluxos da informação e do conhecimento; sistemas de organização e representação do conhecimento, taxonomias, tesouros, ontologias e a Web Semântica. Constatou-se o circunscrito emprego desses termos, inclusive, em publicações relacionadas à Auditoria de TI, a exemplo de Imoniana (2008) e Braz (2017). Esse resultado merece destaque porque a Auditoria de TI é especializada em tratamento de dados e, segundo Braz (2017, p. 35), permeia uma série de outros tipos de Auditoria, a exemplo da Auditoria de Conformidade, às vezes chamada de “Auditoria *hard*”. Essa Auditoria constitui, em essência, a confrontação entre o que está definido em leis e regulamentos e o que está sendo aplicado (CARVALHO, 2019).

Sobre isso, mais particularmente a respeito da formalização de conceitos, importa registrar que também não foram localizadas definições conceituais formais de Auditoria. Pelo contrário, na revisão de literatura, encontrou-se uma certa imprecisão no uso de palavras similares à Auditoria. Por exemplo, o verbo fiscalizar é utilizado ao longo da obra de Braz (2017) como sinônimo de auditar, porém, segundo Ferreira (1975), fiscalizar é um ato ou o efeito de vigiar examinando. Esse sentido, a rigor, não é auditar. Outro exemplo está relacionado a uma certa confusão entre os termos Auditoria e consultoria. Segundo Carvalho (2019, p. 61), a Auditoria consultiva, ou *soft*, “refere-se à avaliação de aspectos em relação aos quais não existem normas de cumprimento obrigatório e analisa a adequação dos aspectos auditados em relação aos

²⁶ De acordo com Carlan e Bräscher (2011), o termo “sistema de organização do conhecimento” se refere à tradução para o português do original inglês “knowledge organization system”. O termo em inglês foi proposto na 1ª Conferência da ACM Digital Libraries, em 1998, pelo Networked Knowledge Organization Systems Working Group.

²⁷ Publicações consideradas: Mills (1994); Sierra e Orta (1996); La Rovere (2001); Boynton, Johnson e Kell (2002); IIA (2017); Dias (2006); Imoniana (2008); IBRACON (2007); Attie (2006); Gleim (2009); e ISACA (2012).

objetivos da organização”. Em outra concepção, segundo o *framework* IIPF 2017 (IIA, 2017), os serviços de Auditoria são classificados em avaliação e consultoria. Para o Instituto, os serviços de avaliação são aqueles com finalidade de fornecer opiniões ou conclusões a respeito do objeto avaliado. Já os serviços de consultoria são aqueles, em geral, negociados a partir de solicitação específica de um cliente do trabalho. Tais exemplos sugerem a necessidade de estudos relacionados à formalização de um conjunto de conceitos, no domínio da Auditoria.

Em razão dessa lacuna de conceitos, realizou-se também busca de alternativas de instrumentos para coleta e para a construção de discurso coletivo (MENDONÇA, 2007), envolvendo a observação de textos produzidos em trabalhos de Auditoria e de discursos individuais. O planejamento da busca incluiu a identificação de ferramentas que permitissem encontrar e explorar características da Auditoria, em particular.

Por fim, no presente estudo advoga-se a existência de espaço para investigação de um conjunto de conceitos que se articulam no domínio da Auditoria, em particular no campo da CI. Em trabalhos afins à presente pesquisa, foi identificado um número reduzido de publicações sobre tais instrumentos no domínio da Auditoria. Isso pode ser observado nas quatro pesquisas mencionadas a seguir.

- Dantas (2012): tese de doutorado que investiga os fatores determinantes da qualidade dos trabalhos dos auditores independentes nas instituições bancárias brasileiras. Esse trabalho expõe evidências empíricas da incipiência da literatura internacional e inexistência de literatura em âmbito nacional sobre Auditorias em instituições financeiras²⁸ (IFs);
- Guedes (2013): dissertação de mestrado que apresenta um estudo qualitativo sobre as necessidades informacionais da Auditoria Pública. No resultado da pesquisa, o autor sinaliza que não encontrou trabalhos diretamente correlatos ao tema;
- Cunha (2017): tese de doutorado com a aplicação do referencial teórico da CI para auxiliar a Auditoria. Trata-se de estudo exploratório sobre o uso da taxonomia como instrumento auxiliar para decisões táticas no processo de Auditoria Contábil. O autor propõe o uso de taxonomia em lições aprendidas para identificar riscos de distorções

²⁸ A expressão “instituição financeira”, *a priori*, é utilizada no sentido dado pelo artigo 17 da Lei 4.595/1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias: “consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”. A lei, ainda, acrescenta que, para efeito legal, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer dessas atividades, de forma permanente ou eventual (BRASIL, 2021a).

contábeis e observar relações conceituais como forma de auxiliar a recuperação das informações de erros e fraudes. Ele, também, ressalta a existência de poucas publicações sobre o assunto (CUNHA, 2017, p. 18);

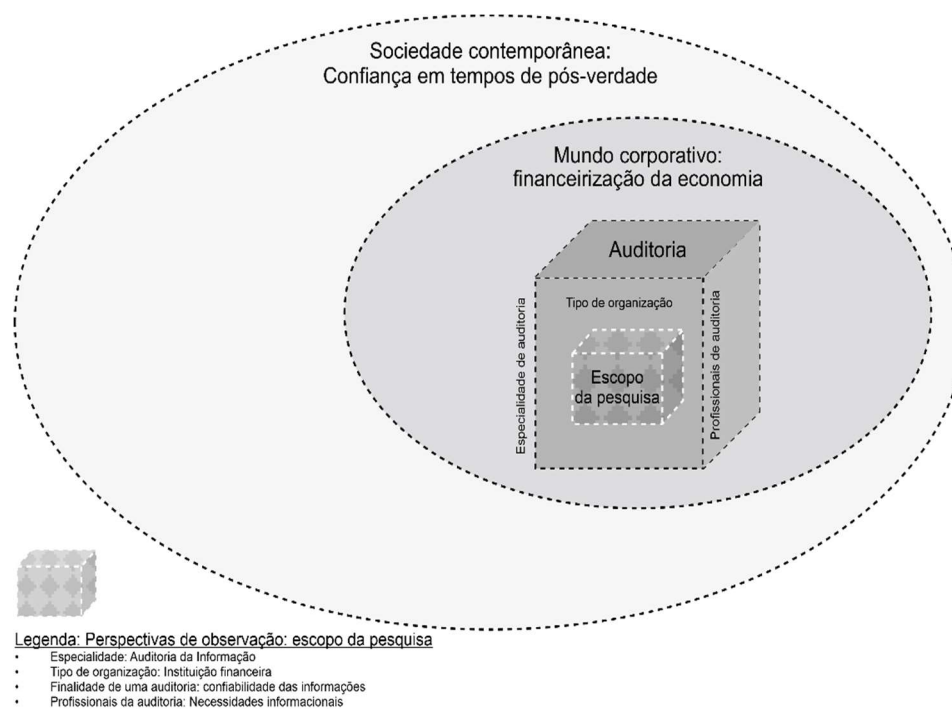
- Aquino (2023): dissertação de mestrado defendida em maio de 2023. A questão de pesquisa identificada pelo autor explora “*em que medida a CI é capaz de estabelecer uma arquitetura da informação para Auditoria interna governamental à luz da Tecnologia de Registros Distribuídos*” (AQUINO, 2023, p.37). Esse estudo, por meio de fundamentos da CI e da TI, explora dificuldades da atividade de Auditoria, a exemplo da falta de transparência de dados, com a não divulgação de informação resultante de trabalhos de Auditoria, e a falta de sistemas de informação digitais para o exercício profissional. Interessante observar que a trajetória dessa pesquisa também expõe espaços para a pesquisa sobre o arcabouço conceitual para a Auditoria.

1.2 OS LIMITES DO ESCOPO E A QUESTÃO DE PESQUISA

Diante da complexidade e da diversidade de possíveis abordagens do problema identificado, para a continuidade da pesquisa, nos limites do desenvolvimento de uma tese de doutorado, fez-se necessário um recorte de escopo. Nesse sentido, e com base nas considerações já apresentadas no *caput* dessa introdução, para a definição do escopo do presente estudo, adotou-se como segundo pressuposto o entendimento de que, em relação às reflexões sobre a Auditoria na sociedade contemporânea, é imprescindível contextualizar a prática da Auditoria. Esse aspecto pode ser observado sob diferentes perspectivas.

Assim, levando em conta o direcionamento para a contribuição na formação de diretrizes para uma teoria, identificaram-se quatro perspectivas principais de observação: o objeto avaliado, o objetivo da avaliação, o tipo de organização auditada e as necessidades informacionais dos profissionais da Auditoria. Nessa última perspectiva, o escopo, ainda, limitou-se à visão do auditor. Então, pela interseção dessas perspectivas, conforme Figura 1, delineou-se o escopo desta pesquisa.

Figura 1 – perspectivas de observação: escopo da pesquisa



Fonte: elaborada pela autora.

A primeira perspectiva diz respeito à escolha da especialidade de Auditoria para compor o escopo. Para este estudo, a especialidade eleita foi a AudInf. A eleição levou em conta a relevância da informação para as organizações contemporâneas e o posicionamento de alguns estudiosos sobre a AudInf. Para Griffiths (2012), por exemplo, a AudInf, ainda, não é conhecida, tampouco adotada no âmbito da CI. O autor argumenta que isso ocorre em função, dentre outros motivos, da má reputação das Auditorias, da confusão entre os vários tipos de Auditoria existentes e da ausência de uma metodologia padronizada. Já de acordo com Pestana (2014), na literatura científica internacional, há presença da AudInf, predominantemente em países de origem anglo-saxônica, na área da Gestão da Informação. Outro fator relevante refere-se ao processo de aproximação da Auditoria e da CI, descrito por Montanheiro (2006). Esse autor realizou uma pesquisa conceitual sobre AudInf nas organizações e, nesse contexto, destacou a relevância da área na CI.

Por fim, em relação às pesquisas da especialidade no Brasil, considera-se o resultado de consulta feita por Carvalho (2019) que também destaca o desconhecimento do processo de Auditoria e de seus benefícios no âmbito teórico e prático da Gestão da Informação e do

Conhecimento (GIC)²⁹. Adicionalmente a autora considera a escassez da produção científica sobre essa especialidade de Auditoria no Brasil, o que se alinha aos resultados de Paiva, Silva e Santos (2015).

Adicionalmente, apesar do reduzido número de pesquisas e publicações sobre a AudInf, seu estudo possui diferentes abordagens. De acordo com Botha e Boon (2003), por exemplo, realizar uma AudInf pressupõe fazer um exame sistemático de recursos, uso, fluxos e Gestão da Informação, além de identificar as necessidades de informação dos usuários e o modo como elas são atendidas. Já para Carvalho (2019), a atividade inclui avaliar processos, fluxos e recursos de informação e de conhecimento, com uso de diferentes técnicas e instrumentos, consoante a finalidade de cada trabalho. A autora, também, analisa as contribuições da AudInf para a GIC.

A segunda perspectiva de observação coloca a Auditoria diante da confiança. A relevância desse aspecto está na associação do contexto atual com o objetivo comum dos trabalhos de Auditoria: a confiança. De acordo com Castells (2018), vive-se um tempo de pós-verdade. Ele considera que significativa parte da população mundial está conectada por meio de redes com acelerado fluxo de notícias falsas (na língua inglesa, *fake news*), realidade vinculada ao fenômeno redes sociais³⁰ (DOURADO e GOMES, 2019, p.1). Tais características levaram Castells (2018, p.7) a descrever a sociedade contemporânea como uma “galáxia de comunicação dominada pela mentira, que é chamada pós-verdade”.

Além disso, para a definição desse recorte, também foi considerado o surgimento de tecnologias emergentes voltadas à oferta de confiança, como é o caso do *blockchain*. Em decorrência desses aspectos, pode-se dizer que, para estudar a Auditoria no contexto atual, é imprescindível a lente da confiança.

A terceira perspectiva diz respeito ao tipo de organização auditada. Essa perspectiva parte da necessidade de o auditor conhecer a organização e o negócio em avaliação. Nesta tese, selecionou-se pesquisar a partir da Auditoria em IFs. Essa escolha considerou o caráter mandatório da Auditoria na indústria financeira e o acesso público aos resultados da avaliação. Considerou ainda a experiência da pesquisadora na área. A escolha valorizou o contexto, uma vez

²⁹ A expressão “Gestão da Informação e do Conhecimento” é utilizada para designar uma disciplina que associa os estudos sobre a Gestão da Informação, a Gestão do Conhecimento e a inteligência (CARVALHO, 2019). Algumas notas sobre o tema são registradas na seção 2.3.2.

³⁰ A influência de *fake news* em importantes acontecimentos políticos e sociais em diversos países foi amplamente divulgada na imprensa mundial e está registrada no documentário estadunidense *O dilema das redes*, dirigido por Jeff Orlowski e lançado pela rede Netflix em 9 de setembro de 2020 (ORLOWSKI, 2020).

que considerou a importância das IFs para a sociedade contemporânea, particularmente em função da financeirização da economia mundial.

Além disso, levou-se em conta a existência de requisitos legais e recomendações com alcance internacional, em função da organização do SFI (DANTAS, 2012). Tal conteúdo constitui uma importante fonte de informação para o estudo. Além disso, sobre as IFs, um aspecto contextual que merece atenção é a existência de diferentes iniciativas de regulamentação do sistema financeiro e a persistente instabilidade do SFI. De acordo com Roubini (2010), a economia mundial vive em meio a crises. Essa realidade expõe um ponto instigante sobre as IFs: a contradição entre, por um lado, o êxito no uso do sofisticado aparato tecnológico das *big techs*³¹ para prever o comportamento cotidiano das pessoas (ZUBOFF, 2019) e, por outro lado, a incapacidade do SFI em controlar crises (MOROZOV, 2018).

A quarta perspectiva é a observação, sob o olhar do auditor, das necessidades informacionais dos auditores para o exercício da atividade profissional. Nesse caso, a relevância da perspectiva está no centro da presente investigação, uma vez que ela envolve, diretamente, o suporte teórico para as práticas da Auditoria. Outrossim, a informação é a matéria-prima do trabalho do auditor. É oportuno ainda destacar que, segundo Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996), natureza da especialização e fatores como a idade, estágio da carreira, área de especialização e a localização geográfica influenciam a formulação de necessidades de informação. Tais aspectos, conseqüentemente, precisam ser considerados.

Diante do recorte apresentado para delimitação do escopo, levantou-se a seguinte questão de pesquisa: **quais diretrizes podem contribuir com a formulação de uma Teoria da Auditoria da Informação?**

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral desta pesquisa é propor um conjunto de diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação. Para alcançar esse objetivo geral, elencaram-se cinco objetivos específicos (OE):

OE₁ – descrever os fundamentos teóricos já existentes para Auditoria e para AudInf;

³¹ O termo *big tech*, adotado por Morozov (2018), é utilizado para referenciar as grandes empresas mundiais consideradas de plataforma. Segundo Macedo (2020), as empresas de plataforma, Google, Amazon, Facebook e Amazon, são também conhecidas pelo acrônimo Gafa, ou pelo termo *big tech*, ou, ainda, pelo acrônimo Gafam, quando a Microsoft é incluída ao conjunto dessas empresas.

- OE₂ – escolher instrumentos para auxiliar a elaboração de diretrizes para uma teoria da AudInf.
- OE₃ – identificar diretrizes para AudInf em instituições financeiras no Brasil;
- OE₄ – enunciar diretrizes para AudInf com foco na obtenção de informações confiáveis em trabalhos de Auditoria;
- OE₅ – enunciar diretrizes para AudInf a partir de levantamento de necessidades informacionais para o exercício profissional da Auditoria.

Espera-se que os produtos obtidos no caminho percorrido para o alcance dos objetivos geral e específico contribuam para alcançar um conjunto de diretrizes para a fundamentação teórica da Auditoria e para a sustentação de suas práticas. Ou seja, nos limites da Auditoria da Informação, há a ambição de contribuir com o desafio proposto por Almeida (2018). Também há a expectativa de que os resultados obtidos possam contribuir com a formação de profissionais que consigam reconhecer a verdade e que tenham coragem de escrevê-la, assim como os poetas da época de Bertold Brecht.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

A apresentação deste trabalho de pesquisa é feita em seis seções, além da seção 1, introdução. Na seção 2, exploram-se aspectos contextuais e específicos da atividade, extraídos da revisão de literatura sobre Auditoria e AudInf. Na seção 3, discutem-se tópicos relacionados às IFs, tipo de organização escolhido como foco para a realização do estudo. Em seguida, na seção 4, na busca por instrumentos para auxiliar a elaboração de diretrizes para uma teoria da AudInf, apresenta-se tópicos sobre a formação de teorias e sobre Sistemas de Organização do Conhecimento. Esse assunto, ao longo da pesquisa, mereceu atenção especial para a formação da base teórica da tese. Então, na seção 5, descreve-se a metodologia adotada para a pesquisa; na sequência, na seção 6, uma síntese do que foi obtido no processo de coleta e análise de dados, com inclusão dos resultados. Por fim, acrescentam-se as considerações finais na seção 7. Além disso, em relação ao registro de dados que embasaram a pesquisa, ao final da tese, encontram-se sete apêndices e sete anexos.

2. AUDITORIA E AUDITORIA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção, apresenta-se o resultado de uma revisão de literatura a respeito da Auditoria, disciplina, atualmente, incorporada aos diversos esforços para o alcance de controle interno e externo das organizações, a exemplo do processo de formação de sistemas de controle interno (SCI), da Auditoria Independente e da GC. Inicialmente, na seção 2.1 são explorados aspectos contextuais, modelos, padrões e instrumentos regulatórios que compõe o entorno da Auditoria. Na seção 2.2, o tema é Auditoria, no sentido amplo do termo. Exploram-se definições, especialidades, tipos, metodologias, ferramentas e questões teóricas envolvendo a Auditoria. Na sequência, na seção 2.3, o tema é a AudInf, em particular. Então, discutem-se as definições, especialidades, tipos, metodologias, ferramentas e questões teóricas específicas da AudInf.

A revisão inicial foi realizada principalmente visando cumprir o OE₁, porém, na sequência são explorados tópicos complementares para alcance dos objetivos, em particular, o OE₄ e o OE₅. Tais tópicos se situam no torno de temas comuns à Auditoria, às instituições financeiras e à CI. Na seção 2.4, o tema é a relação entre confiança, pós-verdade e Auditoria. Na seção 2,5 está apresentado o resultado da revisão de literatura sobre necessidades informacionais para o exercício profissional da Auditoria. E, nas seções 2.6 e 2.7, são discutidos a relação da Auditoria com a gestão de documentos e os arquivos digitais, respectivamente. Por fim, para concluir, na seção 2.8 são acrescentados comentários sobre o conteúdo da seção.

2.1 ASPECTOS CONTEXTUAIS, MODELOS, PADRÕES E INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS

Um pressuposto da pesquisa é que as reflexões sobre a Auditoria na sociedade contemporânea não podem deixar de considerar seu contexto, uma vez que envolvem, naturalmente, muitos aspectos do ambiente corporativo. Esses aspectos, muitas vezes, são objetos de estudo interdisciplinares, com envolvimento de várias disciplinas, como por exemplo, Ciência de Dados, Contabilidade, Economia, Gerenciamento de Risco, GC, TI e IA.

O citado pressuposto foi reforçado durante o estudo realizado, em particular nas 22 entrevistas utilizadas como método de coleta de dados. Até em função da análise das respostas obtidas nas entrevistas, foi necessária uma revisão de literatura sobre aspectos conceituais; modelos, normas e padrões técnicos; e instrumentos regulatórios. O resultado desse revisão foi acrescentado no Apêndice G, mas, a seguir, destacam-se alguns elementos da referida revisão.

2.1.1 Aspectos contextuais

Para visão panorâmica do contexto em que a Auditoria se insere revisou-se aspectos relacionados a escândalos financeiros, GC, ESG, gerenciamento de risco, segurança da informação e continuidade dos negócios, além de questões tecnológicas relacionadas à Ciência de Dados, *Analytics*, *Business Intelligence* e IA. O resultado completo é apresentado no Apêndice G, porém, pela relevância para a tese, a seguir, destacam-se dois temas.

O primeiro destaque é para as abordagens de GC. Segundo Andrade e Rossetti (2007), a GC é balizada por diferentes visões, entre as quais a de governança como forma de hierarquia de poder, como guardião de direitos, como sistemas normativos ou, ainda, como um conjunto de relações. Em todas as abordagens, no entanto, a GC inclui a constituição de um conjunto de normas e o desenvolvimento de modelos corporativos, com ampliação da quantidade de informações de impacto econômico, social e ambiental prestadas pelas empresas. A título de exemplo, vale citar a Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a Lei Dodd-Frank (EUA, 2010) e os princípios de governança da G-20/OCDE³² (OCDE, 2016).

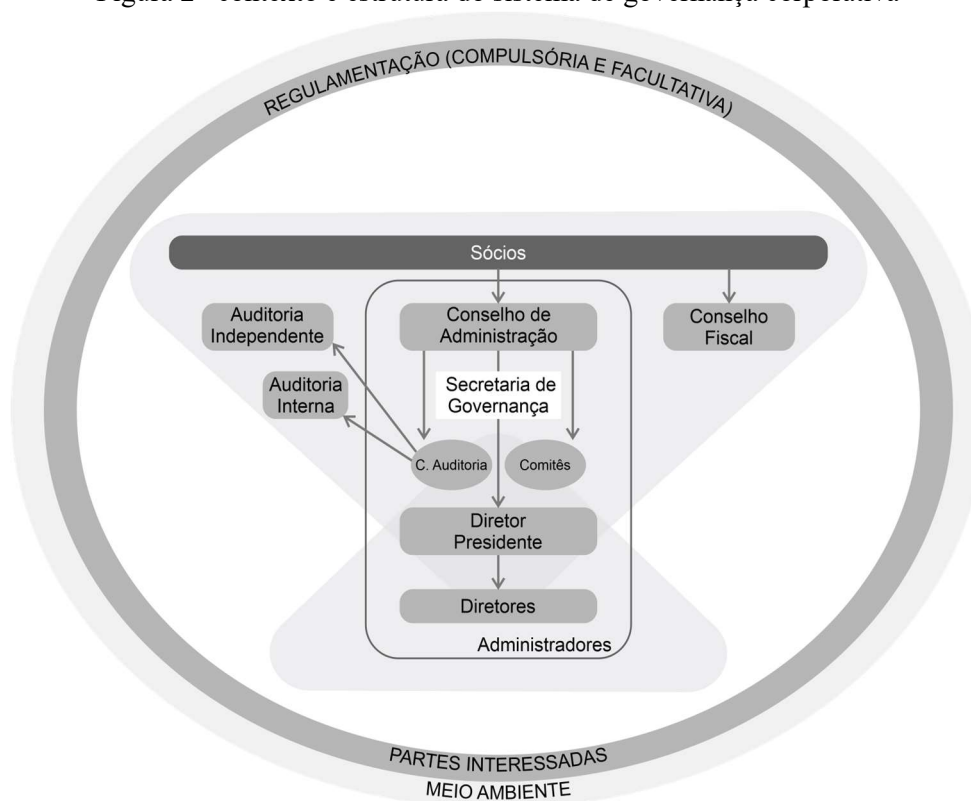
Importa comentar a abordagem do IBGC. Um aspecto importante para a evolução da GC, nos últimos anos, refere-se ao fato de que a governança oferece ampliação do foco de decisão para além dos sócios e administradores. Um maior cuidado no processo de tomada de decisão passou a ser demandada dos agentes de GC. Segundo o Instituto, a GC é “*um sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas*” e envolve os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, e demais partes interessadas (IBGC, 2015, p.20). Na Figura 2, ilustra-se a proposta da entidade para a estrutura de GC, com posição e relacionamento das partes interessadas, incluindo o comitê de Auditoria no grupo de administradores e com interação direta com a Auditoria Independente e a Auditoria Interna.

A proposta de estrutura do IBGC, apresentada na Figura 2, tem relação com as instâncias dos sistemas de informação organizacional, que podem ser classificados em estratégicas, táticas (ou gerencial) e operacionais. A importância de apresentar a estrutura e os níveis de decisão nos sistemas de informação está na posição que é ocupada pelos órgãos de Auditoria no processo de tomada de decisão e no acesso às informações da empresa que esses órgãos têm. Participar

³² A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, *The Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD*, sigla em Língua Inglesa) é um órgão internacional composto por 37 países que trabalham para compartilhar experiências e buscar soluções para problemas comuns (OCDE, 2021).

de decisões compromete a independência da Auditoria, e não ter acesso às informações compromete a formação de opinião dos auditores. Discute-se esses dois assuntos na seção 2.2.

Figura 2– contexto e estrutura do sistema de governança corporativa



Fonte: IBGC (2015, p.19).

O segundo destaque envolve questões tecnológicas. Diante do avanço tecnológico, cada vez mais a Auditoria precisa acompanhar e incorporar novas tecnologias em seus processos. Isso porque, de muitas maneiras, a tecnologia afeta o desempenho e a evolução da Auditoria. A tecnologia tem, por exemplo, permitido o trabalho de forma remota, ou seja, sem a necessidade de presença física no local de trabalho. Para além desse recurso, outros importantes impactos da tecnologia para trabalhos de Auditoria podem ser observados. Por isso, o assunto está presente ao longo dessa tese, mas, a título de esclarecer o uso de alguns termos, a revisão incluiu a descrição de alguns métodos desenvolvidos na Ciência da Computação para analisar grandes fontes de dados.

Durante a revisão, consultaram-se, principalmente, as seguintes publicações do campo da Ciência de Dados, da IA, e da BI: Carvalho (2005b), Witten e Frank (2005); Tan, Steinbach e Kumar (2009); Turban et al. (2009); Pierson (2015); Heller e Pizia (2015); e Donges (2022). O Apêndice G contém um resumo do conteúdo estudado. Porém, cabe destacar uma série de

aspectos relacionados ao armazenamento e à análise de dados, que são importantes para o trabalho da Auditoria.

A análise de dados parece ser, na atualidade, fundamental para o trabalho de Auditoria, uma vez que permite ir além do que seria possível apenas com avaliações e revisões manuais. As ferramentas de análise de dados permitem o processamento de grandes quantidades de dados em pouco tempo. Além disso, tornam possível realizar, com mais eficiência e eficácia, tarefas como a identificação de risco, análise de tendências, verificação de conformidade, dentre outras. Aliás, o termo em inglês “*data analytics*” é frequentemente associado à análise de dados realizada com o objetivo de extrair informações úteis a partir de grandes conjuntos de dados. O termo foi, inclusive, globalmente disseminado após grandes escândalos envolvendo redes sociais, como foi o caso da manipulação feita pela empresa Cambridge Analytica (ORLOWSKI, 2020).

Ainda sobre grande volume de dados, é importante mencionar dois termos muito utilizados no mundo corporativo: *big data* e *data lake*. *Big data* é um termo usado para fazer referência à inclusão e integração de diversos tipos de dados e tecnologias para o seu gerenciamento. Já o termo *data lake* é, muitas vezes, utilizado para denominar uma arquitetura de repositório de dados que permite armazenar dados em sua forma bruta e original. Para armazenar dados nesse tipo de arquitetura, não é necessário pré-processamento para transformá-los ou estruturá-los (HELLER e PIZIA, 2015).

Sobre IA, inúmeros aspectos poderiam ser tratados, mas interessa, de forma pragmática, destacar que a IA pode ser definida como “*o estudo de como criar máquinas que realizam tarefas em que, no momento, as pessoas são melhores*” (CARVALHO, 2005b, p. 59)³³. Também é interessante ressaltar algumas técnicas de IA muito utilizadas nas atividades de Auditoria, dentre elas: processamento de linguagem natural, em Língua Inglesa, *Natural Language Processing* e aprendizado de máquina. Tais recursos estão relacionados às transformações da Auditoria na atualidade, assunto presente, por exemplo, em Bednarek (2018) e em Chan, Chiu e Vasarhelyi (2018).

2.1.2 Sobre modelos, normas e padrões técnicos

³³ Embora Carvalho (2005b) não mencione, a definição apresentada por ele é uma tradução, para a Língua Portuguesa do Brasil, da definição apresentada por Rich e Knight (1991, p. 3) na Língua Inglesa: “*Artificial intelligence (AI) is the study of how to make computers do things which, at the moment, people do better.*”

Uma série de modelos, normas e padrões técnicos foram desenvolvidas para auxiliar profissionais que atuam no controle e na gestão das mais diversas organizações. Para o exercício da Auditoria, por afinidade, são particularmente importantes os modelos e padrões desenvolvidos para orientar as atividades corporativas de controle interno e GC. Muitas vezes, esses recursos também são conhecidos como *framework*. Dentre outras alternativas, com foco no controle interno, se destaca o Coso (2013) e, com foco na governança de TI, o Cobit (ITGI, 2001).

2.1.2.1 Coso

É crescente a defesa de que todas as áreas de uma organização devem estar preocupadas com o controle interno. Em 1985 o Comitê das Organizações Patrocinadoras, ou *The Comitee of Sponsoring Organizations (Coso)*, começou a produzir o modelo conceitual com diretrizes para implementação de controle interno. A primeira publicação do modelo ocorreu em 1992 e foi atualizada em 2013. Atualmente, o Coso conta com o reconhecimento e a aceitação de diversas entidades, organizações profissionais e definidores de padrões, por exemplo: *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*, *Financial Executives International* e *Institute of Internal Auditors (IIA)* (WHITE, 2014).

Para o presente estudo interessa destacar os princípios de um componente do Coso: informação e comunicação. De acordo com Rittenberg (2013) esses princípios são relacionados e comentados sob a perspectiva da Auditoria Interna. O Quadro 1 contém uma síntese desses princípios.

A respeito do uso desse modelo em IFs no Brasil, cabe destacar que não há obrigatoriedade. No país, em 2009, o Bacen tomou algumas iniciativas para alinhamento às recomendações contidas no Coso. Dentre elas a publicação da Circular n.º 3.467/2009 (Bacen, 2009). Segundo o banco, essa circular visava aperfeiçoar o conteúdo dos relatórios de avaliação de controles internos elaborados pelas Auditorias independentes. Tais relatórios, feitos como resultado do trabalho de Auditoria de demonstrações contábeis em IF e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, deveriam passar a ter informações mais detalhadas com relação às atividades da instituição. Essa circular foi revogada em 2021, conforme a seção 2.6.3.

Quadro 1 – Coso (princípios do componente informação e comunicação)

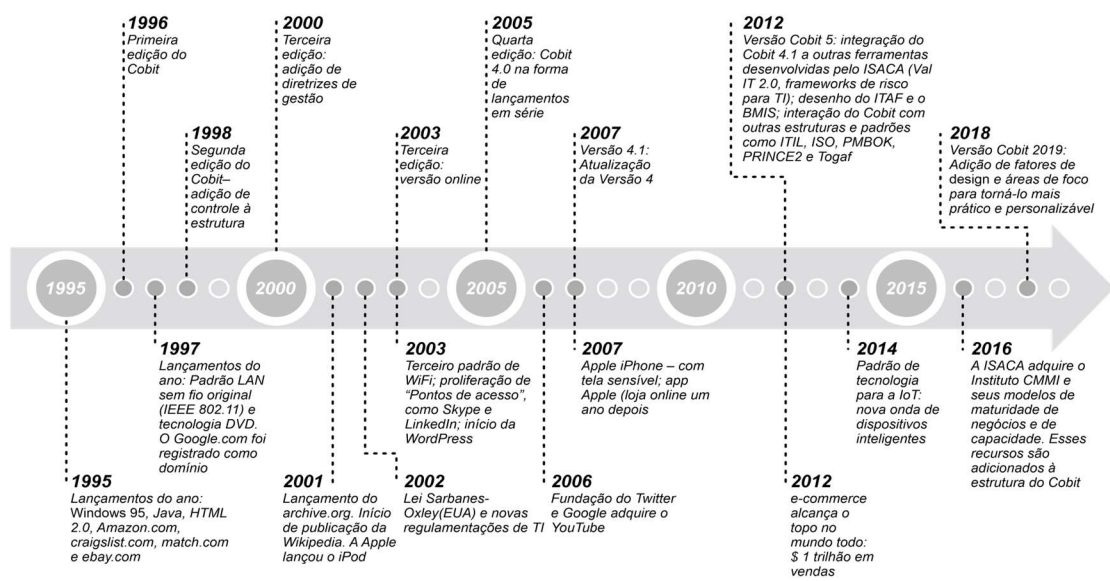
Princípio	Implicações para a administração e para a Auditoria interna
A organização obtém ou gera e utiliza informação relevante e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno.	Sobre relevância, oportunidade e qualidade da informação, a administração e outros interessados devem endereçar e identificar: características da informação de qualidade, a exemplo de correção e proteção; o uso correto e oportuno de informações: a informação é adaptada às necessidades dos indivíduos e às avaliações que eles fazem?
A organização comunica internamente as informações, incluindo objetivos e responsabilidades relativas ao controle interno.	A informação é comunicada internamente. É igualmente importante que essas informações sejam comunicadas àqueles com responsabilidades sobre os objetivos de operação e conformidade, bem como os objetivos de relatórios. A organização deve avaliar se há lacunas no processo de comunicação (por exemplo, tipo de informação, oportunidade, confidencialidade etc.).
A organização se comunica com partes externas sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno.	A comunicação externa não se limita a relatórios de controle interno sobre relatórios financeiros. Muitas organizações podem se comunicar com seus fornecedores a respeito de seus códigos de ética e sugerir como os fornecedores podem e devem usar uma linha direta ou relatar, diretamente à Auditoria interna, qualquer tentativa de solicitar favores para pedidos de sua empresa. Esses princípios também reconhecem que terceiros podem fornecer informações à administração sobre a eficácia do controle interno. Além da comunicação do auditor externo, poder incluir comunicação regulatória, revisões da legislação e relatórios de funções terceirizadas.

Fonte: adaptada de Rittenberg (2013, p. 22, tradução nossa).

2.1.2.2 Cobit

Nos últimos 50 anos, houve crescente impacto da TI na vida das pessoas, das organizações e das sociedades. Inclusive por essa razão, a informação tem se tornado um recurso cada vez mais crítico e estratégico (BRAZ, 2017). Como reflexo dessa realidade, é crescente o interesse pelo controle, pela Auditoria e pela governança de TI e, em consequência, o número de publicações relacionadas. Esse fato pode ser identificado, por exemplo, nos documentos produzidos e disponibilizados por profissionais associados ao Isaca, associação global sem fins lucrativos, fundada em 1998 (ITGI, 2001), que atualmente congrega, aproximadamente, 145.000 profissionais em 188 países (ITGI, 2020).

Figura 3 – marcos históricos no desenvolvimento do Cobit



Fonte: adaptada de ITGI (2018, tradução nossa)³⁴.

Das publicações da Isaca, em especial, destaca-se um *framework* amplamente aceito em nível global para a governança de TI, o *Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit)* (ISACA, 2018). Lançaram-se as duas primeiras versões desse *framework* pela *Information Systems Audit and Control Foundation*. A partir de 1998, no entanto, elaboraram-se novas versões do Cobit por um instituto constituído pela Isaca, a *Information Tecnology Governance Institute (ITGC)* (ITGI, 2001).

Na Figura 3, pode ser observado que a evolução do Cobit, segundo ITGI (2018), acompanhou mudanças em normas e padrões criados e mantidos por outras instituições, a exemplo de padrões para a Governança de TI publicados pela *Australian Standard for Corporate Governance of Information and Communication Technology*, em janeiro de 2005, e a ISO/IEC DIS 29382, anterior à ISO 38500:2018 (ABNT, 2018b), que orienta atividades de avaliação, direção e monitoração da gestão de TI pela Alta Administração e inclusão do comportamento humano no modelo de governança de TI (FIGUEIREDO, SANTOS e FREITAS, 2018).

³⁴ Nessa figura, utilizam-se abreviaturas para os termos: Business Model for Information Security (BMIS), Capability Maturity Model Integration (CMMI), Control Objectives for Information and Related Technologies (Cobit), The Institute of Electrical and Electronics Engineers, Inc (IEEE), Information Systems Audit and Control Association (Isaca), International Organization for Standardization (ISO), Internet of Things (IoT), The Information Technology Assurance Framework (Itaf), Information Technology Infrastructure Library (ITIL), Project Management Body of Knowledge (PMBOK), PRojects IN Controlled Environments (PRINCE2), Tecnologia da Informação (TI), The Open Group Architecture Framework (Togaf) e Estados Unidos da América (EUA). Também são citados nomes de aplicativos e portais que marcaram a história do desenvolvimento do Cobit, a exemplo do Internet Archive, biblioteca sem fins lucrativos com milhões de livros, filmes, software, músicas e sites gratuitos.

Na evolução das versões Cobit, também houve uma contínua revisão da estrutura e dos conceitos utilizados. Nessa evolução, para o objetivo do presente estudo, merece destaque a posição ocupada pelo termo “informação”, particularmente em relação ao termo “tecnologia”. Sobre isso, observaram-se três aspectos: o tipo de informação, os critérios de informação e, a partir do Cobit 5, a inclusão da “informação” como um dos habilitadores ³⁵. No Quadro 2, apresenta-se uma lista das versões mais recentes.

Quadro 2 – Cobit (versões publicadas a partir de 2012)

Versão	Ano	Entidade	Característica
COBIT 5.0	2012	ITGI	É resultado de uma atualização significativa da versão anterior. Incorpora conceitos como governança de TI, riscos e <i>compliance</i> em nível corporativo. Foi elaborado visando oferecer uma visão holística da governança de TI, incluindo processos de negócios e de TI. Marcado por contemplar a GC, atribuindo responsabilidades pela governança de TI à Alta Administração das organizações. Incorpora o Val IT, o Rick IT e o Itaf (ISACA, 2012).
COBIT 2019	2018	ITGI	Direcionou-se aos profissionais de GC da informação e da tecnologia. Incluiu atualizações reforçando o foco em resultados de negócios e uma estrutura atualizada para a gestão de riscos de TI (ISACA, 2018).

Fonte: elaborada pela autora. Síntese de informações disponível em ITGI (2018).

Acerca do tipo de informação, observou-se que, nas duas primeiras versões, o modelo foi centrado no suporte de TI para informações financeiras. A partir da versão 3.0, o foco do *framework* passa a ser qualquer informação necessária para a sobrevivência e sucesso da organização (COBIT, 2021). Nos documentos da Isaca, utiliza-se o termo “informação” com base na seguinte definição:

um ativo que, como outros importantes ativos empresariais, é essencial para os negócios de uma empresa. Pode ser impresso ou escrito em papel, armazenado eletronicamente, transmitido por correio ou por meio eletrônico, exibido em filmes ou falado em conversa (ITGI, 2012, p. 31, tradução nossa)

Quanto aos critérios da informação, esclarece-se, inicialmente, que essa é a denominação utilizada no Cobit para um conjunto de princípios que ajudam as empresas a avaliar a qualidade da informação utilizada em seus processos de negócios. No Quadro 3, apresenta-se o conjunto de critérios de informação do Cobit 2019 e no Quadro 4 apresenta-se o resumo

³⁵ Habilitadores são fatores que, individual e coletivamente, influenciam no funcionamento da GC e gerenciamento de TI (ISACA, 2012).

comparativo dos critérios e dos objetivos de qualidade de informação nessas duas versões pode ser consultado.

Quadro 3 – Cobit (a evolução do uso do termo informação)

Ver são	Características	Crítérios para satisfazer a necessidade de informação
COBIT 2019	Governança Corporativa da Informação e Tecnologia (I&T) - dois conjuntos de princípios: (1) governança para I&T corporativas: (a) valor para as partes interessadas; (b) abordagem holística; (c) governança dinâmica; (d) governança distinta da gestão; (e) adaptado às necessidades da empresa; (f) governança de ponta a ponta; (2) estrutura de governança: (a) modelo conceitual; (b) aberto e flexível; e (c) alinhado a padrões.	Informação é um habilitador que tem três dimensões de qualidade: (1a) Intrínseca -. Critérios: precisão, objetividade, credibilidade e reputação; (2a) Contextual - informação apresentada de forma inteligível e clara. A qualidade depende do contexto. Critérios: relevância, completude, oportunidade, volume apropriado, representação concisa, representação consistente, interpretabilidade e compreensibilidade, facilidade de manipulação; (3a) Segurança/ Privacidade/ Acessibilidade - informação disponível. Critérios: disponibilidade, restrição de acesso (ISACA, 2018, p. 82)

Fonte: elaborada pela autora.

Cabe esclarecer que um habilitador, segundo o Cobit 5, concentra-se na identificação e utilização de recursos necessários para atender aos objetivos de negócios da organização. Nessa versão, foram incluídos sete elementos habilitadores: princípios, políticas e estruturas organizacionais; processos; organização e pessoas; cultura, ética e comportamento; serviços, infraestrutura e aplicações; e informação. Nesse contexto, o habilitador “informação” define como a informação deve ser gerenciada para suportar a tomada de decisões (ISACA, 2012).

Com a observação da evolução do Cobit, é possível perceber uma mudança de nomenclatura ocorrida no Cobit 2019, que passou a usar “Informação e Tecnologia” em referências que fazia à “Tecnologia da Informação”. Mas, em termos de conteúdo, o marco mais importante, talvez, seja a inclusão da informação como um habilitador da abordagem holística do *framework*, a partir do Cobit 5.

Quadro 4 – critérios de qualidade da informação

Cobit 4.1		Cobit 5.0
(1) Eficácia	Informação relevante e pertinente para o processo de negócio, entregue em tempo, de maneira correta, consistente e utilizável	Informação eficaz é aquela que atende às necessidades do consumidor de informação em uma tarefa específica.
		Volume apropriado: Quantidade de informações é apropriada para a tarefa em questão
		Relevância: Informação aplicável e útil para a tarefa em questão
		Compreensibilidade: Informação facilmente compreendida
		Interpretabilidade: Informação está em linguagens, símbolos e unidades apropriadas, e definida claramente
		Objetividade: Informação desinteressada, sem preconceitos e imparcial
(2) Eficiência	Entrega da informação através do mais produtivo e econômico uso dos recursos	Se a informação que atende às necessidades do consumidor de informação for obtida e utilizada de forma fácil (ou seja, requer poucos recursos - esforço físico, tempo, dinheiro), então o uso da informação é eficiente.
		Credibilidade: Informação considerada verdadeira e crível
		Acessibilidade
		Facilidade de operação
		Reputação: A medida em que a informação é altamente considerada em termos de sua fonte ou conteúdo
(3) Integridade	Fidedignidade e totalidade da informação bem como sua validade de acordo os valores de negócios e expectativas;	Se a informação tiver integridade, então ela está livre de erros e completa. Corresponde aos seguintes objetivos de qualidade da informação. Informação presente e suficiente para a tarefa em questão
		Compleitude: Informação suficientemente atualizada para a tarefa em questão
		Precisão: Informação correta e confiável
(4) Confiabilidade	Entrega da informação apropriada para o exercício da administração da entidade, das responsabilidades fiduciárias e da governança	A confiabilidade é muitas vezes vista como sinônimo de precisão; entretanto, também pode-se dizer que a informação é confiável se for considerada como verdadeira e crível. Comparada à integridade, a confiabilidade é mais subjetiva, mais relacionada à percepção e não apenas factual.
		Credibilidade
		Reputação
		Objetividade

Cobit 4.1		Cobit 5.0
(5) Confid enciali dade	O acesso à informação é restrito de forma adequada às partes autorizadas	A confidencialidade corresponde à qualidade de cumprimento de acessos à informação restrita.
		Acesso restrito: Proteção de informações confidenciais para evitar a divulgação indevida
(6) Dispon ibilidade	Informação exigida disponível, Salvaguarda dos recursos necessários e capacidades associadas	A disponibilidade é uma das metas de qualidade da informação sob o título de acessibilidade e segurança.
		Informação está disponível quando necessária, ou facilmente e rapidamente recuperável
		Acessibilidade
		Segurança
(7) <i>Compli ance/</i> Confor midade	Aderência a lei, regulamentos e obrigações contratuais – requisitos internos e externos	As informações devem estar em conformidade com as especificações. Deve atender a qualquer um dos critérios, de objetivos de qualidade da informação, dependendo dos requisitos. A conformidade com os regulamentos é, na maioria das vezes, um objetivo ou requisito do uso da informação, não tanto uma qualidade da informação.

Fonte: adaptada de ISACA (2012, p. 63) (Tradução nossa)

2.1.3 Aspectos legais e regulatórios

Os aspectos legais e regulatórios frequentemente estão presentes nas atividades de Auditoria. A propósito, o objetivo do trabalho de Auditoria, em alguns casos, é, exclusivamente, o de verificar a conformidade, na chamada Auditoria de conformidade. Isso porque as leis e normas são importantes referências em qualquer ambiente ou sociedade, seja um município, estado, país ou até de âmbito internacional. Há, inclusive, condições em que algumas organizações de um país precisam observar instrumentos de outros países. É o caso da Lei Sarbanes Oxley, apresentada na seção 3.3.4.

No Apêndice G é apresentado um breve resumo de alguns instrumentos legais e regulatórios em vigor no Brasil. Selecionaram-se tais instrumentos em virtude do teor deste a respeito da gestão e a Auditoria de informações, como é o caso da Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011), da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (BRASIL, 2018, 2019b), do marco civil da Internet (BRASIL, 2014) e da Lei de Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro (BRASIL, 1998). Além disso, incluíram-se instrumentos determinantes para a regulação da Auditoria Independente no mercado acionário, caso da conhecida lei das S.As, e da Auditoria governamental, caso da Lei das Estatais (BRASIL, 2016).

Nessa seção, destacam-se dois pontos sobre os aspectos legais e regulatórios: a obrigação de sigilo profissional e a responsabilização dos auditores. Acerca do sigilo importa, sublinhar que, no exercício profissional da Auditoria, é preciso ter atenção a uma série de requisitos legais relacionados ao tratamento e à segurança de informações. Afinal, questões relacionadas ao sigilo de informações são particularmente importantes para profissionais que trabalham com segredos de negócio.

Por isso, além da LAI (BRASIL, 2011) e da LGPD (BRASIL, 2018, 2019b), é preciso citar instrumentos que contém requisitos de sigilo em casos particulares. Exemplos desses requisitos podem ser encontrados, na lei 105/2001, sobre sigilo bancário (BRASIL, 2001b); na Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 1992) e, no Decreto n.º 7.845/2012 (BRASIL, 2012), que regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança. Ao longo do texto, quando necessário, esses instrumentos são referenciados.

Quadro 4 – instrumentos legais com previsão de responsabilização

Instrumento	Previsão de responsabilização para empresas e profissionais da Auditoria
Código de Ética Profissional do Contador – NBC PG 01 (CFC, 2019)	Estabelece as regras éticas que devem ser observadas pelos contadores, entre eles os auditores contábeis, em sua atividade profissional.
Lei das Normas Contábeis – Lei n.º 11.638/07 (BRASIL, 2007).	Define regras sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.
Lei das Sociedades Cooperativas – Lei n.º 5.764/71 (BRASIL, 1971)	Estabelece que os auditores devem emitir pareceres sobre as demonstrações financeiras das cooperativas, e que podem ser responsabilizados por danos causados por erros ou omissões em seus relatórios.
Lei das Sociedades por Ações (Lei das SAs) – Lei n.º 6.385/1976 (BRASIL, 1976)	Define os auditores como responsáveis por verificar a exatidão e a fidedignidade das demonstrações financeiras das empresas. Com base nessa lei, os auditores podem ser punidos se, no exercício profissional, acobertar fraudes, falsificação de documentos, omissão de informações relevantes, ou outras condutas ilegais que possam prejudicar as empresas ou terceiros.

Fonte: elaborada pela autora.

A respeito da responsabilização dos profissionais que atuam na Auditoria, o tema envolve, naturalmente, muitos aspectos jurídicos. Na legislação brasileira, os instrumentos específicos, para a responsabilização de empresas e profissionais de Auditoria, se restringem às tarefas de avaliação de informações financeiras e contábeis de uma instituição. No Quadro 5, apresentam-se exemplos desses instrumentos.

Em relação à Lei das SAs, as empresas de Auditoria contábil ou auditores contábeis independentes poderão responder, civilmente, pelos prejuízos que causarem a terceiros em virtude de culpa ou dolo no exercício das funções previstas legalmente. Adicionalmente, está previsto que as empresas de Auditoria contábil ou os auditores contábeis independentes poderão responder administrativamente, perante o Bacen, pelos atos praticados ou por omissões se incorridos no desempenho das atividades de Auditoria de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Para efeitos dessa lei, a CVM tem o poder de fiscalizar e auditar os auditores independentes, bem como aplicar sanções em caso de irregularidades, como multas, suspensões e, inclusive, a cassação do registro profissional dos auditores (BRASIL, 1976).

A responsabilização dos auditores e firmas de Auditoria, entretanto, seja qual for a área, é possível, pois as previsões legais relacionadas à responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas podem ser aplicáveis também para empresas e profissionais da Auditoria. Assim, no caso de uma infração durante o exercício profissional, o auditor pode ser penalizado (FACCHINI; PIVA, 2015). Um exemplo de instrumento que pode levar à penalização de auditores é a Lei n.º 9.613/98, conhecida como Lei de Lavagem de Dinheiro. Essa lei prevê responsabilidade criminal e estabelece penas de reclusão e multa para casos de ocultação e dissimulação da origem, natureza, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes de crimes. Assim, se um profissional ou uma firma de Auditoria estiver envolvido(a) em atividades ilícitas que envolvam a lavagem de dinheiro, pode haver responsabilidade criminal (BRASIL, 1998).

Além da Lei de Lavagem de Dinheiro, diversos outros instrumentos podem ter penalidades aplicáveis às atividades de Auditoria. Isso pode ocorrer, por exemplo, em atos contra a Administração Pública, crimes contra a ordem tributária, crimes contra a ordem econômica, crimes contra o sistema financeiro nacional. Portanto, no Brasil, é possível haver a responsabilização civil, penal e administrativa de auditores e de firmas de Auditoria por danos causados aos acionistas, credores e demais interessados.

Para concluir esse assunto, parece ser oportuno mencionar que, na jurisprudência nacional, embora em pequena quantidade, há casos de condenação de firma de Auditoria por erro (FACCHINI; PIVA, 2015). A título de exemplo, a seguir são apresentadas sentenças de processos judiciais envolvendo duas grandes firmas de Auditoria: a *PriceWaterHouseCoopers* Auditores Independentes (Price) e a KPMG Auditores Independentes (KPMG),

O primeiro exemplo é sobre um processo de responsabilidade civil para indenização decorrente de aquisição de ações. Nesse caso a ré é KPMG, como empresa responsável pela

Auditoria Independente no extinto Banco Nacional. Na sentença³⁶, foi considerada verdadeira a suposição, da autora, de que o banco tinha boa saúde financeira. Embasou-se a suposição em pareceres da KPMG, que, sistematicamente, apontou, nesse sentido, em que pese a entidade bancária estar, à época, na prática, insolvente. Segundo manifestação do juiz do processo, a contabilidade foi “maquiada” e havia contas fictícias. Ainda assim, a Auditoria validou o lucro declarado nas demonstrações contábeis. A instituição estava, tecnicamente, quebrada, não havia lucro, pelo contrário, na verdade havia prejuízo que alcançava duas vezes o patrimônio líquido declarado. A firma de Auditoria contava com excelência reconhecida, o que levou os investidores a não duvidar de suas conclusões. Porém, os auditores estavam envolvidos nas fraudes. A empresa permaneceu contratada por tempo prolongado, houve afrouxamento da impessoalidade, e, inclusive, auditores passaram a integrar o banco (TJSP, 2010).

No segundo exemplo de sentença³⁷, acerca da responsabilidade de firmas de Auditoria Independente pelos serviços prestados, considerou-se que o trabalho de Auditoria deve incluir, além das regras do conselho federal de contabilidade, os padrões internacionais e preceitos do órgão regulador, o Bacen. Considera, também, que a Price deveria ter sinalizado, de maneira enfática, as distorções e somas vultosas, fraudulentamente desviadas. Considera que a firma de Auditoria Externa não exerceu diligência ao nível do seu padrão de confiabilidade, e não agiu para minimizar ou evitar o dano. Considera a conjugada culpa concorrente (TJSP, 2013).

2.2 AUDITORIA

Segundo Attie (1998, p.27), muito embora a etimologia de “Auditoria” possa ser associada ao termo latino *audire*, que significa ouvir, na realidade, o uso dessa palavra está associado ao verbo *to audit*, da Língua Inglesa, e que pode ser traduzido por examinar, ajustar, corrigir, certificar. Esse sentido pode ser identificado em várias definições da Auditoria encontradas na literatura, como está apresentado na seção 2.2.1. Na sequência, apresentam-se tópicos relacionados aos tipos e especialidades da Auditoria, além de metodologias e áreas de conhecimento conectadas ao seu domínio.

³⁶ TJSP. 8ª Câmara de Direito Privado. Apelação no. 994.05.097558-5, São Paulo. Relator: Luiz Ambra, Data de Julgamento: 12 maio 2010, Data de Publicação: 17 maio 2010 (TJSP, 2010).

³⁷ TJSP. 14ª Câmara de Direito Privado. Apelação no. 23.2003.8.26.0000, São Paulo. Relator: Carlos Abrão, Data de Julgamento: 28 ago 2013, Data de Publicação: 09 set. 2013 (TJSP, 2013).

Sobre o conteúdo tratado, porém, é necessário esclarecer que a tipificação da Auditoria é muitas vezes controversa e que, para efeito da apresentação da revisão de literatura descrita a seguir, a classificação adotada considerou três critérios. O primeiro considera o conjunto de áreas de conhecimento e os objetos de avaliados pela Auditoria, sob o nome de especialidades, apresentadas na seção 2.2.2; o segundo é referente ao posicionamento das funções de controle³⁸ em relação à entidade controlada, denominados modalidades de Auditoria, descritos na seção 2.2.3; e, por fim, em outra perspectiva, o terceiro e último critério é relativo às metodologias ou formas de execução de Auditoria, em particular, a Auditoria Contínua e da Auditoria Baseada em Risco. Esse assunto é incluído na seção 2.2.4. E, nas subseções posteriores, discutem-se os referenciais teóricos que dão sustentação à Auditoria, além de padrões, normas técnicas e ferramentas utilizadas na Auditoria.

2.2.1 Definições de Auditoria

Diferentes definições de Auditoria podem ser encontradas nas mais diversas publicações da área. Para o IIA (2021), por exemplo, em termos gerais, a Auditoria é uma atividade de avaliação objetiva, ou asseguração (na língua inglesa, *assurance*) de uma entidade, operação, função, processo, sistema ou outros objetos. De acordo com o Instituto, compete à Auditoria, por meio de relatórios e pareceres no encerramento de cada trabalho, emitir opiniões ou conclusões a respeito do objeto avaliado. Ainda, segundo o IIA, a função de um trabalho de Auditoria constitui, a princípio, dar transparência e confiabilidade às organizações, públicas ou privadas.

Há, entretanto, autores e entidades que definem Auditoria como um processo, e não uma atividade. É o caso da definição constante na ISO 19011:2018 (ABNT, 2018a, p.1), segundo a qual a Auditoria é “*um processo sistemático, independente e documentado para obter evidências e avaliá-las objetivamente, para determinar a extensão na qual os critérios da Auditoria são atendidos*”. Esse entendimento também está presente em Boynton, Johnson e Kell (2002, p. 30-31), reconhecida obra sobre Auditoria Independente, segundo o qual:

³⁸ A origem da palavra pode ser associada ao termo latino *contrarotulus* (LIMA, 2011). Dentre as definições de controle apresentadas por Ferreira (1975), destacamos duas, usadas no contexto desta tese: (1) ato ou poder de controlar, domínio, governo; (2) fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos, ou sobre produtos ou outras coisas, de forma que tais coisas não desviem das normas preestabelecidas. Na administração, o controle é considerado uma função administrativa essencial ligada à monitoração e avaliação das atividades e resultados alcançados (LIMA, 2011).

Auditoria é um processo sistemático de obtenção e avaliação objetivas de evidências sobre afirmações a respeito de ações e eventos econômicos, para aquilatação do grau de correspondência entre as afirmações e critérios estabelecidos, e de comunicação dos resultados a usuários interessados. (BOYNTON, JOHNSON e KELL, 2002, p. 34)

Em outra abordagem, para Motta (1992), a Auditoria é um:

exame científico e sistemático dos livros, contas, comprovantes e outros registros financeiros de uma companhia, com o propósito de determinar a integridade do sistema de controle interno contábil, das demonstrações financeiras, bem como o resultado das operações e assessorar a companhia no aprimoramento dos controles internos, contábeis e administrativos.

A partir dessas definições, pode-se perceber que há caracterizações da Auditoria como um processo, uma atividade ou um exame. Tais termos são usados, de forma geral, nas definições de Auditoria e podem levar a reflexões sobre qual a sua natureza. Pensar a Auditoria como um processo, por exemplo, implica considerar a existência de repetição de um conjunto de etapas que geram produtos ou serviços específicos (ABPM, 2017). Sobre isso, um possível questionamento é acerca do que seria repetitivo no caso dos trabalhos de Auditoria. Ou ainda, o que não se repete neles. Para Almeida (2005), em relação à Auditoria Contábil, os únicos pontos que merecem acordo entre todos os autores são a independência do auditor e a apresentação das demonstrações financeiras em termos éticos. Nesse sentido, cada trabalho de Auditoria seria único e, então, a princípio, o tratamento adequado deveria incluir a visão de projeto, no sentido de envolver um “*esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único*” (PMI, 2017, p.4). Mas não é essa a caracterização encontrada nas referências.

Por outro lado, a definição de Auditoria como um exame, palavra derivada do latim *exāmen*, também tem implicações. Independentemente dos complementos associados ao termo, um exame, no sentido genérico, pode ser uma análise minuciosa; ou uma prova a que alguém é submetido para averiguação de determinados conhecimentos ou aptidões; ou ainda uma inspeção, revista, interrogatório (FERREIRA, 1975). Contudo, esses sentidos podem não ser suficientes para contemplar, dentre outras, as tarefas de emissão de opiniões ou conclusões a respeito do objeto avaliado; de emissão de relatórios e pareceres; e de dar confiabilidade às organizações. Essa insuficiência é mencionada por Henczel e Robertson (2016, p. 564) em publicação sobre a ampliação dos horizontes da AudInf. Segundo eles, ao longo da evolução dessa especialidade de Auditoria, é possível observar a substituição da palavra "exame" por "avaliação" nas definições de AudInf, fato ocorrido possivelmente por indicar de uma forma mais precisa o que é feito em uma Auditoria.

O uso das palavras alternativas abre uma distinção interessante em termos operacionais. O ato de examinar documentos, por exemplo, é uma tarefa básica, às vezes limitada a uma simples conferência, como verificação de existência, conteúdo e integridade de um processo. Por outro lado, o ato de avaliar indica a coleta de informações, seu exame mais detalhado, e a manifestação de conclusões ou julgamentos profissionais. Um exame, portanto, pode ser um subprocesso dentro do termo mais amplo de avaliação (HENCZEL e ROBERTSON, 2016). Ademais, pensar sobre esse alcance pode, também, levar à reflexão do sentido de outras palavras, muitas vezes indicadas como sinônimos da palavra Auditoria, em particular: inspeção, monitoramento e vistoria³⁹. E ainda perícia, fiscalização e consultoria.

Por fim, é necessário tratar das definições que envolvem Auditoria como uma atividade. Esse é o caso da definição do IIA, já citado nesta seção, além das contidas em outros documentos, a exemplo do CGU (2019). Nesse caso, o sentido é de ação ou trabalho específico. Tal tratamento é discutido na seção 2.2.5, sobre os referenciais teóricos para a área. Essa ideia pode ser correlacionada à concepção de que a Auditoria tem a natureza prática, o que pode não ser suficiente para abarcar fundamentos teóricos da disciplina. Como vantagem, abre o caminho para a abrangência de diferentes objetos e não apenas contas contábeis ou sistemas, e permite delimitar o estudo.

Adicionalmente, sobre a terminologia utilizada em meio “interno” às organizações profissionais e regulatórias da área, é oportuno registrar que o termo “firma” é comumente utilizado para referências a entidades – pessoa física ou jurídica – que prestam serviços de Auditoria (BOYNTON, JOHNSON e KELL, 2002, p. 48). Para acompanhar essa prática, o termo firma é utilizado no presente documento para referência as organizações que atuam na Auditoria.

No que se refere ao significado da palavra Auditoria, o conteúdo disponível em dicionário parece ser limitado. De acordo com o dicionário Ferreira (1975, p. 160), por exemplo, a Auditoria pode ser o cargo de auditor; o lugar ou repartição em que o auditor exerce as suas funções; ou ainda o exame analítico e pericial que segue o desenvolvimento das operações contábeis, desde o início até o balanço. Já no Cambridge (2021), Auditoria é um exame oficial das contas de uma empresa e produzir um relatório. Ou seja, embora mencione sentidos ligados à atividade profissional, ainda mantém o sentido restrito ao exame de contas contábeis. E a

³⁹ Os termos similares, listados ao se consultar os sinônimos de Auditoria no endereço <https://www.sinonimos.com.br/Auditoria/>, são: arguição, acompanhamento, audição, auditoria, averiguação, balanço, checagem, exame, levantamento, monitoramento, revisão, revista, validação e vistoria, além de inspeção. Acesso em 8 nov. 2021.

diferença de sentido entre palavras similares à Auditoria, o Quadro 6 contém uma comparação entre alguns desses termos. Enfim, as referências à Auditoria implicam conteúdo muito além do significado de Auditoria.

Quadro 5 – comparação entre Auditoria e termos similares

Termo	Significado (s)
Fiscalização	Para Ferreira (1975), fiscalizar constitui o ato ou efeito de velar por; vigiar examinando, a exemplo de fiscalizar obras; como o ato de submeter a atenta vigilância; o ato de examinar, verificar: fiscalizar uma Contabilidade; exercício de ofício de fiscal, que é relativo ao fisco, ou seja, ao conjunto de órgãos da Administração Pública destinado à arrecadação e à fiscalização de tributos. Assim, o ato de fiscalizar, em geral, relaciona-se ao controle da Administração Pública, no cumprimento de um poder-dever atribuído formalmente. No Brasil, por exemplo, a Constituição Federal (CF) faz referência ao poder de fiscalizar em diferentes níveis, e o Tribunal de Contas da União (TCU) recebe uma parte dessa responsabilidade. A Auditoria, diferentemente da fiscalização, é uma prática que não se restringir à Administração Pública. Além disso, para exercer fiscalização, no rigor do termo, é preciso ter poder atribuído legalmente, e para Auditoria, não. Destaca-se que, muitas vezes, esses termos têm um uso particular. Segundo o conjunto de artigos de 238 a 243, do Regulamento do TCU, por exemplo, a fiscalização inclui atos de Auditoria, de levantamento, de inspeção, de acompanhamento e de monitoramento (TCU, 2020b).
Inspeção	Diz respeito ao processo de examinar ou verificar algum aspecto em particular. Trata-se de um processo realizado no sentido de certificação de condições específicas. Esse sentido pode ser observado nas definições da palavra inspeção do dicionário Ferreira (1975), de acordo com o qual a inspeção é todo procedimento adotado para avaliar ou investigar determinado ambiente, produto ou serviço, com o objetivo de constatar ou evitar falhas. Por exemplo, uma inspeção para verificar se determinadas condições de trabalho estão conforme definidas, ou verificar se o manuseio de um equipamento é feito da forma esperada, ou apurar denúncias e representações contra a Administração Pública. Embora a prática de Auditoria inclua inspeção, ela não se resume à verificação pontual de algum aspecto em particular. Tem um caráter mais abrangente. Por outro lado, muitas vezes, pela sua origem na Contabilidade, a Auditoria tem uma associação quase direta às contas e às finanças, enquanto o termo inspeção é mais utilizado para a verificação de condições particulares de ambientes, produtos ou serviços.
Monitoramento	Palavra derivada do verbo monitorar, do latim <i>monitore</i> , que diz respeito à ação, desenvolvimento ou efeito de monitorizar; relacionado a mecanismos desenvolvidos para observar continuamente e de modo repetido; acompanhar alguma coisa para consideração, analisando as informações fornecidas por instrumentos técnicos; dirigir ou submeter a controle através de monitor(es); fazer o acompanhamento do conteúdo de um programa para verificar sua qualidade (7GRAUS, 2021). A principal diferença do monitoramento com a Auditoria é a continuidade do acompanhamento. Esse tipo de ação contínua pertence

	ao processo de controle, que, embora possa incluir trabalhos de Auditoria, é um ato que faz parte do ciclo de gestão (MAXIMIANO, 2007).
Perícia	Uma perícia tem objetivo de levantar hipóteses sobre uma situação ocorrida. É realizada após a ocorrência de algum problema, por exemplo um incêndio. De uma forma geral, segundo Ferreira (1975), é (1) uma qualidade de peritos; (2) uma habilidade ou destreza; (3) uma vistoria ou um exame de carácter técnico e especializado; (4) um conjuntos de peritos (ou um só); (5) conhecimento, ciência. Uma Auditoria, assim como uma perícia, pode ser iniciada após uma ocorrência suspeita, contudo, em geral, o trabalho de um perito é necessário quando o caso exige alta especialização técnica. Inclusive, esse tipo de trabalho pode ser solicitado ao longo de uma Auditoria.
Vistoria	Conforme Ferreira (1975), uma vistoria pode ser uma inspeção judicial a um prédio ou lugar sobre o qual existe litígio. Também é citada como sinônimo de revista ou inspeção. Comparada com fiscalização, vistoria é uma atividade executada por representante de um órgão superior para investigar algum processo, produto ou condição da empresa. Diferentemente da perícia, essa atividade não necessita de análise técnica aprofundada e sem uso de equipamentos ou instrumentos especializados. Em geral tem objetivo, apenas, de coletar informações e apresentar o resultado em um relatório (de vistoria).

Fonte: elaborada pela autora.

Quanto à distinção das atividades de avaliação e consultoria, recorre-se às explicações constantes no *framework* IIPF 2017 (IIA, 2017), que compõe as normas internacionais de Auditoria Interna. Nessa especificação, classificam-se os serviços de Auditoria em avaliação e consultoria. Para o Instituto, os serviços de avaliação são aqueles de avaliação objetiva da evidência, pelo auditor interno, com a finalidade de fornecer opiniões ou conclusões a respeito de uma entidade, operação, função, processo, sistema ou outros assuntos importantes. E os serviços de consultoria são, por natureza, aqueles relativos à assessoria. Em geral, estes são negociados a partir de solicitação específica de um cliente do trabalho. Nesse caso, acordam-se a natureza e o escopo da consultoria entre a empresa ou departamento de Auditoria e o cliente do trabalho. Tal caracterização é importante porque difere os serviços de consultoria dos serviços de avaliação, os quais não são negociados entre as partes. Eles são completamente definidos pela Auditoria.

Nessa perspectiva, citam-se algumas diferenças de concepção dos serviços de Auditoria entre as especificações do IIA e o ponto de vista de Boynton, Johnson e Kell (2002)⁴⁰. Os autores utilizam a palavra *assurance* (em Língua Portuguesa do Brasil: asseguuração) para fazer referência aos serviços profissionais independentes realizados com a finalidade de melhorar a qualidade da informação, ou seu contexto, para tomadores de decisão. Segundo eles, a Auditoria representa um dos serviços de *assurance* e constitui a base sobre a qual outros serviços têm-se desenvolvido. Sobre a expressão “serviços profissionais”, os autores destacam a importância da aplicação do julgamento profissional, o que caracteriza a profissão do auditor como responsável pelo resultado do trabalho. Eles, também, destacam o conceito de independência como característica-chave da profissão, atribuindo ao profissional a liberdade de manifestação de opinião, sobre a qual ele pode ser responsabilizado inclusive legalmente.

É precisamente a condição de independência, ou seja, de posição autônoma e imune a quaisquer pressões, que marca a relação entre a posição da Auditoria e a posição da gestão. Um trabalho de Auditoria deve ser realizado com independência em relação às organizações, aos programas, aos processos, às atividades, aos sistemas e à qualquer outro objeto examinado (TCU, 2020a). A independência é a base da Auditoria, no sentido de ser neutra em relação à entidade auditada (BOYNTON, JOHNSON e KELL, 2002, p. 78). Para a Auditoria, a independência é um valor que requer uma posição de não se comprometer com o processo de tomada de decisão, que é responsabilidade da gestão. Assim, a Auditoria cabe oferecer um olhar externo para subsidiar as decisões dos gestores, dos administradores ou dos proprietários.

2.2.2 Especialização e áreas da Auditoria

Ao longo dos últimos anos, no pós-1929, as funções da Auditoria acompanharam o crescimento da complexidade das empresas e o aumento das dificuldades de controle. Nesse período, houve expansão do espaço de atuação da Auditoria. Para além da tradicional Auditoria Contábil, atualmente a Auditoria está presente em várias áreas de conhecimento. Foram desenvolvidas novas técnicas e práticas em diferentes áreas, a exemplo da Administração, da Medicina, da TI e da CI.

⁴⁰ Os autores tratam dos serviços prestados por firma de Auditoria. Segundo eles, os serviços podem ser de *assurance*, tecnologia, consultoria gerencial, planejamento financeiro e serviços internacionais (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002, p. 42). Para a discussão sobre a definição de Auditoria, não parece ser necessário descrever cada um desses serviços.

Nesse contexto, às vezes, a classificação e a denominação da Auditoria podem ser baseadas na área de conhecimento dedicada ao estudo do objeto. Dentre essas especialidades, além da Auditoria Contábil, estão as Auditorias: Ambiental (LA ROVERE, 2001), Financeira (SIERRA E ORTA, 1996; TCU, 2014), de Sistemas de Informação (IMONIANA, 2008), de TI (BRAZ, 2017) e de Saúde (FIGUEIRA et al., 2008). Às vezes a denominação indica o objeto avaliado, como o caso da chamada Auditoria Operacional, que examina uma ou mais operações de uma organização (TCU, 2020c); ou, ainda, a Auditoria Patrimonial, específica para avaliação do patrimônio de uma organização (NASCIMENTO e MARQUES, 2011). Também há casos em que a denominação da Auditoria é relacionada a objetos de avaliação de caráter transdisciplinar. É o caso da Auditoria de Procedimentos ou Auditoria de Processos (DIAS, 2006; HOYLE E THOMPSON, 2022). Esses trabalhos podem incluir, simultaneamente, avaliações de diferentes produtos, serviços, sistemas de informação e fluxos de informações com envolvimento de várias áreas de negócio ou disciplinas.

Um tipo de Auditoria que pode ser aplicada à maioria dos objetos é a Auditoria de Conformidade, às vezes chamada de “Auditoria *hard*”. Segundo Carvalho (2019), essa Auditoria é, em essência, a confrontação entre o que está definido em leis e regulamentos e o que está sendo aplicado. Com esse mesmo sentido, para o Intosai (2013c), a Auditoria de Conformidade é aquela que centra o olhar no cumprimento normativo ou legal. Para fazer diferenciação da Auditoria de Conformidade com outros tipos de Auditoria, Carvalho (2019, p. 61) menciona a Auditoria Consultiva, ou *soft*. De acordo com a autora, a denominação Auditoria *soft* se refere à “avaliação de aspectos em relação aos quais não existem normas de cumprimento obrigatório e analisa a adequação dos aspectos auditados em relação aos objetivos da organização”. Na sequência, para exposição de exemplos de especialidades e áreas da Auditoria, descrevem-se diferentes aspectos de dois tipos de objeto avaliados: Auditoria Contábil e Auditoria de Processos.

2.2.2.1 Auditoria Contábil

A Auditoria Contábil é a especialidade mais tradicional dentre as áreas da Auditoria. Ela se refere à verificação periódica dos demonstrativos financeiros das empresas. Em geral deve produzir parecer sobre a adequação ou não aos critérios estabelecidos nos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (BOYNTON, JOHNSON e KELL, 2002). Essa Auditoria pode ser mandatória em determinados setores. Atualmente, no Brasil, é mandatória para empresas com participação no mercado acionário e para instituições financeiras supervisionadas pelo Banco Central.

Também é interessante observar que, embora seja tradicional, a Auditoria Contábil tem sofrido mudanças ao longo do tempo. Ela, por exemplo, precisou se adequar a recentes mudanças na Contabilidade nacional e internacional decorrente do movimento de harmonização global das normas contábeis e a consequente implantação do padrão contábil internacional (IFRS) no Brasil.

Outro fato relevante é a existência de críticas sobre as tradicionais práticas de Auditoria Contábil. Uma das críticas envolve a abrangência do objeto avaliado, com o argumento de que parece não ser mais aceitável avaliações apenas de exceções, como é convencionalmente definido o objeto nessa especialidade de Auditoria (ALMEIDA, 2018). Outra crítica é sobre não ser razoável fazer avaliações apenas trimestrais, semestrais ou anuais, como é feito nessa especialidade. Isso porque, para avaliar a confiabilidade das organizações pode ser preciso ter tempestividade com avaliações contínuas (VASARHELYI e ALLES, 2008). Tais críticas foram mencionadas na introdução e constituem argumento para a oportunidade do desenvolvimento do presente projeto de pesquisa.

2.2.2.2 *Auditoria de Processo*

A especialidade de Auditoria que se dedica à avaliação dos passos sequenciais e interações de um ou mais processos em uma organização ou em outro sistema recebe a denominação de Auditoria de Processo. Nesse caso, processo é entendido como “*uma agregação de atividades e comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar um ou mais resultados*” (ABPMP, 2013, p.35).

Uma referência muitas vezes utilizada como base para essa avaliação é o Modelo de Processo de Negócios (na língua inglesa *Business Process Model*, BPM), descrito no “Guia de Gerenciamento de Processos de Negócio Corpo Comum de Conhecimento” (BPM CBOK®), que é publicado pela *Association Of Business Process Management Professionals International* (ABPMP). Desenvolveu-se o BPM para dar suporte à gestão orientada a processos com base na evolução e integração das ideias da administração científica e das disciplinas de qualidade e processos desenvolvidas no Japão nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, em particular no Sistema Toyota de produção (STP), nos Sistema de Controle da Qualidade Total e na Reengenharia de Processos (BPR). (ABPMP, 2013).

Entretanto, apesar do BPM ser fundamental para a avaliação, há diferentes abordagens de Auditoria de Processo. Na concepção de Russell (2012), por exemplo, o foco dessa Auditoria não é a verificação de requisitos isolados, mas sim o ciclo de trabalho e as entregas. Segundo o

autor, essa Auditoria realiza exame dos processos para verificar se as entradas, ações e saídas estão de acordo com os requisitos definidos. Já para Dias (2006), a Auditoria de Processos é

[...] uma atividade de avaliação independente de assessoramento à alta gestão da empresa, que visa à avaliação de sistemas de controle envolvidos e verificação dos procedimentos e normas alocados no desenvolvimento no negócio exercido, atentando para o desempenho operacional e eficácia obtida por suas áreas produtivas, considerando os planos de metas, macro objetivos e políticas definidas pela organização (DIAS, 2006, p.1).

Quadro 6 – Auditoria de Procedimentos e Auditoria de Processos

Auditoria de Procedimentos	Auditoria de Processos
Identifica que tarefas estão sendo executadas	Identifica que objetivos devem ser alcançados
Avalia a implementação do procedimento	Avalia a operação do processo
Identifica quem executa as tarefas	Identifica os fatores que afetam o sucesso
Identifica os passos para a realização de tarefas	Confirma se o processo é desenhado para o alcance dos objetivos
Verifica se os procedimentos estão sendo seguidos	Verifica se os controles instituídos são consistentes com os fatores de sucesso
Examina se as pessoas são treinadas para executarem as tarefas	Identifica as competências e capacidades requeridas para a entrega das saídas do processo
Verifica se a documentação é atual e se o equipamento (sistema) está adequado	Verifica se a competência e capacidade estão sendo avaliadas efetivamente
Verifica se as condições de trabalho são adequadas	Identifica que resultados estão sendo alcançados
Identifica de onde as entradas vêm e para onde as saídas vão	Examina como as saídas estão sendo medidas
Verifica se o regime de alçadas está sendo seguido	Verifica a integridade dos resultados
Verifica a manutenção de registros	Confirma se o desempenho, a eficiência e a eficácia estão sendo revistos
Verifica conformidade com algum padrão	Verifica se a melhoria em desempenho, eficiência e eficácia está sendo perseguida

Fonte: adaptada de Hoyle e Thompson (2022).

Em outra abordagem, Hoyle e Thompson (2022) afirmam que, para ser denominada Auditoria de Processo, é preciso que a Auditoria determine se os resultados estão sendo gerados por um processo efetivamente gerenciado. Para os autores, esse resultado não pode ser alcançado com avaliação de procedimentos isolados, embora trabalhos de Auditoria de procedimento possam oferecer resultados úteis para determinadas situações. Eles, também, elaboraram uma lista comparativa entre procedimento e processo. Observando essa comparação, é possível

evidenciar algumas diferenças entre Auditoria de Procedimentos e Auditoria de Processo. No Quadro 7, relacionam-se essas diferenças.

2.2.3 Modalidades de Auditoria

Embora a origem da Auditoria possa ser associada ao surgimento da Contabilidade, ao longo de sua evolução, essa atividade tem se expandido e diversificado. Na atualidade, as modalidades de Auditoria, de forma geral, estão associadas ao posicionamento das funções de controle em relação à entidade controlada. O controle pode ser interno ou externo. O controle é classificado como interno, quando o agente controlador pertence à administração que é objeto de controle, caso contrário, é considerado externo. Com essa perspectiva, é possível identificar nos serviços de Auditoria no setor privado a Auditoria Independente, também chamada de Auditoria Externa, e a Auditoria Interna. Além disso, a Auditoria Governamental também pode ser relacionada ao controle interno e externo, motivo para classificá-la à parte. A seguir, um breve detalhamento dessas modalidades de Auditoria.

2.2.3.1 Auditoria Independente

As definições de Auditoria apresentadas por Boynton, Johnson e Kell (2002) e Motta (1992) expõem, em particular, a tradicional Auditoria de demonstrações contábeis, realizada por auditores vinculados às empresas que executam a denominada Auditoria Independente. Trata-se de verificação anual dos balanços de empresas de médio ou grande porte. Essa modalidade de Auditoria tem origem na legislação britânica, em especial, a *Railway Companies Consolidations Act*, promulgada em meados do século XIX, no curso da Revolução Industrial. A partir daí, a Auditoria passou a ser, na maioria dos países, uma exigência legal para grandes organizações privadas ou públicas. Contudo, a obrigatoriedade de auditoria contábil, independentemente dos demonstrativos financeiros das empresas que tivessem suas ações cotadas em bolsa, ocorreu, apenas, após o *crash* do mercado acionário de 1929 (BOYNTON, JOHNSON e KELL, 2002, p. 35).

No Brasil, a atividade da Auditoria Independente no mercado de valores mobiliários é regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Como exemplo de documento que regulamenta a atividade pode ser citada a Instrução Normativa n.º 308, a respeito da prestação do serviço de Auditoria Independente com estabelecimento de regras atinentes ao trabalho do

auditor e aos procedimentos da entidade auditada (CVM, 1999). Outro exemplo de documento é o Ofício-Circular n.º 1/2022-CVM/SNC/GNA, em que a CVM presta esclarecimentos relacionados à atuação do auditor contábil independente no âmbito desse mercado. Segundo esses esclarecimentos, no país, os fundamentos que orientam a atividade regulatória da Auditoria Independente no mercado acionário incluem (CVM, 2022):

- a) a importância de um sistema de Auditoria Independente como suporte indispensável ao órgão regulador;
- b) a figura do auditor independente como elemento imprescindível para a credibilidade do mercado e como instrumento de inestimável valor na proteção dos investidores, na medida em que a sua função é zelar pela fidedignidade e confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade auditada;
- c) a exatidão e a clareza das demonstrações contábeis, inclusive a divulgação em notas explicativas de informações indispensáveis à visualização da situação patrimonial e financeira e dos resultados da entidade auditada;
- d) a dependência do órgão regular de um sistema de Auditoria eficaz e, fundamentalmente, da tomada de consciência do auditor quanto ao seu verdadeiro papel dentro deste contexto; e
- e) a necessidade de que o mercado disponha de auditores independentes altamente capacitados e que, ao mesmo tempo, desfrutem de um elevado grau de independência no exercício da sua atividade.

2.2.3.2 *Auditoria Interna*

A origem Auditoria Interna, ocorrida por volta de 1929, está relacionada ao atendimento dos pedidos de informações e documentos feitos pela Auditoria Independente. Para o atendimento às solicitações de auditores externos, as empresas precisavam designar empregados do quadro próprio para auxiliar na localização das informações requeridas. Então, os empregados designados, com o decorrer do tempo, aprenderam e dominaram as técnicas de Auditoria. Assim, passaram a utilizar tal conhecimento para os trabalhos solicitados pela própria administração da empresa (MARTINELLE AUDITORES, 2002).

Recentemente, a Auditoria Interna, com atuação centrada no controle interno, passou a ser vista como “o olho do dono” e como instrumento de melhoria contínua do ambiente de negócios. Sua atuação se soma a diversos esforços para GC. Então, espera-se que os profissionais da Auditoria Interna, em cada trabalho, tenham conhecimento sobre os controles internos

aplicáveis ao objeto em avaliação. Afinal, o controle interno tem finalidade de auxiliar as organizações a alcançar seus principais objetivos, além de sustentar e otimizar o desempenho.

Essa modalidade de Auditoria pode ocorrer em qualquer empresa ou instituição, privada ou pública, mas, apenas em alguns casos, é obrigatória. Por exemplo, no Brasil, é mandatória em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, por determinação da Resolução n.º 4.588, de 29 de junho de 2017 (BACEN, 2017a). Segundo essa Resolução, Auditoria Interna consiste na atividade responsável por analisar e controlar o funcionamento interno de uma empresa. Essa atividade é executada por uma unidade específica da empresa, ou por profissionais terceirizados contratados para esse fim, podendo ser constituída em qualquer tipo de empresa ou instituições, privadas ou públicas. Em qualquer caso, a entrega esperada de um trabalho de Auditoria Interna é um conjunto de informações que possam subsidiar decisões assertivas e um rol de recomendações⁴¹ para melhoria do objeto avaliado. É preciso que esses trabalhos entreguem informações oportunas e de qualidade para contribuir com decisões da Alta Administração (ETCHECHURRY, 2022, pp. 6 e 7).

2.2.3.3 *Auditoria Governamental*

A Auditoria Governamental é relacionada a mecanismos de Estado estabelecidos para impor e verificar o cumprimento de seus objetivos. Ela é pensada e exercida no âmbito da Administração Pública e está vinculada ao cumprimento da lei e ao atendimento do interesse público. Essa Auditoria, também, pode ser associada a controle interno e a controle externo. Importante diferenciar, no entanto, o controle interno mencionado anteriormente, no tópico Auditoria Interna, e os controles internos administrativos. Esses últimos constituem um conjunto de planos, métodos, procedimentos e outros elementos estabelecidos e interconectados com finalidade de assegurar o alcance dos “*objetivos das unidades e entidades da Administração Pública*” (LIMA, 2011, p. 360). No Brasil, por exemplo, o controle interno do Poder Executivo Federal é organizado e disciplinado pela Lei 10.180/2001 (BRASIL, 2001a).

O controle externo, por sua vez, envolve um conjunto de ações de controle desenvolvidas por uma estrutura organizacional não integradas à estrutura controlada (LIMA, 2011). O

⁴¹ Recomendação é um termo muito utilizado na literatura, por exemplo no sítio da Internet denominado Portal de Auditoria (2021a). É utilizado, também, nas práticas de Auditoria, para fazer referência a ações corretivas ou pontos de melhoria que os auditores indicam para corrigir ou melhorar o objeto avaliado. Foi utilizada também a expressão “ações recomendadas”.

Sistema de Tribunal de Contas é um exemplo de Sistema de Controle Externo que realiza Auditoria em entidades do Setor Público. As Auditorias desse sistema são exercidas com base nas Normas Internacionais de Auditoria das Entidades de Fiscalização Superior, em Língua Inglesa *International Standards of Supreme Audit Institutions* (ISSAI), publicadas e mantidas pela Intosai, no Brasil, representada pelo TCU. A atividade de controle dessa instituição, prevista na Constituição brasileira (BRASIL, 1988), em vigor, em seu inciso IV do art. 71, inclui Auditorias e inspeções de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Especificamente, a Auditoria Governamental, realizada pelo TCU, é um elemento primordial para assegurar e promover o cumprimento do dever de *accountability*⁴² (TCU, 2020b). Exemplo de uma decisão do TCU é o Acórdão 3.608/2014 (TCU, 2014), que define diretrizes para a Auditoria Financeira em entidades da Administração Pública com objetivo estratégico de aumentar a transparência, a credibilidade e a utilidade das contas públicas.

Registra-se que o controle da Administração Pública é um poder-dever não apenas do TCU, mas de todos os órgãos aos quais a Constituição e as leis atribuem essa função, a exemplo da Controladoria Geral da União (CGU) e dos Tribunais de Contas dos Estados (TCE) e dos Municípios (TCM).

A CGU, por sua vez, adotou o nome de Auditoria Interna Governamental para uma de suas atividades (CGU, 2023a). Esse nome foi utilizado por Aquino (2023, p.37) na dissertação desenvolvida com objetivo principal de propor uma Arquitetura da Informação para Auditoria Interna Governamental, como forma de possibilitar “*um ambiente de Auditoria com segurança, integridade e transparência de dados*”.

Além das atividades de controle da Administração Pública, um tipo especial de controle – que tem natureza particular – é a supervisão bancária. O padrão que orienta essa atividade em muitos países, inclusive no Brasil, foi desenvolvido pelo *Federal Reserve Bank (FED)*, que é o banco central dos EUA. O padrão é denominado *CAMEL Analysis for Banking*⁴³. A sigla *CAMEL* é formada pelas iniciais dos seguintes termos em inglês: *Capital adequacy, Assets, Management capability, Earnings, Liquidity* e *Sensitivity* (CFI, 2023). Em Língua Portuguesa do Brasil, esses termos, respectivamente, podem ser traduzidos livremente por: adequação de capital,

⁴² O termo *accountability* não tem tradução precisa para o Português do Brasil. Segundo o TCU (2020b), o *accountability* pressupõe a existência de uma parte que delega a responsabilidade e outra que a aceita. Também pressupõe a existência do compromisso de prestar contas sobre o cumprimento dessa responsabilidade.

⁴³ Informações adicionais sobre o CAMEL podem ser consultadas em <<https://corporatefinanceinstitute.com/resources/wealth-management/camels-rating-system/>>. Acesso em: 02 fev. 2023. (CFI, 2023).

ativos, capacidade de gestão, lucro, liquidez e sensibilidade. Esses são os requisitos que direcionam a atuação da supervisão bancária em nível mundial.

No Brasil a supervisão bancária é exercida pelo Banco Central do Brasil (Bacen). No presente estudo, classifica-se essa atividade como Auditoria governamental por ser exercida pelo Bacen, que é uma autarquia federal. Na seção 3.1, a respeito da abordagem sobre o marco legal do Sistema Financeiro Nacional (SFN), expõe-se essa atividade.

2.2.4 Metodologias de Auditoria

Várias formas – metodologias, métodos, técnicas – de realizar Auditorias foram desenvolvidas ao longo da história. Segundo um estudo elaborado pela Federação Nacional dos Bancos (Febraban), em parceria com a Deloitte Touche Tohmatsu, para atingir seus objetivos, a Auditoria precisa ser suportada por metodologias de trabalho que permita a identificação, avaliação e priorização dos riscos mais relevantes para as instituições (FEBRABAN e DELOITTE, 2003, p.35).

Um exemplo de metodologia utilizada é a autoavaliação de controles, em Língua Inglesa, *Control Self Assessment*, que consiste num processo em que os próprios gestores avaliam seus controles e riscos. Em geral, para isso, eles aplicam questionários ou realizam oficinas de autoavaliação. Nesse caso, os auditores atuam como facilitadores (IIA, 2015).

Até o início dos anos 2000, exceto pelo uso de planilhas e Computer Assisted Audit Tools and Techniques (CAATT), o uso de TI pelos auditores era restrito. Entretanto, a crescente complexidade do ambiente de negócios e as mudanças no mundo corporativo tem levado à busca de novas formas de atuação. Como resultado surgem, inclusive, novas propostas de metodologias. Além disso, a incorporação e o uso mais intensivo de recursos tecnológicos mais avançados, como a Mineração de Dados, tem sido defendido por muitos estudiosos da área. Por exemplo, Chan, Chiu e Vasarhelyi (2018) apontam a necessidade emergente e crescente de apoiar a *assurance* em tempo real, ou ainda, de forma contínua. Nesse caso, a metodologia é, frequentemente, chamada de Auditoria Contínua, ou *Continuous Auditing (COA)*, em Língua Inglesa.

Em essência, o efeito das mudanças metodológicas, redirecionam a prática de Auditoria de um modelo reativo para um modelo proativo (FEBRABAN e DELOITTE, 2003, p.35). Assim, naturalmente, as mudanças na metodologia são importantes para sua contextualização na sociedade contemporânea. Contudo, esse é um assunto extenso e foge do escopo dessa tese. Por

isso, a revisão descrita a seguir se resume a um breve panorama da metodologia com foco em risco e com uso de Auditoria Contínua.

2.2.4.1 *Auditoria com Base em Risco*

Às vezes tem sido reconhecida a insuficiência da Auditoria na forma tradicional, ou seja, em relação às avaliações periódicas das demonstrações contábeis realizadas pela Auditoria Independente. Almeida (2005, 2018), por exemplo, menciona esse reconhecimento. Em realidade, para além da Auditoria Contábil, esse diagnóstico vale para todos os tipos de Auditoria, inclusive a Auditoria Interna e a Auditoria Governamental. Febraban e Deloitte (2003, p. 35), por exemplo, indicam o despreparo da Auditoria para adotar uma metodologia de trabalho que permita identificar, avaliar e priorizar os riscos mais relevantes da organização.

A partir desse reconhecimento, fica exposta a necessidade de adoção de metodologia baseada no gerenciamento de riscos. Conforme Cunha (2017, P.59), por exemplo, as práticas de Auditoria devem envolver a identificação e gerenciamento de riscos que possam afetar as informações contábeis. Nesse sentido, iniciativas em busca de reorientação de práticas e de fortalecimento da Auditoria adotam a aplicação de modelos de SCI e de gerenciamento de risco.

Atualmente, uma importante referência para o SCIs e o gerenciamento de risco é o modelo Coso 2013, descrito na seção 2.1.2. O referido modelo retrata a forte conexão dessas duas disciplinas. A Isaca, por sua vez, tem um programa que inclui material didático, cursos, provas de certificação e quadro de profissionais certificados orientado para formação de profissionais de gerenciamento de riscos de TI denominado *Certified in Risk and Information Systems Control (CRISC)* (ITGI, 2004).

2.2.4.2 *Auditoria Contínua*

Em tempos de profundas mudanças, as organizações precisam encontrar soluções em tempo real sobre os principais riscos e os diferentes cenários, a exemplo das dinâmicas condições comerciais e do trabalho remoto. As mudanças têm tido impacto, inclusive, os ambientes de controle que precisam lidar com riscos derivados de aspectos desconhecidos e imprevistos. Além disso, quando os dados estão disponíveis, mas não são utilizados de maneira prescritiva, eles podem não contribuir para a identificação de riscos emergentes ou para a geração de percepções de detecção de risco.

Nesse contexto, os gestores, para enfrentar dificuldades e antecipar a ocorrência de eventos, buscam mecanismos para alcançar uso eficaz de tecnologia, análises de dados e automação de processos. Inclusive, por essa razão, há crítica aos trabalhos de Auditoria realizados com avaliações restritas a períodos definidos como trimestrais, semestrais ou anuais. Na busca por uso de novas tecnologias e por soluções para contornar lacunas deixadas nesses períodos, mais recentemente, algumas pesquisas têm sido realizadas. Vasarhelyi e Alles (2008), por exemplo, defendem uma metodologia denominada Auditoria Contínua. Para os autores, essa forma de fazer Auditoria está voltada a alcançar produção de resultados em tempo real ou em um pequeno intervalo de tempo após a ocorrência de um evento relevante.

O nome e a importância dessa metodologia também já são reconhecidos pelas mais importantes entidades da área. O *Global Technology Audit Guide (GTAG)*⁴⁴ do IIA, por exemplo, define a Auditoria Contínua como o método automático usado para realizar avaliações de controle e risco com uma frequência contínua (AQUINO, SILVA e VASARHELYI, 2008). De forma semelhante, o AICPA e o *Canadian Institute of Chartered Accountants (AICPA / CICA)* definiram a Auditoria Contínua e forneceram orientações sobre o assunto (AICPA, 2015).

Além disso, no esforço de dar suporte à Auditoria Contínua, muitas têm sido as publicações com contribuições para novos fundamentos, métodos e técnicas. Para exemplificar, estão listados, a seguir, breve descrição de cinco publicações. Eles tratam de questões relacionadas ao impacto da transformação digital na redefinição da função Auditoria. Também questionam as práticas, há muito tempo estabelecidas, e apontam a necessidade de os auditores repensarem sua função para a era digital.

- a) *Transforming the IT Audit Function – Taking the Digital Journey*: considera a transformação digital disruptiva para o mundo dos negócios e em todas as funções das empresas, incluindo a Auditoria de TI. Questiona em que sentido a Auditoria de TI precisa se direcionar considerando-se o lema: "*melhor, mais rápido e mais barato?*" (KRESS, 2016);
- b) Como auditar o elemento humano e avaliar o risco de segurança de sua organização: o artigo apresenta o conteúdo do Relatório de investigação de Violações de Dados de 2016 (em Língua Inglesa, *Data Breach Investigations Report*), que fez revelações sobre o

⁴⁴ A série GTAG reúne um conjunto de documentos para orientação de práticas de Auditoria relacionadas ao gerenciamento, controle ou segurança da TI. Seu objetivo é orientar os gestores de Auditoria sobre o tratamento de diferentes riscos associados à tecnologia e práticas recomendadas (EVEREST et al, 2008).

vetor humano, e considera que essa “ameaça” está mais perigosa do que nunca (PENDERGAST, 2016);

- c) *Agile Audit*: artigo sobre “Auditoria ágil”. Destaca que o termo *Agile*, geralmente, se refere ao desenvolvimento de *software*, mas tem sido utilizado para a Auditoria desde 2012. Apresenta alternativas para enfrentar as restrições de tempo que são parte integrante de cada trabalho de Auditoria. Orienta como lidar com: trabalhos de Auditorias complexas, paralelismo de tarefas, eliminação ou diminuição de pontos de estrangulamento e atribuição de tempo para várias tarefas com proporcionalidade pela importância da tarefa (ALEXIOU, 2017);
- d) *Creating Assurance in Blockchain*: apresenta proposta para avaliação de *Blockchain* e informa que a tecnologia, também, está sendo testada por diversas empresas para rastrear a propriedade de ativos sem uma autoridade central (SMITH, 2017);
- e) Modelo de Auditoria Contínua: *framework* de integração de dados: tese de doutorado que propõe um ambiente para um processo de Auditoria Contínua utilizando serviços e *eXtensible Business Reporting Language*. Explora aspectos relacionados à arquitetura corporativa⁴⁵ com inclusão da Auditoria Contínua (CODESSO, 2018).

De forma geral, na forma como está sendo construída, a Auditoria Contínua é uma metodologia que conta com métodos de automatização para realização de avaliações de controle e risco a partir de bases de dados atualizadas com frequência (VASARHELYI e HALPER, 1991). A atividade de Auditoria, nesta metodologia, é repetida, regularmente, visando oferecer uma visão oportuna sobre os riscos da organização e os problemas de controle. Ela incorpora controles de monitoramento a ferramentas de visualização, na forma de painéis (HUNT e MOURA, 2023).

Exemplo de uso de painéis para a Auditoria está disponível no portal “Painéis Audin-MPU” (AUDIN-MPU, 2023). Este é portal da Auditoria Interna do Ministério Público da União (MPU), que disponibiliza, de forma consolidada, um conjunto de indicadores relativos aos trabalhos de fiscalização e de pareceres emitidos. Os dados, atualizados semanalmente, incluem

⁴⁵ Nesta tese utiliza-se o termo “arquitetura corporativa”, traduzido do termo “*enterprise architecture*” da Língua Inglesa, para fazer referência à descrição do desenho básico dos componentes de um sistema de negócios, ou ainda de um elemento de um sistema de negócios, a exemplo da tecnologia, o relacionamento entre eles e a forma como suportam os objetivos da organização. Esse entendimento é utilizado pelo ITGI (2012).

os indicadores monitorados, os trabalhos planejados e executados e os documentos produzidos pela Auditoria.

2.2.5 Referenciais teóricos para a Auditoria

Os primeiros indícios de funções de controle – Auditoria – estão associados ao surgimento da Contabilidade, por volta de 4.500 a.C. Isso é o que revelam provas arqueológicas de atividades semelhantes a inspeções e conferências de registros realizadas entre uma família real e o templo sacerdotal sumeriano (SÁ, 1998). Desde aquela época, o homem, por diversos motivos, parece ter sido impelido a exercer atividades de controle e avaliação com diferentes propósitos (PONJUÁN DANTE, 2008).

O reconhecimento da atividade profissional dos auditores, contudo, aconteceu, apenas, nos fins do século XIII, na Inglaterra. E, somente na década de 1960, surgiram publicações com propostas de constituição de uma base teórica da Auditoria (ALMEIDA, 2005; DENNIS, 2015; MAUTZ e SHARAF, 1961). Então, a partir do século XX, muitas iniciativas de gestão que visam alcançar emprego racional de recursos estão associadas às mais variadas funções de controle. Atualmente, grandes avanços na esfera da gestão corporativa têm ocorrido e a Auditoria está incorporada aos diversos esforços para controle interno e GC (PONJUÁN DANTE, 2008).

Em 1961, Mautz e Sharaf (1961) apresentaram um dos trabalhos seminais sobre a Teoria da Auditoria. Considerou-se a obra a primeira formulação teórica da Auditoria (ALMEIDA, 2005, p.86; DENNIS, 2015, p. 2). De acordo com os autores, a Auditoria constitui, apenas, um conjunto de práticas e procedimentos, métodos e técnicas. E, ainda, segundo esse pensamento, a Auditoria seria um assunto completamente prático, com pouca necessidade de explicações, descrições, reconciliações e argumentos presentes em uma teoria. Em contraposição a tal entendimento, os autores conceberam um conjunto de postulados essenciais ao desenvolvimento científico e à estruturação teórica da Auditoria. Tais postulados, com ponto de partida na Auditoria Financeira,⁴⁶ representam, enfim, um marco na história da Auditoria.

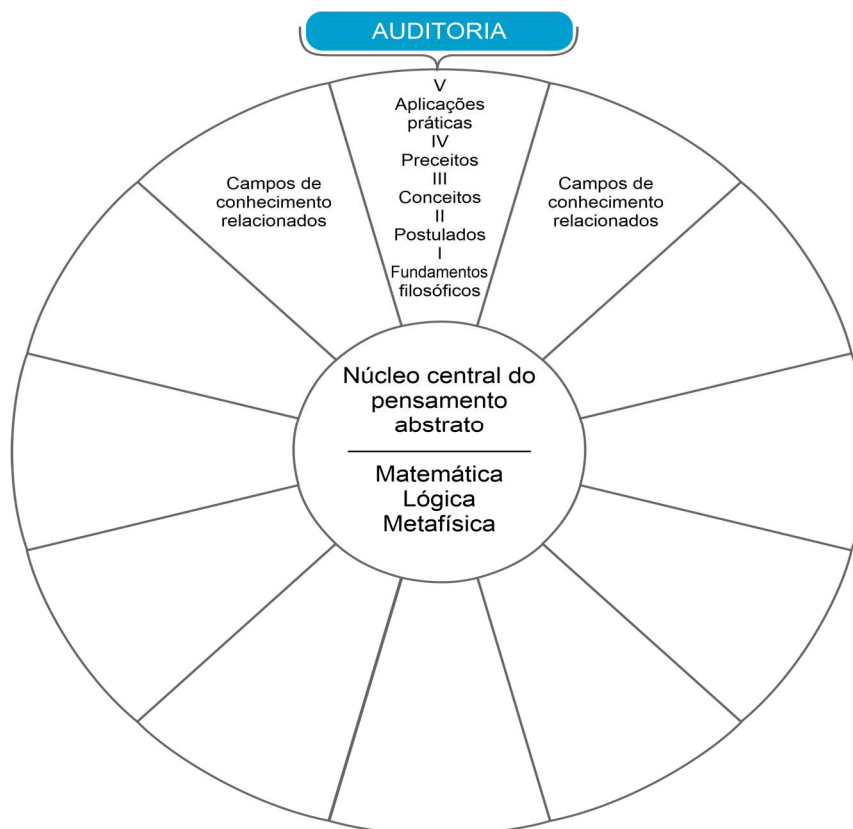
⁴⁶ Nesse caso, a Auditoria Financeira é citada no contexto da Auditoria Independente, isto é, trata-se de um tipo especializado de Auditoria para a avaliação de informações financeiras relacionadas às demonstrações contábeis (CFC, 2015). A expressão é comumente usada em outros contextos, como, por exemplo, para a Auditoria Governamental na forma definida pelo Acórdão 3.608/2014 (TCU, 2014). E, segundo o Intosai (2013b), a Auditoria Financeira busca determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada de acordo com o marco regulatório e a estrutura de relatório financeiro aplicáveis.

A formulação apresentada por Mautz e Sharaf (1961) propôs uma base teórica para a Auditoria com conhecimentos com abrangência além da Contabilidade. Para explicar a natureza da Auditoria como um campo de estudo, eles utilizaram uma classificação quártupla⁴⁷ e defenderam que a Auditoria compartilhava da natureza de uma ciência sinótica, ou seja, era de natureza semelhante às ciências que desenvolvem uma interpretação única de seu objeto, mas que usam métodos e princípios de outras ciências. Esclarece-se, porém, que os autores não discutem se a Auditoria pode ser descrita, apropriadamente, como uma ciência. Eles justificam que esse enquadramento dependeria de quais são as características que compõe uma ciência. Eles, contudo, não buscam essa caracterização, antes defendem que o entendimento relevante para o estudo é a consideração da Auditoria como um campo de estudo rigoroso, capaz de dar uma contribuição substancial à economia e que requer atenção considerável não apenas para o desenvolvimento de uma teoria sistemática e satisfatória, mas também para a aplicação de tal teoria para seus problemas práticos. Para efeito da presente tese, esse entendimento também é adotado.

Na Figura 4, apresenta-se o diagrama desenhado por Mautz e Sharaf (1961) para esquematizar uma visão da área de conhecimento da Auditoria em cinco níveis. A Auditoria é interdisciplinar a outros domínios, por exemplo, em relação à parte teórica, e não se articula, como uma parte pertencente, exclusivamente, a qualquer outra área. Eles citam, para exemplificar, a natureza da evidência e a formação de opiniões de Auditoria dependem da Teoria do Conhecimento; a confiança em testes e amostras baseadas na Teoria da Probabilidade e na matemática; a apresentação de resultados fundamentada em princípios contábeis, na Análise Financeira e na Teoria da Comunicação; o exercício profissional orientado por relações éticas e legais. Ao mesmo tempo, Mautz e Sharaf (1961) ressaltam que a Auditoria é um campo aplicado que dá sua contribuição fundamental no nível da prática.

Figura 4 – estrutura do campo de conhecimento da Auditoria

⁴⁷ Os autores mencionam que a classificação foi proposta por Daniel S. Robinson em 1947. A classificação inclui: (1) ciências abstratas e formais, compostas por tipos básicos de conhecimento organizado, entre as quais, a metafísica, a lógica e a matemática; (2) ciências descritivas gerais, que incluem disciplinas baseadas na observação e na descrição de fenômenos reais, como a Química, a Biologia e a Sociologia; (3) ciências derivadas especiais, compostas por campos mais restritos e especializados, como a Mineralogia e a Botânica; (4) ciências sinóticas, que são combinações de partes de outras ciências. Essa combinação pode ocorrer por meio do uso de métodos e princípios de outras ciências. Um exemplo é a Geologia, ciência que desenvolve uma interpretação única sobre Terra, mas utiliza, de forma combinada, métodos e princípio da Física, Química e Paleontologia; e (5) ciências aplicadas, compostas por conhecimentos de diferentes ciências ou combinações de princípios extraídos de várias delas, com referência especial à sua influência na vida prática, particularmente nas artes e ofícios, como é o caso da Engenharia, das Ciências Agrícolas e da Medicina.



Fonte: adaptada de Mautz e Sharaf (1961, p. 298, tradução nossa).

Na formulação proposta por Mautz e Sharaf (1961), o núcleo central do embasamento teórico da Auditoria repousa em ciências abstratas, como a Matemática e a Lógica. Dessa base filosófica, poderiam ser traçados os postulados que, por sua vez, forneceriam uma base para o desenvolvimento de conceitos essenciais, formando uma estrutura conceitual, que organizaria a teoria. Desses conceitos e suas derivações surgiriam as diretrizes para a orientação da prática, ou seja, seus preceitos. Finalmente, há uma superestrutura de aplicações práticas nas quais os preceitos seriam aplicados a situações reais. Em síntese, os níveis um, dois e três estariam relacionados à filosofia básica e à estrutura conceitual, base para os preceitos que norteiam a prática. Em nível prático, a preocupação seria, apenas, com os preceitos, contudo, tais preceitos seriam baseados na teoria. Dessa forma, de acordo com os autores, se a prática seguisse os preceitos e se os preceitos são desenvolvidos de maneira adequada, esta, também, se assentaria em uma base sólida de teoria.

A conclusão dos autores é de que a Auditoria precisa de preceitos, mas precisa muito mais de atenção à teoria subjacente necessária. Eles sustentam haver necessidade de alcançar os conhecimentos do núcleo central, dos tipos mais fundamentais de conhecimento, em particular de fundamentos filosóficos. A partir desse nível de conhecimento seria possível, então, atingir a definição do objetivo da área e a natureza fundamental do seu conhecimento e

metodologia. Os postulados formariam a base para inferir conceitos, os quais devem se relacionar e estar em sintonia com esse propósito e reconhecer as possibilidades e limitações de sua metodologia. Para eles, toda área de conhecimento deve ter esse fundamento para que seja constituído um núcleo forte para os outros níveis, em especial para a prática.

Sobre a necessidade de fundamentação teórica, vale citar a abordagem de Van Gigch e Pipino (1986) sobre o estudo de um problema. Segundo os autores, o entendimento de pressupostos epistemológicos é essencial, uma vez que ele é fundamento para a criação de métodos e modelos científicos para o estudo. Ainda de acordo com eles, uma área do conhecimento que não busca renovar ou autoexaminar as suas raízes epistemológicas, está condenada a se repetir, caindo na incapacidade de renovar-se ou de sair dos modos e procedimentos estabelecidos. Com essa visão, eles propõem uma metodologia de pesquisa para a CI denominada Metodologia de Meta-Modelagem (M3), mencionada na seção 2.1.

Com observação das ideias de Mautz e Sharaf (1961) e levando em conta Van Gigch e Pipino (1986), mas tendo ponto de partida as práticas e não os fundamentos filosóficos, esta tese busca contribuir com a identificação de conceitos essenciais e formação de uma estrutura conceitual, por meio de proposta de diretrizes para uma especialidade de Auditoria. Essa busca, no entanto, não prescinde de descobrir os fundamentos teóricos para esse domínio.

A partir da década de 1980, apresentaram-se outras propostas de abordagens teóricas para a Auditoria, a exemplo de Flint (1988) e de Lee (1993). Flint (1988) defende a necessidade de a Auditoria abarcar conhecimentos além da fundamentação teórica da Contabilidade, conforme reconhecido por Almeida (2005, p. 100). Uma posição destacada do autor refere-se à defesa da atuação da Auditoria de forma independente. Além disso, para ele, a independência implica incluir, na formação de auditores, um núcleo multidisciplinar de conhecimentos, incluindo a conscientização de seu papel em relação ao controle social das organizações e à aceitação social da sua função.

Porém, a abordagem de Flint, como observado por Sikka (1989), parte de uma perspectiva utilitarista com foco em ações da profissão que mascara questões centrais para a compreensão da teoria e da prática da Auditoria, como o poder, a autoridade, a dominação e a ideologia. Diferente dessa perspectiva, a presente tese adota como pressuposto a necessidade de consideração do contexto e procura evitar tais máscaras.

A formulação teórica sobre a Auditoria apresentada, em 1993, por Thomas Alexander Lee (LEE, 1993), por sua vez, parte da consideração de que a Auditoria no âmbito corporativo vivenciou crise da credibilidade perante seu público. Para o autor, essa realidade tornou ainda mais oportuno examinar fundamentos conceituais, para o reconhecimento do verdadeiro papel

do auditor corporativo, da natureza do comportamento dos auditores e da prática de Auditoria. Contudo, a análise desse autor se restringe à formulação de postulados para a Auditoria Financeira no contexto das corporações para a garantia da qualidade da informação contábilística.

Na presente tese, pelo escopo definido, a perspectiva de observação é a AudInf, entretanto a análise parte de uma abordagem mais genérica, considerando as publicações da Auditoria em geral.

Almeida (2005) apresenta uma análise comparativa dos fundamentos de Auditoria estabelecidos por Mautz e Sharaf, Flint e Lee. A análise considera as estruturas conceituais, os normativos básicos e os postulados teóricos nos quais a Auditoria se fundamenta. O autor conclui pela não existência de uma identidade de pensamento subjacente às estruturas conceituais propostas pelos três autores. Entretanto, a partir da comparação, ele também identifica novos contornos para a Teoria da Auditoria, destacando a responsabilidade social, como fator determinante para o surgimento da função social da Auditoria. Segundo ele, essa função decorre do papel de monitorar e credibilizar a qualidade da informação financeira divulgada pelas organizações.

Para Almeida (2005, p. 85), com assunção desse novo papel, é possível dizer que a Auditoria assumiu uma função importante no contexto social atual. Em decorrência dessas mudanças, os profissionais – auditores e gestores de Auditoria – passaram a ter maiores preocupações sobre a Gestão da Informação internas e corporativas. Essa conclusão do autor está alinhada com a concepção de Piattini (2000), que ressalta o papel social da Auditoria associado ao aparecimento da responsabilidade social das empresas e do valor social da informação financeira. Segundo ele, como impacto desses fatores, surgiu a função social do auditor e, na prática, colocou esse profissional de frente com os problemas enfrentados no tratamento das informações das organizações. Nesse sentido, cada vez mais a sociedade passou a esperar da Auditoria a promoção da garantia do valor da informação. Também se destaca a função social da Auditoria em publicações técnicas como Andrade e Rossetti (2007) e Boynton, Johnson e Kell (2002).

Com outra abordagem, Ian Dennis (2015) também menciona as publicações Mautz e Sharaf (1961); Flint (1988); Lee (1993) como exemplo notáveis de livros sobre Teoria de Auditoria. Aliás, o autor inicia sua argumentação com o reconhecimento da falta de interesse pela teoria observada por Mautz e Sharaf (1961, p. 1). Os autores destacaram a existência de um pensamento predominante sobre a natureza prática da Auditoria, ou seja, a natureza do conhecimento da Auditoria é percebida como completamente prático, em oposição ao teórico. Nessa linha de pensamento, a Auditoria é vista como uma série de práticas e procedimentos, métodos

e técnicas, uma forma de fazer com pouca necessidade de explicações, descrições, reconciliações e argumentos tão frequentemente agrupados como “teoria”.

Em alinhamento com os autores retromencionados, Ian Dennis (2015) combate a ideia de que escrever um livro sobre Teoria de Auditoria é desnecessário. Ele contrapõe a crença de que profissionais orientados para a prática não precisam de uma filosofia ou de um conjunto de teorias unificadoras que expliquem as práticas. Em particular, ele se opõe a essa ideia quando colocadas diante da defesa de que os auditores são pessoas muito práticas. Destaca que, na atualidade, permanece o pouco interesse para o estudo dessa teoria ou o desenvolvimento de pesquisas sobre Auditoria, mencionada por Flint (1988).

Ainda sobre Dennis (2015), é preciso manifestar concordância com o autor sobre a existência de uma pequena quantidade de livros sobre a Teoria da Auditoria, embora haja muitos livros e outros tipos de publicações sobre sua prática. Correlacionando a Auditoria com a Contabilidade, o autor revela que a Auditoria se desenvolveu de uma forma muito prática e que, apesar de haver esforço para o desenvolvimento de uma teoria de Contabilidade, deu-se pouca atenção ao desenvolvimento de uma Teoria da Auditoria. A partir da constatação dessa realidade, ele conta que se propôs a escrever um livro sobre evidências no contexto da Auditoria, mas, no percurso, tomou consciência da necessidade de pesquisas teóricas nesse domínio e terminou escrevendo o livro Dennis (2015), que trata sobre os objetivos, a opinião, as evidências, a materialidade e o julgamento profissional em Auditoria, mas, acima de tudo, sobre uma estrutura conceitual para Auditoria e a natureza da Teoria da Auditoria.

Acrescenta-se que, Dennis (2015) mencionou, nas publicações citadas, a necessidade de construção de uma estrutura conceitual para a Auditoria. O autor, em seu contexto de pesquisa, diz não ter percebido interesse em desenvolver uma teoria ou estrutura conceitual para Auditoria. Ele cita, como evidência desse fato, uma iniciativa rejeitada pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) para desenvolver princípios fundamentais de Auditoria. De acordo com ele, uma razão para essa rejeição do IAASB foi a crença de que o desenvolvimento de uma estrutura levaria muito tempo e se desviaria do objetivo de estabelecer os padrões de Auditoria. O autor, ainda, acrescenta que, nesse raciocínio, a teoria parece estar muito distante das exigências da prática para justificar o dispêndio de tempo. Em consonância com Dennis (2015) e em oposição ao posicionamento do IAASB, identificou-se o desafio intelectual de Almeida (2018).

Antes de concluir essa seção, é preciso mencionar que as informações obtidas nas referências citadas nesta revisão da literatura reforçam os pressupostos estabelecidos para essa pesquisa. Reforça a necessidade de reflexões sobre a Auditoria considerar seu contexto. E reforça

a insuficiência dos fundamentos teóricos para a sustentação das práticas atuais de Auditoria, conforme exposto na seção 1.1. A esse respeito, sublinha-se que se considerou o conteúdo de normas e padrões, que contêm regras e orientações para as práticas de Auditoria, e referências clássicas para o embasamento da Auditoria, em particular em relação aos autores Boynton, Johnson e Kell (2002) e ATTIE (1998 e 2006).

Por fim, ainda a título de caracterizar a insuficiência da fundamentação teórica, no Quadro 8, reúnem-se comentários sobre seis livros utilizados nessa pesquisa. Essas referências são publicações sobre Auditoria em diferentes especialidades lançadas ao longo de vinte anos, compreendendo do final da década de 1990 ao final da década de 2010. A maioria possui mais de uma edição, em Língua Portuguesa, traduzidos ou não de outro idioma. Em comum, o conteúdo dos livros inclui abordagens sobre normas, metodologias e técnicas de Auditoria. Também utiliza uma nomenclatura comum para a descrição do ciclo de Auditoria, a exemplo de “planejamento”, “execução”, “papéis de trabalho”, “relatório” e “parecer de Auditoria”. Outro ponto em comum é a menção à responsabilidade dos auditores, ora tratando de questões éticas, ora de códigos de conduta, ou ainda do papel exercido.

Quadro 7 – livros de Auditoria

Título (FONTE)	Comentário
Auditoria (BOYNTON, JOHNSON E KELL, 2002)	O livro é dividido em cinco partes que contêm aspectos sobre o ambiente e as etapas de Auditoria Contábil – planejamento, conclusão, elaboração e apresentação de relatórios; a metodologia de testes; e a Auditoria dos ciclos de transações. Contém apresentação de conceitos, metodologias, e práticas, além do papel da Auditoria nos setores privado e público na área internacional. Também se apresentam conceitos de ética, ética profissional e moralidade. Sobre comportamento, enfatizam-se as responsabilidades do auditor independente com base no código de conduta do AICPA.
Auditoria: conceitos e aplicações (ATTIE, 1998)	O livro é dividido em cinco partes, que contêm fundamentos de Auditoria Contábil, explorando aspectos históricos, noções de Auditoria das demonstrações financeiras. Discutem-se os objetos da Auditoria: as demonstrações financeiras, princípios fundamentais de contabilidade e controle interno. Contém descrição de técnicas de Auditoria, procedimentos, “papéis de trabalho” e exemplos práticos. Contém abordagem sobre o ciclo da execução da Auditoria Contábil. E, por fim, inclui aspectos relacionados à finalização da Auditoria.
Auditoria de processos organizacionais (DIAS, 2006)	O livro é dividido em cinco capítulos, incluindo a apresentação da Auditoria de Processos e sua aplicabilidade. Elencam-se as melhores práticas de controle interno e de GC. Sobre a aplicabilidade de uma Auditoria de Processo, com abordagem sobre

Título (FONTE)	Comentário
	Coso e Sarbanes-Oxley. Também tem abordagem sobre metodologia de trabalho e aspectos relacionados aos resultados alcançados. Além disso, são propostos exercícios.
Fronteiras da Auditoria em Saúde (Figueira et al., 2008)	O livro reúne quinze textos escritos por profissionais da Auditoria em Saúde no Brasil. Tem objetivo de expor que a Auditoria em saúde vem expandindo suas fronteiras de atuação no país. Os textos contêm abordagem sobre a Auditoria em relação a temas como responsabilidade social, tecnologia, custos, gestão em saúde e o sistema público de saúde no Brasil. Inclui um texto sobre o papel do médico auditor.
Auditoria de sistemas de informação (Imoniana, 2008)	O livro é dividido em 17 capítulos. Contém discussão sobre fundamentos de Auditoria em Sistemas de Informação, com exemplos da aplicabilidade e utilidade das ferramentas para exercício em Auditoria em informática. Inclui discussão sobre a formação da equipe de Auditorias de sistemas e sobre a carreira do auditor. Além disso, são expostas percepções da Auditoria da TI.
Auditoria de TI – O guia da sobrevivência (Braz, 2017)	O livro é dividido em dez capítulos. Contém exposição sobre a importância da Auditoria de TI, o processo e técnicas de Auditoria de TI. O autor propõe um guia prático para auditores e profissionais que atuam com governança, riscos e conformidade na área de TI. Inclui uma visão introdutória sobre o papel do auditor e uma abordagem sobre análise de dados para Auditoria de Sistemas de Informação.

Fonte: elaborada pela autora.

O resultado da consulta a essas obras também aponta para concordar com Almeida (2018, p. 86), em relação ao fato de que “*é denominador comum, aos autores de livros de Auditoria, não perderem tempo com a sua justificação ou não sentirem a indispensabilidade de apresentarem uma teoria explicativa capaz de fundamentar e legitimar*”. Ou seja, o resultado da revisão se soma ao diagnóstico apresentado por Mautz e Sharaf (1961), Flint (1988), Lee (1993), Almeida (2005) e Ian Dennis (2015). É necessária uma chamada especial para a consonância desse estudo com o pensamento de Dennis (2015) e Almeida (2018) sobre a necessidade de dotar a Auditoria de uma estrutura conceitual, muito embora a atuação e área de pesquisa desses autores seja a Auditoria Contábil.

Por fim, mas não menos importante, para superar a insuficiência dos fundamentos já estabelecidos, para pensar a Auditoria na atualidade, o resultado desse estudo sugere ser necessária atenção para os aspectos contextuais descritos na seção 2.1.1. Sugere ser preciso conhecer as causas dos recentes escândalos financeiros, entender o processo de GC e *Environmental, Social and Governance* (ESG), além de apreender situações que demandam providências de

segurança da informação e continuidade dos negócios. Sugere, principalmente, que, para desenvolver fundamentos para atividade, faz-se necessário adquirir conhecimentos produzidos pelas práticas de Auditoria e incorporar conceitos relacionados à tecnologia, Gestão da Informação, Ciência de Dados, *Analytics*, BI e IA.

2.2.6 Padrões e normas técnicas para a Auditoria

Após o breve relato sobre o referencial teórico para a Auditoria, ainda é preciso registrar a existência de extensa gama de regulamentação, de padrões internacionais e de normas técnicas relacionadas à área. Há notáveis entidades e órgãos de controle e de fiscalização como responsáveis por esses padrões e normas, dentre elas: IFAC, IIA, Isaca e Intosai. Também merecem destaque as publicações do *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS), do *Bank for International Settlements* (BIS) e da ISO.

Sobre as normas técnicas ISO, o destaque é para a ausência de uma família ISO específica para Auditoria, em contraposição à existência de uma série de especificações, diretrizes ou características estabelecidas em normas que incluem diferentes padrões para a Auditoria, a exemplo da ISO 19011:2018 (ABNT, 2018a), que contém as diretrizes para Auditorias de gestão; a ISO 27001:2006 (ABNT, 2006), referente aos critérios para Auditoria de SGSI, inclusive à necessidade de certificação em Auditoria de segurança do sistema; e à ISO 16363: 2012 (ISO, 2012b), voltada à Auditoria e certificação de repositórios digitais. Na falta de normas específicas de Auditoria, em relação à ISO 27001:2006 (ABNT, 2006), há recomendação para que o leitor busque orientações de Auditorias para o SGSI nas diretrizes para Auditorias de sistema de gestão da ISO 19011:2018 (ABNT, 2018a).

Ainda acerca das normas ISO, o acompanhamento da evolução das normas dessa entidade oferece uma oportunidade de observar o reflexo das mudanças contextuais que envolvem, em conjunto, a realidade, a técnica, a tecnologia e as normas com alcance de uma indústria em nível global. Como exemplo, e já justificando o uso da referência ISO 27001: 2006 (ABNT, 2006), ao invés da ISO 27001: 2022 (ABNT, 2022), sublinha-se o título dessas versões. A versão de 2006, intitulada “Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Sistemas de gestão de segurança da informação – Requisitos”, expressa o foco na tecnologia, na técnica e no sistema, elementos centrais do momento de sua publicação. Enquanto a versão de 2022, em vigor e publicada no final da presente investigação, é intitulada “Segurança da informação, segurança cibernética e proteção à privacidade – Sistemas de gestão da segurança da

informação – requisitos”, portanto com foco nos aspectos de segurança e privacidade, muito diferente da versão de 2006.

Diferentemente das normas técnicas ISO para a Segurança da Informação, para a Auditoria, não há um modelo conceitual e/ou um padrão da área, que tenha publicação e atualização por entidade de padronização reconhecida por toda as indústrias em nível global. As normas e os padrões da Auditoria, em geral, tem alcance em diversos ambientes legais e culturais, além de diferentes tipos de organizações (IIA, 2021). Essa realidade se reflete no conjunto de referenciais normativos que sustentam a atividade em nível nacional e internacional.

Evidentemente, há aspectos legais específicos de cada país. No Brasil, em particular, a atividade de Auditoria deve observar instruções normativas, regulamentos, leis e a CF (BRASIL, 1988). Além de normas e padrões emitidos ou traduzidos por entidades ou instituições nacionais. Isso ocorre a respeito da Auditoria Interna, com a relação IIA e IIA Brasil (2021); na Auditoria Independente, com as normas traduzidas e publicadas pelo Ibracon e adotadas pelo CFC (IAASB, 2013); na Auditoria Governamental, com a CGU, o Intosai, o TCU, os TCEs e os TCMs (IRB, 2021); na Auditoria de TI, com o Isaca e seus capítulos instalados em diversas cidades brasileiras; e, também, na Auditoria de instituições financeira, com o envolvimento do Comitê de Basileia, dos Bancos Centrais e em relação às diversas regulações internacionais.

Para uma visão panorâmica das diferentes normas existentes, na sequência, realiza-se uma breve descrição de publicações técnicas utilizadas como referência em alguns desses segmentos. Vale notar que, sem entrar no mérito da pertinência e da possibilidade de desenvolvimento ou uma norma técnica específica para a Auditoria, nesta tese a defesa é de ser oportuna a construção de modelos conceituais para fundamentar as práticas desse domínio.

2.2.6.1 Auditoria Independente: padrões internacionais IFAE

Há diversas entidades e instituições emissoras e mantenedoras de regras de Auditoria Independente. Para Auditoria Contábil no Brasil, por exemplo, concluiu-se, ao final de 2009, um processo de revisão das normas que ficou conhecido como “processo de convergência” das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aos padrões internacionais estabelecidos no *International Framework for Assurance Engagements* (IFAE). Desse processo resultou uma estrutura que define e descreve os elementos e objetivos de um trabalho de asseguarção e identifica os trabalhos aos quais se aplicam, além de outros padrões, as normas internacionais de Auditoria, denominadas *International Standards on Auditing* (ISA). A estrutura fornece um quadro de

referência para as pessoas e entidades envolvidas em trabalhos de asseguarção, tanto no setor público, quanto no privado.

Estabeleceu-se o processo de convergência em acordo firmado entre a IFAC e, no Brasil, o CFC e o Ibracon (CFC, 2015). Com o acordo, de um lado, a IFAC autoriza o CFC e o Ibracon a fazer a tradução de suas normas e publicações, e, de outro lado, o Ibracon, em parceria com o CFC, passou a adotar o padrão das normas editadas pela IFAC como estrutura⁴⁸ regulatória nacional (DANTAS, 2012).

Em termos legais, o conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas de Auditoria (NBC TA) passou a ser aplicável às demonstrações financeiras cujos exercícios foram iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2010. A primeira NBC TA desse conjunto contém a descrição da “Estrutura Conceitual” adotada exclusivamente pela Contabilidade. A emissão dessa norma teve o objetivo de facilitar o entendimento dos elementos e objetivos dos trabalhos regulados pelas Normas de Asseguarção (CFC, 2015). Sua estrutura não é uma norma e não estabelece requisitos, princípios básicos ou procedimentos para a realização de trabalhos de asseguarção. Porém, as demais normas de asseguarção devem ser elaboradas de forma consistente com essa estrutura, ou seja, a NBC TA Estrutura Conceitual deve ser observada na definição do conteúdo das outras normas (CFC, 2015).

2.2.6.2 Auditoria Interna: IPPF

Para Auditoria Interna, o IIA, uma entidade de alcance global, destaca a possibilidade de realização de trabalhos de Auditoria nos mais diversos ambientes legais e culturais, podendo envolver organizações de diferentes finalidades, tamanhos, complexidades e estruturas. A Auditoria pode, ainda, ser realizada por pessoas com atuação de dentro ou fora da organização. Diante dessa realidade, o Instituto defende ser essencial a conformidade com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IIA, 2021). Tais normas são elaboradas pelo IIA e, posteriormente, traduzidas e adotadas pelas suas representações em cada país. No caso do Brasil, as normas e os padrões internacionais são mantidos pelo IIA Brasil, entidade que recebeu esse nome em 1998, quando se renomeou o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (AUDIBRA), fundado em 20 de novembro de 1960. O Instituto é uma entidade civil,

⁴⁸ Nesse caso, em Língua Inglesa, também é usado o termo *framework* para referência à estrutura regulatória.

sem fins lucrativos, que representa a comunidade de auditores internos e dos profissionais de controle interno e externo no Brasil (IIA BRASIL, 2021).

O IIA e seus representantes nacionais publicam e mantêm um conjunto de normas para orientação dos profissionais de Auditoria Interna em diversos países do mundo. As normas IIA são estruturadas por meio do IPPF, estrutura que o IIA desenvolveu com objetivo de alcançar eficácia nas mudanças da Auditoria Interna. A versão 2017 desse documento contém uma estrutura conceitual destinada a organizar os princípios para a prática profissional dos auditores internos (IIA, 2017).

O IPPF surgiu após um fato representativo de mudanças na profissão ocorrido em junho de 1999, quando o Conselho de Administração do IIA votou e aprovou uma definição do novo conjunto de práticas para o exercício profissional da Auditoria Interna – Estrutura Geral (PORTAL DE AUDITORIA, 2021b). As normas do IIA passaram a incluir orientações sobre a Gestão da Atividade de Auditoria Interna, a exemplo, da Norma 2000, que determina que o diretor executivo de Auditoria deve gerenciar, de forma eficaz, a atividade de Auditoria Interna para assegurar que esta adicione valor à organização. Um outro exemplo de norma da estrutura IPPF é a Norma 2100 – Natureza do Trabalho, segundo a qual a atividade de Auditoria Interna deve avaliar e contribuir para a melhoria dos processos de gestão de riscos, de controle e de GC aplicando uma abordagem sistemática e disciplinada. Interessa destacar a norma 2050 – Coordenação e confiança, que trata sobre relação de confiança no compartilhamento de informações durante a execução do trabalho de Auditoria (IIA, 2019, p. 9 e 10).

2.2.6.3 Auditoria de TI: Itaf

O ISACA, em seu programa de formação de profissionais de SI, mantém o *International Professional Practices Framework* (ITAF) como fonte de orientação para elaboração de relatórios de Auditoria. Em 2020 lançou-se a quarta edição do Itaf com orientações atualizadas e padrões profissionais, além de guias específicos para amostragem e para serviços de consultoria de Auditoria de TI (ITGI, 2020).

2.2.6.4 Auditoria Governamental: IFPP

Em relação à Auditoria Governamental, em nível global, destacam-se as iniciativas da *International Organization of Supreme Audit Institutions*, em Língua Portuguesa, Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai). Essa entidade foi fundada em

1953 por 34 países, mas conta, atualmente, com a participação de mais de 170 membros (LIMA, 2011, p. 17).

As principais diretrizes da Intosai estão expressas na Declaração de Lima, que trata dos preceitos de Auditoria”, aprovada em 1977, e, na Declaração do México, sobre a independência das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS)⁴⁹ (LIMA, 2011). Mais recentemente, em 2019, aprovou-se o marco referencial de Normas Profissionais da Intosai. Esse marco foi intitulado como *Intosai Framework of Professional Pronouncements (IFPP)* e subdivide-se em três partes: princípios, normas e diretrizes (IRB, 2019). Esse documento contém o direcionamento para o controle externo em nível mundial; portanto, seu conteúdo é um balizador para o planejamento de atividades e para a orientação dos esforços das entidades fiscalizadoras (GRANATO NETO, 2021).

As normas e os padrões Intosai refletem, em diferentes especialidades de Auditoria, inclusive na Auditoria de TI, a exemplo do Manual de Auditoria de TI – *Working Group on IT Audit (WGITA)/Intosai Development Initiative*. O principal objetivo desse manual é fornecer aos usuários informações essenciais e questões-chave necessárias para um planejamento eficaz das Auditorias de TI realizadas por instituições supremas, a exemplo do TCU (INTOSAI, 2013a).

Por fim, embora haja uma estrutura conceitual e um conjunto de normas internacionais específico para Auditoria Governamental, em nível nacional, por exemplo no Brasil, são diversas as regulamentações complementares publicadas por instituições federais, estaduais e municipais. Nessas regulamentações é notável a grande quantidade de vocabulários distintos. Um exemplo da diferença dos termos usados está nas diferentes classificações do TCU e do TCE/RJ para as decisões desses processos de prestação de contas. A classificação das decisões do TCU, conforme o artigo 10, da seção II, da Lei Orgânica, inclui: preliminar, definitiva e terminativa (BRASIL, 1992); em contrapartida, a classificação desse mesmo tipo de decisões, conforme o artigo 16 da seção II da Lei Orgânica do TCE/RJ, inclui: preliminar, provisória e definitiva (TCERJ, 2020). São diferenças sutis, mas que dificultam a interpretação dessas decisões e sua integração entre os sistemas de informações dos respectivos tribunais.

⁴⁹ Uma entidade fiscalizadora superior (EFS) é uma instituição de Auditoria nacional que cumpre a função de Auditoria independente e técnica no setor público. Normalmente é estabelecida pela Constituição de um país ou pelo órgão legislativo supremo. Uma EFS é “responsável pela supervisão e tomada de contas do governo quanto à utilização dos recursos públicos, em conjunto com o Legislativo e outros órgãos de supervisão” (OCDE, 2015).

2.2.6.5 Auditoria em instituições financeiras

Para avaliação de produtos, serviços, unidades, sistemas, processos ou qualquer outro componente das IFs, as Auditorias recorrem a diversas referências técnicas e normativas. Não existe um padrão ou uma estrutura específica. Além disso, conforme demonstrado na pesquisa de doutorado de Dantas (2012), há evidências empíricas da incipiência da literatura internacional e inexistência de literatura em âmbito nacional sobre Auditorias em IFs. A pesquisa do autor visou identificar os fatores determinantes da qualidade dos trabalhos dos auditores independentes nas instituições bancárias brasileiras.

Diante dessa realidade, para execução de sua atividade, os profissionais da Auditoria, dependendo do objeto avaliado, além de normas internas de sua organização, precisam observar recomendações de diferentes fontes, a exemplo das normas e dos padrões produzidos pelo Comitê da Basiléia, pelos Bancos Centrais, pelo IFAC, pelo Isaca, pelo IIA, pelo Intosai, e por outras entidades nacionais e internacionais. Muitas vezes, essa diversidade produz dificultadores para o trabalho, não só por sua quantidade, mas por conter regras redundantes e, às vezes, conflitantes. Essa realidade foi enfrentada, por exemplo, pelo *Intosai Professional Standards Committee*, o IFAC e o IAASB (INTOSAI, 2019), que estabeleceram um acordo formal sobre o uso do ISSAI 2000-2999 para a Auditoria Contábil e Financeira em instituições públicas.

O ISSAI 2000-2999 é conjunto de padrões específicos para essas especialidades de Auditoria, que foi desenvolvido pelo IAASB, órgão independente de definição de padrões do IFAC. Entretanto, ressalta-se a limitação de tais padrões, uma vez que as atividades realizadas pela IFs não se resumem às informações financeiras. Os profissionais são chamados para verificar diversos dados econômicos, ou mesmo informações não financeiras, tais como a qualidade dos controles internos de uma organização (SOUZA, 2021). Também há diferentes produtos e processos, dentre outros, os administrativos, comerciais, securitários e tecnológicos que podem ser verificados.

Enfim, a partir do resultado do levantamento feito é possível sugerir que não há um corpo conceitual formalizado para a Auditoria de tais instituições, nem um conjunto de fundamentos conceituais para dar sustentação às práticas de Auditoria. Portanto, não alinhamento de conceitos e de relações entre os conceitos para sustentar a Auditoria.

Sobre as normas e padrões de Auditoria em âmbito nacional, nos mais diversos países há regras locais. Nos EUA, por exemplo, para os trabalhos e para os profissionais de Auditoria Independente que atuam na verificação de demonstrações financeiras de organizações estadunidenses, ou estrangeiras que atuem na bolsa de valores daquele país, por força de lei devem

ser observadas as normas emitidas pelo *Auditing Standards Board (ASB)*, do AICPA, e pelo *Public Company Accounting Oversight Board*. Naquele país, os auditores e as firmas de Auditoria também devem atuar em conformidade com o conjunto de Normas de Auditoria Geralmente Aceitas, ou, em Língua Inglesa, *Generally Accepted Auditing Standards*, sob responsabilidade do ASB e pelo AICPA. Ademais, esse conjunto de normas também é aplicável para avaliação de processos e procedimentos de Auditoria nas organizações públicas dos EUA. Nesse caso, os padrões são denominados *Statements on Auditing Standards* (SOUZA, 2021).

Por fim, uma importante iniciativa da AICPA foi o desenvolvimento de um conjunto de padrões denominado *Audit Data Standards*. Essa iniciativa considerou a existência de diferentes tipos de dados financeiros nos sistemas de computador das organizações financeiras e haver diferentes tipos de dados em cada organização, em função da ausência de diretrizes ou padrões. Além disso, reconheceu que tal realidade dificulta a obtenção de dados na execução dos trabalhos de Auditoria. Assim, o objetivo do desenvolvimento desses padrões foi facilitar o acesso aos dados para auditores e outras partes interessadas (LIN, 2015).

2.2.6.6 *Comentários adicionais sobre normas e padrões técnicos*

Após esse percurso nas referências teóricas, na seção 2.2.5, e nos padrões e normas técnicas, da presente seção, é possível reafirmar a existência de uma série de diferentes e diversos padrões e normas que o auditor precisa conhecer para o pleno exercício profissional. Esses profissionais, também, precisam ter a capacidade de conjugar e conciliar o que precisa ser usado, uma vez que tais publicações não dispõem de uma ferramenta teórica e prática para a integração de informação entre diferentes tipos de Auditoria. Quando o escopo do trabalho for restrito à conformidade de um objeto com disposições legais específicas, essa tarefa pode ser simples, mas, caso contrário, o risco de Auditoria é maior.

Ainda em relação aos padrões e às normas técnicas internacionais de Auditoria, é significativo notar que, apesar de, algumas vezes, haver alinhamento entre definições que compõe as publicações, os órgãos emissores, de forma autônoma ou pela devida obediência legal, selecionam definições usadas da forma que lhe couber ou convier. Elaboradas de forma isoladas, as definições são circunscritas a uma determinada área de atuação. Situação que aumenta a necessidade de atenção dos auditores.

Finalmente, é preciso chamar a atenção para a dinâmica de mudanças e alterações da Auditoria, que precisa estar atualizada não somente com o objeto auditado, mas com o contexto em que ele está inserido. Prova disso é a existência de diversos periódicos relacionados a esse

domínio. Em revisão sobre as tendências das escolhas feitas por auditores, por exemplo, Habib et al. (2019) listam mais de uma dezena de publicações que tratam sobre questões relacionadas ao domínio. No Quadro 9, citam-se os periódicos encontrados por esses autores.

Quadro 8 – periódicos relacionados à Auditoria

Seq.	Publicação
Contabilidade	
1	Contemporary Accounting Research
2	Journal of Accounting Research
3	Journal of Accounting and Economics
4	The Accounting Review
5	Journal of Accounting and Public Policy
6	Accounting Horizons
7	Asia-Pacific Journal of Accounting and Economics
8	International Journal of Accounting and Information Management
9	Journal of Business Finance and Accounting
10	Review of Quantitative Finance and Accounting
11	The International Journal of Accounting
Auditoria	
12	Auditing: A Journal of Practice and Theory
13	International Journal of Auditing
14	Managerial Auditing Journal
Negócios, Economia e Finanças	
15	Journal of Business Research
16	Review of Pacific Basin Financial Markets and Policies
17	Applied Economics
Governança corporativa	
18	Corporate Governance: An International Review
Diversos	
19	Other journals that only published one auditor choice archival research

Fonte: Habib et al. (2019).

2.2.7 Ferramentas para a Auditoria

Por fim, é importante um breve comentário sobre as ferramentas utilizadas para execução dos trabalhos de Auditoria. No mercado há vários produtos disponíveis para automatizar os mais diferentes processos da atividade. Grande parte das ferramentas, no entanto, são para CA-ATT e Mineração de Dados, ou seja, os *softwares* normalmente usados na extração, sorteio,

seleção de dados e transações, com identificação de discrepâncias e desvios (TERUEL, 2010), a exemplo do ACL, do IDEA e do *Oversight*, mencionados na seção anterior. Tais soluções trabalham com dados das mais diversas fontes e áreas de conhecimentos.

Para gestão e execução dos trabalhos de Auditoria, porém, os aplicativos disponíveis, muitas vezes, são específicos para a modalidade ou a especialidade da Auditoria. É o caso, por exemplo do Auditor⁵⁰, módulo de *software* destinado à gestão de Auditoria Interna com foco na Qualidade, mantido e comercializado pela empresa Qualityteam. Outro exemplo é o TeamMate Audit Solutions⁵¹, que oferece módulos para suportar a gestão de diversos aspectos de uma Auditoria, inclusive para Auditoria Interna e Auditoria Pública (WOLTERS KLUWER, 2020). Esse produto foi desenvolvido e é mantido pela *Wolters Kluwer Financial Services*. Além dos produtos oferecidos no mercado, muitas organizações desenvolvem seu próprio aplicativo para a gestão interna dos trabalhos de Auditoria. Também há aplicativos desenvolvidos na academia, a exemplo do aplicativo desenvolvido para dar suporte à gestão de uma Auditoria Interna descrito em Paulista (2009). O autor descreve o percurso e o resultado do desenvolvimento com base em métodos que compõem o *Soft Systems Methodology*⁵².

A título de exemplo de ferramenta utilizada para divulgação de trabalhos de Auditoria, pode ser citado o e-Aud, desenvolvido pela Secretaria Federal de Controle Interno da CGU para gestão da atividade de Auditoria Interna governamental. Segundo consta na página principal do sistema, os dados de todos os processos de Auditoria executados pela CGU são mantidos em uma única plataforma eletrônica. São mantidos dados desde o planejamento das ações de controle ao monitoramento das recomendações emitidas, e o registro dos benefícios alcançados. Também, de acordo com o portal, esse sistema é oferecido, gratuitamente, a todos os órgãos e unidades que integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e às Auditorias internas singulares dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (CGU, 2023b).

Enfim, há inúmeras soluções para dar suporte à atividade de Auditoria, que refletem a complexidade desse domínio. E, naturalmente, em sua maioria, as dificuldades para o desenvolvimento e a manutenção dos recursos tecnológicos enfrentam problemas semelhantes a

⁵⁰ Informações sobre o produto e sua aquisição podem ser consultadas no vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=SiXAJdupyng> (QUALYTEAM, 2020) e no endereço <https://qualityteam.com/pb/software-gestao-Auditorias-qualidade/> (QUALYTEAM, 2021).

⁵¹ Informações sobre o produto e sua aquisição estão disponíveis em <https://www.wolterskluwer.com/en/solutions/teammate> (WOLTERS KLUWER, 2020).

⁵² O *Soft Systems Methodology*, também chamado de Soft System Analysis, é usado para verificação de problemas de *software*, para projetar e implementar mudanças (PAULISTA, 2009).

outras áreas (CODESSO, 2018). Na presente tese interessa, em particular, o grande desafio enfrentado pelos auditores para acessar os dados.

2.3 AUDITORIA DA INFORMAÇÃO

As transformações da sociedade contemporânea, em particular nos últimos 50 anos, foram influenciadas pelo expressivo aumento do volume informacional acessível e manipulado pelo ser humano. A publicação do artigo “As we may think”, de Vannevar Bush, em 1945 (BUSH, 1945) constituiu um marco dessas transformações por ter evidenciado a necessidade de investigações relacionadas à explosão informacional (SARACEVIC, 1975, p. 326; ALVARRES e ARAÚJO JÚNIOR, 2010; ARAÚJO, 2004, 2013). Um dos estudiosos desse fenômeno, sob o ponto de vista corporativo, é Davenport (1998). Segundo esse autor, há grandes volumes de informação entrando e saindo das organizações sem que ninguém tenha consciência do real impacto, do valor e do custo disso. Ele prevê ser crescente a necessidade de criar mecanismos de controle do fluxo informacional.

Em concordância com o posicionamento de Davenport, os autores Alves e Duarte (2015) destacam que a informação é considerada um recurso organizacional que merece ser administrado e Henczel (2000) afirma que controlar a aquisição e o acesso a recursos de informação está se tornando cada vez mais difícil. Como agravante, Henczel cita o crescimento exponencial do número de produtos oferecidos e a disponibilidade de informações em uma infinidade de formatos. Tal realidade, de acordo com ela, exige um nível mais alto de avaliação e controle para oferecer, aos usuários, a garantia de qualidade das informações. Outro fator destacado pela autora é que muitas organizações operam por meio de unidades de negócios independentes entre si e que contam com recursos de informação semelhantes. Ela retrata, como resultado dessa estrutura, a situação de algumas organizações conviverem com “excesso de informações”, somado a lacunas significativas, inconsistências e duplicações de recursos de informação.

Paralelamente à crescente relevância da informação e da Gestão da Informação nas organizações contemporâneas, a Auditoria Interna evoluiu em ritmo acelerado e o escopo da Auditoria foi ampliado para além da esfera contábil, fatores que contribuíram com o desenvolvimento de uma das mais recentes especialidades de Auditoria: a Auditoria da Informação (MARTÍNEZ-DÍAZ e ARMENTEROS, 2006). Essa disciplina está em formação e, assim como a CI, tem vocação interdisciplinar.

Nesta seção, após uma introdução sobre o tema, apresentam-se características do objeto de estudo da AudInf, incluindo algumas definições, a comparação entre a AudInf e a Gestão da

Informação e o referencial teórico da disciplina, além de modelos e metodologias propostas para sua construção.

2.3.1 Definições de Auditoria da Informação

Várias definições e abordagens sobre AudInf podem ser encontradas na literatura. Aliás, o próprio termo tem sido objeto de discussão. Para Carvalho (2019), por exemplo, são expostas algumas expressões correlatas à AudInf, a exemplo de “Auditoria de Ativos de Informação”, “Auditoria de Comunicação”, “Auditoria de Recursos de Informação”, “Auditoria de Informação”, “Auditoria do Conhecimento”, “Auditoria de Inteligência” e “Auditoria da Informação e do Conhecimento”. Esclarece-se que, por argumentos semelhantes aos usados por Pestana (2014), a investigação considera, prioritariamente, as publicações que utilizam a denominação Auditoria da Informação. Essa é a denominação adotada nesse estudo. Aquela autora justifica a decisão informando que o conceito de Auditoria de Informação está consolidado na literatura internacional, e, apesar do uso de outras expressões e definições, não raras vezes, há sobreposição dos conceitos entre as especialidades.

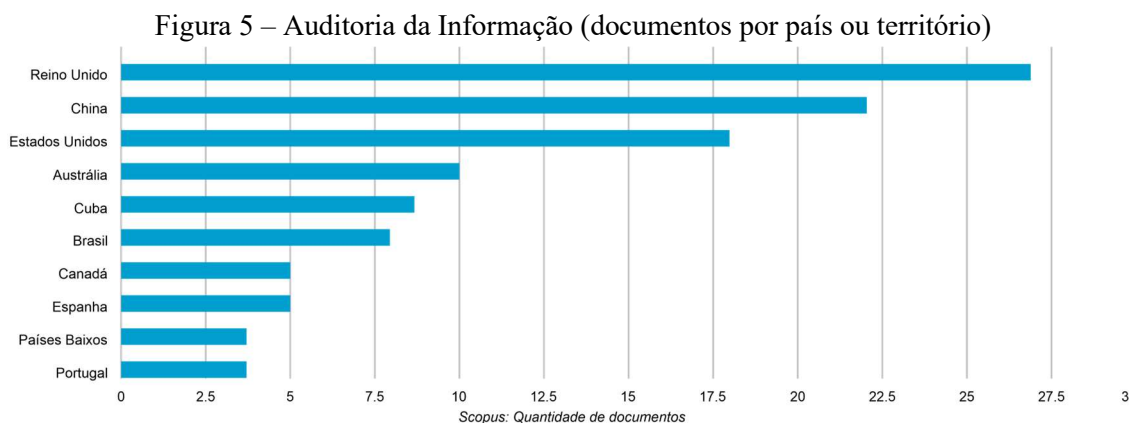
Para discorrer sobre as definições de AudInf, primeiramente, é interessante apresentar um breve panorama sobre a quantidade, evolução no tempo e localização das publicações disponíveis sobre o tema. Informa-se o total de itens na Tabela 1. Destaca-se que, em todas as bases pesquisadas, o termo “*Information Audit*” resultou no maior número de trabalhos, com destaque aos 5.940 achados no Google Acadêmico, valor muito superior ao encontrado nas outras bases. Aliás, isso ocorreu também na consulta dos outros termos. Considerando a proposta de apresentação apenas panorâmica, no presente estudo, não é caso de discutir a causa dessas diferenças.

Tabela 1 – Auditoria da Informação (número de publicações)

Termo de busca	Assi&T	Scopus	WoS	GS
"Auditoria da Informação"	0	0	0	175
"Information Audit"	3	138	82	5.940
"Information Auditing"	0	52	25	2.220
Total	3	190	107	8335

Fonte: elaborada pela autora.

Em relação à distribuição geográfica⁵³, observou-se a presença de documentos sobre o tema em países de todos os continentes, conforme demonstrado na Figura 5. Além disso, o maior número de documentos foi localizado no Reino Unido, na China e nos EUA.



Fonte: elaborada pela autora.

De forma a complementar o panorama apresentado, é interessante mencionar as informações obtidas Pestana (2014), que expõem o resultado de um levantamento de definições, métodos e processos de AudInf, que remonta a meados da década de 70 do século XX. A autora afirma que as abordagens sobre AudInf, na literatura científica internacional, têm presença predominante em países de origem anglo-saxónica, na área da Gestão da Informação. Ela destaca que, em 2014, o termo, ainda, não se encontrava consolidado em Portugal. Adicionalmente, seu trabalho destaca a existência de uma forte ligação entre a atividade e a avaliação dos serviços, da qualidade e do planeamento estratégico nas organizações, quer dizer, destaca o vínculo dessa especialidade de Auditoria com análises relacionadas à organização como um todo e seu enquadramento nas práticas de gestão.

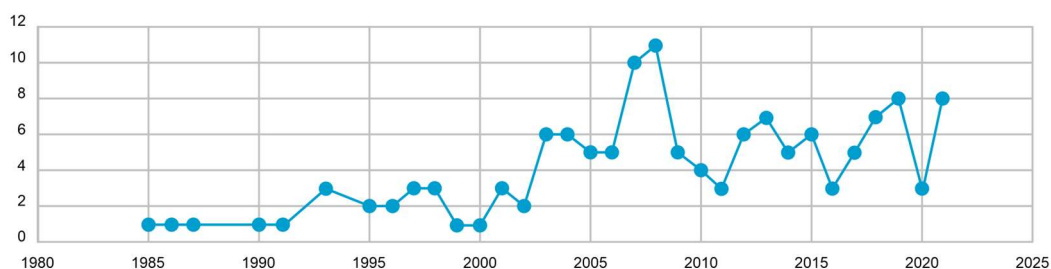
Acerca da distribuição dos idiomas utilizados e dos países em estudos sobre AudInf, a revisão feita por Labrada, Inclán e Rodriguez (2019) indicou predominância de publicações em Língua Inglesa. E, em consulta feita na base de dados disponibilizada pela Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) – em Língua Inglesa: *Scientific Electronic Library Online* – resultou o Brasil e o a Colômbia como os países que mais publicam.

Sobre a evolução da produção acadêmica ao longo do tempo, observou-se o início de publicações na década de 1980, conforme Figura 6. Confirmou-se, também, tal resultado na

⁵³ A análise de dados permite sugerir ser oportuno um futuro estudo bibliométrico mais aprofundado sobre as publicações no campo da AudInf.

literatura da área e este pode ser verificado na lista dos trabalhos identificados por Pestana (2014), que expõe, em ordem cronológica, um conjunto de informações sobre as definições e a evolução da atividade, citando, dentre outras obras, Burk e Horton (1988), Buchanan e Gibb (1998), Henczel (2000, 2001); e Buchanan e Gibb (2007, 2008a).

Figura 6 – Auditoria da Informação – evolução do número de publicações



Fonte: elaborada pela autora.

Ao longo do tempo, a AudInf tem sido objeto de várias definições. Na sequência são relacionados uma série de autores e definições frequentemente encontrados e referenciados na literatura da área. Posteriormente, acrescentam-se comentários sobre o conteúdo exposto.

- (1) Burk e Horton (1988): nessa publicação os autores, Cornelius Franklin Burk e Forest Woody Horton definiram a AudInf como um processo que permite um inventário de recursos de informação. Por meio desse processo, eles propuseram a constituição de um mapeamento, chamado Infomap, com a identificação de fontes, serviços e sistemas, além de avaliação dos recursos de informação de uma organização. Segundo Buchanan e Gibb (2007), essa publicação é uma das primeiras definições de publicadas. Esses autores, ainda, destacam a ênfase dessa definição na identificação de fontes formais de informação voltada para o gerenciamento de documentos. Para Carvalho (2019), essa é uma das referências mais conhecida sobre o assunto.
- (2) Orna (1990, 1999, 2004): documentos de autoria de Elizabeth Orna, professora e consultora de informação aposentada que atuou na área da Gestão Estratégica da Informação. Em Orna (1990), a autora define AudInf como um procedimento que permite realizar uma análise da informação, com estudo cuidadoso dos fluxos e dos recursos de informação, para elaboração de uma política de informação. Ela, também, propõe um mapeamento de fontes de informação de cima para baixo, ou seja, inverso do que é sugerido no InfoMap. Já Orna (1999, 2004) define AudInf como um processo sistemático de avaliação de uso, recursos e fluxos da informação, incluindo a verificação

do papel dos profissionais e da função dos documentos existentes. Segundo a autora, tal processo é voltado para verificar como essas atividades estão contribuindo para alcançar os objetivos da organização. Ela também defende que a AudInf é uma ferramenta de valor inestimável para a formulação de uma estratégia de informação para as organizações.

- (3) Buchanan e Gibb (1998, 2007, 2008a, 2008b): documentos de autoria de Steven Buchanan e Forbes Gibb, pesquisadores da Universidade de Strathclyde, do Reino Unido que tem como objeto de estudo, dentre outros, a computação empresarial e a informação estratégica. Buchanan e Gibb (2007) afirmam que, depois de definições com ênfase no gerenciamento de documentos, a exemplo da proposta por Burk e Horton (1988), houve expansão desse foco rumo a observação da perspectiva organizacional como um todo e do amplo espectro de recursos de informação. Nessa publicação, eles também definem a AudInf como “uma abordagem holística para identificar e avaliar os recursos de informação e o fluxo de informação de uma organização, a fim de facilitar sistemas de informação eficazes e eficientes”. Com essa perspectiva, para eles, a AudInf não deve ser considerada como uma opção, mas sim como uma etapa necessária para determinar o valor, a função e a utilidade dos recursos de informação, de forma a facilitar a exploração do potencial estratégico da organização. Henczel (2001), Orna (2004) e Frost e Choo (2017), entre outros autores, forneceram concepções semelhantes.
- (4) Henczel (2000, 2001): documentos de autoria da pesquisadora Susan Margaret Henczel, filiada à Universidade RMIT, na Austrália, que oferece serviços de consultoria e treinamento em Auditoria de Informação e Conhecimento para diversos tipos de organizações em todos os setores, incluindo governo, privado e sem fins lucrativos. Segundo a autora, a AudInf é uma atividade que, além de buscar descobrir os recursos e os serviços de informação necessários para as pessoas exercerem suas atividades profissionais⁵⁴, busca descobrir como eles devem ser utilizados. De acordo com ela, a AudInf também deve identificar os fatores críticos de sucesso e as tarefas e atividades de cada grupo, unidade de negócio, departamento ou seção e os relacionar com o objetivo organizacional relevante.
- (5) Henczel e Robertson (2016): documento assinado por Susan Henczel, já qualificada no item anterior, e por Graham Robertson, filiado à Bracken Associates, empresa de

⁵⁴ A autora chama essa atividade de “análise de necessidades dos usuários” (HENCZEL, 2000, p. 6).

- consultoria especializada em gerenciamento de informações, do Reino Unido. Segundo esses autores, nunca houve uma definição universalmente aceita para a AudInf e, com o desenvolvimento tecnológico e o aumento da complexidade dos sistemas de informação, tem havido ainda mais mudanças. De acordo com eles, nas décadas de 1980 e 1990, as definições limitavam a atividade a exames de recursos de informação, resultando em um inventário ou uma lista do que estava disponível e para quem. E, à época da publicação do artigo, a AudInf passou a incluir a revisão de processos, de conteúdo da informação e da capacidade e do comportamento do usuário da informação.
- (6) Botha e Boon (2003): documento de autoria de Hannerí Botha e J. A. Boon, quando eles eram filiados ao Departamento da CI da Universidade de Pretoria, na África do Sul. Para os autores, uma AudInf envolve o exame sistemático dos recursos de informação, uso da informação, fluxos de informação e a gestão deles em uma organização. Também inclui a identificação das necessidades de informação dos usuários e o valor dos recursos de informação para a organização. No conjunto, o objetivo das ações de AudInf devem ser determinar se o ambiente de informação organizacional contribui para a concretização dos objetivos organizacionais e, ainda, para o estabelecimento e implementação de princípios e procedimentos eficazes de Gestão da Informação.
- (7) Ponjuán Dante (2008): documento assinado por Gloria Ponjuán Dante, pesquisadora filiada à Universidade de Habana, em Cuba, que tem, dentre outros, a Gestão do Conhecimento e a Gestão da Informação como objetos de estudo. Nesse artigo a autora discute a definição da AudInf e conclui que, em qualquer caso, um trabalho de AudInf tem objetivo de fazer uma revisão do funcionamento ou comportamento de um objeto por meio de ações de sistematização e a análise de informação. Assim, a obtenção de informação, sua validade e sua organização são fases ou etapas que ocorrem em todo processo de Auditoria. Nos anos seguintes, a pesquisadora, inclusive em parceria com González Guitián, assinou outras publicações sobre o tema. González Guitián e Ponjuán Dante (2011), por exemplo, afirmam que, em última instância, todos os tipos de Auditoria constituem processos informacionais, desde o econômico-financeiro até o conhecimento. Elas destacam que a AudInf, dentre outras funções, facilita a identificação, aquisição, geração, tratamento e uso de recursos internos de informação em correspondência com a missão e objetivos da organização. Já em González Guitián e Ponjuán Dante (2014), as autoras ressaltam que a AudInf permite conhecer a realidade de uma organização em todos os níveis, facilitando compreender as informações

valiosas sobre requisitos, opiniões, cultura organizacional, fluxo de informações, lacunas e duplicações.

- (8) Fu e Zhang (2009): documento assinado por Xiangling Fu e Xiaoyan Zhang, filiados à Escola de Engenharia de *Software*, da Universidade de Correios e Telecomunicações de Pequim, na China. Segundo os autores, o reconhecimento da informação como um recurso organizacional fundamental é necessário para o desenvolvimento de uma gestão eficaz dos recursos de informação e a AudInf deve fornecer direção estratégica e diretrizes para a gestão dos recursos de informação da organização. Com base na definição do *ASLIB Knowledge & Information Management Group*⁵⁵, os autores consideram AudInf como um exame sistemático do uso, dos recursos e dos fluxos da informação, com de pessoas e de documentos existentes, para estabelecer como eles estão contribuindo para o alcance dos objetivos da organização.
- (9) Pestana (2014): documento assinado por Olívia Manuela Marques Pestana, doutorada em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, filiada ao Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação, da Universidade do Porto, em Portugal. No artigo Pestana percorre e analisa as definições dos autores Buchanan e Gibb (1998), Orna (1990, 1999, 2004), Henczel (2000) e Botha e Boon (2003), mencionados por ela como autores frequentemente citados na literatura. A partir desse percurso, a autora conclui que a AudInf abrange o estudo de todo o ciclo da informação, ou seja, considera como central aspectos relacionados às necessidades de informação, à sua produção, uso e fluxo, assim como as vertentes humana e técnica e sua contribuição na determinação do custo e do valor da informação numa organização.
- (10) Frost e Choo (2017): documento assinado por Robert B. Frost e Chun Wei Choo, pesquisadores filiados à Faculdade de Informação da Universidade de Toronto, no Canadá. Esses autores abordam AudInf com base na definição estabelecida por Buchanan e Gibb (2007) e acrescentam que, em uma forma mais completa, a AudInf abrange todos os métodos e ferramentas necessários para catalogar, modelar, avaliar, controlar a qualidade e analisar os ativos de informação e gerenciamento de informação da organização. Segundo eles, a AudInf é uma prática poderosa de gestão de informação, porém os métodos e aplicações de AudInf não acompanharam o

⁵⁵ Os autores mencionam como fonte a página <http://www.kimnet.org.uk/>, porém não foi possível acessar o endereço em várias tentativas ao longo de dezembro de 2021.

desenvolvimento de pesquisas sobre a capacidade de gerenciamento da informação e gestão da qualidade da informação.

- (11) Carvalho (2019): documento assinado por Andréa Vasconcelos Carvalho, doutora em Sistema de Informação e Documentação pela Universidade de Zaragoza, na Espanha, e, atualmente, professora do Departamento da CI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Segundo a autora, a AudInf permite conhecer o que uma organização efetivamente faz com a informação, entender como as pessoas usam a informação e compreender os resultados obtidos com o uso da informação. Nesse sentido, a AudInf tem um enfoque mais abrangente do que uma atividade de relacionar a efetividade gerencial com a aquisição e o uso de recursos de informação, em geral, realizada por meio de identificação dos recursos de informação e de análise do uso e das necessidades de informação. Ainda de acordo com a pesquisadora, esse tipo de Auditoria invoca diferentes técnicas e instrumentos e torna possível avaliar processos, fluxos e recursos de informação.
- (12) McDonald e Levine-Clark (2019, p. 1099): enciclopédia publicada pelo grupo Taylor & Francis, especializado em pesquisa acadêmica. No verbete relativo aos serviços de consultoria oferecidos pelos centros de informações, são incluídas atividades de AudInf, mapeamento de informações e suporte de informações de projeto. Também é mencionado que a AudInf pode ser usada para identificar as necessidades de informações, lacunas e processos de uma organização, além de servir como base para uma melhor alocação de recursos de informação, melhoria de processos e comunicação.
- (13) Labrada, Inclán e Rodriguez (2019): documento elaborado pelas pesquisadoras cubanas Katia Yenis Rodriguez Labrada, Anisley Cano Inclán e Floriselda Cuesta Rodríguez. De acordo com elas, a AudInf é uma ferramenta da Gestão da Informação que possibilita conhecer os recursos e prevenir redundâncias e inconsistências nos sistemas. Segundo elas, a AudInf consiste em avaliar e examinar, periodicamente, os recursos informacionais de que as organizações dispõem, buscando identificar a informação, seus fluxos e elementos como parte dos processos organizacionais, com a finalidade de compreender a organização e suas capacidades. Além disso, possibilita avaliar a eficácia e eficiência do sistema informacional disponível.

Elencaram-se as definições destacadas nesta seção, considerando-se, também, a quantidade de citações das publicações, com base em três critérios: a distribuição temporal, de 1988 a 2019; a distribuição geográfica, com, pelo menos, um autor de cada continente; e área de

atuação dos autores, buscando contemplar academia e mercado, além de pesquisas na CI e na Ciência da Computação. Esse percurso possibilitou formar uma visão panorâmica sobre as discussões sobre o tema.

Essa visão realçou, dentre outros assuntos, os pontos comuns entre os autores, a evolução da definição e da abrangência de AudInf, e as diferenças e as semelhanças de abordagens em relação a outras especialidades de Auditoria. Sobre os pontos comuns entre os autores, há unanimidade nas referências ao uso, aos recursos e aos fluxos da informação no objeto de estudo da AudInf. E chama a atenção, a presença, de forma recorrente nas definições, de menções do estudo das necessidades de informação com um olhar direcionado ao papel e ao comportamento das pessoas envolvidas em todo o ciclo informacional, com inclusão dos usuários e dos profissionais de informação.

A evolução da AudInf é marcada por uma ampliação do foco, de unidades de informação para variados processos organizacionais, com contribuições para a gestão estratégica (CARVALHO, 2022). Além disso, as pesquisas sobre AudInf não ficaram circunscritas a uma única área de conhecimento. A importância da disciplina para a estratégia das organizações, por exemplo, é reconhecida pela maioria dos autores mencionados. Esse reconhecimento revela a AudInf como objeto de interesse, além da CI e da Ciência da Computação, ao menos da Administração, da Economia, da Contabilidade. Tal condição é compartilhada com os tipos de Auditoria, conforme itens da seção 2.1.

Esse ponto sobre as diferenças e as semelhanças de abordagens em relação a outras especialidades de Auditoria compõe, exatamente, o terceiro assunto realçado na visão panorâmica percorrida nas definições de AudInf. E, assim como restou evidente a interdisciplinaridade das diferentes abordagens em relação a outras especialidades de Auditoria, também se demonstrou a falta de um corpo de conhecimento comum. Isso fica claro na constatação da ausência de critério para o uso dos termos exame, processo e avaliação, por exemplo. Da mesma forma, salienta-se a falta de precisão na delimitação dos termos Auditoria e consultoria. Na seção 2.1.1, há uma abordagem sobre esses critérios e sobre os diferentes significados. Entretanto, a questão mais relevante nesse ponto é sobre a diferença entre as funções de AudInf e de Gestão da Informação e de Auditoria e de gestão, conforme a seção 2.3.2.

Após o levantamento feito das definições, optou-se por considerar inicialmente a AudInf como uma atividade de avaliação de processos, fluxos e recursos de informação, inclusive considerando custo, necessidade e comportamento informacional de cada uma das partes interessadas em uma Auditoria. Essa definição foi utilizada como ponto de partida para o estudo e para

as entrevistas. Ressalte-se, porém, que o estudo busca justamente um conjunto de diretrizes para uma teoria no domínio da AudInf.

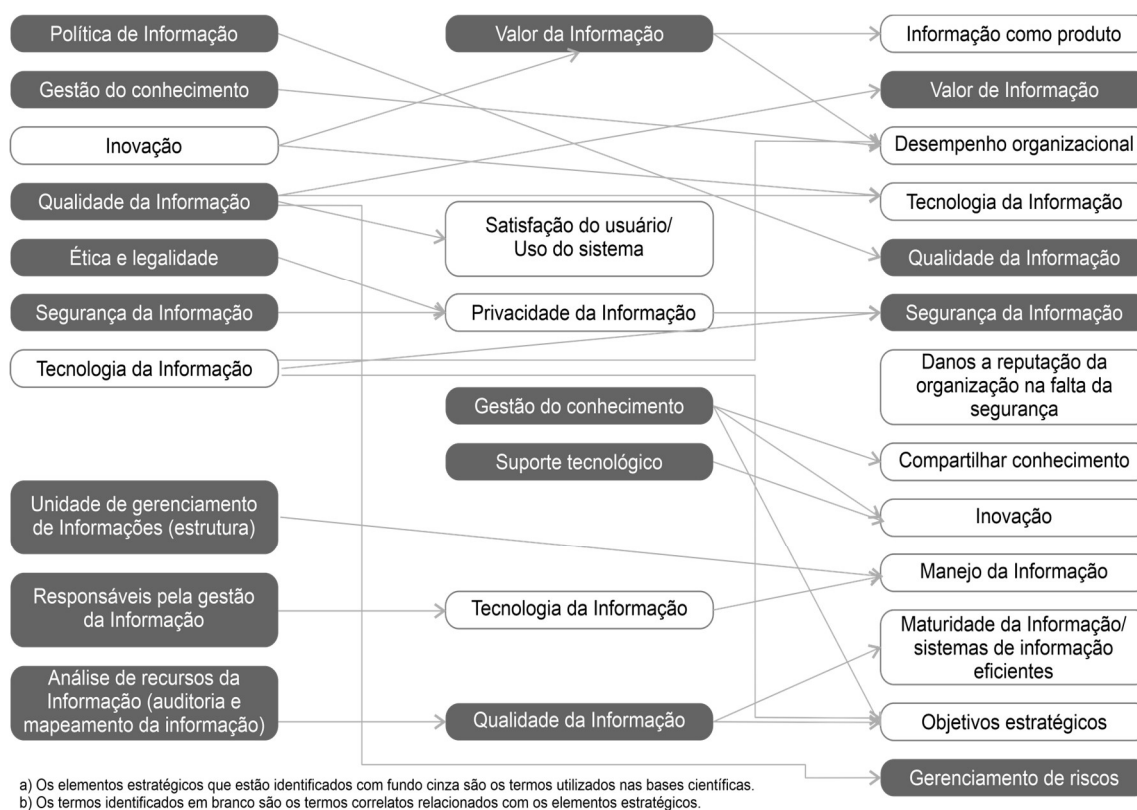
2.3.2 Auditoria da Informação *versus* Gestão da Informação

A necessidade de uma Auditoria oferecer um olhar externo para subsidiar as decisões dos gestores, dos administradores ou dos proprietários, consideradas as publicações sobre a Auditoria em geral, é consensual do ponto de vista teórico. Isso porque, conforme tratado na seção 2.2.1, há reconhecimento da relevância da independência da Auditoria em relação aos processos de tomada de decisão de responsabilidade da gestão. Entretanto, a relação entre a AudInf da Gestão da Informação é pouco discutida. Esse assunto é examinado nesta seção, que também contém algumas notas sobre o uso dos termos Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC), ativos informacionais e ferramentas para a Gestão da Informação.

A Gestão da Informação, segundo Davenport (1998, p. 173 – 198), é “*um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento*”, e sua análise pode partir de um processo principal e/ou de um ou mais processos específicos, particularmente dependentes da informação. O autor apresenta quatro passos para um processo genérico: determinação das exigências, obtenção, distribuição e utilização. Davenport (1998) defende, também, a adoção de uma abordagem ecológica para aperfeiçoar os processos informacionais, o que inclui enfatizar o aperfeiçoamento constante, os papéis desempenhados pelas pessoas e o uso de fatores múltiplos e inter-relacionados.

Ainda sobre Gestão da Informação, destaca-se a elaboração de uma visão sobre o quadro teórico da Gestão da Informação e de conceitos correlatos por Cyganczuk e Pinto (2019), conforme Figura 7. Os autores elaboraram o quadro com base no resultado de uma revisão de artigos na Língua Inglesa, publicados nas bases científicas *Web Of Science e Science Direct*, no período de 2 anos (2017 e 2018). Também se traçaram as relações entre os elementos estratégicos da Gestão da Informação por meio das características bibliométricas identificadas no estudo. Interessa destacar a posição em que se inseriu a AudInf, em par com o mapeamento de informações, compondo a análise de recursos de informação e com relacionamento apenas com a qualidade da informação. Considera-se essa posição da AudInf, no entanto, conforme apresentado nas definições listadas no item 2.2.1, a rigor, descontextualizada.

Figura 7– quadro conceitual (Gestão da Informação e conceitos correlatos)



Fonte: adaptada de Cyganczuk e Pinto (2019, p. 133).

O quadro evolutivo da AudInf está mais compatível com a ideia de Raliphada e Botha (2006), ao colocar a AudInf como fundamental para a Gestão da Informação. Posição compatível com a observação de Buchanan e Gibb (2008b) sobre a grande influência da AudInf na Gestão da Informação e com a conclusão de Pestana (2014), que percebeu, nas definições destacadas por ela, a evidência de existência de um forte contato entre AudInf e as atividades de avaliação dos serviços, avaliação da qualidade e do planejamento estratégico nas organizações. Convém, porém, frisar que a independência, questão mais relevante na relação entre a AudInf e a Gestão da Informação, não é colocada por nenhum desses autores. Essa ideia, também, não está discutida em nenhuma das outras publicações consultadas ao longo da elaboração desta tese.

Além do termo Gestão da Informação, nas referências sobre o tema, frequentemente é encontrada menção à disciplina Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC). Sem a intenção de esgotar o tratamento e as polêmicas sobre essa terminologia, para o objetivo do presente documento, é preciso acrescentar comentário sobre o uso desse termo. Isso é necessário para a fundamentação dos objetos que são avaliados na AudInf.

Em particular interessa realçar o termo conhecimento. Segundo Wilson (2006, pp.38 e 39), conhecimento é aquilo que sabemos e envolve os processos mentais de compreensão,

entendimento e aprendizado. De acordo com ele, “*o conhecimento se passa na mente e somente na mente, independentemente de interação com o mundo exterior à mente e a interação com outros*”. Por isso, não pode ser capturado nem compartilhado, “*tudo que é capturado e compartilhado é a informação*”. Halévy (2010, p.324) corrobora essa ideia, de que o conhecimento, ao contrário dos saberes que permanecem gravados na memória, “*é um processo dinâmico de integração, estruturação e interligação de informações dentro de um vasto complexo de sistemas ideais vivos*”. Por outro lado, McInerney (2006) afirma entender como plausíveis os argumentos contra a possibilidade de compartilhamento de Wilson (2006), mas que há possibilidade de transferência do conhecimento por meio de “objeto do conhecimento”. De acordo com o autor, esse objeto seria uma representação do conhecimento retido por alguém, mas não seria o próprio conhecimento. A par dessas discussões, embora essa tese seja centrada na informação, interessa reconhecer a existência de um forte vínculo entre informação e conhecimento e a relevância desses conceitos e de sua gestão para as organizações.

Também importa situar a Gestão do Conhecimento. Sobre isso, é interessante observar as palavras de Tarapanoff (2006, p. 30). De acordo com a autora a Gestão do Conhecimento é uma atividade independente, mas que se vinculada ao processo decisório, passa a ser “*fortemente ligada ao processo de Gestão da Informação e ao trabalho e análise da informação*”. Adicionalmente, a autora esclarece que a inteligência em nível estratégico pode ser considerada uma síntese do processo de trabalho da informação e do conhecimento. Isso porque tal síntese é potencial fonte de conhecimento novo e de inovação, elementos que tem capacidade de apontar novos caminhos para a organização.

Em sintonia com Tarapanoff (2006), Carvalho (2019) afirma que a GIC associa os estudos sobre Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento e inteligência. Para a autora, a GIC abarca a Gestão da Informação pessoal, a aprendizagem organizacional, as comunidades de práticas, a inteligência competitiva, os serviços de inteligência etc. Em decorrência desse entendimento, a autora também associa a AudInf e do Conhecimento à GIC.

Para concluir essa seção, cabe uma breve menção sobre as ferramentas de Gestão da Informação, uma vez que essas ferramentas podem ser instrumentos para apoio ou objeto de avaliação para a AudInf.

Uma das ferramentas disponíveis é o *Dynamik Knowledge Reporsitory (DKR)*, citada por Wilson (2006). Segundo ele, um DKR é uma base de conhecimento que contém uma confluência de conhecimento, informação e inteligência. Outra ferramenta é o *Data Management Body of Knowledge (DMBoK)*, que é um corpo de conhecimento mantido pela DAMA International, organização que se dedica a promover conceitos e práticas necessárias para o

gerenciamento de informações e dados (DAMA INTERNATIONAL, 2023). O DKR e o DMBok são apenas dois exemplos, mas indicam a existência de iniciativas específicas para atender à Gestão da Informação.

2.3.3 Ativos informacionais

No mundo corporativo é disseminado o uso da palavra “ativo”, em particular na Contabilidade e, por consequência, na Auditoria tradicional. Além do uso disseminado, vários significados podem ser atribuídos a esse termo. Por isso, é preciso fazer alguns esclarecimentos sobre seu uso neste documento. Segundo Ferreira (1975), o termo ativo (em Língua Inglesa, *assets*) é derivado do termo *activu*, em latim e, dentre outros sentidos, pode significar a totalidade dos bens de uma organização, ou de uma pessoa, inclusive os direitos suscetíveis de avaliação. A força desse significado reflete-se em relação aos padrões de contas contábeis das organizações em todo o mundo (MARION, 2007). Por isso, é interessante observar seu uso na Contabilidade Internacional. Nessa área, segundo Oliveira et al., (2008, p. 213), “*ativos são benefícios econômicos futuros e têm o potencial de contribuir, direta ou indiretamente, ao fluxo de caixa ou equivalente da entidade*”. O autor acrescenta, ainda, que os ativos de uma entidade “são adquiridos através de compra, troca ou produção”.

Com base nessa introdução, para efeito do presente estudo, importa esclarecer o significado do termo “ativo informacional”. Esse termo é, em geral, utilizado para indicar os recursos de informação que uma organização possui e que são considerados valiosos para a realização de suas atividades e objetivos. Esse sentido corresponde ao utilizado por Davenport (1998, p.151) quando ele delimita a informação significativa para a organização dos negócios, excluindo, mas sem pretender desvalorizar ou desconsiderar o inestimável valor, as informações do contexto cotidiano dos relacionamentos pessoais ou do mundo das ideias de profetas, poetas e religiosos, dentre outros.

Davenport (1998), portanto, ressalta que seu trabalho é restrito às informações com valor econômico no mundo concreto dos negócios e da economia. O termo, também, é utilizado nesse sentido por Carvalho (2022, p.1), segundo a qual “*os ativos informacionais são recursos essenciais para todas as organizações e demandam gestão adequada para que possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos organizacionais*”. Aliás, essa autora utiliza o termo Auditoria de Ativos de Informação em suas publicações (CARVALHO, 2019, 2022).

A relevância do termo ativo informação cresce à medida que é projetada a ideia da informação como ferramenta estratégica. Isso ocorreu com base na mudança de foco da Gestão da Informação, inicialmente em documentos e dados e passou a ser em recursos informacionais, visando a resultados em relação à eficiência operacional (TARAPANOFF, 2006).

Em linha com esses autores, nesse documento o termo “ativo informacional” é utilizado com esse significado e por incluir dados, documentos, informações confidenciais, *software*, *hardware* e outros recursos informacionais. Porém, por entender que o termo “Auditoria da Informação” abrange os ativos informacionais e evita a necessidade de esclarecimentos sobre o uso do termo “ativos informacionais”, optou-se por seu uso.

2.3.4 Outras publicações sobre a Auditoria da Informação

Além das definições e da relação entre AudInf e Gestão da Informação, apresenta-se uma breve exposição dos outros aspectos encontrados nas publicações sobre AudInf. São explorados temas como metodologias, métodos e modelos⁵⁶ já propostos por diversos autores, além de considerações sobre o panorama atual da produção teórica envolvendo AudInf. A exposição resume noções básicas importante para o objetivo desta tese, sem intenção de esgotar o assunto.

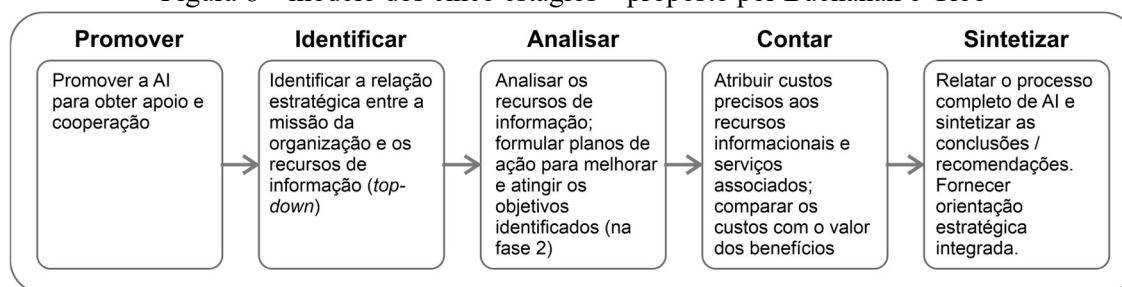
2.3.4.1 *Metodologias, métodos e modelos*

Em uma parte considerável das publicações sobre AudInf recuperadas na revisão de literatura realizada para essa tese, o tema central envolve métodos, metodologias e modelos. Um núcleo de referência para o estudo sobre esses assuntos é composto por quatro publicações dos pesquisadores Steven Buchanan, Forbes Gibb. Em Buchanan e Gibb (1998) é proposto um modelo com uma abordagem estratégica. Os autores reconhecem a informação como um recurso chave das organizações. Os autores criticaram as abordagens existentes à época, limitadas ao atendimento de dois objetivos: identificar os recursos de informação e identificar os requisitos de informação. Na Figura 8, apresenta-se o modelo proposto por eles.

⁵⁶ Inclusive, os termos métodos, metodologias e modelos são utilizados de forma confusa nas referências citadas nessa subseção, isto é, o que um autor chama de modelo, outro cita como metodologia ou método. Não é o caso de entrar no mérito dessas distorções. O critério adotado na tese foi usar a palavra escolhida pelo(s) autor(es) do(s) texto(s).

No ponto de vista dos autores, quando usado em todo o potencial do modelo, é possível encontrar soluções para, dentre outras tarefas, identificar custos e benefícios dos recursos de informação; identificar fluxos e processos de informação; e contribuir no desenvolvimento de uma política de informação integrada; e monitorar e avaliar a conformidade com informações relacionadas normas, legislação e diretrizes de políticas.

Figura 8 – modelo dos cinco estágios – proposto por Buchanan e Gibb



Fonte: elaborada pela autora com base em informações de Buchanan e Gibb (1998).

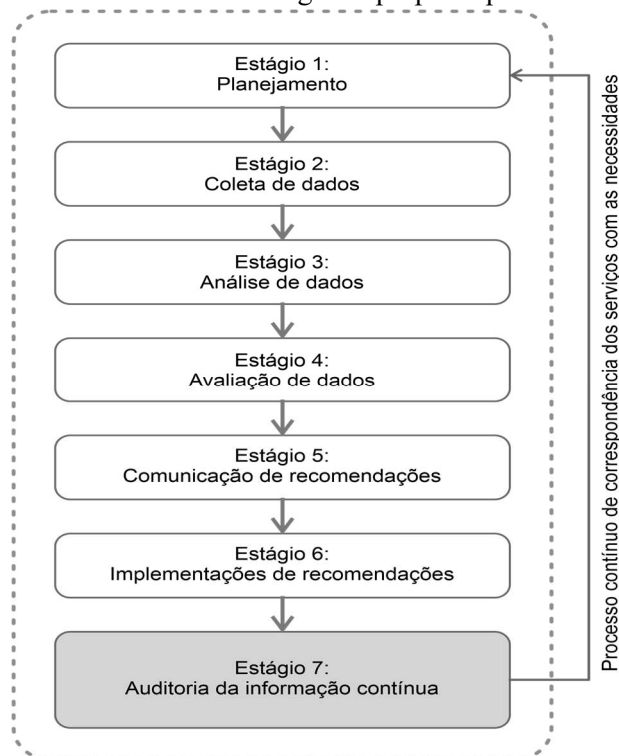
Além da publicação de 1998, esses autores publicam uma série de três artigos articulados com objetivo de fazer uma ampla revisão do tema. Buchanan e Gibb (2007) alertam que a AudInf é fundamental para a gestão organizacional eficaz da informação, embora a disciplina não seja completamente aceita, tampouco praticada habitualmente. Também, destacam e discutem os desafios existentes para sua prática e reexaminam o papel, e o escopo da AudInf, e propõe uma abordagem holística, a começar pela definição desses autores citada na seção 2.3.1.

Buchanan e Gibb (2008a) apresentam uma revisão bibliográfica sobre as principais abordagens metodológicas, considerando quatro propostas: Buchanan e Gibb (1998); Burk e Horton (1988); Henczel (2001); e Orna (1999). E Buchanan e Gibb (2008b) apresentam e discutem cinco estudos de caso da área, com foco na aplicação da modelo de AudInf, proposto em Buchanan e Gibb (1998). Com base nos resultados, os autores revisaram o modelo com manifestação do entendimento de que, apesar da pesquisa não ter sido extensa o suficiente para ser conclusiva sobre o assunto, as evidências recolhidas por eles sugerem que o estágio denominado “Contar” nem sempre é necessário e que tabelas de valores simples podem substituir essa fase.

Outro modelo de AudInf com muitas citações é o de sete estágios elaborado por Henczel (2000, p. 217). Na Figura 9, ilustra-se esse modelo. Segundo a autora, o modelo parte de uma visão de atuação da AudInf em nível estratégico em contexto de “explosão” da quantidade de informações. Para ela, o resultado da aplicação do modelo pode contribuir com a compreensão de como uma organização trabalha com relação às informações e, conseqüentemente, auxiliar

também na gestão do conhecimento. A autora chama a atenção para a estrutura flexível do modelo e para a possibilidade de seu uso para atender às diferentes condições e restrições de uma organização, ou seja, os componentes poderem ser modificados para se adequar aos objetivos da organização e os recursos disponíveis. Ela destaca, ainda, a importância de o processo de Auditoria ser contínuo.

Figura 9 – modelo dos sete estágios – proposto por Susan Henczel



Fonte: adaptada de (HENCZEL, 2000, p. 217).

Raliphada e Botha (2006) relatam a aplicação desse modelo. Os autores descrevem um teste para verificar a viabilidade da metodologia de Henczel na prática em um departamento específico. O estudo incluiu as cinco primeiras etapas da metodologia e, como resultado, indicou que essa metodologia específica é viável, revelou suas vantagens e desvantagens e apontou recomendações para garantir o sucesso de sua implementação. A desvantagem identificada por eles é o fato de a aplicação ser complicada.

Outras propostas de metodologias estão disponíveis, a exemplo da sugestão apresentada no artigo Raliphada e Botha (2006), que contém citação das metodologias de Orna (1990) e Henczel (2000), dentre outras, bem como a descrição de um método para identificar e determinar o valor, funcionamento, avaliação e utilidade dos recursos de informação. Os autores apresentam também orientações para alcançar ou melhorar a eficácia do gerenciamento de

informações dentro de uma organização. Outro exemplo é a proposta apresentada em González Guitián (2015). A autora elabora e aplica uma metodologia que integra AudInf e Auditoria do Conhecimento. A metodologia é estruturada em sete etapas dirigidas, em especial, para a revisão das estratégias e das políticas; da identificação e inventário dos recursos de informação e de conhecimento; e para a valorização dos processos associados à Gestão da Informação.

Menciona-se a existência de publicações com análise comparativas de modelos e metodologias propostas. Um estudo comparativo interessante foi desenvolvido por González Guitián e Ponjuán Dante (2014), que embasou a tese defendida posteriormente por González Guitián (2015). As autoras apresentam uma análise reflexiva sobre treze metodologias e modelos para realizar AudInf em organizações com base em publicações entre os anos 1980 e 2011. Dentre outras analisam, por exemplo, a metodologia InfoMap de Burk e Horton (1988), e a de abordagem estratégica de Buchanan e Gibb (1998).

A partir da análise, González Guitián e Ponjuán Dante (2014) classificam as abordagens encontradas segundo o enfoque em processo, em recursos de informação ou híbrido. De acordo com as autoras, os métodos utilizados em AudInf incluem análise das necessidades de informação, do inventário de recursos de informação, do fluxo de informações, do mapeamento de informação e por meio de inquéritos e entrevistas. Elas, ainda, destacam os seguintes aspectos abordados pelas metodologias e modelos de AudInf analisados:

- a) análise organizacional;
- b) estratégias e políticas de Gestão da Informação;
- c) processos-chave;
- d) avaliação de sistemas de informação;
- e) técnicas de coleta e análise de informações;
- f) necessidades de informação;
- g) identificação e inventário dos recursos de informação;
- h) fluxos e mapas de informação;
- i) análise de custos (custo-benefício);
- j) relatórios de resultados (relatório final);
- k) Auditoria recorrente.

Em relação às treze metodologias e modelos analisados, González Guitián e Ponjuán Dante (2014) reportam que, em uma dimensão ou outra, 100% deles incluem o inventário de recursos de informação; 70% avaliam as necessidades de informação com base nos objetivos organizacionais; e 61% tratam da análise organizacional, da avaliação dos fluxos de informação e do cálculo de custos dos recursos de informação. Por outro lado, segundo as autoras, embora

fosse esperado que um dos objetivos centrais do processo AudInf fosse a avaliação do sistema de Gestão da Informação, apenas 3 autores (23%) incluíram esse item na proposta. Além disso, apesar de ser fundamental a Auditoria saber se há uma estratégia concebida e alinhada com os objetivos e metas da organização, outra surpresa que elas reportam é, apenas, 31% dos autores incluírem a análise das estratégias e da política em relação às informações estabelecidas na organização. Além disso, apenas 6 (46%) das propostas metodológicas explicitam as técnicas utilizadas durante a Auditoria.

Por fim, citam-se outros estudos comparativos. É o caso de Frost e Choo (2017), que comparam as metodologias estabelecidas para AudInf ao final dos anos 1990 até início dos anos 2000. E o estudo comparativo de Fu e Zhang (2009) com descrição de algumas metodologias de AudInf e um estudo de caso em uma empresa chinesa de grande porte. Além desses trabalhos, destaca-se o estudo descrito em Carvalho (2019), assentado em outros autores, como Buchanan e Gibb (2007), e Griffiths (2012), por meio dos quais constata-se haver recorrência de apontamentos⁵⁷ da ausência de um método de AudInf aceito e praticado amplamente. A autora identifica esse fator como um obstáculo para o desenvolvimento teórico e prático da AudInf, mas menciona, também, a posição defendida em Frost e Choo (2017). Esses autores consideram dispêndio de muito esforço para a elaboração de um método padrão universalmente aplicável e recomendam que a busca por um método único seja abandonada. Eles defendem mais dedicação em estudos para a aplicação de diferentes métodos de AudInf especificamente adaptados para indústrias, cenário de negócios e culturas informacionais determinadas; para a realização de estudos empíricos com mapeamento de forças e fraquezas, e com foco nos resultados de aplicação de métodos de AudInf; além de recomendar que sejam adotadas estruturas e métodos de AudInf menos padronizados e mais contingenciais (CARVALHO, 2019).

A respeito defesa de Frost e Choo (2017) de abandono das buscas para um único método e de adoção de métodos por indústrias ou outros ambientes, é preciso comentar que essa já é a realidade. Há dispersão de métodos e metodologias de AudInf e de Auditoria de forma geral. Sobre isso, com observação dos estudos de Guizzardi (2005) e Padron (2019), advoga-se ser preciso, nesse domínio, construir modelos conceituais buscando encontrar formas de promover entendimento entre usuários e sistemas; de encontrar mecanismos para organizar e compartilhar

⁵⁷ Apontamento é um termo utilizado em trabalhos de Auditoria para indicar pontos que precisam de ações corretivas (ações recomendadas) por parte das áreas auditadas. No mesmo sentido, dentre outros, utilizam-se os termos “achado” e “constatação”.

informações confiáveis; de viabilizar o gerenciamento e a interoperabilidade de sistemas de informação e de plataformas integradas.

2.3.4.2 *Panorama da produção teórica*

Para finalizar a apresentação de um panorama sobre a AudInf, cabe uma breve exposição acerca do atual estágio da produção teórica envolvendo o tema. Como ponto de partida, vale citar o resultado de uma análise da evolução da AudInf, nos últimos 30 anos, feita por Henczel e Robertson (2016). Segundo eles, restou revelada a ampliação dos horizontes de aplicação da AudInf. Esses autores observaram que a atividade, inicialmente, enfocou bibliotecas e, posteriormente, passou a fornecer soluções de gerenciamento de informações para as organizações de diversos tamanhos. Eles citam, como evidência dessa mudança, a alteração do perfil dos participantes de eventos sobre AudInf na Austrália e na Nova Zelândia no início da década de 2010. Antes de 2010, os participantes eram de bibliotecas e CI, enquanto em 2014 e 2015, eles eram, principalmente, de equipes de gestão executiva das organizações.

Outro diagnóstico é expressado Griffiths (2012). O Autor afirma que a AudInf, ainda, não é conhecida, tampouco adotada em função, dentre outros motivos, da má reputação da Auditoria, da confusão entre os vários tipos de Auditoria existentes e da ausência de uma metodologia padronizada. Com outro viés, estudo mais recente, realizado por Labrada, Inclán e Rodríguez (2019), resultou em retrato do estado da arte da AudInf, consideradas as bases EBSCO⁵⁸, SciELO, RedAlyc, Google, *Google Scholar* (GS) e o *Google Trends*. A autoras concluíram que, apesar da publicação de vários estudos de casos sobre a aplicação de AudInf, alguns deles apenas trabalham com indicadores e não aplicam uma metodologia estabelecida.

Com uma visão direcionada aos desafios a serem enfrentados e às oportunidades, Pestana (2014) desenvolve uma proposta de organização de uma AudInf. A autora, após traçar um percurso da evolução da temática, concluiu que a elaboração de uma norma exclusivamente dedicada à AudInf não é condicionante para execução da Auditoria. Motivo pelo qual ela manifesta entendimento de ser viável pôr em prática a atividade em qualquer organização, desde que seja estabelecido um paralelismo entre a normalização existente, e os princípios já veiculados. Nesse sentido, ela apresenta uma proposta de organização de uma AudInf, usando a segunda edição da norma ISO 19011.

⁵⁸ A EBSCO é uma empresa fornecedora de bancos de dados de pesquisa, periódicos eletrônicos, assinaturas de revistas, livros eletrônicos e serviço de busca para bibliotecas de todos os tipos (EBSCO, 2021).

Também orientados aos desafios e às oportunidades, mas em sentido contrário ao de Pestana (2014), Henczel e Robertson (2016) advogam que o desenvolvimento de normas sobre a temática seria uma forma de garantir a denominação de AudInf para práticas que realmente fossem de AudInf. De acordo para o diagnóstico apresentado por eles, devido à inconsistência de propósito e processos adotados, o que, às vezes é chamado de AudInf, nem sempre é uma AudInf. Como exemplo, eles citam a avaliação de necessidades de informações e a elaboração de inventários frequentemente chamadas de Auditorias, o que, de fato, não corresponde à realidade.

Henczel e Robertson (2016) também argumentam que a falta de critério para a denominação minimiza a importância estratégica e as implicações do processo de AudInf. Eles, ainda, salientam a existência de condições ideais para o início do desenvolvimento de padrões de AudInf. Tal iniciativa seria uma oportunidade para alcançar a proficiência dos auditores de informações, estabelecida em processo que contemple credenciamento, certificação ou registro apropriado. Mais que isso, seria uma forma da AudInf ser posicionada ao lado, ou alinhada aos outros processos de Auditoria nas organizações. A presente tese, a princípio, alinha-se com os argumentos desses autores na busca por desenvolvimento de padrões, mais especificamente de modelos, para a AudInf.

2.3.4.3 *Pesquisas de AudInf no Brasil*

O trabalho de Paiva, Silva e Santos (2015) revela um pequeno número de artigos publicados no Brasil. As autoras analisaram dados de 8.943 publicações registradas em três eventos científicos. Elas identificaram presença da temática “Auditoria” (*audit, auditing*) em 133 documentos e descobriram, apenas, um artigo científico classificado na categoria Auditoria da Informação, mais especificamente, acerca de Auditoria de Inteligência. Apresentou-se o referido artigo no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), em 2010. Segundo as autoras, há uma lacuna expressiva de produção científica sobre AudInf no país.

Para além de artigos científicos, é possível identificar pesquisas acadêmicas sobre o tema realizadas no país. Uma delas é a dissertação de Montanheiro (2006), que descreve uma pesquisa conceitual sobre AudInf nas organizações e a relevância da área na CI. A publicação contém uma abordagem a respeito de Auditoria, em particular, das técnicas de Auditoria Interna e considera a AudInf como uma técnica da Auditoria Interna, visão que expõe um possível equívoco conceitual, uma vez que a AudInf pode ser aplicada em qualquer modalidade de Auditoria. Mas um importante conteúdo da pesquisa dele é a descrição de um processo de

aproximação da Auditoria com a CI, em que se articula a Auditoria com, por exemplo, os termos fluxo de informação e necessidade informacional.

Outro exemplo de publicação feita no país refere-se à dissertação de Maia (2016). O documento apresenta o resultado de um estudo bibliográfico. Por meio deste, o autor explora o domínio de publicações relacionadas à AudInf com base em aplicações de técnicas bibliométricas. Ele constatou que a AudInf é uma área de estudos emergentes e que há predomínio de publicações sobre o tema na Europa e na América do Norte. O estudo feito por ele também revelou que, na área, há muitos autores com baixa produtividade, e reduzidas publicações; enquanto, apenas, alguns poucos autores são altamente produtivos e possuem elevado número de trabalhos publicados. E, ainda, que há predomínio de publicações em dois idiomas: inglês e espanhol.

Por fim, Carvalho (2019) confirma a escassez da produção científica sobre essa especialidade de Auditoria no Brasil, o que ratifica os resultados de Paiva, Silva e Santos (2015). E, em sintonia com Pestana (2014), Carvalho (2019) considera, para balizar a prática dessa especialidade, ser pertinente adotar os fundamentos contidos no Anexo da Instrução Normativa n.º 03, de 9 de junho de 2017, que apresenta o referencial técnico da Auditoria Interna governamental do poder executivo federal (CGU, 2017); e, na ISO 19011:2018 (ABNT, 2018a), com diretrizes para a Auditoria de sistema de gestão. Nesse particular, conforme argumentos expostos ao longo deste documento, há divergência com a autora, vez que advoga-se a necessidade de independência da AudInf em relação à Gestão da Informação, assim como defende-se a independência da Auditoria da gestão das organizações.

2.4 A CONFIANÇA, PÓS-VERDADE E AUDITORIA

A confiança é um tema presente nos momentos mais corriqueiros da vida cotidiana e, ao longo da história, esteve presente em pesquisas das várias áreas do conhecimento. Entre os autores de referência para o estudo do tema, destacam-se: Denise Rousseau, antropóloga estadunidense; Diego Gambetta, sociólogo e historiador italiano; Don Tapscott, administrador canadense; Marco Celentani, economista estadunidense; Niklas Luhmann, sociólogo alemão; Rafael Echeverría, filósofo chileno; e Christiano Castelfranchi e Rino Falcone, cientistas italianos.

As definições de confiança, uma vez que são elaboradas por estudiosos de diversas áreas, refletem seu caráter interdisciplinar. Segundo Rousseau et al. (1998), por exemplo, confiança é um estado psicológico que compreende a intenção de aceitar a vulnerabilidade com base em expectativas positivas das intenções ou comportamento de outra pessoa. Já para

Gambetta (2000, p. 217, tradução nossa), confiança “*é a probabilidade subjetiva com a qual um agente espera que outro agente ou grupo de agentes realize uma ação específica da qual depende seu bem-estar*”. E, na concepção do sociólogo Niklas Luhmann (1979), a confiança é um importante mecanismo de redução de complexidade.

Para alcançar o OE₄, com foco em uma das quatro perspectivas de observação, realizou-se uma revisão de literatura sobre diversos aspectos que relacionam a confiança com a pós-verdade, o mundo corporativo, a transformação digital e a Auditoria. A seguir, sintetiza-se o resultado.

2.4.1 Confiança e pós-verdade

O termo pós-verdade é usado por importantes pensadores da atualidade, a exemplo de Zygmunt Bauman (1998), muitas vezes chamado de teórico da pós-modernidade, que assinala a universalização do medo ou de perdas decorrentes da busca pela liberdade. Para Bauman, a incerteza e a desconfiança governam a contemporaneidade. Ele, ainda, afirma que o mundo pós-moderno está se preparando para “*a vida sob uma condição de incerteza que é permanente e irreduzível*” (BAUMAN, 1998, p. 32).

Não bastasse o mar de incertezas e desconfianças em que a sociedade contemporânea está imersa, atualmente significativa parte da população mundial está conectada por meio de redes, com acelerado fluxo *fake news*, ou seja, disseminação de narrativas que inventam ou alteram fatos em mídias sociais. Em geral, essa ação é promovida por pessoas interessadas nos efeitos que a notícia falsa poderia produzir, principalmente com propósitos políticos (DOURADO e GOMES, 2019, p.1).

Para mais informações sobre a relevância e extensão do tema na atualidade, podem ser observadas as pesquisas e publicações do projeto T3 group, desenvolvido no *Istituto di Scienze e Tecnologie della Cognizione* (em Língua Inglesa, *Institute for Cognitive Sciences and Technologies, ISTC*). O projeto busca o desenvolvimento de uma teoria completa sobre confiança, com atenção específica nas suas relações sociais. O grupo procura alcançar um adequado grau de aprofundamento sobre o conceito, e, por isso, parte do um ponto de vista sociocognitivo. Também trabalha em relação ao desenvolvimento dos modelos computacionais envolvendo confiança (ISTC, 2021).

Em suma, o tema confiança é particularmente importante na sociedade contemporânea e merece ser considerado na pesquisa em curso, sobretudo porque as relações de confiança no

mundo corporativo ocupam no centro do exercício profissional da Auditoria e na sustentação do trabalho do auditor, seja no relacionamento entre os pares, seja na relação com a área auditada, com a administração da entidade, ou ainda com a comunidade em geral.

2.4.2 Confiança no mundo corporativo

Em particular sobre o ambiente corporativo, exposto a mudanças rápidas e imprevisíveis do mundo contemporâneo, estudos do sociólogo Manuel Castells (2018) revelam que a desconfiança nas instituições cresce em decorrência de um processo de deslegitimação da representação política. Para Castells, a ausência de confiança em particular no mundo corporativo ameaça a credibilidade e a reputação das empresas. Echeverría (1999) compartilha de tal entendimento, conforme consta em seu artigo “*a confiança, viga mestra das empresas do futuro*”. Aliás, para ele, toda relação social que não se sustente pela força tem como fundamento a confiança.

A importância da confiança no ambiente corporativo também é expressa por empresas de consultoria, dentre elas o Instituto Gallup e a Edelman. O Gallup, em uma pesquisa em 2015 sobre instituições estadunidense, constatou que menos de 20% das pessoas entrevistadas indicaram que das empresas tinham níveis consideráveis ou elevados de credibilidade (TAPSCOTT e TAPSCOTT, 2016, p.41). Em outra pesquisa, os cientistas da Gallup pesquisaram o que faz alguém querer seguir um líder. Após entrevistas com mais de 10 mil pessoas, incluindo a pergunta aberta “*Liste 3 palavras que melhor descrevem o que esse líder contribui para a sua vida*”, as respostas revelaram que, entre as características básicas que as pessoas esperam de seus líderes, está a confiança (GALLUP, 2020).

A empresa Edelman, por sua vez, criou e mantém uma plataforma denominada Edelman Trust Management. Por meio dela, realiza, periodicamente, pesquisas sobre confiança há mais de 20 anos. O resultado das pesquisas forma o Barômetro da Confiança (em Língua Inglesa, *Edelman Trust Barometer*) (EDELMAN, 2021a). Os resultados dos últimos anos obtidos pelo barômetro indicam queda no índice de credibilidade das empresas.

Em 2015, por exemplo, os números obtidos indicaram que a confiabilidade nas organizações recuou para o menor nível desde a recessão de 2008, e que, inclusive, o setor de tecnologia – apesar de ainda ser o mais confiável – apresentou declínios na maioria dos países pela primeira vez (TAPSCOTT e TAPSCOTT, 2016, p.41).

Mais recentemente, a 21ª edição do estudo global da Edelman considerou entrevistas, aplicadas no período de 19 de outubro a 18 de novembro de 2020, com 33 mil pessoas em 28

países, sendo 1.150 no Brasil. O resultado foi retratado no barômetro e revelou os impactos da pandemia e da infodemia⁵⁹ na confiança em instituições. No último ano, a pandemia de Covid-19 alterou as perspectivas e os temores das pessoas. Elas não sabem em quem confiar ou em quem não confiar (EDELMAN, 2021b).

Por fim, sobre os requisitos para a obtenção de informações confiáveis em trabalhos de Auditoria, cita-se a defesa de Tapscott e Tapscott (2016, p. 40) de que a confiança nos negócios é a expectativa de que a outra parte irá se comportar de acordo com os princípios de integridade: honestidade, consideração, responsabilidade e transparência. No Quadro 10, relacionam-se as principais características de cada princípio.

Quadro 9 – princípios de integridade

Princípio	Características
Honestidade	Não é apenas uma questão ética; tornou-se uma questão econômica necessária nas relações de confiança com os empregados, parceiros, clientes, acionistas e o público. Trata-se de agir sem mentir e omitir.
Consideração	Muitas vezes significa uma troca justa de benefícios ou malefícios que as partes irão operar de boa-fé. Exige um verdadeiro respeito pelos interesses, desejos ou sentimentos dos outros.
Responsabilidade	Fazer compromissos claros com as partes interessadas e os respeitar. Instituições e indivíduos devem honrar acordos e reconhecer suas promessas quebradas.
Transparência	Operar a céu aberto, à luz do dia. Direito legítimo aos segredos comerciais e informações privadas, mas com respeito às informações pertinentes a clientes, acionistas, funcionários e outras partes interessadas.

Fonte: adaptada de Tapscott e Tapscott (2016, pp. 40 e 41).

Tais princípios reúnem uma série de fatores necessários para a manutenção de relações de confiança no meio corporativo. Associam questões econômicas a questões de relacionamento entre empregados, parceiros, clientes, acionistas e o público. Coloca no centro dessas questões a ética e a boa-fé, os segredos comerciais e as informações sensíveis. A esses fatores é preciso acrescentar aspectos contextuais, em especial as mudanças no mundo corporativo em decorrência de transformações advindas pelo acelerado avanço da tecnologia.

⁵⁹ “Infodemia” é o termo utilizado pela Edelman para indicar o excesso de informações – às vezes, incorretas – sobre determinado tema. O termo também indica a possibilidade de a informação ser produzida por fontes não verificadas ou pouco fiáveis (PRIBERAM, 2021).

2.4.3 Confiança e transformação digital

A expressão “transformação digital” está em voga e seu uso está comumente ligado à expansão da Internet para a área comercial, ao aumento do uso das ferramentas de busca na Internet e à consolidação das redes sociais. Mais recentemente, passou a ser associada às mudanças necessárias para orientar instituições públicas e privadas no acompanhamento de avanços tecnológicos. Para Leite, Martins e Ursini (2017), por exemplo, o termo é usado em referência aos efeitos esperados da Internet das coisas (IoT). Também é utilizado por empresas, como a Gartner⁶⁰ e o Isaca⁶¹, para a prestação de consultoria e de serviços direcionados à adequação dos negócios ao mundo digital. Tais abordagens são centradas em tecnologia, realidade que, às vezes, segundo Morozov (2018), leva à invisibilidade da disrupção econômico-financeira. Além disso, esse autor enfatiza que o enquadramento tecnocêntrico leva a uma explicação bastante superficial da realidade atual.

Distante da superficialidade apontada por Morozov (2018), o estudo dos pesquisadores Castelfranchi e Falcone (2010b) explora a integração da confiança às infraestruturas tecnológicas por meio de diversos modelos, simulações e experimentos. Esses autores descrevem os esforços para captar os vários aspectos do conceito e para modelar e racionalizar a noção de confiança. Além disso, eles destacam as disciplinas que têm sido forçadas a lidar com a confiança, por envolverem novos cenários de comunicação e interação: a interação humano-computador, a IA distribuída, os sistemas Multiagente⁶², e a Web Semântica.

Segundo os autores, a relevância da confiança está associada à evolução dos paradigmas tecnológicos de interação e comunicação em direção ao estilo humano. Tal direcionamento é julgado como uma tarefa muito difícil de ser realizada, por ter implicações interacionais, técnico-jurídicas, organizacionais e sociocognitivas. Por outro lado, aponta-se esse direcionamento como um potencial acelerador de acesso das pessoas às novas tecnologias. Para os autores, a característica essencial da tecnologia do futuro é a autonomia e ressaltam que, para trabalhar com a autonomia alheia, uma relação de confiança real é necessária (CASTELFRANCHI E FALCONE, 2010b).

⁶⁰ Dados da empresa podem ser consultados na página <https://www.gartner.com/en>.

⁶¹ Dados do instituto podem ser consultados na página <https://www.isaca.org/>.

⁶² Na abordagem de Castelfranchi e Falcone (2010b), os agentes podem ser seres humanos ou agentes artificiais, com liberdade de entrar e sair do sistema.

Outra questão relativa ao tema no domínio tecnológico é a diferença conceitual entre as noções de confiança e segurança. A confiança é, exemplificando, mais do que comunicação segura por meio de técnicas de criptografia de chave pública. A confiabilidade das informações sobre o estado de seu parceiro comercial tem pouco a ver com comunicação segura ou com sua identificação. O desafio da confiança é mais complexo e amplo do que o da segurança. Nessa correlação, é possível afirmar que a percepção de segurança e proteção seja uma pré-condição ou, ainda, um aspecto da confiança (CASTELFRANCHI E FALCONE, 2010b).

Em relação à existência de uma relação entre a confiança e o domínio da tecnologia, Fukuyama (1996, pp. 40 e 41) menciona que a confiança não reside em circuitos integrados ou cabos de fibras óticas e que não se reduz à informação. Segundo ele, a confiança é determinada culturalmente; surge no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, e é baseada em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade.

Assim, o estabelecimento de uma verdadeira relação de confiança é algo mais complexo e diferente do que a questão da segurança. Entretanto, embora distintos, os termos confiança e segurança estão sempre associados à privacidade. Vide as pautas da conferência *International Federation for Information Processing Trust Management (IFIPTM)*, promovida desde 2008 pela *International Federation for Information Processing*. A última conferência IFIPTM, realizada em 2020, teve o objetivo de compartilhar soluções de pesquisa para problemas pertinentes à confiança no gerenciamento de políticas de TI, em redes sociais, em modelagem econômica e tecnologias emergentes para confiança (*blockchain, big data*) (IFIP, 2020).

Pari passu com a evolução da TI, muitos estudos têm sido realizados com o objetivo de encontrar modelos para a representação da confiança. Basta ver Golbeck, Parsia e Hendler (2003); Veres et al. (2006); Castelfranchi e Falcone (2005); Castelfranchi e Falcone (2010a). Esses trabalhos analisaram diferentes aspectos, modelos e abordagens de confiança, com o objetivo comum de compreender e introduzir relacionamentos de confiança dentro da estrutura computacional. De acordo com Castelfranchi e Falcone (2010b), as abordagens relevantes para a confiança incluem questões lógicas, computacionais e sociocognitivas. Essas abordagens geralmente se sobrepõem, mas as diferenças são reveladas principalmente por seus objetivos. Outro aspecto mencionado por esses autores é a defesa da inclusão, para que um modelo de confiança seja completo, das dimensões cognitiva, emocional, decisória, social e institucional. Para eles, essa inclusão não é apenas útil, mas necessária.

Por fim, a relevância da confiança na era digital pode ser observada na quantidade e na pauta de eventos relacionados ao tema em ambientes tecnológicos. Em 2004, por exemplo, foi realizado o *First Workshop on Pervasive Security, Privacy and Trust*, para tratar de tópicos

atinentes à segurança e à privacidade em sistemas de informação (UMBC CSEE, 2004). Também em 2004, por iniciativa do *Institute of Electrical and Electronics Engineers* (em Língua Portuguesa do Brasil, Instituto dos Engenheiros Elétricos e Eletrônicos, IEEE)⁶³, teve início uma série de conferências internacionais com objetivo de reunir pesquisadores e profissionais que trabalham em computação e comunicações confiáveis. Em 2021, a conferência foi denominada *The 19th IEEE International Conference on Trust, Security and Privacy in Computing and Communications* (TrustCom, 2020) e foi pautada na apresentação e discussão de ideias e tendências emergentes relacionadas à confiança, segurança, privacidade, confiabilidade, disponibilidade e aspectos de tolerância a falhas de sistemas e redes de computador (IEEE, 2021).

2.4.4 Confiança e Auditoria

A confiança é um elemento inerente aos trabalhos de Auditoria. Isso porque, por um lado, para o exercício profissional, muitas vezes, os auditores têm acesso a informações sigilosas, como segredos de negócio. Precisam, portanto, contar com a confiança dos proprietários, dos gestores e dos empregados das organizações. Por outro lado, ao final de cada trabalho, eles devem emitir opinião fundamentada e livre de dúvidas sobre a veracidade das informações avaliadas. Assim, o trabalho de Auditoria se relaciona diretamente à confiabilidade de informações fornecidas a alguém ou a um grupo de pessoas, ou, ainda, a uma população.

Adicionalmente, diante do cenário exposto nos itens anteriores, somado às recorrentes crises do mercado financeiro, a confiança é ainda mais importante para se pensar a Auditoria. Sobre isso, Christine Lagarde, diretora-gerente do FMI (CARDOSO, 2017) apresentou alertas públicos. De uma forma geral, esses alertas sinalizam a importância do tema e seus reflexos no sentimento individual ou coletivo de segurança com relação ao futuro. Os reflexos, também, podem gerar crenças ou expectativas de acontecimentos das mais diversas naturezas, em especial no ambiente político e econômico.

Em particular no contexto da atividade, a partir dos anos 2000, tem sido crescente a necessidade de as firmas de Auditoria Independente conquistarem confiança. A ocorrência de vários escândalos corporativos, como os casos da *American International Group (AIG)* e da *Enron*⁶⁴, aumentou a discussão sobre as responsabilidades dos auditores, visto que restou

⁶³ O IEEE é uma associação profissional com missão de promover conhecimento no campo da engenharia elétrica, eletrônica e computação.

⁶⁴ Escândalo citado na seção 3.3.3.

caracterizadas fraudes e manipulações contábeis em demonstrações financeiras de empresas que não receberam ressalvas. A AIG era considerada a maior seguradora dos EUA, mas entrou em colapso durante a crise de 2008. A *PriceWaterhouseCoopers (PWC)*, firma de Auditoria que avaliou as contas da AIG, afirmou, poucos meses antes de sua quebra, que não havia riscos econômicos substanciais. No caso Enron, a título de exemplo, a firma de Auditoria Arthur Andersen foi condenada pelas fraudes e por destruição de provas (DANTAS, 2012).

Para finalizar, sobre crise de confiança, é oportuno também citar, mais uma vez, um recente escândalo financeiro no Brasil: o caso do tradicional Grupo Americanas. Trata-se de fraude nas demonstrações contábeis mantida por mais de dez anos, envolvendo um grupo de grandes investidores nacionais e auditores. A fraude causou prejuízo inclusive a IFs (RODRIGUES, 2023). Portanto, pelo risco da crise de confiança se propagar, acontecimentos como esse colocam o mercado financeiro em alerta.

2.5 NECESSIDADES INFORMACIONAIS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA AUDITORIA

As bases teóricas e práticas relacionadas à criação, ao acesso, à utilização e ao compartilhamento da informação e do conhecimento em organizações são discutidas em Tarapanoff (2006). Segundo a autora, o ciclo informacional tem início “*quando se detecta uma necessidade informacional, um problema a ser resolvido, uma área ou assunto a ser analisado*” (TARAPANOFF, 2006, p. 23). Nesse sentido, a presente investigação tem relação com a identificação das necessidades informacionais dos auditores, uma vez que a pesquisa envolve procura por referências que possam contribuir para a satisfação das necessidades informacionais de profissionais da Auditoria.

Além disso, o assunto está relacionado com o estudo por sua relação com a AudInf. Isso porque as definições de AudInf, elencadas na seção 2.3.1, inclusive, situam a importância de compreender os diversos aspectos relacionados às necessidades informacionais para a atividade. Nessa perspectiva, é preciso delimitar que, nesta investigação, além de uma caracterização básica sobre necessidades e comportamentos informacionais, a busca relaciona-se à atividade profissional, com foco na Auditoria, e ao cumprimento do OE₅.

2.5.1 Comportamento e necessidade informacional

Segundo Martínez-Silveira e Oddone (2007), a expressão "necessidade informacional" (NI) pode ser entendida como uma experiência subjetiva que ocorre na mente de cada indivíduo em determinada circunstância, ou como condição objetiva observável, quando uma informação específica contribui para atender ao motivo que a gerou. No ponto de vista das autoras, para uma abordagem sobre necessidades e informações, é preciso considerar a influência dos contextos históricos e sociais em relação à definição das características dos usuários. Assim, atualmente, a perspectiva de estudo sobre o assunto é a de que o contexto "desempenha papel tão importante quanto as estruturas cognitivas individuais ou as características mecânicas e operacionais dos sistemas de informação." (MARTÍNEZ-SILVEIRA E ODDONE, 2007, p. 118).

O comportamento informacional se relaciona, diretamente, à busca, ao uso e ao manejo de informações e às fontes para satisfazer às necessidades de informação (MARTÍNEZ-SILVEIRA e ODDONE, 2007). Em outras palavras, envolve como as pessoas encontram e usam informações em suas atividades diárias. O assunto é de muito interesse no campo da "Biblioteconomia e Ciência da Informação" (em Língua Inglesa: *Library and Information Science, LIS*).

2.5.2 Abordagem Construção de Sentidos

Quanto às abordagens, comumente, os estudos da necessidade de informação dos usuários são realizados seguindo uma entre quatro alternativas: (1) Abordagem Valor Agregado, desenvolvida por R. Taylor em 1986; (2) Abordagem Estado de Conhecimento Anômalo (na língua inglesa, *anomalous State of knowledge, ask*), desenvolvida por N.J. Belkin, R.N. Oddy e H.M. Brooks em 1982; (3) Abordagem Processo Construtivo, desenvolvida por C. Kuhthau em 1993; e (4) Abordagem Construção de Sentidos⁶⁵ (CS), em Língua Inglesa *sense-making*, desenvolvida por B. Dervin em 1992 (CUNHA e CAVALCANTI, 2008).

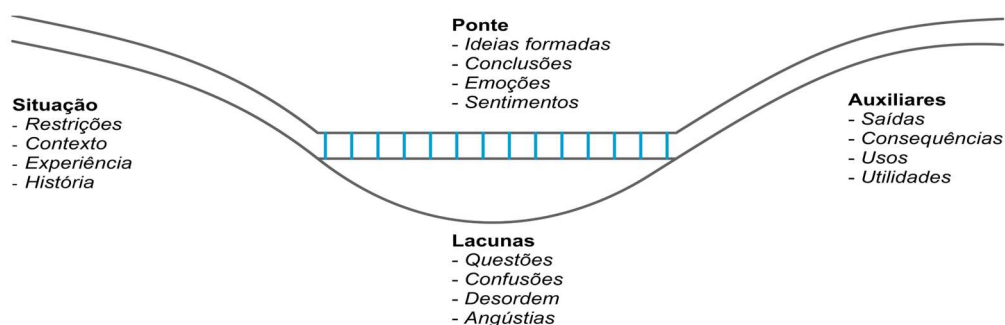
Para a pesquisa em curso, foi escolhida a abordagem CS, alternativa com foco no modo como as pessoas constroem suas necessidades de informação, partindo da observação, interpretação e compreensão do mundo exterior (CUNHA e CAVALCANTI, 2008). A escolha considerou que a abordagem se concentra em possibilitar melhor compreensão de como as pessoas entendem as informações e, assim, alcançar melhorias para a construção de sistemas de informação e comunicação; considerando o contexto, reconhecendo que há diferenças na

⁶⁵ Não há consenso sobre a melhor tradução desse termo. Nesta tese, é utilizada a tradução sugerida em relatório sobre a abordagem apresentada por Bax e Dias (1997).

compreensão das pessoas, experiência, posições sociais, situações e outros fatores que afetam a criação de sentido; tem sido aplicada em múltiplas disciplinas e em pesquisas multidisciplinares, em particular na CI. Além disso, seu uso tem sido adotado na formação de base para o desenho da prática profissional em vários domínios (NAUMER, FISHER e DERVIN, 2008). Tais características são oportunas e pertinentes para a presente pesquisa.

Um componente fundamental da CS é o conjunto de marcadores de referência que, na busca de construção de sentido, podem orientar a elaboração de questões para as entrevistas. O conjunto inclui: (1) práticas da comunicação: orienta estudar e praticar a comunicação. Também relaciona dicas para uma comunicação eficaz; (2) certeza e incerteza: assume que as pessoas se movem perpetuamente entre estados de certeza e incerteza; (3) processos e verbos: reconhece a importância de foco em processos e verbos ao invés de descritores e substantivos; (4) fissuras: busca facilitar e encorajar o diálogo significativo em todas as formas de lacunas pessoais e institucionais, considerando que, embora existam forças coletivas homogêneas e hegemônicas, não há mentes coletivas; (5) poder: considerado como um conceito fundamental, constituinte de força atuante nos processos de criação e eliminação de sentido; e (6) humanos como teóricos: seres humanos como teóricos empenhados em identificar os substantivos de seu mundo e as ligações entre eles (NAUMER, FISHER e DERVIN, 2008). Portanto, a autora defende a busca de uma comunicação eficaz e os marcadores são balizadores dos métodos de entrevista CS.

Para explicar a Metodologia CS, normalmente, utilizam-se metáforas. Isso porque a metodologia tem fundamentos filosóficos e teóricos compondo uma estrutura altamente complexa (NAUMER, FISHER e DERVIN, 2008). Baptista e Cunha (2007) destacam uma explicação dada por Dervin sobre como a CS promove o pensamento sobre a diversidade, complexidade e incompletude. Essa explicação está em Dervin (1999, p. 39) por meio da imagem de uma pessoa não somente em travessia pelo tempo e espaço, mas também caminhando pela cultura, se movendo em meio a lacunas, construção de pontes e avaliação de achados. Esse processo é, ainda, associado a uma pessoa atravessando uma ponte num cenário com quatro elementos presentes nas situações de busca de informação experimentadas por seres humanos. São eles: a situação, as lacunas, os auxiliares e as pontes. Uma pessoa cruzando uma ponte representa a maneira como os humanos são obrigados pela própria condição humana a preencher as lacunas em uma "realidade" sempre em evolução e com lacunas (BAX e DIAS, 1997). Na Figura 10 ilustram-se os componentes de cada elemento e a conexão entre eles.



Fonte: adaptada de Bax e Dias (1997).

Conforme os estudos de CS, utilizando esses elementos para a elaboração de perguntas para entrevistas, é preciso identificar as situações percebidas pelas pessoas, as lacunas, as pontes e os elementos auxiliares. Também é necessário examinar a convergência entre os elementos que compõem a relação de situação-lacuna-ponte-auxiliares. As NIs ocorrem, exatamente, nessas convergências (NAUMER, FISHER e DERVIN, 2008).

2.5.3 Relevância

Uma noção importante para estudos relacionados às NIs e, em particular para a abordagem CS, é a de relevância. Os autores Tefko Saracevic e Birger Hjørland escrevem sobre o assunto. Hjørland (2010) explora a perspectiva de relevância, originalmente defendida por Saracevic. A questão de relevância implica, nessa visão, principalmente compreender a relação entre as "*necessidades do usuário*" e seu universo de informações.

A relevância em Hjørland (2010) é entendida em relação às atividades humanas: algo é relevante em relação a uma tarefa se apoiar no cumprimento dessa tarefa. A questão de buscar "informações relevantes" é tanto uma questão de desenvolver ou escolher uma abordagem teórica frutífera para a tarefa em questão quanto a de saber como as informações relevantes são distribuídas por disciplinas, concepções, publicações etc. (ou seja, "a ecologia da informação"). Assim, esses fatores não podem ser aprendidos independentemente, mas estão mutuamente relacionados. Para o autor, fundamentalmente, a visão de uma dada pessoa do que é relevante para uma tarefa específica é determinada por sua perspectiva teórica e social de várias maneiras:

- a) os conceitos e conhecimentos usados por um indivíduo são aprendidos em um ambiente social e influenciam sua perspectiva;

- b) diferentes pontos de vista competem em comunidades e estão frequentemente associados a diferentes interesses sociais e ideologias;
- c) Os indivíduos podem depender de autoridades em vez de formar opiniões independentes.

Na perspectiva da filosofia pragmática, adotada por Hjørland, o conhecimento do sujeito é visto como construído, a fim de servir a alguns objetivos humanos. O conhecimento médico, por exemplo, ajuda a curar as pessoas de doenças. O conhecimento da CI ajuda as pessoas a encontrarem informações relevantes etc. Ou seja, a relevância do conhecimento depende de sua utilidade para atingir objetivos específicos. Com base nesse entendimento Hjørland e Christensen (2002) fornece a seguinte definição de relevância: algo (A) é relevante para uma tarefa (T) se aumenta a probabilidade de atingir a meta (G) que está implícita em T. Essa definição se aplica a qualquer coisa, incluindo documentos.

Para a presente tese, a perspectiva de relevância de Hjørland (2010) é fundamental. Em primeiro lugar pela própria definição, que pode ser aplicada às atividades de Auditoria e de AudInf em relação, por exemplo a sua relação com informações e documentos. Em segundo lugar porque reforça o pressuposto adotado de que a necessidade de reflexões sobre a Auditoria deve considerar seu contexto, uma vez que indicam a necessidade de compreensão do universo envolvido para o entendimento das questões relevantes sobre o assunto em estudo.

2.5.4 Busca de informação por profissionais

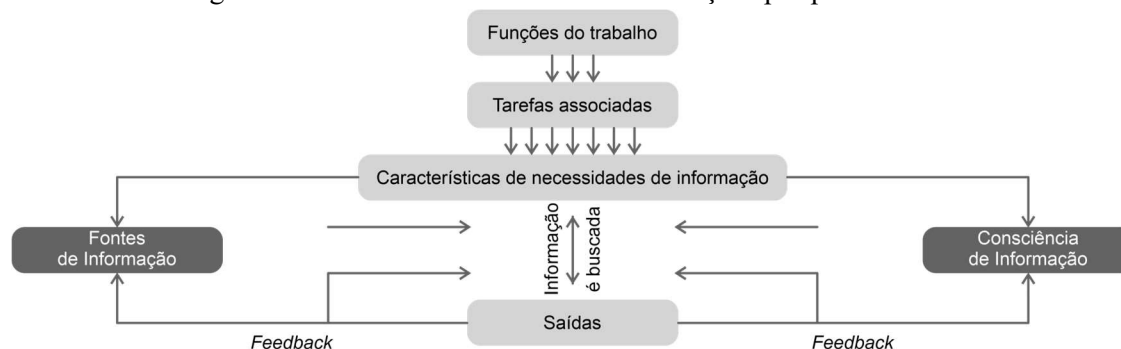
Para essa investigação, ainda, é necessário enfatizar o interesse, em particular, nas NIs de profissionais. Sobre isso, Martínez-Silveira e Oddone (2007) apresentam o resultado de uma revisão de literatura na forma de uma visão panorâmica. O artigo reúne definições, características e polêmicas sobre o tema e fazem um percurso histórico ressaltando a evolução de visões centradas em sistema para as centradas no usuário. Elas apresentam, inclusive, abordagens sobre a emergência das NIs com base em concepções cognitivas, como o reconhecimento do desejo pelo usuário; fisiológicas, a exemplo de fome ou sede; o desconhecimento, considerando a curiosidade; e sociais, como desejo de aprovação e *status*.

Em outro artigo sobre a busca de informações por profissionais, Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996) indicaram que a natureza da especialização, e fatores como a idade, estágio da carreira, área de especialização, e a localização geográfica podem influenciar a formulação de

necessidades de informação. Os autores, inclusive, destacam que a jurisdição na qual os profissionais atuam tem um impacto considerável sobre seus requisitos de informação. Segundo eles, estudos empíricos existentes sobre as necessidades de informação e usos de profissionais, demonstram que os trabalhadores têm uma vida profissional complicada e devem assumir uma multiplicidade de papéis no curso de sua jornada diária. Eles, ainda, identificaram cinco funções profissionais que são frequentemente mencionadas (vagamente em ordem de frequência de ocorrência): provedor de serviços, administrador/gerente, pesquisador, educador e aluno. Incorporadas a essas funções estão tarefas específicas (como avaliação, aconselhamento, supervisão, redação de relatórios), constituindo a segunda camada do componente de função/tarefa no modelo.

Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996) apresentam um modelo geral para a busca de informações por profissionais desenvolvido com base em estudos empíricos sobre os hábitos e práticas de informação de três grupos: engenheiros, profissionais de saúde e advogados. Segundo os autores, esses grupos foram escolhidos porque, à época, havia um corpo de estudos sobre eles e porque eles representam tipos divergentes de profissões – um sendo focado principalmente em produtos técnicos e os outros dois negócios com clientes humanos. Na Figura 11, apresenta-se um diagrama do modelo.

Figura 11 – um modelo de busca de informações por profissionais



Fonte: adaptada de Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996, p. 180).

Segundo Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996), em atividades profissionais, para investigar os comportamentos de busca de informações, é preciso examinar e compreender o contexto de trabalho. Os autores destacam que, conforme a necessidade de informações, a análise desses comportamentos deve avaliar fatores como a cultura corporativa, hábitos individuais, disponibilidade de sistemas de informação, compromisso com o desenvolvimento profissional e assim por diante. Eles exemplificam a diversidade de comportamentos, demonstrando que, ao contrário da situação de engenheiros e médicos, modelos do comportamento dos advogados em busca

de informações são relativamente mais difíceis de serem encontrados. Eles, ainda, destacam o envolvimento de variáveis complexas e interativas, que podem influenciar o processo de busca de informações. Além disso, eles ressaltam que as variáveis são influenciadas por comportamentos individuais. E concluem existir significativo grau de imprevisibilidade no comportamento de busca de informações. Consequentemente, a modelagem de busca de informações deve prever flexibilidade (LECKIE, PETTIGREW e SYLVAIN, 1996). Conclusão que apresenta um alerta importante para o objetivo de construir o modelo previsto no presente estudo.

No Quadro 11, sintetizam-se os fatores que, segundo Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996), afetam a busca de informações. Os seis componentes principais do modelo são: (1) funções de trabalho, (2) tarefas associadas, (3) características das Nis, (4) consciência, (5) fontes e (6) resultados. Os três últimos componentes são indicados como fatores que afetam a busca de informações.

Quadro 10 – fatores que afetam a busca de informações

Fator	Descrição	Características/variáveis
Funções de trabalho	Cinco funções profissionais que são frequentemente mencionadas	Provedor de serviços: função mais proeminente, comum a todos os profissionais, se concentra na criação e entrega de uma vasta gama de serviços para o cliente; administrador/gerente: podem ter necessidades de informações distintas devido às tarefas decorrentes de uma função administrativa; pesquisador: pode fazer pesquisas e divulgar os resultados seja na academia ou em literaturas profissionais; educador: pode ministrar cursos para alunos de faculdade ou universidade; aluno: desenvolvimento contínuo, formação profissional.
Tarefas associadas	Incorporadas às funções; tarefas específicas; segunda camada do componente de função.	Avaliação; aconselhamento; supervisão; redação de relatórios/ conferências/ reuniões.
Características das necessidades de informação	Surgem de situações pertencentes a tarefas específicas que são associadas a cada uma ou mais das funções de trabalho exercidas pelo profissional.	Aspectos demográficos individuais (idade, profissão, especialização, estágio da carreira, localização geográfica); contexto (necessidade em uma situação específica, solicitação interna ou externa); frequência (necessidade recorrente ou nova); previsibilidade (necessidade antecipadas ou inesperadas) importância (grau de urgência); e complexibilidade (facilidade de resolver ou dificuldade).
Fontes de informação	Profissionais buscam informações de uma infinidade de fontes,	Tipos de canais ou formatos, incluindo formal (por exemplo, uma conferência, um jornal) ou informal (por

Fator	Descrição	Características/variáveis
	como colegas, bibliotecários, manuais, periódicos, artigos e seus próprios conhecimentos e experiências pessoais.	exemplo, conversa); interno ou externo (fonte dentro ou fora da organização); oral ou escrita (isto é, escrita incluindo cópia em papel ou texto eletrônico); e pessoal (conhecimento e experiência próprios, práticas profissionais).
Consciência de informação	Conhecimento direto ou indireto de várias informações fontes de informação e as percepções formadas sobre o processo, ou sobre as informações recuperados, desempenham um papel crucial no processo geral de busca de informações.	Familiaridade e sucesso anterior (resultados obtidos da estratégia ou fonte); confiabilidade (como confiável ou útil), condicionamento (conveniência, utilidade e outros); pontualidade (encontrada quando necessário); custo (relação custo-eficácia), qualidade (nível de detalhe, precisão e assim por diante); e acessibilidade (relativa facilidade de acesso).
Resultados	Os resultados do processo de busca de informações. Uma saída pode ser o ponto final dos requisitos relacionados ao trabalho de funções e tarefas.	Fornecer um serviço ou produto; preencher a papelada; perceber benefícios operacionais e cumprimento de metas de desenvolvimento profissional; busca não foi satisfeita; e busca de mais informações é exigida.

Fonte: síntese de informações de Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996).

Para Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996), embora as necessidades de informação possam ser influenciadas por fatores relacionados ao indivíduo, há também outras características mais gerais das necessidades de informação que precisam ser consideradas. Dois exemplos desses fatores gerais são frequência e complexidade. Para ilustrar o fator frequência, os autores citam uma situação observada em escritórios de advogados em que ocorrem recorrentes necessidades de informação relativas a casos anteriores tratados pelo próprio escritório. Eles comentam que se a empresa não possuir um bom sistema de gerenciamento de registros, pode ocorrer perda de tempo na procura de documentos internos. Sobre o fator complexidade, cita-se, no artigo, uma situação da área médica, em que as necessidades de informações têm o grau de complexidade variável, incluindo desde perguntas diretas que poderiam ser respondidas apenas por registro da resposta de um paciente, até uma pergunta complexa que a resposta exigiria uma síntese de dados do paciente, registros hospitalares e conhecimento médico.

Ainda segundo Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996), a complexidade do processo de busca de informações é conceituada em termos da interação e ocorrência simultânea dos componentes e variáveis do modelo, incluindo um mecanismo de *feedback*. O artigo conclui com

sugestões quanto à utilidade potencial do modelo. E, por fim, os autores ressaltam que cada um dos fatores dos componentes de NI, incluídos no modelo, oscilam em um *continuum* de intensidade e interagem com os outros de maneira complexa. Como exemplo, eles citam que uma NI pode ser prevista, mas relativamente sem importância e sua solução não é imediatamente necessária, enquanto, por outro lado, uma inesperada necessidade pode ser de grande importância e extrema urgência. O nível de complexidade, o grau de importância e urgência, e se a informação necessária é antecipada ou inesperada em conjunto, afetará a atividade de busca de informações realizada.

2.5.5 Necessidades de informações dos profissionais da Auditoria

A respeito da literatura existente sobre as necessidades de informação dos profissionais da Auditoria, é possível que haja uma tendência de foco na necessidade de informações dos destinatários dos pareceres ou relatórios de Auditoria, e não dos auditores. Há inúmeras pesquisas sobre as lacunas de expectativas de Auditoria (em Língua Inglesa: *Audit Expectations Gap*, *AEG*), medida que expressa a diferença entre o que o público espera que seja de responsabilidade do auditor e o que o auditor percebe que é de sua responsabilidade. Outra forma de caracterizar o indicador é que ele expressa a lacuna entre o que as normas estabelecem que são de responsabilidade do auditor e o que os usuários das informações contábeis acreditam que seja (*expectation gap*) (SOUZA, SOUSA e JÁCOME, 2020). Importante observar que o AEG surgiu, no início da década de 1970, na Auditoria Contábil (independente) e seu estudo permanece dentro do limite dessa especialidade (PORTER, HÓGARTAIGH e BASKERVILLE, 2012).

O estudo Litjens, Van Buuren e Vergoossen (2015) é um bom exemplo para caracterizar um assunto frequente nas discussões sobre a necessidade de informação no domínio da Auditoria. Os autores discutem sobre as informações para a empresa auditada, informações sobre o processo de Auditoria e conteúdo dos relatórios de Auditoria. A pesquisa relatada inclui 302 participantes da Holanda, consistindo em 61 banqueiros, 118 administradores e 123 auditores. No resultado, observou-se que as partes interessadas recorrem a estratégias básicas para maximizar seu próprio valor: os banqueiros exigem informações adicionais, a administração reluta em permitir que o auditor forneça informações confidenciais e os auditores tentam a minimizar seus riscos.

Os resultados da pesquisa de Souza, Sousa e Jácome (2020), por exemplo, sobre a percepção da sociedade brasileira quanto às responsabilidades do auditor independente frente ao

que está prescrito pelas normas reguladoras da profissão, indicam que as responsabilidades do auditor e as diferenças de expectativas não foram totalmente exploradas. Assim, aquele estudo visa preencher essa lacuna como oportunidade para redução da distância entre as expectativas sociais e as reais responsabilidades do auditor independente.

2.6 AUDITORIA E GESTÃO DE DOCUMENTOS

As práticas de documentação são reconhecidas, por diversos pesquisadores, como precursoras da CI. Porém, em função da explosão informacional ocorrida nas últimas décadas, tem sido evidenciada a necessidade do desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias relacionadas a essas práticas. Aliás, com o desenvolvimento tecnológico, questões que já pareciam solucionadas, seguem emergentes. Isso ocorreu, por exemplo, sobre o questionamento “o que é um documento?”. E surgiram novas questões, como “o que é um documento digital?” Surgiu, então, com a intenção de redescobrir esses conceitos e reconfigurá-los; um movimento denominado Neodocumentalista (RODRIGUES, 2018). Nesse movimento, conforme conclui Rodrigues (2018), não há um interesse em se discutir o documento como uma unidade isolada. O documento aparece como centro de relações humanas, sociais, científicas e tecnológicas. É, nesse sentido, associado à importância dos documentos para a Auditoria e para as IFs, que interessa, neste estudo, fazer uma revisão sobre o assunto, de forma contribuir com o cumprimento dos objetivos OE₁ e OE₄.

2.6.1 Documentos

Inicialmente, é importante explorar uma questão primária: o que é documento? De acordo com o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1975), a palavra documento deriva do latim “*documentu*” e indica “*qualquer base de conhecimento, fixada materialmente e disposta de maneira que se possa utilizar para consulta, estudo, prova etc.*”. Nessa mesma linha, de acordo com Cintra (1994, p.14), “*para que o conhecimento da sociedade não se perca e possa ser compartilhado, ele é registrado num dado suporte: livro, imagem, foto, disco etc., passando a se constituir num documento*”. Além de definições de caráter geral, como as citadas, é possível encontrar diversas outras com termos próprios de acordo com a área de conhecimento. Na contabilidade, por exemplo, um documento pode ser caracterizado como uma representação de um

determinado fato contábil em um suporte, considerando o contexto institucional (CUNHA, 2017, P.53).

Em relação a essas definições, destaca-se que os documentos têm a característica de ter disponibilidade para consulta e de ter potencial para preservar conhecimento. Sobre isso, segundo Smith (2013), os documentos, diferentemente dos atos de fala, são objetos que podem ser preservados, ou seja, são contínuos. Isso significa que eles perduram, de forma idêntica, ao longo do tempo e têm a capacidade de existir, independentemente da pessoa ou pessoas que estiveram envolvidas em sua criação. Além disso, ele ressalta que a perenidade dos documentos traz a possibilidade de os documentos serem armazenados e registrados e, assim, dar origem a uma história de mudanças tanto no próprio documento quanto na realidade social que sofre sua influência.

Essa característica está presente, por exemplo, nas situações citadas por Boynton, Johnson e Kell (2002, p. 330), em que documentos fornecem evidência de ocorrência de transações e do preço, natureza e termos a elas associados. Os autores citam, como exemplo de documentos usuais, faturas, cheques e contratos e ressaltam que, quando devidamente assinados ou carimbados, os documentos, também, fornecem base para estabelecimento de responsabilidade pela execução e registro de transações.

Os documentos podem ter vários emissores, que podem fazer suas contribuições para o documento em momentos diferentes. Assim, documentos, diferentemente de atos de fala, podem envolver pluralidade e diversas maneiras de existência. Tal característica pode ser evidenciada em documentos legais e administrativos, que podem conter, por exemplo, decisões tomadas sucessivamente. Além disso, os documentos, também, podem crescer por meio da anexação de apêndices ou da incorporação real ou virtual de outros documentos. Ou seja, os documentos podem ser encadeados, como é o caso de combinações realizadas para formar novos complexos documentais, cujas estruturas espelham relações, por exemplo, de devedor para credor, entre as pessoas e instituições envolvidas (SMITH, 2013).

De acordo com Smith (2013), além de fornecer evidências, os documentos têm poderes sociais e institucionais – éticos ou legais – de vários tipos diferentes. Ou seja, eles desempenham um papel essencial em muitas interações sociais e podem unir entes⁶⁶ de maneira duradoura. Um caso especial são testamentos, que possuem poder de criar obrigações que

⁶⁶ Termo utilizado no sentido de pessoas, ou grupos, ou nações.

sobrevivem até mesmo à morte dos atores que dão origem ao documento. Ainda com base em Smith (2013), os documentos podem ser divididos nas seguintes categorias:

- a) sistemas de documentos de identidade: certidões de nascimento e óbito e cartórios, de vistos, passaportes, consulados e postos de fronteira;
- b) documentos legais: códigos de lei, citações, relatórios policiais, processos judiciais;
- c) documentos laborais: contratos de trabalho, recibos de vencimento, formulários fiscais, ordens de serviço, avaliações de desempenho.

Sobre as formas de classificar, ainda é preciso considerar a existência de documentos pessoais e comerciais. Esses últimos interessam a Smith (2013) de maneira especial. Eles, de maneira mais clara, possibilitam uma vasta gama de novos tipos de instituições sociais, desde empréstimos bancários e garantias até bolsas de valores e fundos de pensão. Assim como para Smith (2013), no presente estudo, esses documentos são particularmente importantes. Isso porque esse conjunto inclui os relatórios de Auditoria e outros documentos diretamente relacionados a trabalhos de Auditoria.

2.6.2 Atos documentais

Smith (2013) apresenta um esboço da Teoria dos Atos Documentais. O autor visa mostrar como essa teoria pode ser usada para fornecer uma melhor compreensão do papel desempenhado pelos documentos na coordenação das ações humanas. O projeto dele refere-se ao reconhecimento das maneiras pelas quais os documentos podem ser usados para produzir uma variedade de efeitos, indisponíveis em contextos em que apenas a fala é usada.

Os atos documentais, de acordo com Smith (2013), são aqueles em que as pessoas usam documentos, não apenas para registrar informações, mas também para uma variedade de outros fins. Ainda de acordo com ele, um “ato documental” é todo aquele que os humanos fazem com os documentos, inclusive assiná-los ou carimbá-los, ou depositá-los em registros, ou, ainda, usá-los para conceder ou reter permissão, estabelecer ou verificar identidade. Com esse sentido, para o autor, o escopo da Teoria dos Atos Documentais inclui, dentre outros aspectos, diferentes tipos de documentos, de mídias, de atos e de sistemas institucionais.

Além disso, envolve a proveniência de documentos, incluindo os diferentes tipos de formas pelas quais os documentos são criados como produtos de atos documentais de tipos especiais, como quando documentos com poderes deônticos são criados a partir do mero papel

por meio de um ato oficial de impressão em um resumo parlamentar, e os vários tipos de maneiras pelas quais os documentos são ancorados à realidade, por meio da inclusão de fotografias, impressões digitais e assim por diante.

Sobre o sucesso de um ato documental, Smith (2013) alerta que dependerá, também, dos mesmos tipos de condições envolvidas em atos de fala do tipo tradicional: a pessoa que preenche o documento tem de ter autoridade para fazê-lo; ela tem que fazer isso com as intenções apropriadas, nos tipos apropriados de contextos, e assim por diante. O autor sustenta que um documento, de alguma forma, deve estar ancorado na realidade. Como exemplo, ele comenta sobre os documentos de identidade, a exemplo do passaporte, que é ancorado ao seu portador por meio de dispositivos como fotografias, assinaturas e listas de identificação. E, para além da identificação, tais documentos podem gerar consequências. A anexação física de um visto ao passaporte, por exemplo, pode provocar múltiplos efeitos, dentre eles, fornecer provas de que o visto foi legalmente emitido e emitido para a pessoa que o apresenta. Smith (2013) também descreve várias maneiras pelas quais utilizam-se os documentos para criar diferentes tipos de entidades, conforme Quadro 12.

Quadro 11 – exemplos de documentos e seus poderes geradores

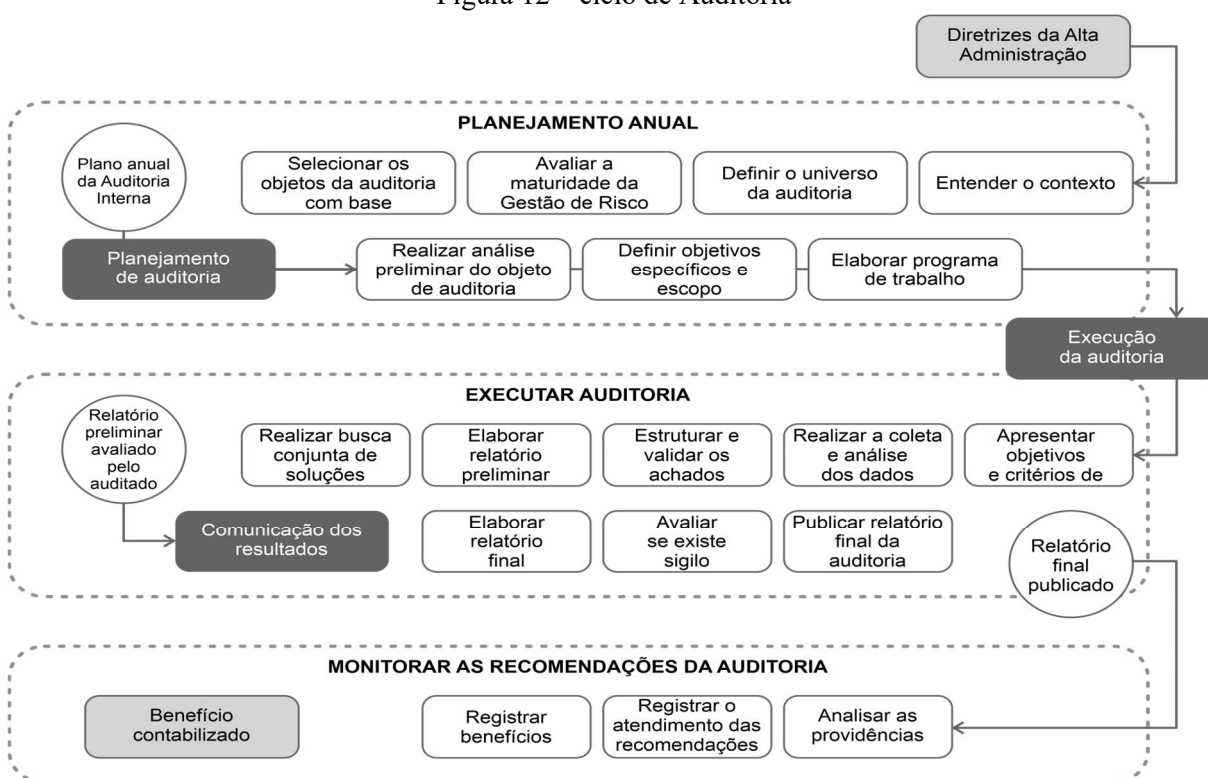
Documento	Poder gerador
Contrato	Cria direitos e obrigações
Estatuto de constituição	Cria empresa, corporação, instituição
Escritura de propriedade	Cria direito de propriedade e proprietário de propriedade
Mapa cadastral	Cria lote imobiliário
Certidão de nascimento	Cria prova de nascimento
Patente	Cria direitos exclusivos (concedidos a um inventor)
Extrato de contas	Cria trilha de Auditoria
Certidão de casamento	Cria vínculo de matrimônio
Ações e certificados de ações	Criam capital
Documento de exame e diploma	Criam evidência de qualificação
Declaração de guerra	Cria (inicia) estado de guerra
Certificado de falência	Cria falência
Livro de regras	Cria regras
Certificado de seguro	Cria cobertura de seguro
Recibo	Cria evidência de pagamento
Licença	Cria permissão oficial para realizar certos atos
Arrendamento	Cria uma relação senhorio/inquilino
Nota promissória	Cria obrigação de pagar

Fonte: elaborada pela autora com base em Smith (2013, p.7).

2.6.3 Gestão de documentos e Auditoria

As questões relacionadas aos documentos podem ser refletidas com base nos atos de documentos praticados nas atividades de Auditoria. Aliás, para além da análise do documento em si, a Auditoria envolve outras ações relativas a documentos. De acordo com Dias (2006, p. 8), por exemplo, na Auditoria, a documentação é de importância primordial, pois “não bastam palavras e intenções para o embasamento de qualquer avaliação sobre o trabalho exercido por terceiros”. A partir dessa concepção, nesta seção interessa, em particular, tratar dos atos documentais e do poder gerador dos documentos da Auditoria.

Figura 12 – ciclo de Auditoria



Fonte: elaborada pela autora com base em CGU (2021a).

O ponto de partida para essa exposição é o infográfico proposto para a jornada do auditor interno governamental (CGU, 2021a), conforme Figura 12, elaborada e divulgada pela CGU. Ela contém um esquema do ciclo de etapas do trabalho de Auditoria usualmente presente nas diversas modalidades e especialidades: planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento das recomendações de Auditoria. A discussão sobre essas etapas não está no escopo do presente estudo, porém, sua visão panorâmica permite identificar fluxos de

informações e documentos usualmente presentes na atividade profissional do auditor e dos gestores da Auditoria.

Dentre os atos documentais típicos da atividade, destacam-se os que podem ser associados a três tipos de documentos: os programas de Auditoria; os “papéis de trabalho”; e os Relatórios de Auditoria (RA) ou Pareceres de Auditoria (PA). Os “programas de Auditoria” são elaborados na etapa de planejamento, e utilizados na etapa de execução. Fornecem a base para comunicação dos resultados. Eles contêm registro dos procedimentos necessários, na opinião dos profissionais, para o alcance dos objetivos de uma Auditoria (BOYNTON, JOHNSON e KELL, 2002, p. 216).

Os “papéis de trabalho”, por sua vez, são compostos pelo conjunto de informações ou documentos que permitem seguir e comprovar os passos realizados durante uma Auditoria. Eles são produzidos na fase de execução e compõem a principal base para a formação de opinião do auditor, além de servir como meio de coordenação e supervisão do trabalho (BOYNTON, JOHNSON e KELL, 2002, p. 220). A documentação desses passos, de acordo com Cunha (2017, P.59), deve ser feita de maneira a facilitar a recuperação das informações e garantir “*respaldo à equipe de Auditoria para registrar sua trilha e manter evidência de como os testes foram realizados, quais os caminhos percorridos e as lógicas das decisões durante todo o processo*”. Nesse sentido, os papéis de trabalho criam a própria trilha de Auditoria.

E, por fim, o ato de comunicação do resultado é, em geral, marcado pela emissão de, pelo menos, um documento, que pode ser denominado relatório ou parecer. O nome do documento emitido depende da modalidade, da especialidade ou dos padrões de cada instituição ou firma de Auditoria. De acordo com Boynton, Johnson e Kell (2002), por exemplo, na Auditoria Contábil, o parecer do auditor é o meio formal utilizado para a comunicação com as partes interessadas, informando sua conclusão a respeito das demonstrações contábeis auditadas. Os autores descrevem vários tipos de parecer e sublinham, dentre outros, os seguintes:

- a) opinião sem ressalva: as demonstrações contábeis que foram verificadas estão de acordo com o que era esperado normativamente;
- b) parágrafo de ênfase: na opinião do auditor, há necessidade de mudança de algum(ns) critério(s) contábil;
- c) opinião com ressalva: as demonstrações contábeis que foram verificadas, exceto sobre a ressalva, estão de acordo com o que esperado normativamente;
- d) abstenção de opinião: auditor manifesta não ter condições ou informações suficientes para expressar opinião.

Convém registrar que, dependendo da modalidade de Auditoria, os comunicados dos resultados recebem outros nomes ou estão inseridos em conjuntos de documentos com nomes específicos. É o caso, por exemplo, dos relatórios de Auditoria independente para instituições listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3)⁶⁷, que são inseridos em um conjunto de documentos estruturados na forma de relato integrado (B3, 2022a). Também é o caso dos relatórios emitidos pelos auditores do TCU, que, se aprovados, formam a base para a emissão de voto dos ministros relatores e para a emissão de acórdãos por instâncias colegiadas da instituição (TCU, 2020a).

É, então, oportuno, destacar que o poder gerador dos documentos emitidos no resultado das Auditorias podem ser dos mais diversos. No caso da Auditoria Governamental do TCU, por exemplo, as práticas de Auditoria e de fiscalização se misturam e, com base nos RAs, a instituição pode criar regras, obrigações, inclusive multas. Por outro lado, isso não acontece em relação à Auditoria Interna, em que os auditores, apenas, recomendam ações corretivas ou pontos de melhoria. Por fim, sobre os RAs, sua relevância está refletida nos padrões e nas normas de Auditoria, em particular nos atos normativos. Como exemplo, a seguir listam-se alguns atos normativos que regulamentam a emissão do Parecer/Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis das IFs e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

- Resolução n.º 4.818/2020 (BACEN, 2020c);
- Resolução BCB n.º 2 (BACEN, 2020d);
- Resolução CMN n.º 4.910/2021 (BACEN, 2021c);
- Resolução BCB n.º 130/2021 (BACEN, 2021b);
- Normas Brasileiras de Contabilidade (Normas Técnicas de Auditoria Independente – NB) – CTA 34 (CFC, 2022);
- Comunicado Técnico Ibracon n.º 04/2022 (IBRACON, 2022);
- Comunicado Técnico Ibracon n.º 01/2023 (IBRACON, 2023).

Tais normativos dispõe sobre a prestação de serviços de Auditoria Independente para as IFs e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Tais dispositivos visam assegurar que o auditor independente elabore RAs, como resultado do trabalho de Auditoria, expressando

⁶⁷ A B3 é empresa administradora da bolsa de valores brasileira. É sediada na cidade de São Paulo. Funciona de forma autorregulada sob a supervisão da CVM (B3, 2022a).

sua opinião sobre as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, inclusive quanto à adequação ao padrão contábil definido pelas instituições reguladoras, a exemplo da CVM e do Bacen.

Para finalizar esse assunto, é interessante, também, comentar sobre a relação entre Auditoria e gestão de documentos. Apesar do tema ser muito particular, é interessante mencionar a existência de norma e padrão de Auditoria específicos. Sobre isso, Santos (2019) apresenta resultado de estudo relativo à implementação de repositórios arquivísticos e à necessidade de auditar sistemas de arquivo para avaliar a conformidade e a confiabilidade. Gava e Flores (2021) exploram a necessidade de um processo de Auditoria para demonstração da conformidade com o modelo OAIS⁶⁸ (ISO, 2012a) e a obediência aos princípios arquivísticos para um repositório arquivístico confiável. Os autores defendem haver necessidade de Auditorias periódicas aliadas a uma certificação e demonstram que há confiabilidade no repositório. Eles citam que, com esse direcionamento, criou-se uma câmara técnica consultiva com o objetivo de elaborar requisitos de certificação e regras de Auditoria, incluindo diretrizes para orientação dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)⁶⁹ na implantação de repositórios confiáveis para documentos arquivísticos digitais (GAVA, FLORES, 2021, p. 438).

2.7 AUDITORIA E ARQUIVOS DIGITAIS

De acordo com Sousa (2022), em qualquer área do conhecimento humano, a dinâmica dos fenômenos sociais impacta a teoria e a prática da arquivologia. Sobre tais reflexos, o autor alerta para a necessidade de considerar o surgimento de diferentes comportamentos informacionais, com exigência de instrumentos cada vez mais sofisticados para atender novas possibilidades de existência de arquivos e de construção de novos paradigmas para a área. Ele destaca, ainda, a necessidade de acolhimento dos novos comportamentos informacionais de trabalhadores das organizações nos sistemas de informação (SOUSA, 2022, p.17).

⁶⁸ Gava e Flores (2021, p. 432) esclarecem que o OAIS é um modelo internacionalmente aceito, desenhado com o objetivo de identificar os componentes funcionais que compõe um sistema de informação dedicado à preservação digital.

⁶⁹ A política nacional de arquivos públicos e privados é estabelecida pela Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991), regulamentada pelo decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002 (BRASIL, 2002). E, de acordo com essa política, são integrantes do SINAR: Arquivo Nacional, arquivos, em nível federal e estadual, dos poderes executivo, legislativo e judiciário; arquivos do Distrito Federal dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e arquivos municipais dos poderes Executivo e Legislativo.

Para Sousa (2022, p.18), é vital conceber sistemas e processos de trabalho compatíveis com as necessidades de produtores de documentos – usuários, de forma articulada com as preocupações centradas no arquivista. O autor sublinha, ainda, vários aspectos relacionados à questão da classificação de documentos de arquivo, a complexidade que isso requer e a carência de avanços no sentido de equipar os sistemas de gestão de documentos e de negócios. Para isso, segundo Sousa (2022), dentre outras medidas, é preciso identificar os requisitos que, ao longo do tempo, possibilitem o uso, a preservação e o acesso das informações arquivadas.

Sem entrar no mérito dos requisitos necessários, considerando que os arquivos são instrumentos utilizados e produzidos no trabalho de Auditoria, em particular nos sistemas de informação das organizações, interessa apenas comentar sobre a pertinência de incluir a avaliação desses requisitos em tais trabalhos. Assim, para estudar em AudInf, faz-se necessário considerar esse tema.

Por fim, destaca-se a aspectos pertinentes à relação entre arquivos e Auditoria. Do ponto de vista da Auditoria em arquivos, essa relação pode ser observada, por exemplo, em Conarq, (2022), que contém proposta sobre diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq). Propôs-se a revogação de resoluções anteriores sobre o assunto⁷⁰ e elencaram-se parâmetros e requisitos para a garantia de autenticidade (identidade e integridade), a confidencialidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação. Embora a Auditoria seja central nesse trâmite, interessa registrar que não foi identificada nenhuma menção à AudInf nos documentos consultados.

2.8 COMENTÁRIOS SOBRE A SEÇÃO

O conteúdo desta seção articula-se, embora não se limite, a diferentes pontos de reflexões de temas relacionados à Auditoria. É possível que reflita a dimensão dos desafios enfrentados nas práticas dessa disciplina e, certamente, restaram mais questionamentos que respostas. Sem formalizações, é árdua a busca para resposta às questões sobre “o que é Auditoria?”, “o que é Auditoria da Informação?”, “como elas se relacionam?”, e “o que há em comum entre elas?”. Sem nenhuma pretensão de dar respostas definitivas, estudo para a formalização de conceitos nesse domínio poderia contribuir para algumas respostas. Em relação às limitações desta

⁷⁰ Revogado o Conarq (2015). Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq.

tese, a contribuição refere-se à identificação de diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação. A revisão de literatura apresentada constitui uma etapa nesse percurso.

Mas, enfim, relacionado à Auditoria e à AudInf, interessa situar que, para a presente investigação, destacam-se cinco questões adicionais, relacionadas ao conteúdo apresentado. A primeira questão se refere à sugestão de que a AudInf se posicione em nível estratégico. Isso é, em alinhamento com Henczel e Robertson (2016), define-se a necessidade de posicionamento da AudInf, e das outras especialidades de Auditoria, no nível estratégico das organizações. Essa posição também consta em resultado de estudo sobre as contribuições da Auditoria de Ativos Informacionais para a gestão estratégica (CARVALHO, 2022). Assim, em alinhamento com as manifestações de Almeida (2005, 2018), já apresentadas na seção 1.1, advoga-se que a Auditoria não pode ter atuação limitada a contas contábeis.

A segunda questão relaciona-se à constatação da complexidade que alcança a atuação de uma Auditoria, fato também verificado para a AudInf no trabalho de Raliphada e Botha (2006) e em outras posições apresentadas nesta seção. Também, essa condição se assemelha à atividade de Auditoria de outras especialidades. Faz-se, portanto, a sustentação de haver amplo espaço para investigações a respeito de modelos de referência conceitual para a atividade, com pesquisas que possam contribuir com o entendimento dos objetos auditados por meio da descrição formal de aspectos do mundo físico e social, de forma, inclusive, a evitar as confusões de objetos de AudInf apontados por Henczel e Robertson (2016).

Além disso, em terceiro lugar, parece ser preciso identificar e contornar impactos provocados por mudanças rápidas e imprevisíveis, muitas vezes influenciadas pela transformação digital. Nesse contexto, cresce a relevância do papel de instrumentos na atuação dos auditores. Essa questão aparece, apenas, *en passant* nas publicações sobre AudInf, mas tem forte presença nas referências de Auditoria Contínua e Auditoria de TI, conforme exposto em Chan, Chiu e Vasarhelyi (2018).

Uma quarta questão decorre de toda a exposição sobre o referencial teórico da Auditoria, em geral, e da AudInf, especificamente. Ao longo da revisão realizada sobre a temática, observaram-se poucas referências cruzadas, mas muitos problemas comuns entre as especialidades de Auditoria. É fato que, em qualquer das especialidades, o objeto de avaliação envolve “informação”. Isto é, de uma forma ou outra, a Auditoria Contábil, avalia informações contábeis; Auditoria Financeira, avaliam informações financeiras; e assim por diante. E qual seria o objeto da AudInf? Fluxo informacionais?

Por fim, a quinta questão diz respeito a tópicos explorados de forma complementar ao longo da seção. Trata-se vínculos de diferentes assuntos da CI com a atividade de Auditoria.

Em particular, foram abordadas duas perspectivas de observação que delimitaram o escopo da pesquisa – a confiança como finalidade da Auditoria e as necessidades informacionais de profissionais da Auditoria, além de outros dois assuntos relevantes para a atividade de Auditoria: gestão de documentos e arquivos digitais. Ressalta-se que o resultado da revisão desses temas foi apresentado considerando o contexto de pós-verdade e da transformação digital, com exploração dos pontos de vista conceitual e contextual.

Considerou-se, então, ser preciso sublinhar essas questões. Elas são fundamentais e estão na base da defesa de que há um amplo domínio inexplorado sobre aspectos pertinentes à essência da Auditoria.

3. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A delimitação do escopo desta tese, realizada com base em seleção de perspectivas de observação, quanto ao tipo de organização, incluiu as Instituições Financeiras (IFs). Nesta seção, com intuito de cumprir o OE₃, apresenta-se o resultado obtido na revisão de literatura realizada para a caracterização das IFs no Brasil. E, para isso, a questão inicial foi o que é uma IF no contexto de financeirização da economia. Então, para a caracterização, apresentam-se algumas definições e aspectos relativos aos bancos, à atividade bancária, aos bancos comunitários e às IFs em geral. Para a contextualização, apresentam-se diversos aspectos relacionados aos sistemas financeiros na sociedade contemporânea, com destaque para a formação dos conglomerados financeiros e prudenciais. Esses aspectos são importantes para situar as IFs na atualidade.

Importa antecipadamente ressaltar que a revisão e as pesquisas realizadas se limitaram às informações e documentos públicos. Vale também informar que, embora, a revisão tenha sido voltada para o objetivo de caracterização das IFs no Brasil, sua realização reforçou a complexidade do tema e exigiu esforços para sua conclusão. Por esse motivo, o resultado é apresentado de forma resumida na presente seção e é detalhado em documentos disponibilizados em apêndices C, D, E, F e K, e anexos A, B, C, D e E.

3.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO BRASIL

Os bancos e as demais instituições financeiras (IFs) passaram por mudanças ao longo da história. Na origem, essas instituições atuavam, basicamente, na intermediação de recursos financeiros. Atualmente, porém, elas executam muitas outras tarefas, a exemplo de gerenciamento de risco e de fornecimento de produtos e serviços personalizados (FERREIRA, 2012). Nessa diversidade, a classificação dessas instituições pode ser feita com base em vários critérios.

Nesta seção, apresenta-se a revisão de literatura sobre essa classificação, considerando o contexto de mudança em que as IFs estão inseridas. Realizou-se a revisão com objetivo de encontrar características de IFs no Brasil. Inicialmente, visando encontrar subsídios para diferenciar os tipos de IFs existentes, apresenta-se uma síntese do resultado de revisão sobre as atuais IFs em três tipos de fontes: legislativa, acadêmica e mercadológica. Nas seções seguintes é apresentada uma síntese das características de IFs no Brasil.

3.1.1 Instituições financeiras no marco legal do SFN

A organização dos sistemas financeiros nacionais é estabelecida de acordo com a particularidade de cada país. No Brasil, define-se a atual estrutura e regulação do SFN, primariamente, no artigo 192 da CF. Segundo esse artigo, o SFN, em todas as partes que o compõem, deve ser estruturado para promover o desenvolvimento do país e para servir aos interesses da coletividade. Conforme a CF, ainda, o SFN deve incluir as cooperativas de crédito, e ser regulado por leis complementares, com previsão de contar com a participação de capital estrangeiro (BRASIL, 1988, p.80). Segundo Carvalho e Brandi (2019), no país, as referências ao sistema financeiro, geralmente, tratam do conjunto de IFs e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Como Lei Complementar para regulação no SFN, prevista no referido artigo 192 da constituição em vigor, reconheceu-se a Lei n.º 4.595/64 (BRASIL, 2021a). Esse dispositivo foi o centro da reforma bancária de 1964 e, apesar de ter sofrido alterações feitas por vários outros instrumentos legais, continua sendo o marco regulatório dos serviços financeiros no Brasil. Na ementa dessa lei, constam as expressões “instituições monetárias”, “instituições bancárias” e “instituições creditícias”, mas essas expressões, no entanto, não constam em outras partes da lei. Ao longo do texto desse instrumento legal, a expressão utilizada é “instituição financeira”. E, de acordo com seu artigo 17º,

consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual (BRASIL, 2021a, p.6).

Ainda de acordo com essa lei, em seu artigo 10º, a autorização de funcionamento de IFs no país é atribuição privativa do Bacen⁷¹, exceto quando a instituição for estrangeira, caso em que a autorização deve ser feita por decreto do Poder Executivo.

A lista de IFs que necessitam de autorização do Bacen para constituição e funcionamento, segundo essa lei, inclui bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos cooperativos, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, bancos de câmbio, sociedades de crédito,

⁷¹ A Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (BRASIL, 2021a) cita Banco Central da República do Brasil. Essa instituição passou a ser denominada Banco Central do Brasil, pelo Decreto-lei n.º 278, de 28 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967).

sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias, agências de fomento, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio. Em contrapartida, no endereço na Internet oficial do Bacen (2022b), consta uma lista de IFs que esse banco autoriza a funcionar. Apresenta-se um resumo dessa lista no Quadro 13.

Quadro 12 – tipos de instituições financeiras autorizadas a atuar no Brasil

Grupo	Tipo
Arranjos	arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)
Bancos	bancos múltiplos, comerciais, de investimento, de desenvolvimento, de câmbio e cooperativos
Companhias	companhias hipotecárias
Cooperativas	cooperativas de crédito
Instituições de Microcrédito	sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte (SCMEPP)
Instituições de Pagamento (IP)	nas modalidades: a) de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e de credenciador se apresentarem movimentações financeiras superiores a R\$500.000.000,00 em transações de pagamento; b) de iniciador de transação de pagamento, independente de valor financeiro; c) de emissor de moeda eletrônica; d) IP que tenham aderido ao Pix e ofertem esse produto.
Plataformas tecnológicas	<i>fintechs</i> ⁷² de crédito: sociedades de crédito direto e sociedades de empréstimo entre pessoas.
Sistemas	sistemas de empresas que desejem atuar como Infraestrutura do Mercado Financeiro.
Sociedades	sociedades de crédito, financeiras, sociedades de crédito imobiliário; sociedades de arrendamento mercantil; sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários; sociedades corretoras de câmbio.
Outros tipos	agências de fomento, administradoras de consórcios.

Fonte: adaptada de Bacen (2022b).

Alterações de atos normativos do funcionamento do SFN estão em curso. O Decreto n.º 10.139/2019 (BRASIL, 2019a) determina revisão e consolidação de normas inferiores a decreto emitidas por órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. A emissão do referido decreto foi justificada, inclusive, pela necessidade de simplificação da base regulatória e de extinção de normas obsoletas. Em seu conteúdo, consta a possibilidade

⁷² *Fintechs* são empresas especializadas em tecnologia que atuam no mercado com um novo modelo de negócio baseado em tecnologias inovadoras, inclusive plataformas *on-line*, IA e *big data* e em atendimento de clientes por meio de canais eletrônicos, sem necessidade de presença física (BACEN, 2020a).

de que uma consolidação proporcione melhorias à legislação, com atualização de termos e de linguagem antiquados, eliminação de ambiguidades e homogeneização terminológica dos textos.

Embora haja a iniciativa retromencionada, uma rápida leitura da regulamentação que forma o marco legal do SFN revela que as justificativas do citado decreto poderiam sustentar a revisão das normas superiores a decretos, principalmente a Lei 4.595/1964 (BRASIL, 2021a). Isso fica patente nas referências já feitas à menção de expressões na emenda não utilizadas pela lei, conforme a denominação das IF que precisam de autorização do Bacen e em referências da lei a artigos e parágrafos que seriam constitucionais, mas não há na CF (BRASIL, 1988), a exemplo do citado a seguir:

Art. 5º As deliberações do Conselho Monetário Nacional entendem-se de responsabilidade de seu Presidente para os efeitos do **art. 104, nº I, letra "b", da Constituição Federal** e obrigam também os órgãos oficiais, inclusive autarquias e sociedades de economia mista, nas atividades que afetem o mercado financeiro e o de capitais. (BRASIL, 2021a, p.3) (**Grifo nosso**).

Ainda sobre a classificação das IFs, cita-se a Carta-circular n.º 2345/93 (BACEN, 1993), que contém critérios para a categorização de IFs. Publicou-se tal normativo há quase 30 anos e este prevê a classificação das IFs em: pública federal, pública estadual, privada nacional, privada nacional com participação estrangeira, IF privada nacional com controle estrangeiro e estrangeira.

Por fim, é preciso reforçar que essa revisão considera, apenas, informações e documentos públicos, não contemplando aspectos econômico-financeiros, diferentemente da avaliação do arcabouço regulatório brasileiro feita pelo BCBS (2019), focada no indicador de liquidez de longo prazo e nos limites de exposição por cliente.

3.1.2 Instituições financeiras na literatura científica brasileira

Para exploração de publicações científicas relacionadas ao termo “instituição financeira”, em Língua Portuguesa, consideraram-se as bases acadêmicas List, *Web of Science* (WoS), *Scopus*, GS. Realizou-se a consulta nos três primeiros meses de 2022. Na List e na WoS, a consulta realizada não rendeu resultados. Nas buscas feitas na base *Scopus*, identificaram-se 15 artigos publicados entre 2009 e 2020, com inclusão do termo no título. Tais artigos tratam sobre diversos assuntos envolvendo as instituições financeiras. Para o objetivo do presente estudo, consideraram-se, em particular, as referências aos tipos de IFs citadas, suas características e relacionamentos. Identificaram-se menções de IFs em relação aos atributos porte (grande e

pequeno) e natureza (pública, privada e economia mista); ao lugar, em particular o limite geográfico de atuação (estrangeiras, nacionais e subnacionais); e às operações, no caso, os serviços prestados (comercial e fomento).

Tabela 2 – instituição financeira (busca GS)

Tipo	Quantidade	itens repetidos	itens exclusivos
Artigos	42	2	40
Boletim MEC	1	0	1
Dissertações	32	0	32
Livros	2	0	2
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)/monografias	29	0	29
Notas de aulas	3	1	2
Relatório de Cibe segurança	1	0	1
Relatórios Técnicos (Mestrado Profissional)	2	0	2
Teses	5	0	5
Total	117	3	114

Fonte: elaborada pela autora.

Realizou-se a busca na base de dados GS, considerando a presença do termo em qualquer parte do registro. Como resultado, obtiveram-se 4.640 itens. Pela inviabilidade de análise desse universo, realizou-se uma nova com redução do escopo. Consideraram-se, então, documentos publicados a partir de 2021, em Língua Portuguesa, e que contivesse, além de "Instituição financeira", os termos "Brasil" e "Ciência da Informação". Essa redução do escopo considerou o interesse de estudar o uso do termo no Brasil e, em particular, na CI. O resultado foi a recuperação de 117 itens, conforme listagem apresentada na Tabela 2.

Tabela 3 – instituição financeira (quantidade de citações)

Arquivos	Quantidade de documentos	Quantidade de citações dos termos				Total
		Instituição	Instituições	Instituição financeira	Instituições financeiras	
Artigos	40	83	110	0	77	310
Dissertações	32	219	249	0	106	606
Teses	5	28	73	32	44	182
Total	77	330	432	32	227	1098

Fonte: elaborada pela autora.

Apontaram-se os dados obtidos para uma grande diversidade de tipos de IFs no Brasil. Analisaram-se os arquivos contendo artigos, dissertações e teses. Em particular, classificam-se, na Tabela 3, os documentos recuperados nas bases científicas. Com os dados coletados, elaborou-se uma proposta de contribuição para construção de uma taxonomia de IFs monetárias no Brasil, apresentada na seção 3.1.4.

3.1.3 Instituições financeiras na CNAE

Para obter as informações do mercado sob as características das IFs no Brasil, utilizou-se como referencial a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) (IBGE, 2012). A CNAE foi escolhida por ser adotada pela Receita Federal do Brasil (RFB) e por toda a Administração Pública brasileira, sendo a principal referência de cadastros e registros administrativos nas três esferas de poder – executivo, legislativo e judiciário (IBGE, 2012). A consulta ao CNAE foi feita entre os dias 10 e 16 fev. 2022.

A CNAE é mantida, no Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão coordenador do Sistema Nacional de Estatísticas Econômicas. Ela segue padronização internacional e a atual versão é derivada da versão 4 da *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* (ISIC 4). No país, as estatísticas oficiais relativas a atividades econômicas estão referenciadas à CNAE, base que é oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos. Suas principais aplicações, enquanto sistema estatístico, é o Cadastro Central de Empresas e o Sistema de Contas Nacionais do Brasil e pesquisas domiciliares (IBGE, 2012).

Elaborou-se a classificação CNAE, na versão 2.0, com base em levantamento de negócios feito pelo IBGE no período 2007-2012, e é estruturada em cinco níveis: (1º.) seções, (2º.) divisões, (3º.) grupos, (4º.) classes e (5º.) subclasses. O primeiro nível é composto por 21 seções. E é a seção K, que trata, mais diretamente, das atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados. Em outras seções, há elementos que tangenciam os serviços financeiros. É o caso, por exemplo, da seção U, específica para agrupar os organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (IBGE, 2012).

A seção K inclui a Divisão 64, que classifica as atividades de serviços financeiros, isto é, considera as atividades que tem a finalidade de criar, coletar, intermediar e redistribuir recursos financeiros próprios ou de terceiros sob sua responsabilidade. Essa divisão compreende, inclusive, as atividades das sociedades de capitalização. As notas explicativas da divisão

descrevem as atividades de intermediação financeira como aquelas exercidas primordialmente pelas instituições do SFN, nas formas definidas pelas leis n.º 4.595/64 (BRASIL, 2021a) e n.º 4.728/65⁷³ (BRASIL, 2021c). Mas inclui ressalva sobre a inclusão de unidades fora do SFN que exercem atividades que envolvem a criação, coleta e redistribuição de fundos financeiros, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, caixas de financiamento de corporações, concessão de crédito pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), dentre outras. Detalhes dessa classificação são apresentados no Apêndice C e o conteúdo contribuiu para a proposta de classificação das IFs monetárias no Brasil, apresentada na seção 3.1.4.

3.1.4 Características das instituições financeiras no Brasil

Encontrou-se a menção de uma grande diversidade de termos e de conteúdo em definições correlacionadas à expressão “instituição financeira” em diferentes fontes, desde a legislação específica até a literatura em geral. A partir dos dados obtidos nas revisões descritas nas seções precedentes, visando cumprir o OE₃, nessa seção, descrevem-se características encontradas para as IFs no Brasil.

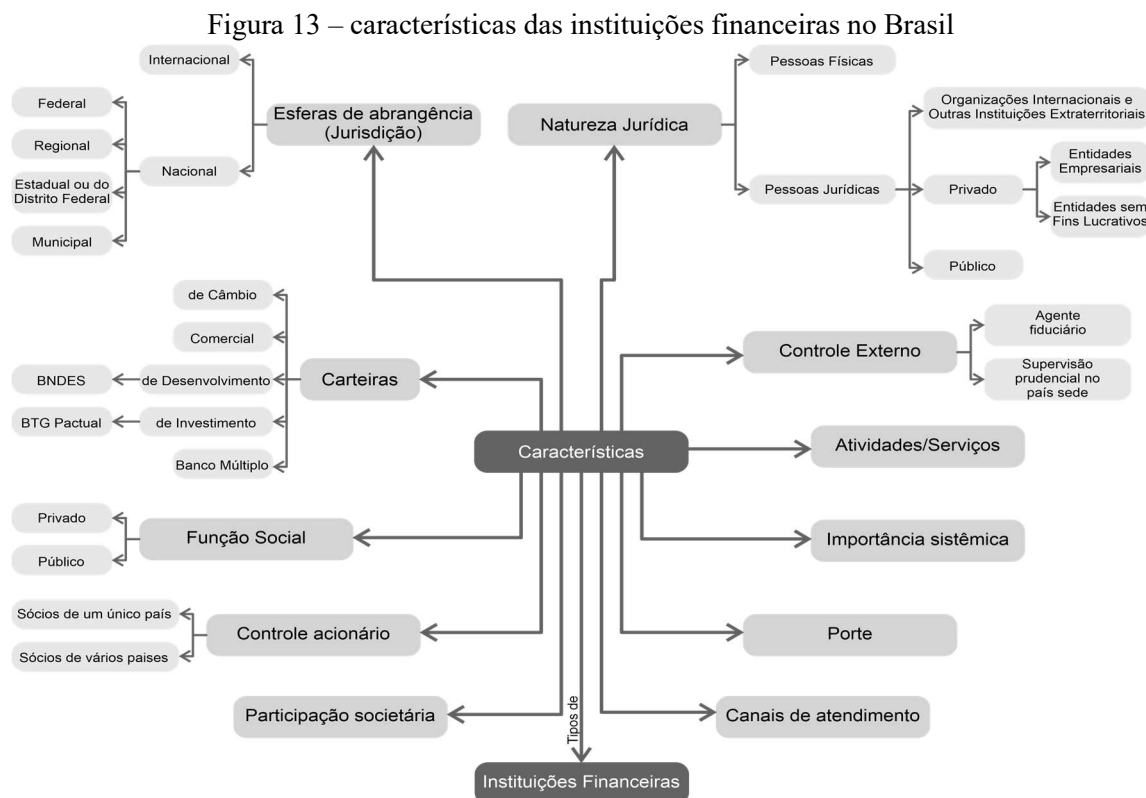
O trabalho de caracterização teve início com a busca por recursos que pudessem contribuir para a eliminação de ambiguidades e a homogeneização terminológica para classificação de IFs. A solução adotada foi um processo de construção de taxonomia. Então, foram identificados termos e definições de entidades que podem ou não ser consideradas como IFs. Com a lista dos termos, orientou-se a escolha das características destacadas para a formação de um agrupamento em categorias provisórias definidas com base na proposta de categorias fundamentais do *Classification Research Group* (CRG)⁷⁴: coisa, tipo, parte, propriedade, material, processo, operação, agente, paciente, produto, subproduto, espaço e tempo (PEREIRA, MOREIRA e SEGUNDO, 2021).

Com as definições, utilizou-se o recurso de construção de mapas conceituais. Esse tipo de mapa permite representação de estruturas e de ligações entre conceitos, proporcionando uma forma mais clara de visualizar a relação entre conceitos referentes a um assunto determinado

⁷³ A Lei 4.728/65 disciplinou especificamente o mercado de capitais e estabeleceu medidas para o seu desenvolvimento (BRASIL, 2021d).

⁷⁴ Desdobramento das categorias de *Ranganathan* para a elaboração de classificações facetadas (*CLASSIFICATION*, 2019).

(PIMENTEL, 2017a). Na Figura 13, apresenta-se mapa, relativo a uma esquematização das classes de características das IFs identificadas.



Fonte: elaborada pela autora.

Após a identificação das características e a definição dos termos, em função da complexidade envolvida no mapeamento das IFs, restou clara a existência de duas categorias de IFs. A primeira é denominada **Instituição Financeira Monetária (IFM)**. Essas instituições, segundo o Glossário Bacen (Bacen, 2022a), são “uma entidade com capacidade de receber depósitos ou substitutos próximos de depósitos”. O conjunto dessas instituições é composto pelo Bacen e por outras IFMs, frequentemente chamadas de “bancos”. E a segunda, **Instituição Financeira Não Monetária (IFNM)**, assim denominado o conjunto de IFs que não possuem autorização para captação de depósitos. Essa categoria inclui uma grande variedade de instituições, a exemplo de sociedades de seguros, sociedade corretoras, e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

Por fim, as características identificadas constituem fundamentos para a continuidade dessa pesquisa. Uma das características é o porte, discutido na seção 3.2, e detalhado no Apêndice C. Além disso, aplicam-se todas elas para a análise dos dados apresentado na seção 6. E,

adicionalmente, também são bases potenciais para a continuidade do processo de construção de taxonomia das IFs no Brasil em estudo futuro.

3.1.5 Bancos comunitários no Brasil

Na busca pelas características de IFs no Brasil identificou-se os bancos comunitários. Esse tipo de organização adotam uma metodologia para promoção do acesso ao microcrédito e caracterizam-se como forma de intervenção social voltada a prover acesso e inclusão financeira. Dessa maneira, há expectativa desses bancos atuarem como instrumentos que podem contribuir para “humanizar” a economia e apoiar famílias de setores marginalizados da sociedade (SILVA, 2011).

A ideia de bancos comunitários tem se expandido no mundo. Esses bancos têm se consolidado, por um lado, como uma metodologia para a promoção do acesso ao microcrédito, envolvendo valores como a solidariedade, a confiança e a colaboração; e, por outro, como forma de intervenção social voltada para prover acesso e inclusão financeira. Assim, em qualquer das formas, há expectativa de que esses bancos atuem como instrumentos que podem contribuir para “humanizar” a economia e apoiar famílias de setores marginalizados da sociedade (SILVA, 2011).

No Brasil, a implantação um banco comunitário é pautado por experiências de organizações comunitárias sem fins lucrativos, isto é, na forma de uma organização não governamental (ONG), que pode ser ou não qualificada como organização da OSCIP na forma prevista pela Lei n.º 9.790/1999 (BRASIL, 1999). De acordo com Segundo (2008), essas entidades prestam um serviço financeiro de natureza comunitária, baseado em princípios da economia solidária, com possibilidade de oferecer quatro serviços à população de baixa renda: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária. No Bacen (2011a, p.143) são relacionados princípios e pilares para estruturação dessas entidades.

A primeira iniciativa no país foi o Banco Palmas⁷⁵, fundado em janeiro de 1998, no Conjunto Palmeiras, bairro de Fortaleza, no estado do Ceará. Esse banco, organizado pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, desenvolveu um sistema econômico que inclui linhas de crédito, instrumentos de incentivo para o consumo local, a exemplo de cartão de

⁷⁵ Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/>.

crédito e moeda social circulante, e alternativas de comercialização, como feiras e lojas solidárias (SEGUNDO, 2008). Em novembro de 2014, o Banco Palmas passou a compor o Instituto E-dinheiro Brasil, na forma de uma OSCIP, que também funciona como uma *fintech* (E-DINHEIRO BRASIL, 2023).

O Instituto E-dinheiro Brasil é uma organização não integrante ao SPB, proprietária e custodiante de uma plataforma denominada E-dinheiro. Essa plataforma funciona como um arranjo de pagamento pré-pago, para compras e transferências. A estratégia para criação do Instituto E-dinheiro Brasil foi elaborada no sentido de formar uma instituição, de base comunitária, com especialidade em Bancos e moedas digitais, alinhada ao marco regulatório do Bacen para sistema de pagamentos, que inclui Brasil (2013), Bacen (2013b, 2013c). A partir de 2015, com a digitalização de documentos dos bancos comunitários, eles foram incluídos na plataforma do Instituto E-dinheiro Brasil. Surgiu, então, a Rede Brasileira de Bancos Digitais Solidários. No Anexo 5, listam-se as 120 instituições que, atualmente, integram essa rede.

Por fim, importa esclarecer que nenhuma dessas 120 instituições tem autorização para funcionar como IF, apesar da atuação como correspondentes de instituição bancária, da oferta de empréstimos e da manutenção de sistemas de moeda circulante. Em decorrência dessa condição, as regras de Auditoria e de prestação de contas anualmente, definidas para as IFs, não se aplicam a essas entidades. Por esse motivo, os relatórios de Auditoria dessas instituições não foram incluídos na amostra da pesquisa em curso.

3.2 PORTE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Há diversas formas de categorizar e segmentar as instituições. E, embora a forma de classificação seja dependente de especificidades de cada país, as instituições são usualmente classificadas por seu tamanho ou dimensão, isto é, por seu porte. E, para a medição do porte, podem ser utilizados critérios relacionados à capacidade produtiva, como o número de empregados ou relacionados à capacidade financeira, como a receita bruta, o montante de capital e o Patrimônio de Referência.

Uma série de critérios para definição de porte estão descritos no Apêndice C, mas, nessa seção, importa destacar uma das classificações que reflete a importância do mercado financeiro no mundo contemporâneo. É a segmentação estabelecida pelo *Financial Stability Board (FSB)* e pelo BCBS, conhecido, no Brasil, como Comitê da Basileia. Essa classificação tem a

finalidade de diferenciar as instituições quanto às exigências de índices para os bancos considerados sistemicamente importantes (em Língua Inglesa: *Systemically Important Banks*, SIB)⁷⁶.

Aprovou-se a metodologia para essa classificação em 2013 pelo Comitê de Basileia (BCBS, 2013a). Segundo essa metodologia, um banco é SIB se sua falência tem potencial de provocar ruptura em um sistema financeiro. Isso pode ocorrer em função do tamanho, da complexidade ou da interconectividade sistêmica da instituição. Além disso, o alcance da ruptura pode ser local ou global. Quando tem alcance global, o banco é classificado como *Global Systemically Important Bank* (G-SIB). Em 2021, a lista de G-SIB incluiu o Citigroup, HSBC, JP Morgan Chase e Santander (FSB, 2021). Dentre esses, apenas o Santander atua no Brasil.

Por outro lado, se o alcance é limitado a uma economia nacional, classifica-se a instituição como *Domestic Systemically Important Banks* (D-SIBs) (BCBS, 2012). No Brasil, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na CMN 4.193, de 2013 (BACEN, 2013a), classificam-se quatro bancos como D-SIBs: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal (Caixa) e Itaú.

Quadro 13 – G-SIBs a partir de novembro de 2020

Escala ⁷⁷	G-SIBs em ordem alfabética dentro de cada escala
5 (3,5%) e 4 (2,5%)	Nenhum
3 (2,0%)	Citigroup, HSBC e JP Morgan Chase
2 (1,5%)	Bank of America, Bank of China, Barclays, BNP Paribas, China Construction Bank, Deutsche Bank, Industrial and Commercial Bank of China, Mitsubishi UFJ FG
1 (1,0%)	Agricultural Bank of China, Bank of New York Mellon, Credit Suisse, Goldman Sachs, Groupe BPCE, Groupe Crédit Agricole, ING Bank, Mizuho FG, Morgan Stanley, Royal Bank of Canada, Santander, Société Générale, Standard Chartered, State Street, Sumitomo Mitsui FG, Toronto Dominion, UBS, UniCredit, Wells Fargo

Fonte: adaptada de BCBS (2021, tradução nossa).

⁷⁶ As instituições classificadas como SIB são consideradas, em termos populares, aquelas que são grandes demais para falir. Em Língua Inglesa: *To-Big-To-Fail*.

⁷⁷ Escala definida pela metodologia de avaliação do Comitê da Basileia para classificação dos bancos globais sistemicamente importantes. A classificação em escalas considera a pontuação individual dos indicadores relacionados ao requisito de absorção de perda para cada G-SIB. A escala é um número indicativo do requisito de maior absorção de perda. Os números entre parênteses são a porcentagem do risco de ativos ponderados que cada G-SIB deverá manter em 2022 (BCBS, 2021).

No Quadro 14, listam-se as 30 instituições classificadas como G-SIB em novembro de 2020. A lista é baseada nos dados do final de 2019 e publicou-se a metodologia de avaliação pelo Comitê da Basileia em julho de 2013 (BCBS, 2013a). Essa lista engloba bancos de países como Alemanha, Canadá, China, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Países Baixos, Reino Unido e Suíça. Segundo a metodologia adotada, nenhum banco brasileiro foi classificado como G-SIB, isto é, não se categorizou nenhum banco com origem no Brasil como sistemicamente importante em nível global. Mas enquadrou-se o banco espanhol Santander, que atua no Brasil, como G-SIB.

Em nível doméstico, no Brasil, duas resoluções do CMN têm influência direta na classificação de D-SIBs: a CMN 4.193/2013 (BACEN, 2013a), que instituiu o Adicional de Capital Principal sistêmico; e a CMN 4.553/2017 (BACEN, 2017b), que estabeleceu a segmentação das IFs e a metodologia de enquadramento dos bancos em segmentos. Classificam-se quatro bancos como sistemicamente importantes: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa e Itaú.

3.3 FORMAÇÃO DE CONGLOMERADOS FINANCEIROS E PRUDENCIAIS

Nessa seção, apresentam-se aspectos relacionados aos sistemas financeiros na sociedade contemporânea, de forma a evidenciar a formação de conglomerados e expor a relevância das IFs nas transformações vivenciadas na atualidade. Em relação a esses aspectos, é fundamental caracterizar as IFs no sentido de cumprir o OE₃. Ao longo da seção, discute-se o processo de financeirização da economia mundial; os escândalos financeiros recentes; os instrumentos internacionais de regulação da indústria bancária; e a formação dos conglomerados.

3.3.1 Processo de financeirização da economia mundial

A origem das atividades bancárias tem, provavelmente, relação com a evolução da atividade de ourives para a de banqueiro, ocorrida em meados do século XVII na Inglaterra. Também, tem relação com as atividades dos mercadores ingleses do século XVIII e com a comercialização de letras de câmbio por mercadores italianos. Além desses, diversos fatos históricos podem ser associados à origem do SFI e ao processo de financeirização da economia mundial. Sobre isso, dados podem ser obtidos em Kindleberger (1984), obra que cita, em ordem cronológica, eventos correlacionados a essa formação, em especial uma lista de acontecimentos

associados às principais guerras, aos eventos monetários, bancários e outros fatos históricos financeiros.

O principal sinal da expansão e das mudanças está no aumento de créditos concedidos às empresas com sede nos EUA, historicamente caracterizado como um dos pilares do que ficou conhecido como regime fordista de produção industrial, iniciado em 1914 (GUTTMANN, 1996).

Destacam-se as mudanças ocorridas a partir da quebra da Bolsa de Valores de 1929. Em meados da década de 1930, teve início um ciclo de expansão e transformação empresarial que influenciou, fortemente, a financeirização da economia mundial (ENCHC, 2021). Um marco da expansão corporativa e de mudanças monetárias foi a publicação do *Gold Reserve Act e do Securities Exchange Act*, instrumentos de reformas monetárias e bancárias nos Estados Unidos, que ficam conhecidos como New Deal (GUTTMANN, 1996). A publicação ocorreu no ano de 1934, mesmo ano que Brecht escreveu o panfleto do “Guia prático de primeiros socorros”, mencionado na seção 1.

O processo de expansão foi acelerado na década de 1970, com as grandes organizações passando a controlar milhares de empresas, em dezenas de países e em centenas de setores de atividade econômica. Das décadas seguintes até o período atual, esse processo tem sido ininterrupto. Segundo Dowbor (2017), nesse período, as notícias sobre a formação de grandes organizações, por meio de aquisição e fusão de empresas, têm sido frequentes. Dowbor relata que o processo de incorporação somente é reduzido quando sobram poucas empresas em uma determinada cadeia produtiva.

Para Andrade e Rossetti (2007), o processo de incorporação de empresas é movido por um amplo conjunto de fatores, dentre os quais os avanços tecnológicos, o avanço do mercado de capitais e a transnacionalização das empresas. Os avanços tecnológicos são de fundamental importância porque têm proporcionado o surgimento de uma nova infraestrutura empresarial, formada por contínuas inovações, a exemplo do desenvolvimento e da evolução dos computadores pessoais, das redes de computadores, da Internet e da World Wide Web (CARR, 2009). Ressalta-se que a tendência de investimentos em TI, ainda, permanece crescente (LÉVY e DUMÉNIL, 2014).

O avanço do mercado de capitais, por sua vez, também acelerado a partir da década de 1970, relaciona-se com a promoção de ideias acerca da liberdade de ação das empresas, a chamada “economia de mercado”, e as conseqüentes medidas de liberalização e de desregulamentação comerciais (LÉVY e DUMÉNIL, 2014). Esse crescimento do mercado de capitais tem relação direta com a dispersão do número de acionistas e a despersonalização da propriedade

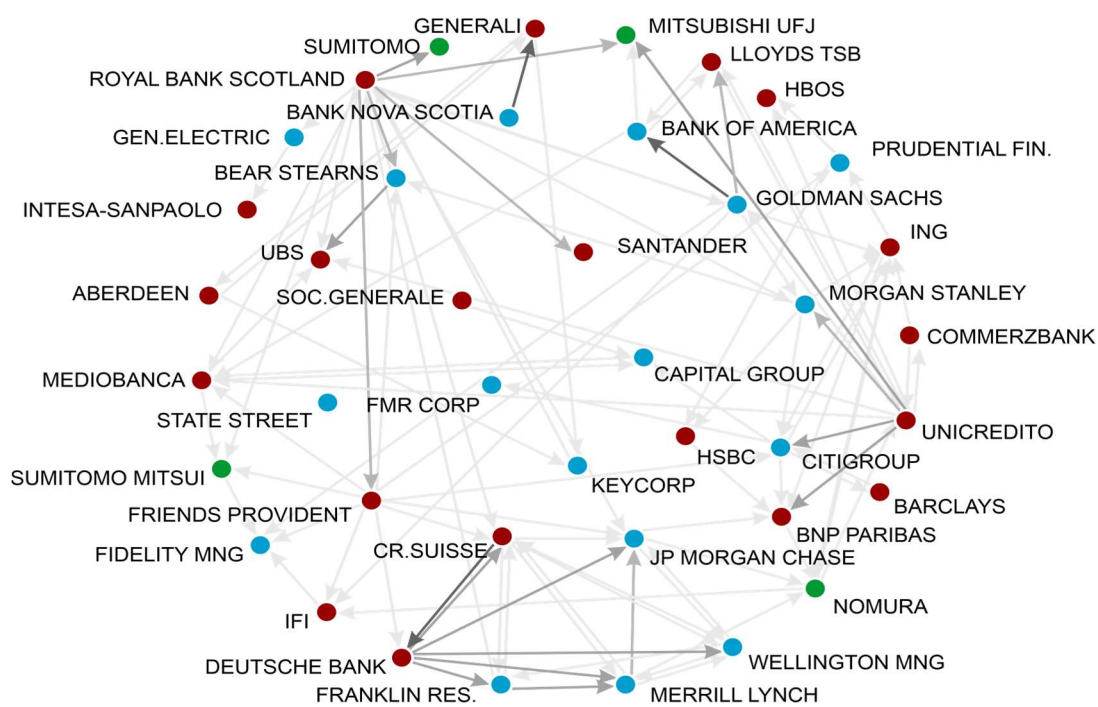
das empresas. A propriedade das grandes empresas desligou-se de sua administração, responsabilidade de executivos contratados. Com essa mudança, as inadequações e conflitos de interesse passaram a ser observados com maior frequência no interior das organizações (IBGC, 2017).

Sobre a transnacionalização da indústria financeira, Lévil e Duménil (2014) reportam que o processo de expansão econômica mundial ocorreu no entorno de bancos e seguradoras que, até então, permaneciam funcionando como no século XIX. Segundo ele, essa foi a base para o desenvolvimento de uma nova estrutura e de novas funções, envolvendo um conjunto de instrumentos relacionados, por exemplo, à bolsa de valores, aos fundos de previdência, aos bancos centrais e às instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Esse conjunto constituiu o atual e complexo SFI (CARVALHO e BRANDI, 2019).

Ademais, a concentração do poder econômico mundial em grandes organizações é objeto de estudo de muitos autores. Demonstra-se essa realidade, por exemplo, no resultado de uma pesquisa do *Federal Swiss Technology Institute* (FSTI), que contempla o relacionamento das maiores empresas do mundo, realizada em 2011. O estudo constitui um esforço interdisciplinar para compreender um vasto conjunto de dados econômicos, utilizando como método o estudo de redes complexas. Concentrou-se a análise dos autores na propriedade e no controle. O resultado revelou uma arquitetura corporativa internacional – transnacional – e traçou o mapa de controle corporativo, com multiníveis de escalas de poder, expondo alto índice de incorporação de pequenas e médias empresas por grandes organizações (VITALI, GLATTFELDER e BATTISTON, 2011b).

Ilustra-se, na Figura 14, interligação da rede financeira internacional e outras grandes corporações, e as relações entre os principais atores econômicos em nível global. Os nós representam as maiores instituições e os *links* equivalem às mais fortes relações existentes entre elas. As cores dos nós indicam diferentes áreas geográficas: União Europeia (vermelho), EUA (azul), outros países (verde) (VITALI, GLATTFELDER e BATTISTON, 2011a).

O estágio de expansão das instituições e dos mecanismos financeiros, revelados pelos estudos da FSTI, expõe o fenômeno chamado de “financeirização da economia”, que pode ter forte relação com o aumento das dificuldades de controle no mundo corporativo. Dowbor (2017) aponta essa possibilidade. Segundo esse autor, diante da complexidade de gerenciamento dessas organizações, agravaram-se os problemas existentes em decorrência de descon-roles administrativos, fraudes e corrupção.



Fonte: Vitali, Glattfelder e Battiston (2011b).⁷⁸

Enfim, os sistemas financeiros atuais estão no centro de duas grandes disrupções em curso na humanidade: a econômico-financeira e a tecnológica. De um lado, o processo de financeirização da economia mundial envolve a chamada disrupção de *Wall Street*, vinculada às crises financeiras globais, com impacto na estabilidade de governos, Estados e instituições em âmbito mundial. De outro, as instituições passam pelo processo de transformação digital, envolvendo a disrupção do Vale do Silício, relacionada à proliferação de sensores inteligentes e o amplo acesso à Internet, fatores ligados à origem de novos modelos de negócios e fluxos de rendimentos (MOROZOV, 2018, p. 43 a 47). Na intersecção das duas disrupções, o sistema financeiro pode ser identificado como o “olho do furacão”. O Apêndice C apresenta o resultado de uma revisão sobre tópicos relacionados a esse tema.

3.3.2 Formação de conglomerados financeiros e prudenciais

A formação de conglomerados financeiros e prudenciais, descritos no Apêndice C, associa-se ao processo de financeirização da economia mundial. Os conglomerados financeiros são conjuntos de entidades financeiras localizadas no país ou no exterior, vinculadas por

⁷⁸ Disponível no endereço: <http://j-node.blogspot.com/2011/10/network-of-global-corporate-control.html>.

participação acionária majoritária, direta ou não, por controle operacional efetivo ou por direitos de sócios preponderantes em tomadas de decisões. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, que fazem parte de um conglomerado financeiro, apresentam-se de maneira consolidada, como se em conjunto representassem uma única entidade (BACEN, 2022c).

Já os conglomerados prudenciais constituem conjuntos que incluem, além das instituições pertencentes ao conglomerado financeiro: (i) as administradoras de consórcio, (ii) as instituições de pagamento, (iii) as sociedades que realizam aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário ou de direitos creditórios, (iv) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas referidas entidades, (v) os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios (BACEN, 2022c).

A regulamentação dos conglomerados é um tema fundamental para a Auditoria Contábil porque tem impacto em toda a avaliação das demonstrações contábeis. Mas é relevante, também, para todas as outras modalidades e especialidades de Auditoria, uma vez que afeta todo o fluxo financeiro e de informações.

3.3.3 Escândalos financeiros recentes

Escândalos financeiros recentes têm exposto fragilidades do atual SFI. Um exemplo foi a falência da Enron, uma das maiores empresas de gás e eletricidade dos EUA, que divulgou seu pedido de concordata em 2001. Sua falência marcou o início da crise do mercado financeiro mundial que se estendeu por quase uma década. Arthur Andersen, uma das maiores firmas de Auditoria do mundo, foi a responsável pelos balanços da Enron por mais de dez anos antes da falência, e prestou consultoria à Enron. A firma de Auditoria foi condenada por fraudes e manipulações contábeis da empresa (FEIGL, 2005).

Outro exemplo foi a crise do *subprime* dos EUA, iniciada em 2007, e que é didática para expor o alcance de uma crise em instituições sistemicamente importantes. Isso porque seu alcance extrapolou o sistema financeiro estadunidense. De acordo com Dodd (2014), atingiu a Grécia em 2010 e alcançou toda a zona do Euro, provocando dúvidas generalizadas sobre o futuro. Menciona-se que, no Brasil, também se registraram diversos escândalos financeiros. Para Carvalho (2005a), citam-se momentos de crise econômica no Brasil e sua relação com bancos nacionais.

Além desses escândalos, mais recentemente, no início de 2023, cresceu o temor de uma nova crise mundial no sistema bancário. Após tensão causada pela quebra do banco norte-americano Silicon Valley Bank (SVB) e a queda do preço de ações do Credit Suisse. O SVB estava entre os 20 maiores bancos dos EUA e mantinha filiais em diversos lugares do mundo. O banco tinha muitas empresas de tecnologia em sua base de clientes e, ao contrário das crises bancárias anteriores, as redes sociais influenciaram a velocidade com que se espalharam a informação, em relação à corrida dos clientes ao banco (SANTANA, 2023).

O Credit Suisse, considerado o segundo maior banco suíço, era classificado como G-SIBs. Esse banco foi criado em 1856, e era responsável pela gestão de recursos na ordem de US\$ 1,5 trilhão (CHADE, 2023). Segundo Roubini (2023), é uma instituição grande demais para falir e grande demais para ser salva, em Língua Inglesa *too big to fail and too big to be saved*. Mas o banco, no início do mês de março de 2023, reconheceu "fragilidades materiais" em seus controles internos ao publicar o relatório anual, o que contribuiu na queda das ações do banco. A desconfiança aumentou com a declaração de principal acionista, o *Saudi National Bank*, da Arábia Saudita de que não apoiaria o banco com um aumento de sua participação no capital (PRESSE, 2023).

Um aspecto que chama a atenção no caso do Credit Suisse refere-se ao fato de o banco acumular registros de envolvimento em uma série de escândalos em diversos países. Em 2018, por exemplo, associou-se a movimentações de lavagem de dinheiro e a casos de corrupção envolvendo petroleiras. No Brasil, a Petrobras; e na Venezuela, a PDVSA. Posteriormente, conflitos internos marcaram o noticiário sobre o banco e, em 2019, revelou-se que a cúpula da instituição contratou espões para acompanhar um de seus executivos. Além disso, a instituição já foi, repetidas vezes, acusada de práticas irregulares, dentre elas a de não fazer a identificação adequada de seus clientes, não determinar os beneficiários de contas em nome de *offshores* e não identificar riscos de uma relação comercial. Em decorrência desses fatos, os administradores do banco têm sido, inclusive, acusados de buscar investimentos de alto risco e de ignorar, de forma deliberada, mais de cem sinais de alertas sobre a situação financeira instituição. Além disso, o banco acumulou prejuízos.

Quadro 14 – escândalos relativos ao Credit Suisse

Nº	Ocorrência	Descrição	País	Valor
2021	Gestão temerária de ativos	Quebra da Greensill (financeira britânica): seguradora negou a renovação de contratos, falência afetou credores, entre eles o banco japonês SoftBank.	Reino Unido	US\$ 10 bilhões
2021	Derivativos	Fundo Archegos: vários bancos afetados, dentre eles o Credit Suisse. A impossibilidade de cobertura dos investimentos em derivativos levou à venda maciça de ações na Bolsa de Valores estadunidense.	EUA	US\$ 5 bilhões
2021	Corrupção	Empréstimos concedidos entre 2013 e 2016 para empresas estatais de Moçambique. Valores foram parcialmente desviados para pagamento de propina. As autoridades de Estados Unidos e Reino Unido impuseram sanções ao banco.	Moçambique	US\$ 475 milhões
2021	Violação das normas	Presidente do banco quebrou normas de quarentena na pandemia de Covid-19. Outras denúncias de descumprimento das restrições sanitárias para assistir a uma partida de tênis. Banqueiro renunciou ao cargo.	Suíça	Não informado
2022	Dinheiro do crime	Resultado de investigação intitulada “Segredos Suiços” (em Língua Inglesa: <i>Suisse secrets</i>), sobre contas abertas entre 1940 e o fim da década de 2000, demonstrou que o banco recebeu recursos de clientes envolvidos em casos criminais e de corrupção	Diversos	Não informado
2022	Gestão fraudulenta	Perda de investimentos: um tribunal de Bermudas em um julgamento confirmou que um ex-primeiro-ministro georgiano tinha registrado perdas em seus investimentos geridos por um ex-banqueiro francês, demitido em 2015, condenado por fraude em Genebra em 2018 e que se suicidou dois anos depois.	Bermudas, Geórgia	Não informado
2022	Lavagem de dinheiro	O banco foi condenado na Suíça em um caso de lavagem de dinheiro vinculado a uma rede búlgara tráfico de drogas.	Bulgária	Multa de US\$ 2 milhões
2022	Acordo de litígio	Acordo para resolução de um litígio. Referente a títulos lastreados em hipotecas durante a crise financeira de 2008.	EUA	US\$ 495 milhões
2022	Acordo de litígio	Acordo de litígio relativo à prospecção ilegal de clientes e fraude fiscal no período de 2005 a 2012.	França	€\$ 238 milhões
2023	Descumprimento de obrigações	Greensill, parte 2: descumprimento de obrigações prudenciais.	Suíça	Não informado

Fonte: adaptada de Presse (2023).

Em 2021 e 2022, as perdas chegaram a US\$ 1,5 bilhão e, US\$ 7 bilhões, respectivamente (CHADE, 2023). Diante de tantas ocorrências envolvendo o Credit Suisse, é necessário, ainda, mencionar a posição dos órgãos de controle e da supervisão bancária. Houve determinação para que a instituição tomasse algumas medidas de controle, mas nenhuma multa foi aplicada. Em resposta, o banco afirmou ter tomado medidas para corrigir os problemas identificados e fortalecer as regras de combate à lavagem de dinheiro, além de ter criado uma comissão independente para monitorar a implementação das medidas dentro do banco. O banco também se defendeu dizendo que colaborou com as investigações e que muitos dos casos foram herdados em aquisições de outros negócios (CHADE, 2023). Mas o fato é que as ocorrências persistiram até que a manutenção da instituição se tornou insustentável. No Quadro 15, apresentam-se exemplos de ocorrências envolvendo o banco, que permitem visualizar a atuação do banco em escala mundial.

Na história recente do Brasil, também há marcas de escândalos financeiros, por exemplo, os pedidos de recuperação judicial do Banco Econômico em 1992 e de uma grande *holding* do segmento de varejo, a Americanas, em 2023. O Banco Econômico⁷⁹, fundado em 1834, quando decretada sua liquidação extrajudicial, foi o banco mais antigo do país. O banco quebrou em 1995. O que chama a atenção no caso é a publicidade da situação da instituição antes da criação do Proer, sem que nenhuma providência tenha sido tomada, nem por parte da Auditoria Independente, tampouco da supervisão bancária. Às vezes, a quebra desse banco é associada à criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do SFN, o Proer (BACEN, 1995). Após o banco receber socorro financeiro, no balanço do primeiro semestre de 1995, não havia mais nenhum débito entre o Econômico e o Banco Central. Mas três dias depois, o banco voltou a recorrer ao Proer, recebendo em torno de R\$ 1 bilhão de assistência à liquidez (CARVALHO, 2005a).

O recente pedido de recuperação judicial do Grupo Americanas foi aceito pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) no dia 19 de janeiro de 2023 (RODRIGUES, 2023). O caso teve ampla repercussão na imprensa brasileira a partir do dia 11 de janeiro, quando a empresa revelou “inconsistências contábeis” na ordem de R\$ 20 bilhões. Informou-se que, em 2023 e em anos anteriores, as operações de financiamento de compras perante a instituições financeiras não estavam adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras, especificamente na conta “fornecedores” (MOREIRA; AZEVEDO, 2023). Posteriormente, a empresa revelou um

⁷⁹ Disponível em: <https://www.economico.com.br/index.php> é possível acompanhar fatos relevantes da liquidação extrajudicial.

prejuízo de, aproximadamente, R\$ 40 bilhões. A questão relevante desse caso é que os órgãos reguladores – *the US Securities and Exchange Commission (SEC)* nos EUA e CVM no Brasil – não conseguiram evitar esse caso. Da mesma forma, o problema não foi evitado ou detectado por outras instâncias guardiãs (em Língua Inglesa: *gatekeepers*) da correção dos negócios, a exemplo dos comitês de Auditoria, de auditores independentes e da B3 (CORREIA, 2023).

3.3.4 Instrumentos internacionais de regulação do sistema financeiro

Iniciativas em torno do fortalecimento de controle interno e da Auditoria, como o Coso, foram mencionadas na seção 4, mas um fator importante para a formação do atual SFI refere-se ao estabelecimento de diversos acordos e regulações do setor ao longo da história, com destaque às situações em que houve necessidade de controlar o agravamento de crises financeiras. É o caso do estabelecimento dos *Acordos de Bretton Woods*, após a Segunda Guerra Mundial. Com esse acordo, criaram-se dois instrumentos de policiamento financeiro: o FMI e o Banco Mundial. O papel do FMI é: alcançar a estabilidade financeira nos países que compõem o fundo; a cooperação monetária em nível internacional; e facilitar o comércio internacional. Os objetivos determinados para o Banco Mundial, por sua vez, foram a concessão de empréstimos aos países mais pobres e o direcionamento de capital a esses países (FERGUSON, 2020, p. 294).

Nos últimos anos, porém, é notável a publicação de novos requisitos legais e de recomendações para a indústria financeira, embora as crises de confiança permaneçam recorrentes na economia mundial. As instituições que compõem o SFI, em resposta a crises, têm buscado aprimorar instrumentos de regulação do mercado. Nessa seção, apresentam-se dois instrumentos relevantes para a regulação e para o controle do sistema financeiro. Mais especificamente, são tratados os acordos de BCBS, conhecido no Brasil como Comitê da Basileia, o mais importante instrumento de regulação do SFI, e a Lei Sarbanes Oxley, importante marco regulatório estadunidense com influência no mercado financeiro.

3.3.4.1 Comitê da Basileia

A instituição do Comitê de Basileia (BCBS, 2013b) e os acordos produzidos nessa instância constituem as principais iniciativas de regulação do mercado financeiro em nível global. Entre o final da década de 1980 até 2011, publicou-se um conjunto de Acordos de Basileia I, II e III, assinados em busca de estabilidade e solvência dos sistemas financeiros. As recomendações do Comitê visam a harmonização da regulação prudencial e a melhoria da competição

internacional entre os bancos. Incluem exigências mínimas de capital e princípios para uma avaliação dos riscos para IFs. Além disso, o Comitê divulga princípios para supervisão bancária.

Quadro 15 – recomendações de Basileia

Data	Marco
Julho de 1988	Publicação do Acordo Basileia I
Final de 1992	Prazo final para implementação do Acordo Basileia I
Junho de 1999	Primeiro pacote consultivo do Acordo Basileia I
Janeiro de 2001	Segundo pacote consultivo do Acordo Basileia I
Final de maio de 2001	Prazo final para comentários sobre o Acordo
Final de 2001	Publicação do novo acordo: Acordo Basileia II
2004	Implementação do novo acordo
2010	Publicação do Acordo Basileia III

Fonte: elaborada pela autora com base no Bacen (2019).

No Quadro 16, apresentam-se importantes publicações do Comitê da Basileia, que reúnem as instituições supervisoras dos bancos nos países do G10⁸⁰ (BACEN, 2019; MIRANDOLA, 2010). Cada um desses acordos reverbera, naturalmente, as regulamentações nacionais.

3.3.4.2 Sarbanes Oxley

A série de escândalos financeiros ocorridos nos EUA levou à formulação e à promulgação da Lei Sarbanes-Oxley (Sox) de 2002. Ela é aplicável às empresas com valores mobiliários emitidos nos EUA e em suas subsidiárias. Sua premissa central é a manutenção de GC. Para isso, além de outros itens, incluiu-se, em sua estrutura básica, a regulação de uma comissão de supervisão das empresas de Auditoria e de independência do auditor (ASSI, 2012). Importa frisar que a Sox estabeleceu padrões de conduta para as organizações, seus dirigentes e auditores. Incluiu punições, divulgação de informações, acesso a dados e informações relevantes e regras de relacionamento entre empresas e auditores (OLIVEIRA et al., 2008, p. 207).

No Brasil não há legislação correspondente à Sox, embora algumas iniciativas nesse sentido tenham sido tomadas e posteriormente revogadas. Um exemplo foi a publicação da Circular do Bacen 3.467/2009 (BACEN, 2009). Esse dispositivo, em sintonia com a Sox tinha a previsão para a Auditoria externa produzir um relatório semestral sobre o sistema de controles

⁸⁰ Em 1974, o grupo de países G10 era formado por 12 membros: Alemanha, Bélgica, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça (MIRANDOLA, 2010).

internos e descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, elaborado em conexão com a Auditoria das demonstrações financeiras. A circular foi revogada pela Resolução BCB n.º 130, de 20 de agosto de 2021 (BACEN, 2021b). E o conteúdo dessa Resolução tem um escopo diferente e reduzido em comparação à Circular.

3.4 COMENTÁRIOS SOBRE A SEÇÃO

Nessa seção apresentou-se um resumo das revisões de literatura feitas para cumprimento do OE₃. Realizaram-se buscas para caracterizar as instituições financeiras no Brasil. Exploraram-se diversos aspectos, porém, o resultado evidenciou a complexidade de responder o que é e quais são as instituições financeiras no Brasil. Em relação às verificações feitas, concluiu-se que sequer é exato afirmar que os bancos são entidades autorizadas a funcionar, fiscalizadas e controladas pelo Bacen, conforme previsto em lei (Brasil, 2021a). Isso porque, na prática, há uma série de instituições executando atividades bancárias, a exemplo dos bancos comunitários, que, embora trabalhem com aprovação do Bacen, não são autorizadas a operar como banco.

A partir desse resultado, para efeito desse estudo, considerou-se IF qualquer entidade que realize intermediação financeira. Embora essa delimitação seja genérica, ela é um resumo do disposto no artigo 17 da Lei 4.595/1964 (BRASIL, 2021a), que, em síntese, considera IF qualquer pessoa física ou jurídica que realize coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros.

Além disso, do ponto contextual, apresentou-se um conjunto de noções que formam um desenho conjuntural e uma lista de aspectos básicos relacionados à complexidade dos sistemas financeiros nacionais e internacional.

4. TEORIA E INSTRUMENTOS DE SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Nesta seção, apresenta-se o resultado das revisões sobre teorias e instrumentos de estruturação e sistematização do conhecimento reconhecidos durante a busca por instrumentos para auxiliar a construção de fundamentos teóricos para a Auditoria e para a AudInf. A revisão de literatura realizada foi orientada para o cumprimento do OE₂, isto é sustentar a escolha de instrumentos para auxiliar a elaboração de diretrizes para uma teoria da AudInf.

Na seção, em primeiro lugar, discute-se aspectos relacionados à formação de uma teoria, considerando em particular a formação das teorias da Contabilidade e da Administração, áreas afins à Auditoria. Em seguida destaca-se a Teoria do Conceito (TC, em Língua Inglesa, *Theory of Concept*), que ofereceu orientações utilizadas em reflexões sobre a elaboração de uma Teoria da Auditoria da Informação. Por fim, acrescenta-se um síntese sobre modelagem conceitual; e organização e representação da informação e do conhecimento, incluindo SOCs. Esses temas estiveram presentes ao longo da elaboração desta tese.

4.1 FORMAÇÃO DE UMA TEORIA

O termo “teoria” pode ser utilizado no sentido de “*um corpo coerente de conhecimentos sobre um campo de objetos*” (ABBAGNANO, 2000, p. 952). Outra definição é adotada Maximiano (2007), ao explicar teorias no campo da Administração. De acordo com ele, “*teorias são explicações, interpretações ou proposições*” sobre o tema (MAXIMIANO, 2007, p.6). Entretanto, em ambos os sentidos é esperado que uma teoria permita aos profissionais perceber uma direção clara sobre como abordar um problema ou situação específica, ou seja, possibilita uma melhor compreensão dos problemas e fenômenos e o desenvolvimento de estratégias eficazes para encontrar soluções.

Além disso, uma teoria aplicada à prática pode trazer uma série de benefícios, por exemplo, uma teoria fornece uma estrutura conceitual e um conjunto de princípios que também podem ajudar o entendimento do assunto em questão. De acordo com Barroso (2018, p. 13), “*a teoria é a base, o alicerce para o desenvolvimento e aplicação do conhecimento humano, em seus diferentes âmbitos*”. Enfim, os benefícios citados indicam que a fundamentação científica traz credibilidade e confiança para a prática, requisitos essenciais para a atividade de Auditoria.

Em outra perspectiva, com a falta de embasamento teórico, a prática pode enfrentar uma série de problemas. Essa falta pode, por exemplo, levar a escolhas equivocadas e, consequentemente, a resultados indesejados. A ausência de uma estrutura conceitual também pode levar a

equivocos na tomada de decisões. Sem entender os princípios e modelos estabelecidos, os profissionais podem recorrer a tentativa e erro desnecessários, desperdício de tempo e de recursos.

Sobre a necessidade de fundamentação teórica, especialmente em pesquisa relacionadas a sistema de informação, vale citar a defesa de Van Gigch e Pipino (1986) de que o entendimento de pressupostos epistemológicos é essencial. De acordo com os autores a fundamentação teórica é base para a criação de métodos e modelos científicos. Os autores inclusive propõem uma metodologia de pesquisa para a CI denominada M3, interessante para situar o estudo realizado nesta tese. A M3 prevê três níveis de análise. O primeiro nível é o de aplicação, nível da prática ou nível operacional. Esse é o nível de solução de problemas reais, onde as teorias, modelos, técnicas e tecnologias são empregados. O segundo nível é o nível de desenvolvimento de modelos e teorias para descrever, explicar, predizer ou modelar os problemas reais. Este nível é chamado de nível da ciência, nível do objeto ou nível da modelagem. O terceiro nível busca investigar a origem do conhecimento da disciplina, justificar seus modelos de raciocínio e enunciar sua metodologia. É neste nível que se estuda o conjunto de conceitos e metodologias adotados por uma comunidade científica (VAN GIGCH e PIPINO, 1986). Esse nível é chamado de nível epistemológico ou nível de meta-modelagem.

Importa ressaltar aqui como surgem as teorias. Esse assunto é debatido por importantes filósofos da ciência, por exemplo por Thomas Kuhn, Karl Popper e Boaventura de Sousa Santos. Eles apresentaram perspectivas diferentes sobre a formação e a natureza das teorias científicas. Kuhn defendeu a ideia de paradigmas científicos em sua obra seminal, "A Estrutura das Revoluções Científicas" (KUHN, 2013) e Popper defendeu que o avanço da ciência ocorre pela proposição de conjecturas, ou hipóteses, e de refutações, isto é, de testes empírico à procura de evidências que as contradigam. (POPPER, 1974). E Santos identifica os traços principais de um paradigma emergente que ressalta a validade de todas as formas de conhecimento, em particular o valor do conhecimento do senso comum, isto é, "*o conhecimento vulgar e prático*" que orienta as ações das pessoas no cotidiano: "*O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a acção que não produza rupturas significativas no real.*" (SANTOS, 2008, p. 90).

Essa ideia está refletida na evolução das teorias que fundamentam a Administração. Isso está expresso no panorama dos conceitos da área apresentados por Maximiano (2007). O autor ressalta a importância de pensar em situações práticas no estudo da Administração e, de acordo com ele, "*as teorias da Administração são conhecimentos organizados, produzidos pela experiência praticadas organizações*" (MAXIMIANO, 2007, p.6).

De forma semelhante, Barroso (2018) expõe o desenvolvimento da Teoria contábil e discute como uma área do conhecimento se estabelece teoricamente. Ele destaca momentos

históricos de expansão das atividades contábeis, a exemplo das revoluções que ocorreram na Europa nos séculos XIV e XV, quanto houve formalização de práticas contábeis. Também cita as crises financeiras de 1929, quando houve a ascensão de organismos de regulação contábil, como a criação da SEC criada nos EUA em 1934. O autor ainda defende que o desenvolvimento da teoria contábil oferece referencial conceitual para a avaliação das práticas contábeis e desenvolvimento de novos procedimentos. Segundo o autor, a base teórica da Contabilidade é definida “*como um conjunto coerente de princípios conceituais e pragmáticos*” (Barroso, 2018, p. 15). Note-se a vinculação que Barroso estabelece entre as práticas, os momentos históricos e o surgimento da teoria contábil.

Esse referencial fundamenta a trajetória do presente estudo na formulação de diretrizes para uma teoria. Isso porque, a investigação passou por conhecer os fundamentos teóricos e as práticas que embasam a Auditoria e a AudInf. No percurso adotou-se como pressuposto a necessidade de considerar o contexto nas reflexões sobre a Auditoria. E na definição da metodologia buscou-se valorizar todas as formas de conhecimento, inclusive o conhecimento do senso comum, destacado por Santos (2008), o que foi feito, particularmente, na realização das entrevistas.

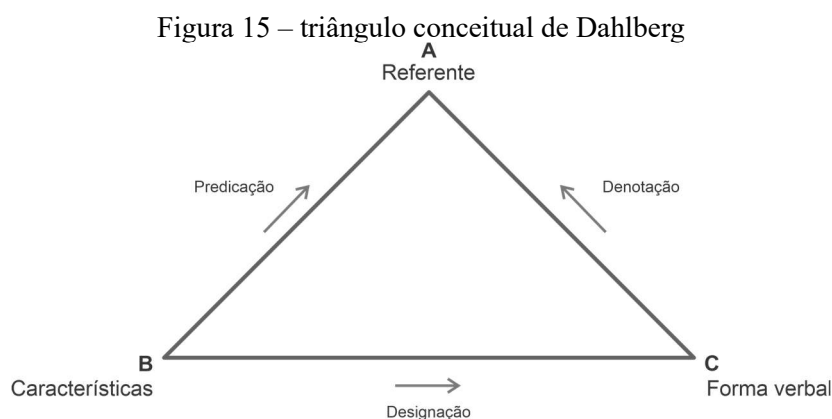
4.2 TEORIA DO CONCEITO

Para a compreensão dos termos “estrutura conceitual” e “conceito”, utilizados com frequência nesta tese, é pertinente recuperar a TC, que foi proposta por Ingertraut Dahlberg (1993). Segundo ela, o conceito é a unidade elementar da OC, ou seja, os conceitos são unidades do conhecimento, e a OC é uma ciência voltada para estruturação e organização sistemática de unidades do conhecimento, ou seja, de conceitos.

A TC foi proposta na década de 1970 (DAHLBERG, 1978a) e resulta de busca por uma fundamentação sólida para a determinação e o entendimento dos conceitos no campo da representação e recuperação da informação. Para Dahlberg, um conceito é identificado por meio de enunciado verdadeiro e representação verbal. Em outras palavras, segundo a autora, um conceito é a soma das características de um objeto e as características podem ser descritas por enunciados. Ela afirma que “*é possível definir, então, o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico*” (DAHLBERG, 1978a, p. 102).

Além disso, segundo a Dahlbert, para a formação de um conceito, são necessários três elementos: (1) aquilo que se quer conceituar, denominado referente ou item de referência

(objeto real ou abstrato); (2) as características do objeto, na forma de declarações ou proposições verdadeiras, ou seja, a predicação verdadeira sobre o referente; e (3) na forma verbal, a denominação do referente, isto é, a sua representação por um termo. A autora apresenta um modelo com a conexão desses elementos na forma denominada triângulo conceitual de Dahlberg, que está apresentado na Figura 15 (DAHLBERG, 1978b).



Para Dahlberg, um conceito reúne uma síntese de características, e conceitos diferentes podem possuir uma ou mais características em comum. A autora afirma que a comparação entre conceitos pode ser feita por meio de abordagens quantitativa e qualitativa. As comparações quantitativas medem as similaridades das características de conceitos diferentes; e a abordagem qualitativa envolve aspectos formais e materiais.

Sobre as relações entre os conceitos, a partir da Teoria Classificação Facetada (TCF)⁸¹, proposta por Shiyali Ramamrita Ranganathan, Dahlberg (1972) explora possíveis relacionamentos: gênero e espécie; relação de partição (todo e parte); relação de oposição; e relação funcional. Ela também trabalha com as categorias às quais os conceitos pertencem e identifica os seguintes tipos de relações: entre objetos, entre fenômenos, entre processos, entre propriedades, entre relações, entre dimensões e as combinações entre esses tipos. Para a autora, com essas categorias, tem-se à disposição um instrumento intelectual para a organização de conceitos não só em uma sistematização geral dos elementos do conhecimento, mas também em qualquer uma de suas áreas (DAHLBERG, 1978b).

⁸¹ A TCF se diferencia de outras teorias de classificação pela utilização de uma estrutura dinâmica multidimensional a partir da aplicação de facetas. Segundo Ranganathan (1946), uma faceta denota algum componente que carece ser diferenciado, seja de um assunto básico ou de um assunto composto. As categorias fundamentais das facetas, segundo Ranganathan, são: personalidade, matéria, energia, espaço e tempo.

Um outra abordagem de TC é apresentada por Birger Hjørland (2009). Uma comparação entre o enfoque teórico de Dahlberg com o de Hjørland é apresentado em Melo e Bräscher (2016). As autoras destacam a influência das correntes positivista e pragmática, respectivamente, no posicionamento epistemológico de Dahlberg e Hjørland. A TC, na visão de Dahlberg, é caracterizada pela objetividade, dogmatismo, essencialismo e representacionismo preconizado pelo positivismo, corrente filosófica fundada por Auguste Comte (1798-1857). Em consequência, admite a possibilidade de uma organização ideal do conhecimento por meio da representação objetiva do significado (essência) de um termo. Já a TC, na visão de Hjørland, tem base nos estudos de Charles Sanders Peirce (1839-1914), desenvolvidos no final do século XIX e início do século XX. Logo, nessa visão, a TC se fundamenta em estudos da linguagem como ação, tem foco contextual e compreende a realidade como uma construção social, considerando, dentre outros aspectos, a multiplicidade de perspectivas ideológicas, instituições políticas e organizações sociais. Por fim, Melo e Bräscher destacam não haver oposição entre os enfoques, e sim a coexistência das abordagens teóricas com relevante contribuições para os processos de organização do conhecimento.

4.3 MODELAGEM CONCEITUAL

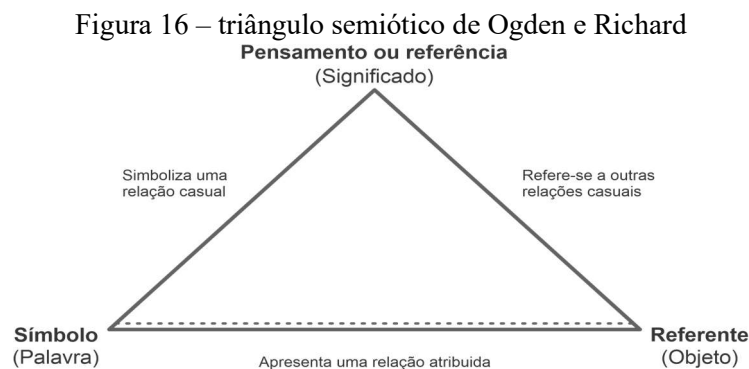
Os modelos são utilizados em atividades humanas para representar uma realidade de forma simplificada, portanto são instrumentos essenciais na comunicação humana. Eles permitem que a informação seja apreendida e transferida por meio de uma estrutura de representação (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2011). Eles contribuem no entendimento compartilhado de um domínio ou universo do discurso, oferecem facilidade de aprendizado e servem de suporte em soluções de problemas (GUIZZARDI, 2005).

Para o objetivo desta investigação importa, em particular, os modelos que descrevem aspectos formais do mundo físico e social, com o propósito de interação e compreensão, os chamados modelos conceituais. Tais modelos são produtos do processo de modelagem conceitual que, segundo Mylopoulos (1992), é:

a atividade de descrever formalmente alguns aspectos do mundo físico e social ao nosso redor para fins de compreensão e comunicação. A modelagem conceitual suporta instalações estruturantes e inferenciais que são psicologicamente fundamentadas (MYLOPOULOS, 1992, p.3, tradução nossa).

A base da maioria das definições de modelo considera uma relação triádica presente no processo de comunicação humana, como o triângulo semiótico de Charles K. Ogden e I. A.

Richards,⁸² divulgado em 1923 (OGDEN et al., 2013), incluído com adaptações na Figura 16. O Triângulo conceitual de *Dahlberg* é um exemplo de aplicação dessa referência.



Fonte: adaptada de Ogden et al. (2013, tradução nossa).

O uso do triângulo relaciona-se à busca para expressar como uma pessoa atribui significado (pensamento ou referência) à combinação de um símbolo com um referente em determinado contexto. O símbolo corresponde a um enunciado de linguagem. O referente pode ser qualquer coisa no mundo existente, desejado ou imaginado, a exemplo de árvore, automóvel, átomo, documento e imagem (algo no mundo físico) ou casamento, hipoteca, confiança e valor (algo no mundo social). O triângulo permite correlacionar os três fatores – representados pelos cantos – envolvidos em uma afirmação e suas relações – representadas pelos lados.

Importante identificar que, entre um pensamento e um símbolo, existem relações causais. Quando se fala, o simbolismo empregado é causado em parte pela referência feita e, em parte, por fatores sociais e psicológicos; isto é, a finalidade presente na referência feita, o efeito proposto dos símbolos utilizado sobre outras pessoas e a própria atitude do falante. Na escuta do que é dito, os símbolos levam o ouvinte a realizar um ato de referência e a assumir uma atitude que, de acordo com as circunstâncias, pode ser mais ou menos semelhante ao ato e à atitude de quem fala (OGDEN et al., 2013).

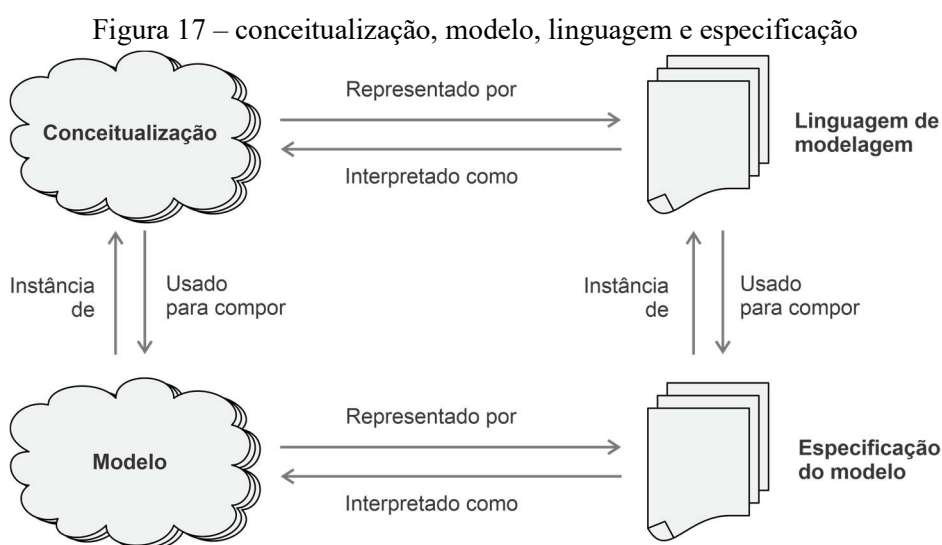
A partir dessa base, há várias definições de modelo propostas por estudiosos em diferentes formas de modelagem, incluindo modelagens empresariais, de sistemas, de conhecimento, de informações e de *software*. Por exemplo, um modelo pode ser considerado um

⁸² A relação triádica de Ogden e Richard é representada, também, no conhecido Triângulo de Ullmann, que usa as denominações “significante” e “significado” da mesma forma com que Ogden e Richards utilizam a designação “coisa” em vez de “referente” (MACULAN e LIMA, 2017).

conjunto de convenções conceituais e notacionais (FONSECA e MARTIN, 2007) ou uma forma de representação abstrata e simplificada de elementos da realidade (COUGO, 1997, p.7).

Nesse sentido, uma ideia fundamental para o entendimento dos modelos conceituais é a de conceitualização, que, segundo Guizzardi (2005), é um conjunto de conceitos usados para articular abstrações de um estado de coisas em um determinado domínio. Segundo o autor, a abstração de uma dada porção da realidade articulada de acordo com uma conceitualização de domínio é denominada modelo. Ele acrescenta que a conceitualização e os modelos são entidades abstratas que existem apenas na mente do usuário ou em uma comunidade de usuários que utilizam um determinado idioma. Assim, conclui o autor, para a documentação, comunicação e análise, essas entidades precisam ser capturadas em termos de algum artefato concreto.

A representação de um modelo conceitual é denominada por Guizzardi (2005) como uma especificação de modelo. Além disso, para representar uma especificação, o autor argumenta sobre a necessidade de uma linguagem de especificação ou de modelagem. Ele esquematiza a relação entre conceitualizações, modelos, especificações e linguagens de modelagem no esquema reproduzido na Figura 17.



Fonte: adaptada de Guizzardi (2005, p. 2, tradução nossa).

Os modelos conceituais são ferramentas fundamentais para os profissionais da Informação, são essenciais, por exemplo, na OI. Dentre os principais modelos conceituais bibliográficos, por exemplo, está o da família de *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)*, em Língua Portuguesa do Brasil, Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos

e o Comitê Internacional de Documentação Modelo de Conceitual de Referência⁸³ (Cidoc CRM) (PADRON, CRUZ e SILVA, 2018).

A partir desse entendimento, defende-se que a investigação sobre modelos pode contribuir para encontrar conceitos e fundamentos teóricos no domínio da Auditoria. A expectativa é que o estudo realizado sobre esse tema auxilie a identificação de modelos e conceitos úteis para a proposição de diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação.

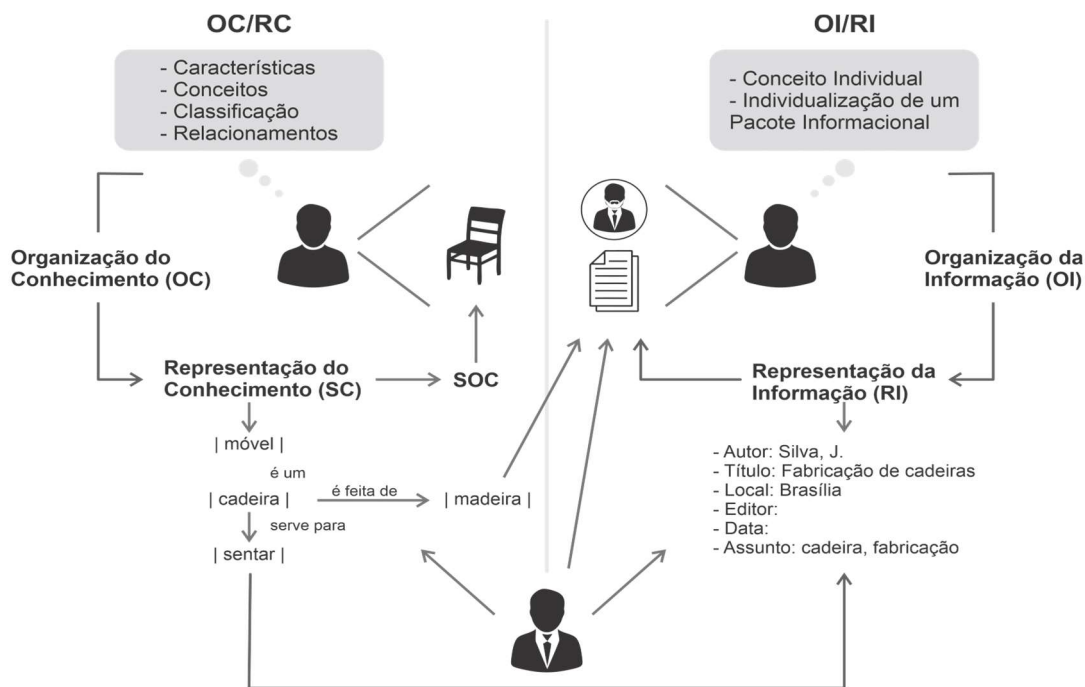
4.4 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Um dos pontos de partida desta pesquisa foi a busca por referências sobre organização e recuperação de informações no domínio da Auditoria. Essa busca motivou interesse em investigação sobre SOCs. Foi identificado que, de acordo com Vickery (2008), organizar o conhecimento é reunir o que é conhecido em uma estrutura sistematicamente organizada. O autor elenca as formas de aplicação das SOCs. De acordo com ele a forma mais simples de um SOC são listas de conteúdos e índices de livros didáticos. Nesse caso, o SOC constitui uma ferramenta auxiliar para a orientação na leitura de textos. O autor, ainda, menciona que, ao longo do tempo, houve aumento da complexidade dos recursos de busca e das funções dos SOCs, que adquiriram novas formas, como linguagens de representação, taxonomias, tesouros ou ontologias.

Embora o tema não tenha sido reconhecido nas publicações sobre Auditoria, verificou-se a importância do entendimento acerca dos conceitos de Organização da Informação (OI), Representação da Informação (RI), Organização do Conhecimento (OC) e Representação do Conhecimento (RC). O uso desses termos pode envolver vários aspectos. Sobre o assunto, é interessante trazer a abordagem de Bräscher e Café (2008). As autoras elaboraram a Figura 18, que contém o esquema diferencial de OI, RI, OC e RC, incluindo um exemplo com o objeto cadeira, proposto pela autora.

Figura 18 – organização e representação da informação e do conhecimento

⁸³ *Conceptual Reference Model (CRM)*, na Língua Portuguesa, Modelo Conceitual de Referência.



Fonte: Bräscher e Café (2008, p. 7).

Segundo Bräscher e Café (2008), em relação à distinção e ao relacionamento entre OI, RI, OC, o processo de OI é, às vezes, considerado como o processo de individualização de um item específico entre aqueles que formam o conjunto da literatura com o objetivo de tornar possível a recuperação desse item quando necessário. Porém, segundo elas, o alcance da OI não é restrito à literatura, pelo contrário, é aplicável ao conjunto de objetos informacionais. Assim, segundo as autoras, a OI pode ser vista como um processo que tem por objetivo possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação.

Sobre a RI, Bräscher e Café (2008) defendem ser um tipo de representação na qual os conceitos constantes dos registros primários dos sistemas de informações documentais são sucintamente identificados em seus elementos constitutivos, com a escolha dos pontos de acesso fundamentais que garantem a representação desse conhecimento, ou da informação, dependendo do ponto de vista. De acordo com as autoras, as informações, nesse tipo de representação, compreendem compactações que buscam descrever as características do documento, de forma a refletir sua origem e conteúdo para facilitar a recuperação.

Ainda segundo Bräscher e Café (2008), OC é o processo de modelagem do conhecimento que visa à construção de representações do conhecimento e a base de tal processo é a análise de conceitos e de suas características de forma que seja estabelecido o posicionamento dos conceitos em um domínio, inclusive considerando-se as relações entre os conceitos que compõe um sistema nocional. A RC, por sua vez, é feita por meio de diferentes tipos de SOC's,

ou seja, por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas estabelecidas entre eles. Nesta tese, uma forma de SOCs aplicada, em particular no estudo de IFs, foi a taxonomia, conforme apresentado na seção 5.3.1.

Ainda sobre os SOCs, na pesquisa sobre o tema identificou-se uma série de benefícios. Uma lista de funções desses sistemas, apresentada por Soergel (1999), evidencia o seu potencial:

- a) fornecer um roteiro semântico para domínios individuais e para as relações entre os domínios, o que permite prover orientação e servir como uma ferramenta de referência;
- b) aprimorar a comunicação e o aprendizado;
- c) fornecer uma base conceitual para projetar e implementar pesquisa de boa qualidade;
- d) prover classificação para uso de SOCs;
- e) apoiar a recuperação de informações;
- f) produzir uma base conceitual para sistemas baseados em conhecimento;
- g) fornecer a base conceitual para base de dados e sistemas de *software*;
- h) suportar tradução entre disciplinas, idiomas e culturas;
- i) formar dicionário mono-, bi- ou multilíngue para uso humano ou para sistemas automáticos de processamento da linguagem natural.

4.5 COMENTÁRIOS SOBRE A SEÇÃO

Os assuntos tratados nessa seção desafiaram a elaboração da tese. As abordagens descritas sobre teorias, modelos e conceitos orientaram as reflexões do percurso da investigação e visaram o cumprimento do OE₂. Os três níveis de análise da M3 (VAN GIGCH e PIPINO, 1986), por exemplo, foram auxiliares para a elaboração de diretrizes para formação de uma Teoria da Auditoria da Informação levando em conta, em particular, as práticas que embasam a Auditoria e a AudInf.

Os temas apresentados na seção estiveram presentes nos esforços para estudar as referências e as práticas de Auditoria. Também estiveram presentes nas tentativas de identificar os conceitos utilizados na atividade. Aliás, o objetivo inicial da investigação era propor diretrizes para a construção de um modelo conceitual para a AudInf. Na trajetória da pesquisa, em função dos resultados obtidos, esse objetivo passou a ser a proposta de diretrizes para uma teoria para essa disciplina. Acredita-se, enfim, que o resultado alcançado é uma contribuição para a formação de parte do referencial teórico da tese.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em relação à escolha da metodologia de pesquisa científica, o presente trabalho de investigação pode receber a denominação de pesquisa aplicada, que, segundo Goldenberg (2015, p.111), é destinada a investigar questões práticas, ou seja, se baseia no desejo de conhecer para “tornar-se capaz de fazer melhor ou de maneira mais eficiente”. Em outras palavras, busca a solução de problemas dos pesquisadores ou das comunidades em que estão inseridos. E, na classificação proposta por Demo (1995, p. 59), a pesquisa pertence ao gênero “metodológico”. Isso porque inclui questões que indagam “por instrumentos, por caminhos, por modos de se fazer ciência ou produzir técnicas” e “discutir abordagens teórico-práticas”.

Em relação à abordagem teórico-metodológica, a investigação é interdisciplinar, por ter fundamentos de, pelo menos, seis áreas de conhecimento: contabilidade, economia e administração, pela interconexão com as atividades de Auditoria; direito, pela descrição de aspectos legais e regulatórios; Ciência da Computação, por incluir questões tecnológicas, gestão de continuidade de negócio e o Cobit, *framework* de governança de TI; e, em especial, a CI, já que, no centro da pesquisa, está a AudInf, e também por contemplar fundamentos de gestão de documentos, arquivos digitais e necessidades informacionais.

Ainda sobre essa abordagem, destaca-se que a AudInf tem, por natureza, uma conexão umbilical com a Gestão da Informação⁸⁴, caracterizada por Tarapanoff (2006, pp. 22 e 23) como interdisciplinar. Além disso, a interdisciplinaridade também está na natureza de estudos sobre a gênese e formação de conceitos, relacionados à cognição humana e à noção de significado. Tais estudos foram iniciados na filosofia; contudo, ao longo da história do pensamento científico, alcançaram diversas áreas do conhecimento: “*lógica, semântica, linguística, terminologia, psicologia, ciência da informação, entre outras*” (MELO e BRÄSCHER, 2016, p.69).

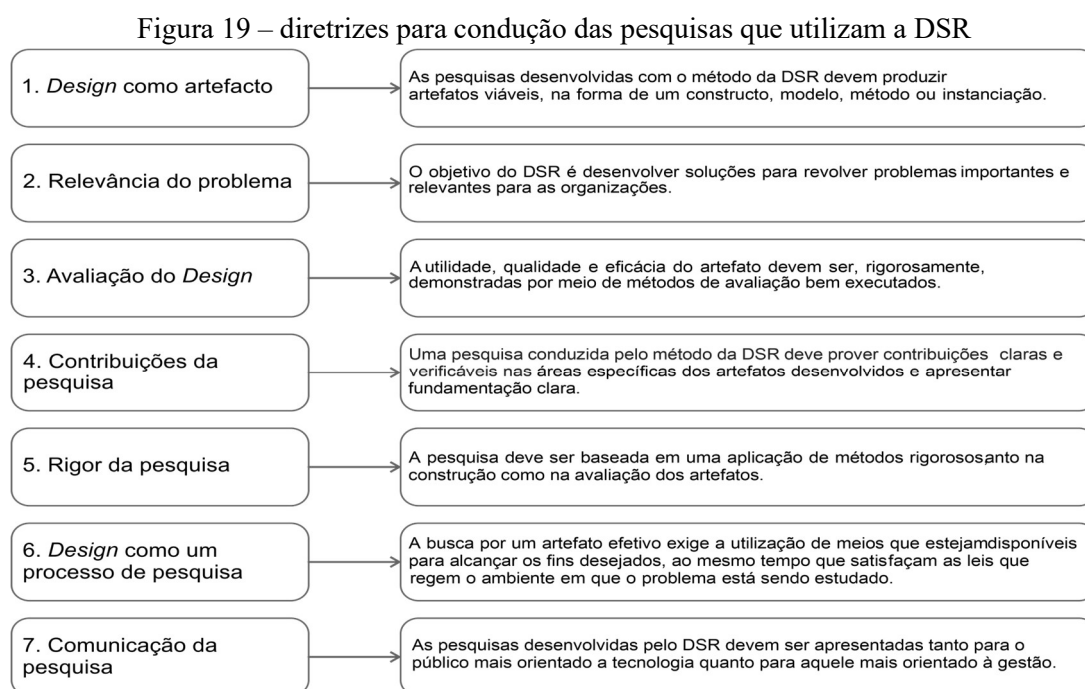
Os métodos utilizados na pesquisa, guiada pelas diretrizes do método Design Science Research (DSR), estão descritos nas próximas seções. Cabe antecipar, quanto aos métodos, que, na classificação de Creswell (2010), a pesquisa é considerada mista, ou seja, envolve coleta e análise de dados nas formas quantitativa e qualitativa. A coleta de dados, além das revisões de literatura, realizada envolveu a obtenção de informações por meio de observação direta, análise de documentos e realização de entrevistas semiestruturadas ou em profundidade. Assim, o planejamento incluiu a formação de um banco de informações quantitativas e qualitativas.

⁸⁴ Tarapanoff (2006) cita, entre outras, a definição de Gestão da Informação de Davenport (1998, p. 173), mencionada no Capítulo 1 – Introdução.

5.1 DESIGN SCIENCE RESEARCH

A partir do problema de pesquisa e da formulação dos objetivos dessa tese, realizou-se uma busca por métodos que se adequassem ao estudo proposto. Após análise das diferentes opções, optou-se pelo uso do DSR, como forma de acompanhamento da pesquisa. Essa decisão considerou a necessidade de rigor na condução de investigações, requisito do DSR destacado por diversos autores. Esse rigor é expresso, por exemplo, por Dresch, Lacerda e Antunes Júnior (2015), que apresentam o DSR como um reforço no relacionamento entre teoria e aplicação no âmbito da pesquisa acadêmica que se destina a orientar a formulação de aplicações e pesquisas em áreas tecnológicas nas quais artefatos são projetados para a solução de problemas, o que é o caso desta pesquisa, em que pese o fato de não ter foco tecnológico.

Para observar a condução da pesquisa, o presente estudo adotou como referência as sete diretrizes de condução de pesquisas DSR sugeridas por Hevner et al. (2004), adaptadas por Lacerda et al. (2013) e sintetizadas na Figura 19.



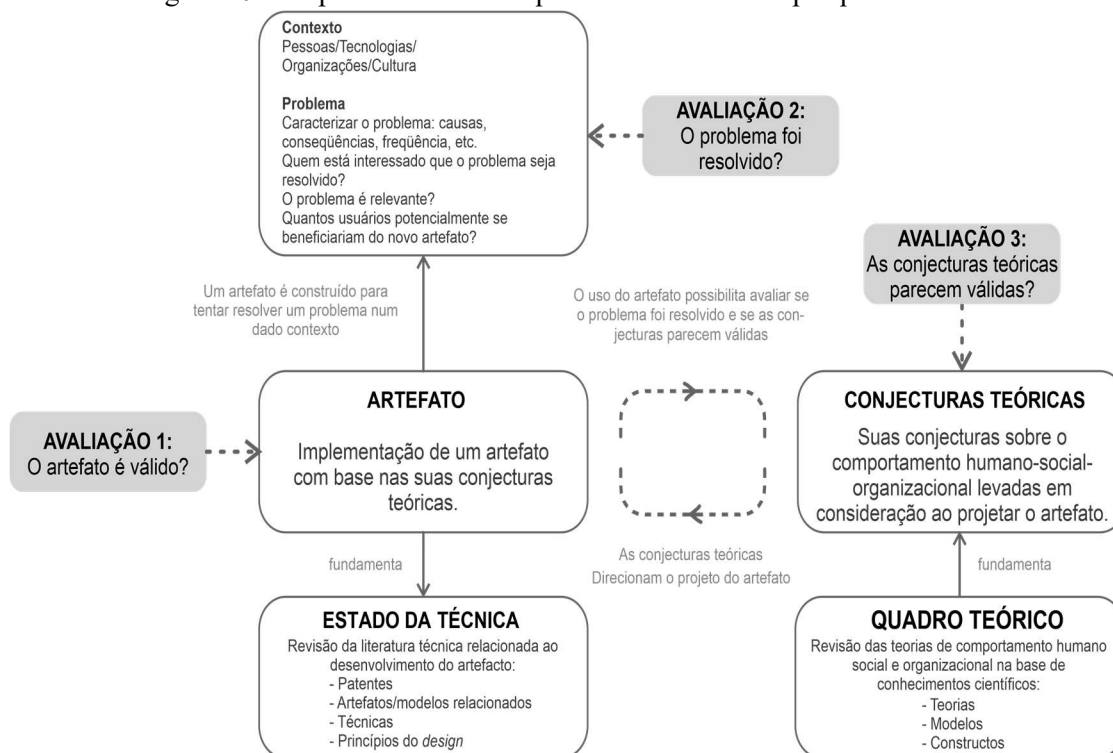
Fonte: Lacerda et al. (2013).

Importa citar que a escolha também considerou a descrição de Wieringa (2009) sobre o DSR ser indicado para solução de problemas aninhados. O autor propõe a decomposição de problemas práticos em subproblemas de conhecimento e práticas, chamando a atenção para o fato de que a estrutura lógica usada na resolução de problemas consiste em um tradicional ciclo

regulador que envolve as atividades de investigação do problema, o projeto de soluções, a validação da solução, a implementação da solução e a avaliação da implementação (com pequenas variações).

Na Figura 20, apresentam-se os principais elementos de uma pesquisa em DSR, a respeito de uma adaptação do mapa elaborado por Pimentel (2017b), com base em Wieringa (2014), e Hevner e Chatterjee (2010). O autor explora uma abordagem que considera a necessidade de os artefatos serem projetados para resolver problemas identificados em um dado contexto, considerado um conjunto de conhecimentos e de conjecturas sobre o mundo. Ele considera, também, a possibilidade do uso do artefato para a avaliação das conjecturas que direcionaram seu desenvolvimento e para a produção de conhecimento sobre o mundo (ciência).

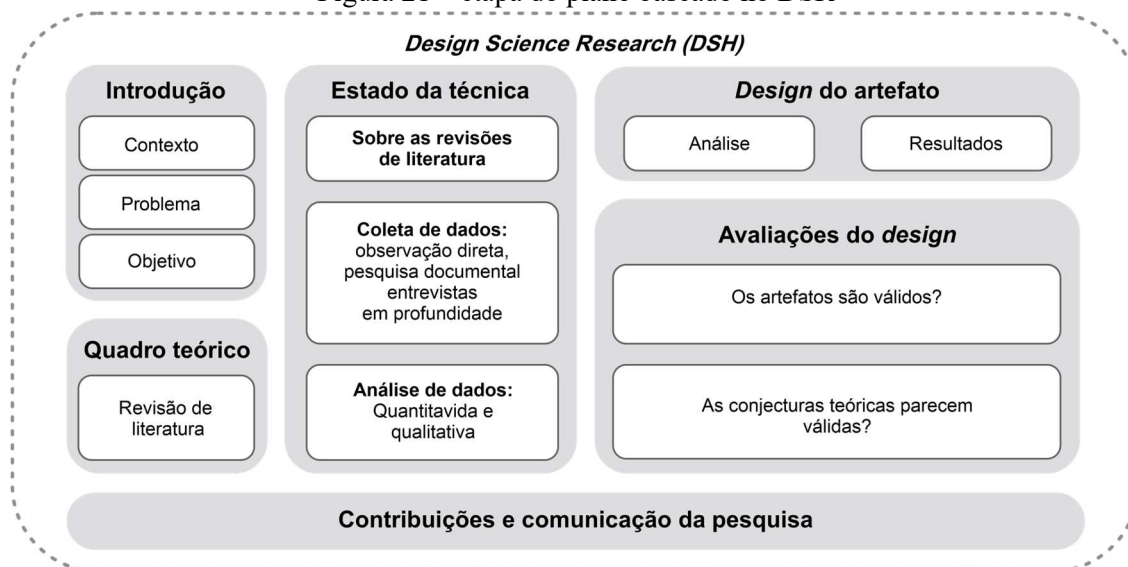
Figura 20 – mapa dos elementos que caracterizam uma pesquisa em DSR



Fonte: adaptada de Pimentel (2017b, p. 419).

Adotaram-se os fundamentos metodológicos do DSR, reunidos a partir das menções feitas pelos autores já citados nesta seção, como referencial neste estudo. Merece destaque o mapa de elementos sistematizados por Pimentel (2017b), reproduzido, com adaptações, na Figura 21. Com base nesses fundamentos, elaborou-se um plano composto por seis etapas e suas interações.

Figura 21 – etapa do plano baseado no DSR



Fonte: elaborada pela autora.

- a) Contexto – problema (objetivo): corresponde à tarefa de “*caracterizar o problema: causas, consequências, frequência etc.; quem está interessado que o problema seja resolvido?*” e o objetivo a ser alcançado, mencionada no retângulo superior da lateral esquerda da Figura 21. Essa tarefa, no que diz respeito à delimitação do contexto, do problema e do objetivo da pesquisa, foi cumprida e resultou na elaboração da seção 1- Introdução desta tese;
- b) Quadro teórico: equivale à tarefa “*revisão da literatura sobre teorias de comportamento humano social e organizacional na base de conhecimentos científicos: teorias, modelos e constructos*”, citado em um retângulo da lateral esquerda da Figura 21. O entendimento da autora é que cumpriu-se essa tarefa nas revisões de literatura com resultado apresentado na seção 2, sobre Auditoria e AudInf; na seção 3 sobre IFs; e na seção 4, revisão de literatura complementar;
- c) Estado da técnica: diz respeito à tarefa de “*revisão da literatura técnica relacionada ao desenvolvimento do artefato: patentes, artefatos relacionados, técnicas, princípios de design, e constructos*”, mencionada no retângulo no centro da Figura 21. Documenta-se o cumprimento dessa tarefa, principalmente, nesta seção, com detalhamento nas subseções 5.2 e 5.3. A revisão de literatura sobre os SOCs, sintetizada na seção 4.6, de forma complementar, auxilia o cumprimento dessa tarefa;
- d) Design do artefato: corresponde às tarefas “*artefato: implementação de um artefato com base nas conjecturas teóricas*” e “*conjecturas teóricas: conjecturas sobre o*

comportamento humano-social-organizacional levadas em consideração ao projetar o artefato” e suas interações. Citam-se essas tarefas no retângulo superior da lateral direita da Figura 21. É defendido que o cumprimento dessas tarefas está documentado na seção 6, intitulada Coleta, análise de dados e resultados, nos apêndices C, D e E. Além disso, inserem-se informações e documentos utilizados nos anexos A, B, C, D e E. Os apêndices e anexos também apresentam endereços para acesso de documentação adicional⁸⁵;

- e) Avaliações do design: após a proposição das diretrizes, iniciou-se o cumprimento de duas tarefas avaliativas, representadas na Figura 21 em um retângulo da lateral direita: (1) “os artefatos são válidos?”; (2) “as conjecturas teóricas parecem válidas?”. Relatou-se o início de cumprimento dessas tarefas na seção 6.5, intitulada “Design do artefato – avaliações do design”. A terceira questão mencionada na Figura 21, “o problema foi resolvido”, não se aplica nesse trabalho. Isso porque, pela complexidade da avaliação, sua resposta exigiria extensão da pesquisa, o que se sugere como proposta para pesquisas futuras;
- f) Contribuições e comunicação da pesquisa: ao final, para a conclusão da aplicação do DSR, indicado no retângulo inferior da Figura 21, realizou-se uma avaliação geral do percurso do estudo e os resultados obtidos. A comunicação dos resultados obtidos na investigação, em particular, comentários sobre as contribuições da pesquisa, consta na seção 8, sobre as considerações finais.

5.2 REVISÕES DE LITERATURA

A primeira etapa DSR, executada para formação do quadro teórico do presente estudo e, em particular, para cumprir os quatro objetivos específicos deste projeto, conta com a realização de revisões de literatura com resultado descrito nas seções 2, 3 e 4, por meio de consultas a bibliotecas, do catálogo de teses e dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de bases de dados de documentos científicos, principalmente as relacionadas a seguir:

- a) *Association for Information Science & Technology* (Assi&T);

⁸⁵ Os documentos utilizados na pesquisa (relatórios de Auditoria e acórdãos) estão disponíveis no endereço <<https://wordpress.com/view/auditoriatese.wordpress.com>>.

- b) *Association for Computing Machinery (ACM) ACM Digital Library* – Multidisciplinar (Internacional);
- c) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Biblioteca (BDTD);
- d) *Google Scholar (GS)*, disponível no endereço <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>;
- e) ISTA, EBSCO;
- f) *Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text (Lista, EBSCO)*;
- g) *Open Access and Scholarly Information System (OASIS.BR)*;
- h) Periódicos Brasileiros em Ciência da Informação (Brapci) – Disponível em endereço da World Wide Web (WWW): <https://www.brapci.inf.br/>;
- i) Repositório Institucional da Universidade de Brasília.
- j) Repositório Institucional Digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (RIDI);
- k) SciELO, disponível no endereço: <http://www.scielo.org>;
- l) *Scopus* – Multidisciplinar (Internacional);
- m) *Web of Science* – Coleção Principal (Clarivate Analytics);
- n) *Wiley Online Library*.

Realizaram-se buscas sobre Auditoria, AudInf, IFs e outros temas. Em casos particulares, realizaram-se buscas pontuais. No desenvolvimento da tese, por exemplo, houve uma revisão sistemática sobre ontologia da confiança, apresentada em Salgado, Cruz e Sousa (2022). Outro exemplo é o de uma revisão específica para levantar definições de AudInf e identificar a quantidade e a localização das publicações disponíveis sobre o tema. Para isso, em Jan 2022, houve uma consulta, em quatro bases de dados – Assi&T, Scopus, WoS e Google Acadêmico. Os termos escolhidos para a busca foram “Auditoria da Informação”, “*Information Audit*” e “*Information Auditing*”. O resultado é apresentado no *caput* da seção 2.3.

5.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Além da revisão de literatura relatada nas seções 2, 3 e 4, para cumprir os objetivos da pesquisa, do ponto de vista da apuração da técnica, foram previstas e realizadas: observação direta, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas (em profundidade). A seguir, apresentam-se os fundamentos dessas coletas e as técnicas de análise dos dados.

5.3.1 Pesquisa documental

A pesquisa documental é uma fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não. Os documentos podem ser primários ou secundários, e podem ser coletados quando o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. Além disso, a fonte de documentos pode ser arquivos públicos ou particulares (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 157 e 158).

Em geral, o trabalho do auditor relaciona as fontes de informação usadas e as técnicas de Auditoria aplicadas para formar a opinião dos profissionais sobre o objeto avaliado, principal produto da atividade. Nesse processo os documentos são fontes de informação relevantes e são produtos da Auditoria. Tais documentos, tanto utilizados quanto os produzidos, podem ser classificados como administrativos. Isso porque eles têm origem direta em demandas administrativas ou em respostas dos administradores aos órgãos de supervisão, controle e fiscalização.

Destaca-se que grande parte dos documentos utilizados e produzidos em Auditorias são confidenciais. Portanto, uma característica que precisa ser considerada na pesquisa documental é o grau de sigilo. Por esse motivo, apenas documentos considerados públicos compõe a amostra desta investigação. Essa limitação é minimizada pelo fato de que as informações disponibilizadas ao público, em geral, são exatamente as mais relevantes do ponto de vista dos conceitos relacionados à identificação das diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação.

Sobre a coleta de dados, ainda faz-se mister considerar que o universo é composto por documentos produzidos em trabalhos de Auditoria – pareceres, relatórios, acórdãos⁸⁶ – disponíveis em endereços eletrônicos das organizações que pertencem ao domínio de pesquisa, ou seja, de IFs, exclusivamente bancos e caixas econômicas,⁸⁷ e de órgãos de controle e de fiscalização sediados Brasil. É preciso, também, acrescentar documentos produzidos por empresas de consultoria e de Auditoria contratadas para a prestação de serviços pelas referidas instituições.

O dimensionamento do universo e da amostra é uma dificuldade dessa área de pesquisa, uma vez que há centenas de IFs no país e um número de documentos relativos às Auditorias e fiscalizações difícil de precisar. A dificuldade de definição de amostras nesses casos é reconhecida em Gil (2002) e em Beltrão e Nogueira (2011).

⁸⁶ Acórdão é uma decisão colegiada de um tribunal (TCU, 2019).

⁸⁷ Disponível no endereço https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento.

Diante da dificuldade, inicialmente, foi prevista a coleta de uma amostra de documentos das seguintes instituições: Caixa⁸⁸, Banco do Brasil⁸⁹, Bacen⁹⁰ e TCU⁹¹. A busca inicial, portanto, foi direcionada aos sítios eletrônicos (em Língua Inglesa, *websites*) dessas instituições. Entretanto, após revisão de literatura das IFs, apresentada na seção 3, para evitar distorções da avaliação em função da escolha preliminar de amostra exclusiva de instituições públicas, a amostra foi redefinida. Então, foi programada a coleta de documentos de IFs classificadas como bancos no mercado acionário, uma vez que, nesse mercado, a publicação de relatórios de Auditoria é obrigatória. E orientou-se a coleta de, pelo menos, 30⁹² documentos digitais decorrentes de trabalho de Auditoria. Descreveram-se os procedimentos realizados, ao final, na seção 6.1.

Para os procedimentos de análise documental, utilizaram-se ferramentas para suportar a elaboração de mapas conceituais e planilhas, em particular o Microsoft Excel e os *softwares* XMind 8⁹³ e MAXQDA *Analytics* Pro 2022⁹⁴. A escolha dessas ferramentas passou por processo de busca por recursos que pudessem contribuir para a eliminação de ambiguidades e a homogeneização terminológica para classificação de IFs no Brasil.

A ferramenta MAXQDA 2022 foi utilizada para extração de informações acerca dos tipos de IFs, suas características e relacionamentos⁹⁵. A escolha, feita pela disponibilidade dessa ferramenta, oferece recursos tanto para a análise quantitativa quanto qualitativa, necessário para a presente pesquisa. Além disso, utilizou-se, como método, análise de conteúdo na forma proposta por Bardin (2016). Essa definição considerou que, diferente de outras referências, esse método é amplamente utilizado no Brasil (SAMPAIO e LYCARIÃO, 2021, p. 8) e oferece

⁸⁸ Ver: <https://www.caixa.gov.br/Paginas/home-caixa.aspx>.

⁸⁹ Ver: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial#/>.

⁹⁰ Ver: <https://www.bcb.gov.br/>.

⁹¹ Ver: <https://portal.tcu.gov.br/inicio/>.

⁹² A determinação do tamanho de uma amostra está relacionada com os limites estabelecidos sobre os erros e a confiabilidade de estimativas. Em relação ao número de amostras, neste estudo foi decidido utilizar pelo menos 30 documentos, por ser considerado o fundamento de cálculo de tamanho de amostra apresentados por Neder (2008). Segundo ele, quando se seleciona aleatoriamente (amostra aleatória simples) uma amostra de tamanho $n > 30$ de uma população qualquer, é possível obter um valor médio das amostras com um intervalo de confiança de 95%.

⁹³ O XMind 8 está disponível no endereço <https://www.xmind.net/>. Acesso em 23 de janeiro de 2022.

⁹⁴ Referência ao *software* MaxQDA *Analytics* Pro 2022 (Release 22.0.1), disponível nos endereços <<http://www.maxqda.com/open-source-software>> e <<https://software.com.br/p/maxqda>>.

⁹⁵ A ferramenta utilizada foi o Explorador de Palavras, com busca da palavra “instituição” e formas lematizadas. Destacaram-se, então, as citações no entorno do termo “instituição financeira”. Exportaram-se, então, os registros para o *software* Microsoft Excel, em que foram geradas planilhas e ressaltadas as palavras relacionadas às categorias fundamentais do CRG.

recursos suficientes para uma análise detalhada dos documentos da amostra, conforme é exposto a seguir.

A análise de conteúdo, segundo Bardin, é um conjunto de técnicas organizadas em procedimentos sistemáticos que visa à descrição do conteúdo de mensagens, considerando indicadores quantitativos ou não (BARDIN, 2016, p. 42). A autora ressalta que fazer análise de conteúdo não é, apenas, descrever ou estabelecer categorias, mas sim identificar mensagens contidas no material analisado. Ela, ainda, destaca que a interpretação das mensagens é carregada de subjetividade do pesquisador, mas com uso da técnica tem fundamentação metodológica de análise.

São os elementos que Bardin apresenta para a análise e, entre as técnicas elencadas por ela, está a análise categorial; a mais utilizada e escolhida também para este trabalho. Essa técnica inclui diversos elementos e segmenta a análise nas etapas descritas a seguir. Segundo Bardin (2016):

- (1) pré-análise: inclui fazer uma leitura superficial, rápida, ou flutuante, dos documentos consultados, selecionar os documentos da amostra; encontrar os indicadores(conceitos) e as unidades de registro (palavras, frases, números), agrupar as unidades de registro em categorias. A autora esclarece que as categorias surgem a partir dos indicadores;
- (2) exploração: as categorias podem ser estabelecidas *a priori* ou não. As que não foram estabelecidas *a priori* são chamadas de emergentes;
- (3) tratamento: corresponde a inferências ou deduções lógicas. E inclui definir unidades de contexto, composta por frases e fazer categorização, que pode ser semântica (categorias temáticas – exemplo: ansiedade, descontração), sintática (os verbos, os adjetivos) e léxica (classificação das palavras de acordo com seu sentido) e expressiva (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem).

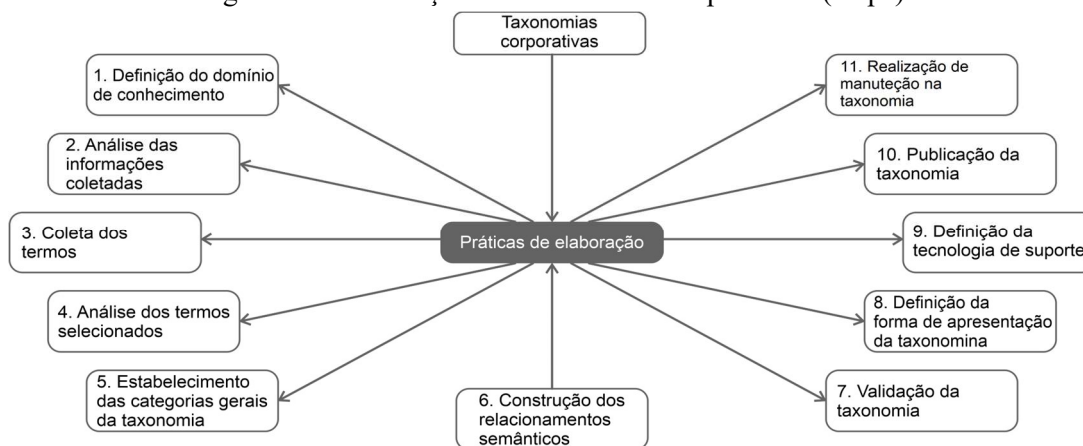
Cabe ainda mencionar que a pesquisa documental foi planejada inicialmente para auxiliar na identificação das necessidades informacionais (OE₅) dos auditores. Entretanto, foi também previsto que, associada à revisão de literatura, essa pesquisa deve subsidiar a descoberta de atributos de qualidade de informação, em particular dos requisitos para obtenção de informações confiáveis em trabalhos de Auditoria (OE₄) e para a formulação de diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação. Além disso, um trabalho não previsto inicialmente, mas

considerado necessário após a revisão de literatura prévia, foi o início de um processo de construção de taxonomia⁹⁶ para a caracterização de IFs (OE₃).

Importa esclarecer que as taxonomias são estruturas classificatórias úteis como instrumento para a organização e recuperação de informação. E, segundo Campos e Gomes (2007), seu uso tem sido adotado por oferecer recursos para facilitar a navegação em sistemas de informação. As autoras apresentam diretrizes para a construção de taxonomias. De acordo com elas, é possível diferenciar dois tipos de taxonomia como objeto das pesquisas atuais: (1) de domínio e (2) de processos e tarefas gerenciais. Elas orientam que a escolha deve avaliar o tipo de organização e de informações que se pretende representar.

A partir dessa orientação, direcionaram-se os esforços na busca de benefícios para auxiliar a eliminação de ambiguidades e para uma homogeneização terminológica de termos relacionados às IFs no Brasil. Então, considerou-se o resultado do estudo de Aganette, Alvarenga e Souza (2010); a proposição da metodologia descrita em Aganette (2010), esquematicamente ilustrada no mapa conceitual da Figura 22; e a proposta metodológica contida em Aganette e Teixeira (2017).

Figura 22 – construção de Taxonomias Corporativas (mapa)



Fonte: AGANETTE (2010).

Em Aganette e Teixeira (2017) apresenta-se uma proposta de construção de taxonomia, direcionada para o contexto corporativo, em oito etapas: (1) levantamento terminológico, (2) seleção de termos, (3) definição de termos, (4) definição das categorias; (5) ordem de citação

⁹⁶ O termo taxonomia é derivado do grego *taxis*, com sentido de ordem, associado ao grego *nomos*, que significa lei ou norma. Esse termo foi utilizado para referenciar a classificação lógica e científica dos seres vivos segundo proposto na obra *Systema*, publicada em 1735, pelo médico e botânico sueco Karl Von Linné (VITAL e CAFÉ, 2011). Desde então, a palavra taxonomia é usada para indicar uma forma de fazer classificação sistemática.

das categorias; (6) normalização gramatical, (7) validação da taxonomia e (8) manutenção da taxonomia. Neste estudo, na busca por caracterização de IFs, em função de sua natureza organizacional, adotou-se a proposta das autoras.

5.3.2 Observação direta

A observação é uma técnica utilizada para a coleta de informações e considera os sentidos na obtenção de aspectos específicos da realidade. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos em estudo (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 176). Nesta investigação, buscou-se realizar observação diretamente do funcionamento do Banco Palmas, durante visita à Comunidade Palmeiras, localizada em Fortaleza, no Estado do Ceará.

Destaca-se que o uso dessa técnica teve a finalidade exclusiva de observar o funcionamento de um banco comunitário e os elementos de atividade bancária presentes na atuação da entidade. A compreensão do funcionamento do banco comunitário, em especial para esclarecimentos sobre a classificação da entidade como IFs, foi percebida como necessária para cumprimento parcial do OE₃. O planejamento da observação direta incluiu buscar respostas às seguintes questões⁹⁷:

- a) quais as atividades são realizadas pelo banco? Como funcionam? São atividades bancárias?
- b) Quem é o proprietário do banco? Quem o administra? Qual é a estrutura de gestão?
- c) O banco é autorizado pelo Bacen?
- d) Quais são as bases legais para funcionamento do banco?

5.3.3 Entrevistas⁹⁸

No presente estudo, a escolha de consultas por meio de entrevistas considerou os argumentos de Vergara (2009) sobre sua utilidade para estudos qualitativos. Então, planejou-se a realização das entrevistas com base em diretrizes listadas por Goldenberg (2015, p. 61).

⁹⁷ Cabe esclarecer que as questões b), c) e d) foram incluídas para exploração na visita à instituição e na observação direta porque não houve sucesso na obtenção das respostas na preparação da visita. Apenas no contato com colaboradoras da instituição foram indicados documentos que possibilitaram obter as respectivas respostas. Considero imprescindível que se esclareça concretamente o que foi alvo da observação. Apenas o exposto em a)?

⁹⁸ O termo “entrevista” é utilizado no sentido expresso por Vergara (2009, p.3): é uma “*interação verbal, uma conversa, uma troca de significados, um recurso para se produzir conhecimento sobre algo*”.

Segundo a autora, no planejamento, deve-se ter em mente que cada questão precisa estar relacionada aos objetivos do estudo e ser enunciada de forma clara e objetiva, sem induzir nem confundir. Também observaram-se as orientações de Vergara (2009, p. 15). Para ele, o roteiro de entrevistas com questões abertas é útil para obter uma narrativa que expresse as opiniões, as percepções e as interpretações dos entrevistados.

Além de observar as diretrizes e orientações mencionadas, a opção de escolha de método associou análise de discurso coletivo, abordagem CS e da Técnica de Incidente Crítico. Com esse objetivo, dividiram-se as questões aplicadas na entrevista em cinco partes. A primeira parte é relativa à identificação dos entrevistados e as outras quatro foram elaboradas com base na Técnica de Incidente Crítico para explorar experiências vividas e comportamentos dos auditores em relação a temas relacionados a esta pesquisa. Além disso, com base em fundamentos da abordagem CS, em cada tema, o roteiro inclui perguntas relacionadas a situações percebidas, lacunas, pontes e elementos auxiliares, conforme descrito nas seções 2.5.2.

5.3.3.1 Abordagem CS e Técnica de Incidente crítico

Inicialmente, para a elaboração do roteiro da entrevista e suas questões, aplicou-se o conjunto de marcadores de referência, listado na abordagem CS, descrita na seção 2.5.2. Destaca-se que essa abordagem, com base em Naumer, Fisher e Dervin (2008), inclui a necessidade de identificar as situações percebidas pelas pessoas, as lacunas, as pontes e os elementos auxiliares. Também contempla a necessidade de examinar a convergência entre os elementos que compõem a relação de situação-lacuna-ponte-auxiliares.

Em síntese, essa aplicação teve reflexo na preparação e na execução das entrevistas. O uso dos marcadores CS, por exemplo, indicou pertinência de segmentação da entrevista em três momentos: (1º) apresentação; (2º) aplicação das questões; e (3º) encerramento. E resultou na segmentação das questões, propriamente dita, em quatro blocos temáticos, além da identificação do entrevistado: AudInf, IFs, necessidades informacionais e confiança. Por fim, inclusive na condução das entrevistas, houve direcionamento para consideração dos marcadores, em especial, os relacionados às práticas de comunicação, o foco em processos e verbos ao invés de descritores e substantivos, a busca por facilitar e encorajar diálogos significativos.

Para a construção do roteiro de entrevistas, considerou-se a técnica de entrevistas denominada técnica de incidente crítico ou técnica de entrevista de eventos comportamentais. Essa técnica se baseia no pressuposto de que, em uma tarefa específica, a melhor forma de prever o desempenho futuro de uma pessoa é a experiência vivida por ela em tarefas semelhantes. Assim,

na elaboração das questões de uma entrevista, deve ser previsto que o participante explique como ele enfrentou um evento específico no passado, sendo o evento uma situação real que o candidato experimentou e que tenha algum tipo de relacionamento com a posição a que se aplica (MAESTROVIRTUALE.COM, 2022).

Segundo Brandão (2017), um incidente crítico é uma situação ou evento que possui características, que o tornam crítico, distinto e relevante para o entendimento de um determinado fenômeno ou processo. Para a autora, na fase de preparação, é preciso delimitar o objeto de estudo, identificando a situação a ser observada, qual o incidente crítico a ser observado, qual a temporalidade dos incidentes críticos e quantos incidentes recolher.

No presente estudo, definiu-se que a situação a ser observada implicaria questões importantes para a exploração e busca de diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação envolvendo os quatro blocos temáticos de perguntas. E que o incidente crítico escolhido foi a experiência de um trabalho de Auditoria de informação considerado relevante para o entrevistado. Por isso, articulou-se o roteiro das entrevistas a uma experiência selecionada a critério do participante. Quanto à temporalidade, definiu-se que seria a critério do participante, desde que tenha ocorrido durante a atuação em Auditoria. Quanto ao número de incidentes, preliminarmente, estabeleceu-se que dependeria da metodologia escolhida para a seleção dos participantes. Enfim, essas definições foram necessárias para a sistematização do instrumento de coleta de informações, no caso o roteiro de entrevistas.

A adoção da técnica de incidentes críticos, em particular no que diz respeito às diretrizes listadas por Brandão (2017), corroborou a ideia de segmentação da entrevista em três momentos, indicada na adoção de marcadores CS. Pensou-se a segmentação, a princípio, em três partes: (1º) introdução, contendo as boas-vindas e orientações; (2º) chamada dos incidentes críticos, implementado na aplicação das questões, composto por questões necessárias à descrição da situação selecionada, incluindo elementos para a contextualização, a descrição de comportamentos e consequências, a expressão de sentimentos vivenciados e as motivações para a ação do participante naquela situação; e (3º) fechamento da entrevista, com encerramento, agradecimento e despedida.

Com essas referências, elaborou-se o roteiro de entrevistas incluindo uma estrutura de questões semiabertas, como forma de coletar dados para subsidiar o alcance do objetivo da tese. As questões incluíram a busca das diretrizes para uma Auditoria da Informação. Para isso, foram previstas questões diretas sobre diretrizes para a Auditoria percebidas pelos entrevistados, além de questões sobre necessidades informacionais dos auditores (OE₅) e a opinião deles sobre o(s) papel(is) da confiança, conceito fundamental identificado no exame da fundamentação

teórica da Auditoria (OE₁). Assim, elaborou-se o roteiro apresentado no Apêndice A. Antes da aplicação desse roteiro, aplicou-se um roteiro preliminar⁹⁹ para um teste piloto de entrevistas, com participação de cinco profissionais pertencentes ao público-alvo, definido a seguir.

Outra importante decisão relacionada às entrevistas foi a definição do público-alvo. A escolha implicou ouvir auditores em exercício e aposentados residentes no Brasil por meio da técnica de seleção de sujeitos chamada *snowball*¹⁰⁰ ou *snowball sampling*, que é indicada quando uma população é pequena ou o público-alvo é especializado (BIERNACKI e WALDORF, 1981). No caso dessa tese, ela se justifica, pois a atividade de Auditoria é especializada. A técnica prevê a primeira indicação intencional, a partir de rede de relações da pesquisadora, que inclui profissionais que trabalham ou trabalharam (aposentado) como auditores, de acordo com a indicação dos participantes.

Esclarece-se que a consulta a profissionais de IFs e órgãos de controle e de fiscalização sediados no Brasil tem relação com a delimitação do domínio em estudo. Essa decisão considerou que as IFs são entidades que possuem Auditorias com alto grau de maturidade e de formalização. Isso porque, como exposto na revisão de literatura da seção 2, a Auditoria dessas organizações é regulamentada por normas do Bacen e da CVM, além da autorregulação sob supervisão da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Adicionalmente, no caso de Auditoria Contábil, ela é mandatória por lei. Já os órgãos de controle e de fiscalização foram incluídos porque regulamentam e fiscalizam as Auditorias de IFs públicas, entre elas, dois importantes bancos públicos brasileiros, a Caixa e o Banco do Brasil.

Por fim, no planejamento das entrevistas, foi programado efetuar convites para participar do estudo por meio de telefone, redes sociais e correio eletrônico, assim como a partir de encontros presenciais. Além disso, em virtude da pandemia de Covid 19, o planejamento contemplou a realização de entrevistas individuais em duas modalidades: presencial e à distância.

⁹⁹ Para formação do roteiro de entrevistas definitivo, o roteiro preliminar sofreu duas alterações. As questões relacionadas a informações monetárias foram excluídas por ajuste do escopo da pesquisa, antes da qualificação. Além disso, as questões foram reordenadas para facilitar o fluxo da entrevista.

¹⁰⁰ “Bola de neve”, em Língua Portuguesa do Brasil.

5.3.3.2 Análise de discurso coletivo

Sobre a análise dos dados coletados, nesta investigação, utilizou-se a análise de discurso do sujeito coletivo, forma de representar e de produzir o pensamento de uma coletividade (MENDONÇA, 2007, p. 149). Isto é, coletou-se uma série de depoimentos e trabalharam-se as respostas até ser encontrado um discurso-síntese. Importa considerar que se trata de uma construção de discurso coletivo, não individual, e isso implica envolver observação do entorno do texto, não somente dos indivíduos, mas também outros textos produzidos ao redor e no relacionamento dos discursos individuais. Por isso, consideraram-se os dados colhidos na pesquisa documental e os dados de contexto relatados nas seções anteriores, em especial o contexto das IFs e da AudInf. Ao final da análise, construiu-se uma identidade dos argumentos em comum e as circunstâncias que os envolvam naquele momento (MENDONÇA, 2007, p. 153).

Para realizar a análise de discurso, há, atualmente, uma série de *softwares*, dentre eles as ferramentas comerciais como o NVivo¹⁰¹, Atlas.ti¹⁰² e MaxQDA, e ferramentas desenvolvidas em ambientes acadêmicos, a exemplo do WebQDA. Para uso nesta tese, foi adquirido *software* MAXQDA 2022, descrito na seção 5.3.1. Esse *software* é destinado à investigação qualitativa em geral que permite criar categorias, codificar, controlar, filtrar, fazer buscas e questionar os dados no intuito de obter respostas às questões de investigação. Essa ferramenta permite tratar dados oriundos das mais diversas fontes: relatórios, processos judiciais, documentos pessoais, notas de campo, fotografias, vídeos, depoimentos, documentos oficiais, entre outros.

As entrevistas têm a finalidade de subsidiar a identificação de necessidades informacionais para exercício profissional da AudInf em IFs (OE₅). Nesse caso, o foco é obter informações sobre a percepção dos entrevistados (OE₄). Além disso, as entrevistas também foram usadas para recolher subsídios para o reconhecimento do(s) papel(is) da confiança, um dos fundamentos para Auditoria e para AudInf (OE₁).

5.4 COMENTÁRIOS SOBRE A METODOLOGIA ADOTADA

Segundo Kothari (2004, p. 2), é de suma importância identificar a motivação para se fazer uma pesquisa. A motivação da realização desta pesquisa inclui duas base de sustentações. A primeira é a vivência da pesquisadora na Auditoria de TI em uma IF com oportunidade de

¹⁰¹ Disponível em <https://software.com.br/p/qsr-nvivo>.

¹⁰² Disponível em <https://software.com.br/c/fabricantes/atlas-ti>.

reflexões sobre a base teórica existente para as atividades de Auditoria. E a segunda está no contexto de transformação das atividades de Auditoria e do mercado financeiro, retratada nas seções 2 e 3.

A partir da iniciativa de fazer a pesquisa e da definição de seus objetivos, após consultas iniciais das metodologias disponíveis e posteriores adequações, utilizaram-se princípios e etapas do DSR. Então, para a fundamentação teórica da investigação, realizaram-se revisões de literatura sobre Auditoria, AudInf, instituições financeiras, necessidades informacionais e informações confiáveis. Posteriormente, para coleta de dados, realizaram-se pesquisa documental, observação direta e entrevistas. Na formulação do roteiro de entrevista, adotou-se a abordagem CS e a Técnica do Incidente Crítico; técnicas de análise, incluindo análise documental e a análise de conteúdo proposta por Bardin; e, para formulação do artefato final, elencou-se a análise do discurso coletivo.

E, por fim, como resultado, a expectativa é que a aplicação do conjunto de técnicas e métodos que compõem a metodologia adotada contribua significativamente para identificação de importantes diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação.

6. COLETA, ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Nesta seção apresentam-se os procedimentos e os resultados da coleta e da análise de dados realizada. Tais procedimentos assentaram-se nas etapas “*Design do artefato*” e “*Avaliações do Design*” da metodologia adotada. Realizaram e descreveram-se a seguir as tarefas propostas na metodologia para coleta e análise de dados. Ao longo da análise, com vistas à elaboração de diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação (“*artefato*”), às vezes, houve necessidade de consultar as seções de revisão de literatura e fazer novas buscas para complementar seu conteúdo.

6.1 PESQUISA DOCUMENTAL

A realização da pesquisa documental teve objetivo de auxiliar o cumprimento dos objetivos OE₄ e OE₅ e, com as buscas empreendidas ao longo do estudo, também foi possível a identificação de características das IFs no Brasil, o que contribuiu para o cumprimento do objetivo OE₃. Sintetizam-se os resultados obtidos na coleta dos documentos, na seleção de amostras e na análise dos dados nesta seção. Detalhes podem ser consultados nos apêndices e nos anexos relacionados às IFs, e respectivos *links*, particularmente com informações sobre: IFs na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, na Receita Federal e no Banco Central; IFs no mercado de valores mobiliários (Apêndice C); porte das IFs (Apêndice C); transformação digital na indústria financeira (Apêndice C); conglomerados financeiros (Anexo A); sedes de IFs sob supervisão do Bacen em funcionamento no país (Anexo B); classificação nacional de atividades econômicas (Anexo C); associados Febraban (Anexo D); e Rede Brasileira de Bancos Comunitários (Anexo E).

6.1.1 Comentários sobre a aplicação do roteiro de análise documental

Antes do resultado da análise de documentos propriamente dita, apresenta-se uma visão geral da aplicação do roteiro previamente elaborado para análise documental. Em primeiro lugar, é preciso informar que, embora tenham sido coletados diferentes tipos de documentos – leis, normas, pareceres, relatórios financeiros e relatórios de Auditoria –, como previsto na metodologia, a síntese apresentada nesta seção de análises e resultados contempla as informações sobre as instituições e os documentos produzidos nos trabalhos de Auditoria. Inseriram-se as

discussões sobre as leis, normas e padrões encontrados ao longo deste trabalho em revisão e complementação das seções de revisão de literatura, nas seções 2, 3 e 4. Nesta seção, analisam-se os relatórios de Auditoria e os acórdãos obtidos na fase de coleta de documentos.

Antecipadamente, sobre o perfil dos profissionais, cabe esclarecer que, embora a necessidade informacional seja influenciada por alguns fatores de perfil, inclusive a idade (LECKIE, PETTIGREW E SYLVAIN, 1996), esses dados não são públicos, por isso não foram incluídos no roteiro. Ainda a respeito dos perfis, não se localizaram as informações sobre certificações CISA, IIA, Cobit, e ISO na busca em sítios de acesso público. E nas consultas de Certificação Profissional Anbima (ANBIMA, 2023) e IBGC (2023), nenhum profissional que assinou RAs foi localizado nas listas divulgadas com acesso público¹⁰³.

6.1.2 Coleta de documentos

Na presente investigação, considerou-se a relevância dos atos documentais, conforme exposto na seção 2.6.2. E, em função da confidencialidade de grande parte dos documentos, incluíram-se, na investigação, apenas, documentos considerados públicos. Consideraram-se minimizados os prejuízos provocados por essa limitação, considerando-se que as informações disponibilizadas ao público em geral são exatamente as mais relevantes do ponto de vista dos conceitos envolvidos identificação das diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação.

Conforme a seção 2.6.3, uma característica presente nos trabalhos de Auditoria é a formalidade, que se reflete na exigência de emissão de documentos escritos. No entanto, mais uma vez, muitas vezes, o auditor trabalha com informações sensíveis com requisitos de sigilo. Dadas essas qualidades, na pesquisa documental realizada, com observação das notas de Marconi e Lakatos (2010), a coleta de dados realizada se restringiu a documentos escritos disponíveis em arquivos digitais públicos. E, também por características da atividade de Auditoria, todos os documentos coletados fazem referência a fatos ou fenômenos já ocorridos.

Para a seleção da documentação a ser analisada, houve um levantamento das fontes com documentos de interesse para a pesquisa. Avaliou-se a disponibilidade de fontes e dos possíveis critérios para a classificação e seleção de instituições financeiras. Com o levantamento,

¹⁰³ As consultas de Certificação Profissional Anbima foram feitas no portal da Anbima, página “área do profissional”, no endereço https://www.anbima.com.br/pt_br/educar/area-do-profissional-8A2AB2907025938B01703B095045583C.htm. E a consulta sobre certificados de GC foram feitas no portal do IBGC, no endereço <https://www.ibgc.org.br/destaques/oficial-certificacao-certificados-ibgc>. As consultas foram realizadas ao longo do mês de fevereiro de 2023 (ANBIMA, 2023).

identificaram-se alternativas de registro e classificação de IFs, dentre elas, o portal do Bacen; da Infraestrutura de mercado de ações, a B3; e do IBGE, o CNAE. Inicialmente, identificaram-se os conglomerados financeiros registrados no BACEN (2022c), na posição de 29 de julho de 2022, conforme listadas no Anexo A e quantificadas na Tabela 4. Na lista das instituições, classificaram-se os participantes dos conglomerados em quatro tipos: líder, participantes, *holding* não IF e líder/*holding*.

Tabela 4 – conglomerados financeiros

Classe do conglomerado	Quantidade
Privado Nacional com Controle Estrangeiro	86
Privado Nacional	195
Estrangeiro	14
Público Estadual	8
Público Federal	10
Privado Nacional com Participação Estrangeira	33
Total	346

Fonte: elaborada pela autora.

Também listaram-se instituições sob supervisão do BACEN, em funcionamento no país e classificadas como “Bancos Comerciais, Múltiplos e Caixa Econômica”, conforme Anexo B, na posição de 29 de julho de 2022. De acordo com os dados dessa listagem, é possível identificar sete segmentos de instituições, listados na Tabela 5, e a quantidade de sedes por estados, situados na Figura 23.

Tabela 5 – quantidade de instituições por segmentos

Segmento	Quantidade
Banco Múltiplo	134
Banco Comercial	14
Banco Múltiplo Cooperativo	2
Banco Comercial Estrangeiro - Filial no país	5
Banco do Brasil – Banco Múltiplo	1
Banco de Câmbio	5
Caixa Econômica Federal	1
Total	162

Fonte: elaborada pela autora.

Figura 23 – quantidade de sede de instituições por estado



Fonte: elaborada pela autora.

Além da consulta ao Bacen, consultou-se a lista de IFs no sítio da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2022), que resultou na lista de 115 instituições, lançada no Anexo D; na lista de 120 instituições da rede E-dinheiro (E-DINHEIRO BRASIL, 2023), conforme Anexo E; e a lista de 29 instituições classificadas como banco no portal da B3, conforme Apêndice C - seção E.7, que apresenta um quadro síntese de empresas na B3.

6.1.3 Seleção da amostra

Conforme expresso na seção 5.3.1, para o dimensionamento do universo e da amostra, seria necessário enfrentar o desafio de precisar a quantidade de documentos relativos às Auditorias e fiscalizações em centenas de IFs existentes no país. Para enfrentar esse desafio, a proposta inicial era a de utilizar documentos de sítios eletrônicos de quatro instituições: Caixa, Banco do Brasil, Bacen e TCU.

Entretanto, para considerar instituições públicas e privadas, no decorrer da pesquisa, percebeu-se a necessidade de procurar alternativas. Então, optou-se por trabalhar com as IFs classificadas como bancos no mercado acionário. Essa escolha reflete o fato de, nesse mercado, a publicação de relatórios de Auditoria ser obrigatória. Então, como ponto de partida para a seleção da amostra, a definição do projeto foi considerar o universo de documentos produzidos

em trabalhos de Auditoria – pareceres, relatórios, acórdãos, que estivessem disponíveis em endereços eletrônicos dos bancos e órgãos de controle e de fiscalização sediados no Brasil.

Nesse processo adotaram-se os procedimentos iniciais do método de análise de conteúdo proposto por Bardin, isto é, primeiro, na análise preliminar, realizou-se uma leitura rápida dos documentos consultados; posteriormente, elencaram-se as entidades e, em seguida, os documentos para análise.

Assim, selecionaram-se 29 entidades¹⁰⁴, listadas na B3 no segmento bancos, do subsetor Intermediação Financeira, do segmento financeiro (B3, 2022a) e acrescentada a Caixa que, apesar de não estar entre os bancos da B3, está entre as IFs classificadas como sistemicamente importantes para o País, conforme descrito na seção 3.2. Destaca-se que, a partir da seleção da amostra, o CNPJ foi a principal chave de busca utilizada para obter dados sobre as instituições, com vista a obter respostas às questões propostas no roteiro de análise documental, em particular no “Bloco III – Instituições financeiras – características”. As respostas a essas questões são resumidas nessa seção.

No Quadro 17, há uma lista das entidades que compõe a amostra. E, alguns detalhes chamaram a atenção. Dentre eles a diversidade de siglas do termo “Sociedade Anônima”. Diferentemente do S.A, consta, por exemplo AS e S/A. Houve conferência e essas siglas constam da forma descrita em documentos oficiais (RFB, 2022). Considerou-se observação no conteúdo da última coluna, sobre o segmento do conglomerado Prudencial: as linhas preenchidas com o símbolo “-” indicam que as instituições não estão incluídas em nenhum conglomerado.

Quadro 16 – instituições selecionadas para amostra

CNPJ			Nome	Abreviatura	Segmento ¹⁰⁵	Prudencial ¹⁰⁶
28.195.667	0001	06	Banco Abc Brasil S.A	ABC Brasil	N2	S3
17.167.396	0001	69	Alfa Holdings S.A.	Alfa Holdings	Tradicional	-
60.770.336	0001	65	Banco Alfa De Investimento S.A.	Alfa Inv	Tradicional	S3
61.186.680	0001	74	Banco Bmg S. A	Bmg	N1	S3
00.416.968	0001	01	Banco Inter S.A.	Inter	N2	S3
CNPJ			Nome	Abreviatura	Segmento	Prudencial
59.285.411	0001	13	Banco Pan S.A.	Pan	N1	S1

¹⁰⁴ O termo entidade é utilizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela B3 e pela RFB para designar Pessoas físicas (PF) ou Pessoas Jurídicas (PJ). Nesse apêndice é usado para referência às IFs.

¹⁰⁵ Os níveis estão informados nessa coluna estão descritos na seção E5 do Apêndice E.

¹⁰⁶ Os níveis estão informados nessa coluna estão descritos no Apêndice D.

13.009.717	0001	46	Banco do Estado de Sergipe S/A	Banese	Tradicional	S4
28.127.603	0001	78	Banestes SA Banco do Estado do Espírito Santo	Banestes	Tradicional	S3
04.913.711	0001	08	Banco do Estado do Para S A	Banpara	Tradicional	S3
92.702.067	0001	96	Banco do Estado do Rio Grande do Sul AS	Banrisul	N1	S2
04.902.979	0001	44	Banco Da Amazonia As	BASA	Tradicional	S3
10.739.356	0001	03	Br Advisory Partners Participações S.A.	Br Advisory Partners	N2	-
60.746.948	0001	12	Banco Bradesco S.A.	Bradesco	N1	S1
00.000.000	0001	91	Banco do Brasil S.A.	BB	Nm	S1
00.000.208	0001	00	BRB Banco De Brasília AS	BRB	Tradicional	S3
30.306.294	0001	45	Banco BTG Pactual S.A.	BTG	N2	S1
00.360.305	0001	04	Caixa Econômica Federal	CAIXA	Nm ¹⁰⁷	S1
07.450.604	0001	89	China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A	CCBB	Dispensado	S3
42.737.954	0001	21	Inter Platform, Inc.	Inter co	Bdr Patrocinado	-
61.532.644	0001	15	Itausa S.A.	Itausa	N1	-
60.872.504	0001	23	Itaú Unibanco Holding S.A.	Itaú	N1	S1
17.184.037	0001	10	Banco Mercantil do Brasil AS	Mercbrasil	N1	S3
34.169.557	0001	72	Banco Mercantil de Investimentos SA	Mercinvest	Tradicional	S3
30.723.886	0001	62	Banco Modal S.A.	Modal	Mn	S4
07.237.373	0001	20	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	BNB	Tradicional	S2
24.410.913	0001	44	Nu Holdings Ltd.	Nubank	Dr3	-
14.388.334	0001	99	Paraná Banco S/A	Parana	Tradicional	S4
62.144.175	0001	20	Banco Pine S/A	Pine	N2	S3
90.400.888	0001	42	Banco Santander (Brasil) S.A.	Santander	Tradicional	S1
60.889.128	0001	80	Banco Sofisa S.A.	Sofisa	Dispensada	S4

Fonte: elaborada pela autora.

Além disso, na consulta às instituições autorizadas, reguladas ou supervisionadas pelo Bacen (2022b), verificou-se que 25 entidades constam como autorizada para funcionar. No Quadro 17, apresentam-se dados do conglomerado. Na RFB, essas entidades, segundo a

¹⁰⁷ Classificação atribuída apenas para a Caixa Seg.

classificação CNAE (IBGE, 2012), são do setor econômico “financeiro”, do subsetor “setor econômico”, do segmento “bancos”. Nessa consulta, outras cinco – Alfa Holding, Br Partners, Itaúsa, Nu-Nubank e Bco Inter Co, retornam a mensagem “Nunca esteve na condição de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil”. Dados adicionais sobre essas IFs podem ser consultados também nos Apêndices C, D e E, que contêm características das IFs, conforme previsto no Bloco III do Roteiro de Análise Documental, inclusive tipo de instituição, natureza jurídica, serviços prestados, carteiras mantidas e descrição da instituição e do contexto em que está inserida.

Ademais, ressalta-se que duas entidades estão cadastradas no Bacen como bancos de investimento: Banco Mercantil de Investimentos e Banco Alfa de Investimento. Apesar de tais constatações, a amostra foi mantida para a captura dos relatórios de Auditoria. Até para verificar como essas informações são tratadas pela Auditoria Independente e, como resultado, não foi identificada diferença no tratamento.

A partir do registro cadastral dessas instituições no mercado acionário, é possível identificar outras características das entidades da amostra (B3, 2022b). Ressalta-se que, embora cadastradas na B3, os formulários de cadastro de quatro entidades não estavam disponíveis quando as consultas foram realizadas. São elas: Bco Sofisa S.A, China Construction Bank (Brasil) Bco Multiplo S.A, Bco Inter Co e Itaúsa S.A. Além disso, é preciso frisar que a Caixa Econômica Federal, que tem sede em Brasília/DF, é uma empresa 100% pública e, por isso, não é cadastrada na CVM. No Quadro 18, listam-se algumas características extraídas dos formulários cadastrais disponíveis para as entidades da amostra. Dentre as classificações comuns dessas entidades, é possível destacar que são companhias abertas e estão com registro ativo na CVM.

Quadro 17 – características das entidades da amostra

Entidade	Classe do Conglomerado	Nome do Conglomerado	Tipo Participação
Abc Brasil	Privado Nacional com Controle Estrangeiro	Abc-brasil	Líder
Alfa Holding	Privado Nacional	Alfa	Participante
Alfa Invest	Privado Nacional	Alfa	Líder
Amazonia	[Não é conglomerado] -		
Banco BMG	Privado Nacional	Bmg	Líder/holding
Banco Inter	Privado Nacional	Inter	Líder
Banco Pan	Privado Nacional com Participação Estrangeira	Btg pactual	Participante
Banese	[Não é conglomerado] -		

Entidade	Classe do Conglomerado	Nome do Conglomerado	Tipo Participação
Banestes	Público Estadual	Banestes	Líder/holding
Banpara	[Não é conglomerado]	-	-
Banrisul	Público Estadual	Banrisul	Líder/holding
Bco Inter Co	[Não é conglomerado]	-	-
Bco Sofisa S.A.	Privado Nacional	Sofisa	Líder/holding
Br Partners	[Não é conglomerado]	-	-
Bradesco	Privado Nacional	Bradesco	Líder
Brasil	Público Federal	BB	Líder/holding
BRB Banco	Público Estadual	BRB	Líder/holding
Btgp Banco	Privado Nacional com Participação Estrangeira	Btg pactual	Líder/holding
Caixa Econômica Federal	Público Federal	Caixa Econômica Federal	Líder
China Construction Bank (Brasil) Bco Multiplo S.A.	Estrangeiro	CCB	Líder/holding
Itaú Unibanco	Privado Nacional	Itau	Líder
Itausa	Privado Nacional	Itau	Holding não IF
Merc Brasil	Privado Nacional	Mercantil do Brasil	Líder/holding
Merc Invest	Privado Nacional	Mercantil do Brasil	Participante
Modalmais	Privado Nacional	Modal	Líder
Nord Brasil	[Não é conglomerado]		
Nubank	[Não é conglomerado]		
Parana	Privado Nacional	Paraná banco	Líder/holding
Pine	Privado Nacional	Pine	Líder/holding
Santander Br	Privado Nacional com Controle Estrangeiro	Santander	Líder/holding

Fonte: elaborada pela autora, com base em dados extraídos de Bacen (2022b).

Sobre as sedes das entidades, acrescenta-se que, em alguns casos, o controle do conglomerado cabe a instituições sediadas fora do país. Estão, nessa situação, o CCBB, controlado pela *holding* CCB – Prudencial, situada em Pequim, na República Popular da China; o Banco ABC Brasil S.A., controlado pelo *Bank ABC*, situado em Georgetown, nas Ilhas Cayman; o Banco Santander (Brasil) S.A., controlado pelo Banco Santander Espanha, que tem sede em

Santander, na Espanha; e o Banco Modal S.A, que tinha um segmento exclusivo controlado pelo falido¹⁰⁸ *Credit Suisse*, com sede em Zurique, na Suíça.

Importa destacar os dados constantes nos Quadros 18 e 19, com características das entidades da amostra e com informações cadastrais, a fim de realçar a complexidade da classificação dessas entidades. É possível, por exemplo, verificar diferenças entre os registros de controle acionário de conglomerados e de entidades, a exemplo do Santander Brasil, que é um conglomerado “Privado Nacional com Controle Estrangeiro” e se declara no formulário cadastral como um banco “Estrangeiro *Holding*”. Também são notáveis as diferenças de classificação internas ao mercado acionário. A exemplo da Alfa Holdings S.A. que, em seu cadastro, se declara “Emp. Adm. Part. - Intermediação Financeira” e na B3, como “banco”.

Quadro 18 – amostra (informações cadastrais)

Nome Empresarial	Sede	País de origem	Espécie de controle acionário	País de custódia - valores mobiliários	Setor de atividade
Alfa Holdings S.A.	São Paulo/SP	Brasil	Privado Holding	Brasil	EAP ¹⁰⁹ - Intermediação Financeira
Banco Inter S.A.	Belo Horizonte/MG	Brasil	Privado	Brasil	Bancos
Bco Est Espírito Santo Banestes S.A.	Vitória/ES	Brasil	Estatal	Brasil	Bancos
Bco Abc Brasil S.A.	São Paulo/SP	Brasil	Estrangeiro Holding	Brasil	Bancos
Br Advisory Partners Participações S.A.	São Paulo/SP	Brasil	Privado	Brasil	EAP - Bancos
Bco Alfa de Investimento S.A.	São Paulo/SP	Brasil	Privado	Brasil	Bancos
Bco Amazonia S.A.	Belém/PA	Brasil	Estatal	Brasil	Bancos
Banco BMG S/A	São Paulo/SP	Brasil	Privado	Brasil	Bancos
Bco Bradesco S.A.	Osasco/SP	Brasil	Privado	Brasil	Bancos
Bco Brasil S.A.	Brasília/DF	Brasil	Estatal	Brasil	Bancos
Bco Btg Pactual S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Brasil	Privado	Brasil	Bancos
Bco Estado de Sergipe S.A. - Banese	Aracaju/SE	Brasil	Estatal	Brasil	Bancos

¹⁰⁸ O recente escândalo do Credit Suisse está descrito na seção 3.3.3.

¹⁰⁹ A sigla EAP é utilizada nesta tabela para representar Empresa de Administração e Participação.

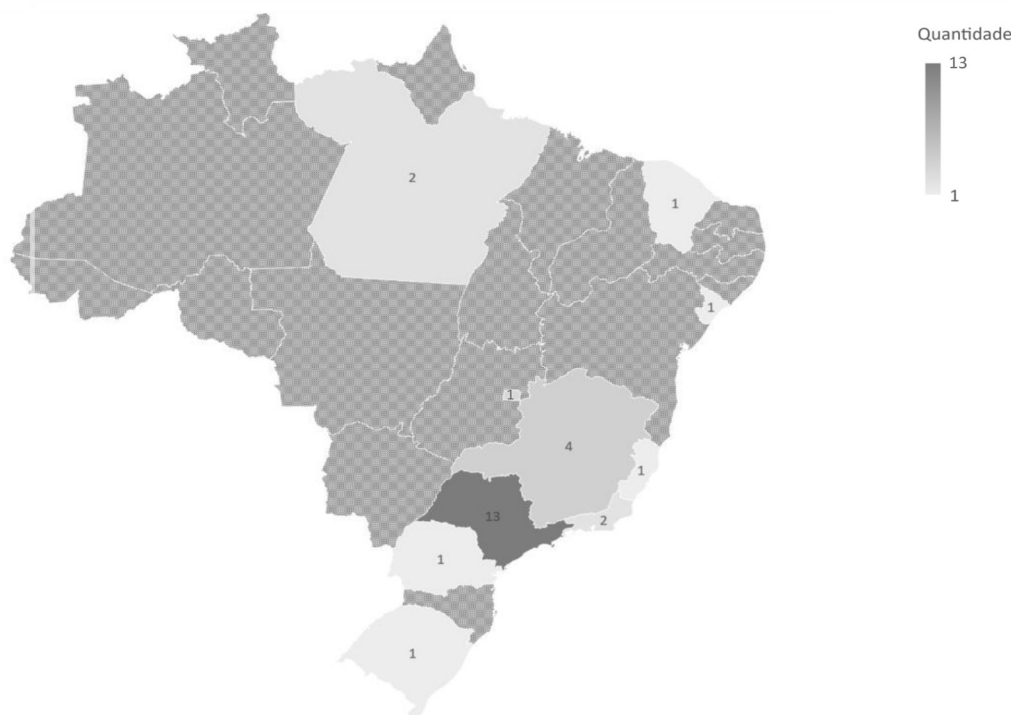
Nome Empresarial	Sede	País de origem	Espécie de controle acionário	País de custódia - valores mobiliários	Setor de atividade
Bco Estado do Para S.A.	Belém PA	Brasil	Estatal	Brasil	Bancos
Bco Estado do Rio Grande Do Sul S.A.	Porto Alegre/RS	Brasil	Estatal	Brasil	Bancos
Bco Mercantil de Investimentos S.A.	Belo Horizonte/MG	Brasil	Privado	Brasil	Bancos
Bco Mercantil do Brasil S.A.	Belo Horizonte/MG	Brasil	Privado	Brasil	Bancos
Bco Nordeste do Brasil S.A.	Fortaleza/CE	Brasil	Estatal	Brasil	Bancos
Bco Pan S.A.	São Paulo/SP	Brasil	Privado	Brasil	Bancos
Bco Pine S.A	São Paulo/SP	Brasil	Privado	Brasil	Bancos
Bco Santander (Brasil) S.A.	São Paulo/SP	Brasil	Estrangeiro <i> Holding</i>	Brasil	Bancos
BRB Bco de Brasília S.A.	Brasília/DF	Brasil	Estatal	Brasil	Bancos
Itaú Unibanco Holding S.A.	São Paulo/SP	Brasil	Privado	Brasil	Bancos
Modal S.A	Rio de Janeiro/RJ	Brasil	Privado	Brasil	Bancos
Nu Holdings Ltd.	Grand Cayman	Ilhas Cayman	Estrangeiro <i> Holding</i>	Estados Unidos	Bancos
Parana Bco S.A.	Curitiba/PR	Brasil	Privado	Brasil	Bancos

Fonte: elaborada pela autora.

Sobre a localização das IFs da amostra, importa registrar que tais instituições possuem rede de atendimento que podem alcançar todo o território nacional. Porém, o Bacen possui registro da cidade sede das instituições autorizadas a funcionar no país. Em consulta ao registro do Bacen (2022b), complementados com a informação constante nos relatórios de Auditoria das instituições, a distribuição quantitativa das sedes de IFs da amostra estão indicadas no mapa da Figura 24. A exceção é a sede do Nu *Holdings* Ltd., que tem sede localizada nas Ilhas Cayman. Essa instituição permaneceu na amostra porque nos relatórios emitidos a localização da firma de Auditoria contratada é São Paulo, cidade brasileira. A importância da sede é seu reflexo no conjunto de leis e normas que a entidade deve obedecer, em particular no ato de prestação de contas.

Um aspecto considerado para a manutenção da IF selecionadas foi o porte dessas instituições. Detalhamento dos dados obtidos sobre o porte das IFs pode ser consultado no Apêndice C, porém, para evidenciar a posição dessas organizações, na Tabela 6, a seguir, destacam-se as dez instituições de maior Ativo Total, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido. Nos três parâmetros, todas as entidades estão na amostra. O que se considerou um parâmetro indicador de significância da amostra selecionada.

Figura 24 – localização das IFs selecionadas para amostra



Fonte: elaborada pela autora.

Selecionadas as IFs, outro aspecto observado foi a instituição emissora dos relatórios de Auditoria. Foram obtidos principalmente documentos assinados por firmas de Auditoria independente, pelo TCU e pela CGU. No que se refere à supervisão bancária, a busca realizada no portal do Bacen está descrita na seção 6.1.5, mas destaca-se que não foi possível obter relatórios de Auditoria emitidos pelo órgão, uma vez que tal instituição mantém sigilo dos documentos de avaliação das IFs.

Tabela 6 – porte das instituições financeiras

Ativo Total		
CNPJ	Nome empresarial	Valor
00000000	Banco do Brasil S.A.	R\$ 1.849.474.216,00
00360305	Caixa Econômica Federal	R\$ 1.448.814.858,00
60746948	Banco Bradesco S.A.	R\$ 1.400.970.960,00
90400888	Banco Santander (Brasil) S.A.	R\$ 914.417.006,00

30306294	Banco BTG Pactual S.A.	R\$ 281.626.302,00
60872504	Itaú Unibanco Holding S.A.	R\$ 162.031.327,00
92702067	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	R\$ 104.264.566,00
07237373	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	R\$ 60.302.034,00
59285411	Banco Pan S.A.	R\$ 48.433.409,00
28195667	Banco ABC Brasil S.A.	R\$ 43.394.141,00

Patrimônio Líquido

CNPJ	Nome empresarial	Valor
60746948	Banco Bradesco S.A.	R\$ 147.121.011,00
60872504	Itaú Unibanco Holding S.A.	R\$ 144.564.300,00
00000000	Banco do Brasil S.A.	R\$ 134.225.898,00
90400888	Banco Santander (Brasil) S.A.	R\$ 83.747.951,00
00360305	Caixa Econômica Federal	R\$ 76.154.968,00
30306294	Banco BTG Pactual S.A.	R\$ 37.379.747,00
92702067	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	R\$ 9.046.217,00
00416968	Banco Inter S.A.	R\$ 8.488.640,00
07237373	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	R\$ 7.479.028,00
59285411	Banco Pan S.A.	R\$ 5.798.633,00

Lucro Líquido

CNPJ	Nome empresarial	Valor
60872504	Itaú Unibanco Holding S.A.	R\$ 13.443.442,00
00000000	Banco do Brasil S.A.	R\$ 9.849.986,00
60746948	Banco Bradesco S.A.	R\$ 9.818.626,00
90400888	Banco Santander (Brasil) S.A.	R\$ 7.900.433,00
00360305	Caixa Econômica Federal	R\$ 5.621.478,00
30306294	Banco BTG Pactual S.A.	R\$ 3.118.845,00
07237373	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	R\$ 908.070,00
04902979	Banco da Amazonia S.A.	R\$ 435.201,00
92702067	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	R\$ 404.374,00
59285411	Banco Pan S.A.	R\$ 381.814,00

Fonte: (BACEN, 2022c)

No Quadro 20, listam-se as empresas de Auditoria Independente que assinaram os RAs incluídos na amostra. O enquadramento das IFs em cada segmento pode ser encontrado no IF.data, para isso selecionar: Data-base = 12/2021, Tipo de instituição = Instituições individuais Relatório = Resumo (BACEN, 2022c).

Quadro 19 – empresas de Auditoria Independente

Abreviatura	Nome	CRC	CNPJ na CVM
DELOITTE	<i>Deloitte Touche Tohmatsu</i> Auditores Independentes	2SP011609 /O-8	49.928.567/0001-11
E&Y	Ernst & Young Auditores Independentes	2SP034519/O-6	61.366.936/0001-25
Grant	Grant Thornton Auditores Independentes	2SP-025.583/O-1	10.830.108/0001-65
KPMG	KPMG Auditores Independentes	2SP014428/O-6	57.755.217/0001-29
Price	<i>PricewaterhouseCoopers</i> Auditores Independentes Ltda	2SP000160/O-5	61.562.112/0001-20
BDO	Bdo Rcs Auditores Independentes	2SP013846/0-1	54.276.936/0001-79

Fonte: adaptada de informações disponíveis no portal B3 (B3, 2022c).

Por fim, é preciso esclarecer que se coletaram documentos de 2019 a 2021, considerados os três anos anteriores a abril de 2022, início da coleta de documentos¹¹⁰. E definiu-se o período de três anos por ser compatível com o espaço temporal utilizado na ligação de acoplamento bibliográfico, técnica de análise indicada para encontrar novas áreas de pesquisa e segmentos ainda não identificados e que também pode colaborar a identificação das principais frentes de pesquisa sobre o tema (MARIANO e ROCHA, 2017).

6.1.4 Análise de dados

A apresentação da análise dos relatórios coletados, em função da diferença de formatação, é feita em agrupamentos de documentos por entidade emissora. Em cada agrupamento, extraíram-se as características gerais dos documentos e informações sobre os procedimentos de Auditoria realizados pelos profissionais. A análise foi guiada pelo roteiro apresentado no Apêndice B, mas importa ressaltar que a análise não foi linear. Assim como previsto na metodologia DSR, descrita na seção 5.1, repetiram-se as etapas e suas interações, de forma que o cumprimento das tarefas foi feito de forma iterativa.

Para análise de cada um dos documentos e do conjunto de documentos, observou-se o método de análise de conteúdo proposto por Bardin. Assim, selecionados os documentos a partir de uma rápida e prévia leitura, identificaram-se padrões e categorias, que são chamadas de “código” na ferramenta MAXQDA 2022, utilizada na análise documental dos RAs da Auditoria Independente. Também se encontraram indicadores importantes no resultado de uma Auditoria,

¹¹⁰ A lista completa de documentos analisados é apresentada no *link* constante no Apêndice E.

a exemplo de “com ressalva”, “sem ressalva” e “ênfase”. Entretanto, em função das particularidades dos documentos emitidos por cada uma das entidades emissoras, os resultados da aplicação do roteiro de análise são apresentados nas próximas seções.

Após a análise, separadamente, por entidade emissora, realizam-se novas análises e os resultados reagrupados e sintetizados. Além disso, posteriormente, o resultado se somou aos dados da observação direta, da revisão de literatura e das entrevistas para construção de um resultado coletivo, com observação do comportamento humano-social-organizacional.

6.1.5 Supervisão bancária – Banco Central

As avaliações realizadas pelo Bacen têm a finalidade de auxiliar no cumprimento de seus objetivos de zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro. Tais objetivos, de acordo com o TCU (2016), têm vinculação com o conceito de supervisão do SFN e, *lato sensu*:

pode ser definido como o conjunto de atividades que envolve a sua organização, a regulação de seu funcionamento, a sua fiscalização (também entendida como supervisão *stricto sensu*) e as medidas de resolução para seu saneamento, tendo como propósito assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente (TCU, 2016, pp.3 e 4)

Como responsável pela supervisão, o Bacen realiza avaliações das mais diversas entidades que participam do sistema. A consulta por informações e documentos publicados pelo Banco foi feita no portal oficial da instituição, disponível no endereço <https://www.bcb.gov.br/>. No resultado, identificaram-se documentos da Auditoria Interna do próprio Banco e publicações relacionadas a dados da Economia, a exemplo de atas do Copom, Relatório de Inflação, Estudos especiais do Banco Central, Relatório de Mercado – Focus, Relatório de Economia Bancária e Relatório de Estabilidade Financeira. Também foi possível verificar o total anual de aplicação de penalidades em IF e em firmas de Auditoria Independente. O tipo e a quantidade de penalidades registrados nos anos de 2019 a 2021, estão informados na Tabela 7.

Tabela 7 – Bacen (penalidades aplicadas 2019, 2020 e 2021)

Tipo de instituição	Advertência	Arquivamento	Inabilitação	Multa	Proibição Para Atuar	Arquivamento Por Termo de Compromisso	Total
Arrendamento Mercantil	0	0	0	1	0	0	1
Audítores Independentes	2	0	0	14	3	0	19

Tipo de instituição	Advertên cia	Arquivame nto	Inabilitaç ão	Multa	Proibição Para Atuar	Arquivamento Por Termo de Compromisso	Total
Bancos - Comercial / Múltiplo	2	47	15	59	0	21	144
Bancos de Investimento / Desenvolvimento	0	18	1	3	0	0	22
Outras entidades	13	249	276	1983	0	46	2567
Total	17	314	292	2060	3	67	2753

Fonte: adaptada de informações disponíveis em BACEN (2023c).

Além desses dados, informações das entidades foram obtidas no portal do Bacen, em especial no If.data (BACEN, 2022c). Entretanto, verificou-se que os relatórios de Auditoria das IFs e outros documentos relativos aos resultados de Auditoria e inspeção emitidos pelo Banco Central são direcionados a unidades internas do banco e não são públicos. Por isso, a aplicação do roteiro de análise ficou prejudicado nesse caso.

Acessaram-se algumas informações sobre os trabalhos realizados pelo Bacen por meio do Acórdão 612/2016 – Plenário (TCU, 2016), que apresenta avaliação do próprio trabalho do Banco Central; e do Relatório de Avaliação 818221 que contém avaliação da CGU sobre a atuação do Bacen (CGU, 2021b). Sobre o conteúdo desses documentos, ressalta-se que o Bacen não foi incluído nas amostras de IFs do presente estudo, porém, pela relevância dessa instituição no SFN, consideraram-se pertinentes algumas avaliações da entidade para a investigação.

Nesse sentido, realizaram-se três observações sobre a avaliação da CGU. A primeira é que o trabalho feito por esse órgão de controle foi executado com base em uma Auditoria integrada, assim denominada porque associa técnicas de Auditoria financeira e não financeiros (como na Auditoria operacional ou na Auditoria de conformidade). A segunda consta em nota no documento que revela a supressão de algumas informações por solicitação do Bacen, em função de sigilo, conforme previsão legal (BRASIL, 2011). Isso reforça a falta de transparência e a dificuldade de obter resultados relacionados aos trabalhos de supervisão do Banco Central, que não divulga ao público em geral o resultado de seus trabalhos, tampouco autoriza divulgação de falhas de seu funcionamento. Por fim, a terceira observação é que o resultado da avaliação da CGU apontou diversas distorções associadas a problemas e/ou falhas dos controles internos do Banco Central.

6.1.6 Auditoria governamental – TCU

Conforme exposto na seção 2.2.3, a atividade de controle externo executada pelo TCU está prevista na Constituição brasileira (BRASIL, 1988) e abrange uma extensa gama de trabalhos de Auditorias e inspeções de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. A consulta por informações e documentos emitidos pelo Tribunal foi feita no portal oficial da instituição, disponível no endereço <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/>. A busca se restringiu a documentos públicos. Identificou-se uma série de registros com marca de “sigiloso” em vários campos dos relatórios.

O Tribunal disponibiliza uma série de parâmetros para consulta dos documentos elaborados e produzidos por seu corpo funcional, a exemplo de: número do acórdão, relator, número e tipo de processo, unidade técnica, representante legal e assunto. Para o objetivo da presente pesquisa, selecionaram-se filtros que pudessem viabilizar a identificação de acórdãos que contivessem informações sobre atividades de Auditoria em IFs. Para isso, houve consultas com os seguintes critérios:

- tipo de documento: Acórdão;
- tipo de processo: Relatório de Auditoria, Relatório de Inspeção, Relatório de Levantamento e Relatório de Monitoramento;
- unidade técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinanças);
- entidade selecionadas: “Banco Central do Brasil”, “Banco da Amazônia S.A.”, “Banco do Brasil S/A”, “Banco do Nordeste do Brasil S.A.”, “BNDES”, “Caixa Econômica Federal” e “CVM”.

Portanto, em resposta à aplicação do roteiro de análise documental, a instituição emissora é o TCU e o tipo de documento é acórdão. Além disso, nos documentos emitidos pelo Tribunal, não há identificação de auditores. Os RAs elaborados por profissionais do TCU, se aprovados pelos ministros relatores, formam a base para a emissão de outro documento, chamado “voto”, que são a base para a emissão dos acórdãos por instâncias colegiadas da instituição (TCU, 2020a). Portanto, publicamente, não é possível associar tais documentos aos auditores que realizaram a Auditoria. Assim, fica prejudicada a resposta das questões do Bloco II, sobre o perfil do profissional emissor.

Realizou-se, inicialmente, a busca para encontrar documentos emitidos no período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021, espaço temporal definido para a amostra.

Porém, posteriormente, estendeu-se o período até 31 de dezembro de 2022, em função da verificação de que o período de execução das Auditorias era um ou dois anos anteriores à emissão dos acórdãos. A consulta com os parâmetros retromencionados resultou em nove acórdãos relacionados na Tabela 8, que também contém a informação da quantidade de páginas de cada documento. Além disso, no Quadro 21, relacionam-se o tipo e o objeto de avaliação. No Apêndice E, apresentam-se informações adicionais sobre tais documentos.

Tabela 8 – acórdãos selecionados na consulta¹¹¹

Acórdão	Páginas
1046/2020 – Plenário	66
1627/2020 – Plenário	56
2179/2022 – Plenário	42
2373/2022 – Plenário	60
2706/2022 – Plenário	96
2760/2020 – Plenário	31
2762/2022 – Plenário	99
2919/2021 – Plenário	119
3150/2021 – Plenário	21
Total	590
Média (em números inteiros)	66

Fonte: elaborada pela autora.

A cerca dos tipos de avaliação, é possível verificar a diversidade de trabalhos, que inclui Auditorias de conformidade, operacional, financeira e integrada. Sobre os objetos, a maioria dos trabalhos envolveram fundos públicos, entre eles o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e os fundos constitucionais de financiamento Fundo de Financiamento do Norte (FNO), Fundo de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Além disso, destaca-se que esses acórdãos incluíram como destinatários as seguintes entidades selecionadas na amostra: Caixa, Banco da Amazônia S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A. Além dessas, também direcionamento para Caixa Cartões Holding S.A., Bacen, CGU, FIB *Bank* Garantia de Fianças Fidejussórias S/A, P.B. *Investment*

¹¹¹ Os acórdãos são documentos públicos e podem ser acessados no endereço <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/resultado/todas-bases/ac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o?pb=acordao-completo/>>. Os documentos citados na tabela foram consultados em 12 abr. 2023 (TCU, 2023)

Empresarial S/A - Profit *Bank*, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os documentos destinados a essas entidades foram, excepcionalmente, utilizados a título de comparação e complementação, por envolverem avaliação de Auditoria Governamental de IFs.

Quadro 20 – tipo e objeto de avaliação¹¹²

Acórdão	Tipo e objeto de avaliação
1046/2020 – Plenário	Relatório de Auditoria de Conformidade. Caixa. FGTS. Operação urbana consorciada do porto maravilha na cidade do Rio de Janeiro. Avaliação dos estudos de viabilidade econômico-financeira que embasaram o investimento.
1627/2020 – Plenário	Relatório de Auditoria Operacional no FCVS. Avaliação da gestão governamental quanto à eficiência e à tempestividade do processo de novação dos créditos junto ao FCVS com vistas à proposição de melhorias para tornar o processo mais célere e efetivo. Ministério da economia: Engesa, CGU, Bacen, Caixa, STN e PGFN.
2179/2022 – Plenário	Relatório de Auditoria Integrada. Avaliação das operações de crédito realizadas com recursos dos fundos constitucionais de financiamento: FNE, FNO e FCO.
2373/2022 – Plenário	Relatório de resposta à solicitação do Congresso Nacional: Empresa Fib Bank como garantidora. Prestação de garantia sob a forma de carta de fiança fidejussória.
2706/2022 – Plenário	Relatório de acompanhamento: Desinvestimentos da Caixa, com foco no processo de parcerias estratégicas da Caixa Cartões, com o objetivo de analisar a legalidade e legitimidade dos processos de formação dessas parcerias quanto à natureza jurídica das novas <i>joint ventures</i> e a outros aspectos societários.
2760/2020 – Plenário	Relatório de Auditoria Financeira. Operações financeiras realizadas pela Caixa com empresas integrantes do grupo J&F. Fragilidades na política creditícia, no processo de contratação e de acompanhamento de operações de crédito.
2762/2022 – Plenário	Relatório de levantamento: Levantamento sobre a organização e o funcionamento da estrutura de governança do Bacen (BRASIL, 2021e).
2919/2021 – Plenário	Relatório de Auditoria de conformidade. Procedimentos e normas utilizados na análise de custos e no acompanhamento dos projetos do BNDES.
3150/2021 – Plenário	Relatório de Auditoria. Aplicação do patrimônio do FGTS. Ampliação superveniente das modalidades de investimento admitidas, promovida pela Lei 13.932/2019. Financiamento de projetos de saneamento e infraestrutura urbana não categorizados como complementares a programas habitacionais, em desacordo com a Lei 8.036/1990.

Fonte: elaborada pela autora.

¹¹² Os acórdãos citados no quadro foram consultados em 12 abr. 2023 (TCU, 2023). O Quadro inclui as seguintes abreviaturas: Empresa gestora de ativos (ENGEA), Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo de Financiamento do Nordeste (FNE), Fundo de Financiamento do Norte (FNO), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Sobre as fontes de informação utilizadas pelos profissionais e mencionadas nos acórdãos, a análise dos documentos demonstram forte predominância de documentos legais. A constituição brasileira (BRASIL, 1988) foi citada em sete acórdãos, com menção, por exemplo ao princípio da eficiência. É marcante em acórdãos, a referência leis, decretos, resoluções e portarias, a exemplo da Lei 13.303/2016 (BRASIL, 2016). Em três relatórios, mencionam-se como fonte de informação os Acordos de Basileia, e a regulamentação nacional correspondente. Atos normativos do CMN, Bacen e da CVM também são referenciados.

Os profissionais também buscam dados e informações em agências reguladoras setoriais, a exemplo da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); em consultorias especializadas, a exemplo da *World Transport Reports*; em firmas de serviços de consultoria e Auditoria, como JP Morgan, *Goldman Sachs* e *Accenture*. Além desses, em pelo menos um acórdão, são citadas normas IIA e normas internas das organizações avaliadas. Também há referência à *Sarbanes-Oxley Act*, ao Coso e a padrões ISO.

Por fim, também merece ser ressaltado o uso do termo risco 1.154 vezes. Em todos os acórdãos, há referência a riscos, de duas citações a 694 citações. Esse resultado parece indicar que o TCU inclui orientação a risco em sua metodologia de trabalhos de Auditoria. Além disso, são descritos requisitos constantes em normas, regulamentos, cartas circulares e recomendações emitidas pelo Bacen. É avaliada a implementação de uma estrutura de gerenciamento do risco operacional, além de aspectos relacionados a risco de crédito, risco na concessão de empréstimos e de financiamentos; risco e materialidade de determinadas situações relatadas; requisitos de risco, materialidade e relevância na definição de objeto de Auditoria.

Outros termos com presença marcante nos acórdãos foram: (1) “Controle externo”: conforme esperado por ser papel do TCU há menção em todos os documentos, pelo menos duas vezes, totalizando 35 citações; (2) “controle interno”: presente em cinco acórdãos, totalizando 18 citações; (3) “sigilo”: presente em cinco acórdãos, totalizando 18 citações; e (4) “transparência”: presente em cinco acórdãos, totalizando 115 citações. Sobre sigilo, é possível destacar referências aos termos da LAI (BRASIL, 2011) e da Lei Complementar 105/2001 (sigilo bancário) (Brasil, 2001b). Já sobre transparência, se destaca o Princípio Constitucional de Transparência e o Portal da Transparência mantido pela CGU.

Para finalizar o relato de análise desses acórdãos, registra-se a presença dos termos “dado”, “informação”, “conhecimento” e “documento”, no singular ou no plural. No conjunto, foi possível identificar, pelo menos, 1021 ocorrências desses termos. São exemplos de expressões: base de dados, dados de satélites, dados de consultoria, dados de mercado, dados financeiros, informações eletrônicas, informações cadastrais, informações contábeis, informações

georreferenciadas, conhecimento público, conhecimento geral, documentos contábeis, documentos fiscais, documentos institucionais e documentos de habilitação. Tais expressões indicam possíveis fontes de informações utilizadas pelos profissionais.

6.1.7 Sistema de Controle Interno – CGU

A CGU é o órgão de controle interno do Governo Federal com responsabilidade de realizar ações de Auditoria pública, correção, prevenção e combate à corrupção. Dentre os trabalhos realizados pela instituição, alguns são para apoiar ações prioritárias ao governo federal ou por possibilitarem a avaliação transversal de temas de repercussão em nível nacional. A consulta por informações e documentos emitidos pela Controladoria foi feita em seu portal oficial, disponível no endereço <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/Auditoria-e-fiscalizacao>>, utilizando a ferramenta E-aud, no módulo “Pesquisa de relatórios”, na versão 64.2, que, segundo informação do portal, reúne em um único espaço todos os trabalhos da CGU.

As primeiras pesquisas realizadas nessa ferramenta retornaram “*Service Unavailable*”. Entretanto, na sequência, foi possível fazer consultas, apesar de resultados com algumas possíveis inconsistências. Por exemplo, para algumas instituições listadas, como Banco do Brasil – Seguridade e Banco do Brasil – Tecnologia e Serviços, não se disponibilizaram relatórios; e instituições que não aparecem na consulta do E-aud apresentam-se nos relatórios de Auditorias realizadas, a exemplo da Fundação Banco do Brasil. Realizou-se a pesquisa preliminar sobre avaliações de bancos pela CGU considerando-se os seguintes parâmetros:

- a) linha de ação: Auditoria Interna Governamental e supervisão técnica¹¹³;
- b) filtro data da publicação de: 01/01/2019 até 31/12/2021;
- c) unidade auditada: listadas no Quadro 22.

Quadro 21 – unidade auditada (parâmetro de consulta, quantidade)

Sigla	Unidade auditada	Quantidade
Caixa	Caixa Econômica Federal	48
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	15
BB	Banco do Brasil S.A.	6

¹¹³ A título de verificação, realizou-se uma consulta sobre os trabalhos denominados Operações Especiais. Embora os sites informem diversas operações realizadas nos anos de 2019, 2020 e 2021, no relatório gerado pelo sistema 159, listaram-se operações desse tipo e, de acordo com o relatório gerado são: 52 em 2016, 68 em 2017, 39 em 2018 e apenas duas em 2019. As duas de 2019 não compõem o escopo da pesquisa, uma é da área de educação e a outra da saúde.

Sigla	Unidade auditada	Quantidade
Basa	Banco da Amazônia S.A.	5
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	5
Bacen	Banco Central do Brasil	3
Caixapar	Caixa participações	1
Caixaseg	Caixa Seguridade Participações S.A.	1
BB. SEG/BB	Banco do Brasil Seguridade	0
BBTS/BB	Banco do Brasil Tecnologia e Serviços	0
Total		84

Fonte: elaborada pela autora.

Na Figura 25¹¹⁴, traçou-se a distribuição dos 84 trabalhos por Unidade da Federação (UF) de realização, e o maior número foi realizado no DF e no RJ, sendo 15 Auditorias em cada uma dessas unidades.

Figura 25 – CGU (distribuição dos trabalhos realizados no país)

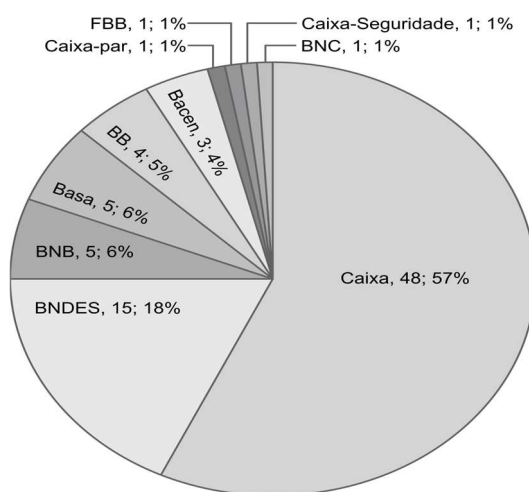


Fonte: elaborada pela autora.

¹¹⁴ Nos estados não há indicação de quantidade na Figura 25, de acordo com os dados da amostra, não houve Auditoria Independente da CGU.

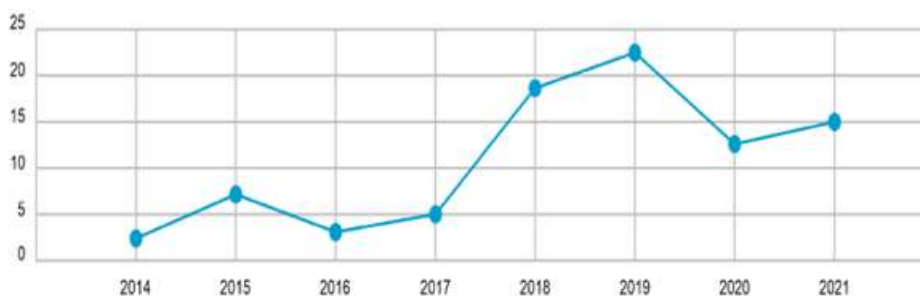
Já a Figura 26 apresenta-se o percentual de Auditorias realizadas por bancos públicos, com destaque o total de 48 Auditorias realizadas na Caixa, representando 57% do total de trabalhos. Na Figura 27, apresenta-se uma linha de evolução da quantidade de relatórios capturados. São 22 relatórios emitidos em 2019, 13 em 2020, 15 em 2021 e, apesar das datas informadas nos filtros de data de publicação, como resultado da consulta, listaram-se, ainda, 34 documentos com emissão entre os anos de 2014 e 2018.

Figura 26 – CGU (trabalhos em bancos – quantidade e percentual)



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 27 – CGU (bancos – quantidade de atividades por ano)



Fonte: elaborada pela autora.

Para a continuidade da análise de documentos emitidos por profissionais da CGU, identificaram-se relatórios com parâmetros previstos na amostra, conforme seleção descrita na seção 6.1.3. Então, manteve-se RAs de entidades constantes no Quadro 22 e emitidos no período de três anos do período anteriormente definido: de 2019 a 2021. Na Tabela 9, apresenta-se a lista de documentos analisados por unidade auditada e a respectiva quantidade de páginas.

Tabela 9 – documentos selecionados para análise

Título	Páginas
Relatório de Avaliação – Caixa Econômica Federal – Ex 2020	16
Relatório de Avaliação – Caixa – 2020	55
Relatório de Avaliação – Caixa Econômica Federal – Ex 2018	98
Relatório de Avaliação – Banco do Brasil S/A – Ex 2020	36
Relatório de Avaliação – Banco do Brasil S.A. – Ex: 2018	53
Relatório de Avaliação – Banco do Nordeste do Brasil S/A – Ex 2018	79
Relatório de Avaliação – Banco da Amazônia S/A – Ex 2018	163
Relatório de Auditoria – PNUD BRA/09/004 Fortalecimento Institucional da Caixa – Ex 2019	18
Relatório de Avaliação – Prefeitura Municipal de Palmas / TO – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA	23
Relatório de Auditoria	28
Relatório de Avaliação – Caixa Econômica Federal – Exs 2020 e 2021	20
Relatório de Avaliação – Ministério do Desenvolvimento Regional – Ex 2021	30
Relatório de Avaliação – Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia – Exs: 2016 – 2021	17
Relatório de Avaliação – Finisa – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –Complexo Viário do Cruzamento da Avenida Marginal Botafogo com a Avenida Jamel Cecílio – Exs: 2019 – 2020	29
Relatório de Avaliação – Caixa Econômica Federal 2020	29
Relatório de Avaliação – FINISA – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - Aquisição de Caminhões de Lixo pela Prefeitura de Goiânia/Go – Exs: 2019 – 2020	11
Relatório de Avaliação – Secretaria Executiva– Ministério da Economia – 2020	83
Relatório de Avaliação – Banco do Brasil S.A. – Ex 2020	18
Relatório de Avaliação – Banco do Brasil S.A. – 2020	27
Relatório de Avaliação – Banco da Amazônia – 2020	33
Relatório de Avaliação – Banco do Nordeste – 2020	21
Relatório de Avaliação – Caixa Econômica Federal – 2020	42
Relatório de Auditoria	32
Relatório de Avaliação – Caixa Econômica Federal – Ex 2018	46
Relatório de Avaliação – Caixa Econômica Federal – Ex 2018	19
Relatório de Auditoria	14
Ordem de Serviço: 201900712 – Caixa Econômica Federal – CEF – Ex 2019	38
Relatório de Avaliação – Fundação Banco do Brasil – Ex 2018	23
Relatório de Avaliação – Banco da Amazonia SA – Ex 2018	41
Total	1.142
Média (em números inteiros)	39

Fonte: elaborada pela autora.

Quanto aos objetivos, os documentos da amostra apresentam resultados de trabalhos diversos direcionados para “fomentar a boa governança pública, aumentar a transparência, provocar melhorias na prestação de contas dos órgãos e entidades federais, e induzir a gestão pública para resultados”. A maioria é referente a Auditorias realizadas para avaliação das contas anuais e avaliação de gestão. A Auditoria anual de contas, de uma forma geral, tem o objetivo de avaliar a prestação de contas apresentadas pelas entidades com análise do alcance das metas planejadas pela gestão, a suficiência e qualidade dos indicadores utilizados para monitoramento desses resultados e dos meios utilizados para atingi-los. Em relação às avaliações de gestão, os trabalhos envolvem avaliação de orçamentos, de gestão, de execução e de resultados.

Em relação aos objetos de avaliação, dentre outros, incluem-se: análises técnicas de orçamentos apresentados à IF; suficiência e da conformidade da atuação de comitês de elegibilidade; eficiência da gestão e controle realizado sobre orçamentos de obras financiadas; macroprocesso de cessão de carteiras de crédito; gestão da integridade no âmbito das empresas estatais; gestão de investimentos. Também há descrição de trabalhos de avaliação de participações em programas de governo, de fundos governamentais federais; de gestão de projetos; de acordos de cooperação e de gestão de contratos.

Sobre a natureza dos trabalhos, há predomínio de avaliação de conformidade e verificação de cumprimento das recomendações do controle interno e de determinações do controle externo. Também há um caso de apuração de denúncias de fraude ou irregularidades. Tais verificações envolvem, além da CGU e das instituições auditadas, diferentes ministérios, prefeituras e parcerias com o TCU.

Em relação às fontes de informação utilizadas na realização das Auditorias, diferentemente dos trabalhos da amostra do TCU, em que a CF (BRASIL, 1988) é mencionada em 78% dos documentos; na amostra da CGU, a CF é mencionada em, apenas, sete (24%). Entretanto, também, na CGU predomina o uso de instrumentos legais, e apenas em quatro (14%) documentos não há referência a leis. Além disso, em onze relatórios, há menção a normas internas das organizações; e em seis há referência a normas e padrões internacionais. Dentre estas citam-se normas internacionais de contabilidade; as boas práticas nacionais e internacionais de gestão de projetos, o Guia *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK) (ABPMP, 2013), e o NBR ISO 21500: 2012 (ABNT, 2012): Orientações sobre gerenciamento de projeto; as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), emitidas pela IFAC. Adicionalmente, em relação às leis de outros países ou acordos internacionais, apenas um relatório da amostra CGU cita os Acordos de Basileia e nenhum contém menção à Sarbanes-Oxley.

Outras fontes mencionadas são as agências reguladoras, agências governamentais estrangeiras, agências da ONU, AGETOP Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, Agência Nacional de Mineração, GOINFRA Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes; e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. Também são feitas consultas a documentos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e de empresas de consultoria e de Auditoria. Como exemplo dessas empresas são citadas as consultorias McKinsey, BR Partners, Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A e Gartner. Além disso, a referência a consultorias técnica especializadas das instituições e pesquisa no site CVM.

Ainda sobre fontes, registra-se a presença dos termos “dado”, “informação”, “conhecimento” e “documento”, no singular ou no plural. No conjunto, identificaram-se, pelo menos, 2189 ocorrências. Tais termos, muitas vezes, são indicativos de fontes. São exemplos de expressões: base de dados de depósitos judiciais e precatórios, dados de pessoas físicas e jurídicas, dados gerais, informações financeiras, informações gerenciais, informações de clientes e de contratos, informações de créditos, informações econômico-financeiras, conhecimentos e saberes na área de gerenciamento de projetos e acervo documental e técnico de engenharia.

Em comparação quantitativa do uso de termos, também é possível observar diferença entre os documentos do TCU e da CGU. Enquanto, nos nove acórdãos do TCU, há 1.154 menções a risco, nos 29 relatórios da CGU, dois documentos não incluem nenhuma menção e nos demais há 780 citações. Enfim, a orientação a riscos está mais fortemente presente nos documentos do TCU. Isso também ocorre em referências a fundos constitucionais, que são mais citados nos documentos da amostra do TCU. Mas, diferentemente dos acórdãos, que contêm 18 citações da expressão “controle interno” em cinco documentos, nos 29 relatórios da CGU, há 194 citações.

Por outro lado, nos trabalhos realizados pela CGU, assume-se atuação mista de Auditoria Interna e Auditoria Governamental, com a denominação Auditoria Interna Governamental. Observa-se que os parâmetros “interno” e “externo” são dependentes do referencial, visto que trabalhos da CGU para as instituições avaliadas é uma atividade de controle externo. Também chama a atenção que, apesar de assumir a posição de Auditoria Interna, nos 29 documentos não há nenhuma menção ao IIA.

Também chama a atenção o uso dos princípios opostos: sigilo *versus* transparência. O termo “sigilo” está presente em onze relatórios, totalizando 265 citações; e o termo “transparência” está presente em 25 relatórios, totalizando 181 citações. Sobre sigilo, é possível destacar haver muitas referências aos termos da LAI (BRASIL, 2011). Também são observados sigilos bancários, empresarial e comercial em função de outros dispositivos legais, além de supressões

a conteúdos por solicitação das instituições auditadas. Já sobre transparência, se destaca a defesa de transparência para fomentar a boa governança pública, provocar melhorias na prestação de contas dos órgãos e entidades federais. Além disso, em todos os relatórios está incluído o link para o Portal da Transparência¹¹⁵, mantido pela CGU.

Dentre as técnicas utilizadas, se destaca a análise documental para diversas finalidades: certificação de atendimento de recomendações; avaliação de processos de contratação e processos de ressarcimento; e verificação de licença ambiental. Também são mencionadas: análise de fluxo de informação; entrevistas semiestruturadas; *benchmarking*; consulta aos sistemas informacionais; levantamento aerofotogramétrico com uso de drones e posterior processamento das imagens; conferência documental para avaliação de sustentação de gastos realizados e para avaliação do atendimento à finalidade estabelecida de documentos de projetos; a avaliação de controles internos e a análise de custos administrativos; e a análise quantitativa dos orçamentos de empreendimentos.

6.1.8 Auditoria Independente

A disciplina e fiscalização da atividade de Auditoria em empresas de capital aberto é estabelecida na Lei n.º 6.385/1976 (BRASIL, 1976) e envolve tanto a CVM quanto o Bacen. Para obtenção de documentos e informações necessárias para a análise documental, depois de definidas as entidades da amostra, foram feitas buscas nos portais públicos da CVM, da B3 (B3, 2022a) e nos portais de relações como os investidores dos bancos incluídos na amostra. A caracterização das IF da amostra está descrita na seção 6.1.3 e nos Apêndices C, D e E.

Realizaram-se as consultas para seleção de documentos no período de 25 de junho a 25 de novembro de 2022. Posteriormente foram feitas consultas apenas para confirmação de dados acerca dos documentos coletados. Importa destacar que a seleção de documentos limitou-se às publicações de relatório anual do período 2019 -2021, conforme justificado na seção 6.1.3. Então, realizou-se a análise documental incluindo aspectos quantitativos e qualitativos.

6.1.8.1 Identificação dos relatórios dos auditores independentes

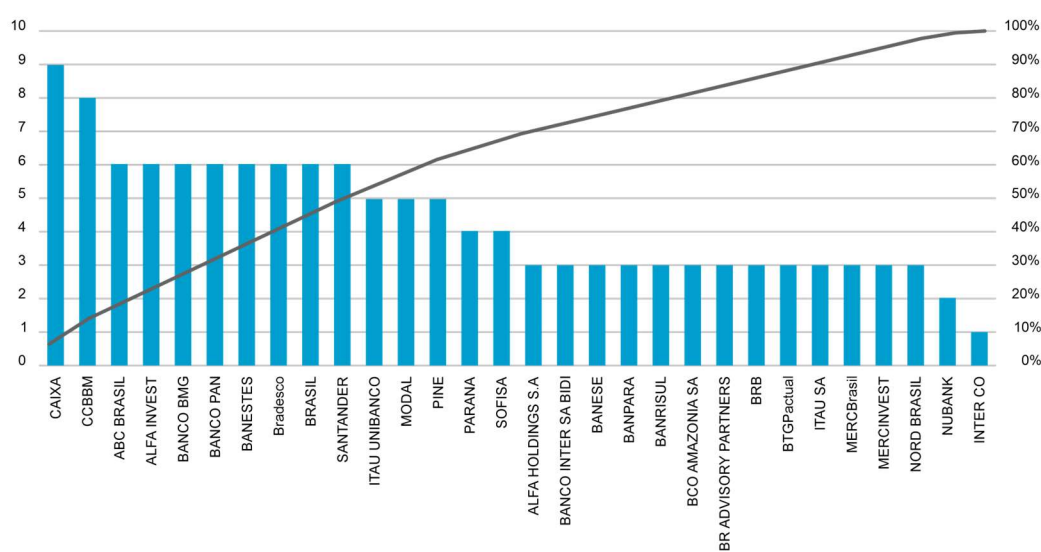
Cumprindo o roteiro de análise documental, aplicaram-se as questões do primeiro bloco, relativas à identificação dos documentos. E, inicialmente, a partir da amostra de entidades,

¹¹⁵ Link para o Portal da Transparência da CGU: <www.portaldatransparencia.gov.br>.

selecionaram-se 130 relatórios do Auditor Independente, que, por ser classificado como relatório de Auditoria, nesta tese, é referenciado pelo acrônimo RA¹¹⁶. Em relação a esses documentos, apresenta-se, a seguir, o resultado da análise com exploração de vários aspectos. Adicionalmente, cabe observar que se detalham as datas de emissão e outros dados dos RAs no Apêndice E, que também contém o *link* para obtenção dos documentos analisados.

A quantidade de documentos obtidos por entidade está informada na Figura 28. E, na sequência, sobre a distribuição em território nacional dos trabalhos realizados pelas Auditoria Independente, na Figura 29¹¹⁷, verifica-se que há concentração na região sudeste, o que é diferente do que foi descrito nas avaliações feitas pela CGU, mencionadas na seção 6.1.7. Ao considerar essa distribuição, é preciso destacar a natureza contábil dos trabalhos realizados pelas firmas, o que, naturalmente, do ponto de vista das contas contábeis, envolve toda a rede de unidades das IFs.

Figura 28 – auditor independente (quantidade de RA por instituição)

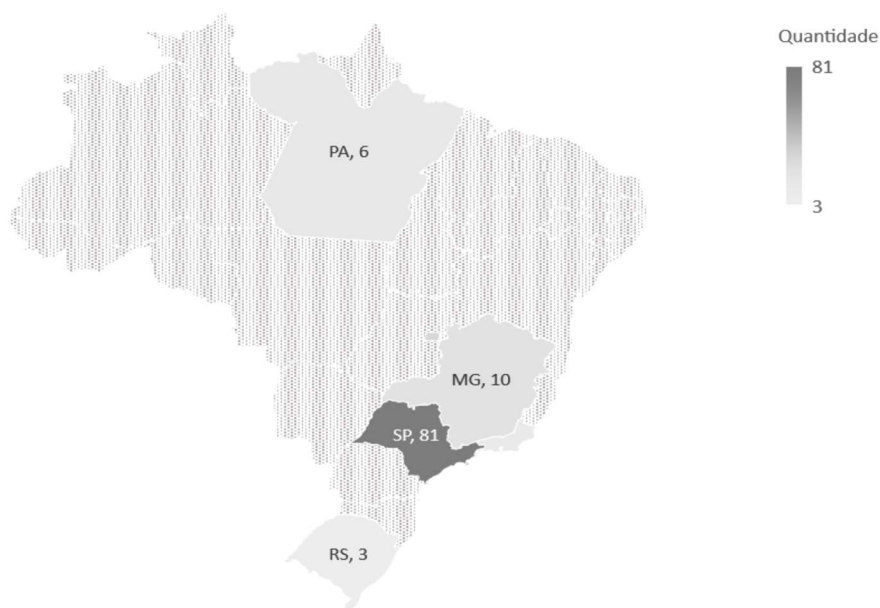


Fonte: elaborada pela autora.

Figura 29 – Auditoria Independente (distribuição dos trabalhos realizados)

¹¹⁶ Apenas um relatório da amostra tem uma identificação diferente de “Relatório do Auditor Independente”. É um documento denominado de “Relatório de Asseguração”, que foi incluído por ter sido emitido por firma de Auditoria Independente para um instituição da amostra no período definido para a pesquisa.

¹¹⁷ Nos estados não há indicação de quantidade na Figura 29, de acordo com os dados da amostra, não houve Auditoria Independente.



Fonte: elaborada pela autora.

Extraíram-se os RAs dessa amostra, em sua maioria, de relatos integrados obtidos no portal “Relação com investidor” das instituições auditadas ou no portal da B3 (2022a). Os arquivos capturados, em sua maioria, estavam no formato *Portable Document Format* (PDF). Então, por meio do *software PDF Converter*, estes foram convertidos para o formato de texto, Microsoft Word (.docx) ou Rich Text Format (.rtf). Na sequência, incluíram-se, apenas, os RAs na ferramenta utilizada para extração dos dados, análise quantitativa e qualitativa.

No Apêndice E, descreve-se o conjunto de RAs capturados. A seguir, apresenta-se uma síntese do resultado da análise documental e, inicialmente, lista-se um resumo da quantidade de documentos na Tabela 10, que contém os seguintes campos:

- a) entidade: nome abreviado da IF;
- b) padrão contábil: informação do conjunto de normas contábeis utilizadas para elaboração do RA, se IFRS ou Generally Accepted Accounting Principles (BR Gaap);
- c) fonte: informação do local onde o RA foi encontrado e capturado;
- d) 2019, 2020 e 2021: quantidade de documento analisado por ano;
- e) total: quantidade total de documento por entidade.

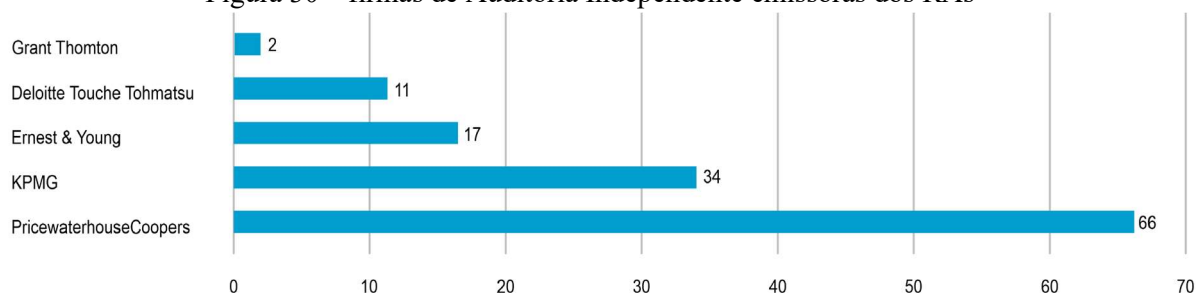
Tabela 10 – amostra (total de relatórios das Auditoria Independente)

Entidade	Padrão contábil	Fonte ¹¹⁸	2019	2020	2021	Total
BR Advisory Partners	BrGaap	RINV BR Advisory Partners	1	0	0	1
Caixa	BrGaap	RINV Caixa	1	2	1	4
Caixa	IFRS	RINV Caixa	2	2	1	5
CCBBM	BrGaap	RINV CCBBM	1	2	2	5
CCBBM	IFRS	RINV CCBBM	1	1	1	3
Inter CO	IFRS	RINV Inter CO	0	0	1	1
Modal	BrGaap	RINV Modal	2	0	0	2
Modal	IFRS	RINV Modal	1	1	1	3
Sofisa	BrGaap	RINV Sofisa	2	1	1	4
Sofisa	IFRS	RINV Sofisa	0	0	0	0
Outras	BrGaap	RINV B3	18	18	18	54
Outras	IFRS	RINV B3	14	17	17	48
Total			43	44	43	130

Fonte: elaborada pela autora.

Particularmente sobre a identificação dos documentos, são RAs emitidos pelas firmas de Auditoria Independente, listadas na Figura 30, assinados por um de seus sócios, referenciados apenas por uma numeração sequencial na Figura 31, e que têm como destinatário acionistas, dirigentes, comitês ou conselhos dos bancos auditados.

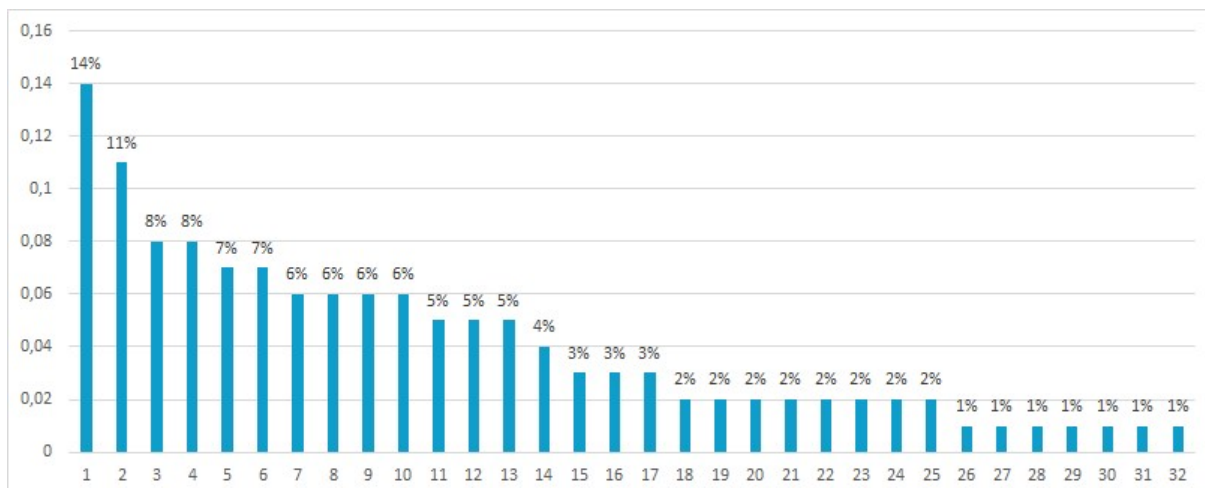
Figura 30 – firmas de Auditoria Independente emissoras dos RAs



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 31 – auditores independentes que assinaram os RAs

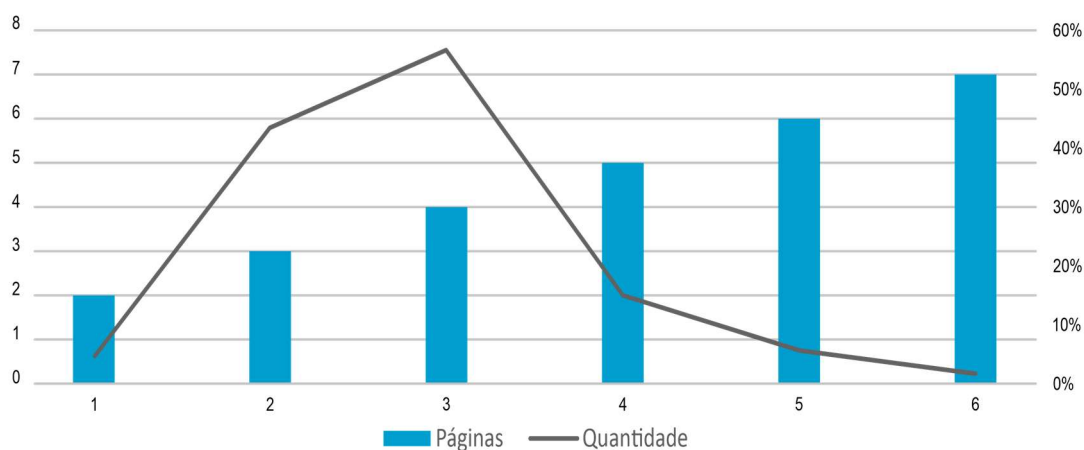
¹¹⁸ Para os documentos obtidos no portal “Relação com investidor” (RINV) das instituições auditadas, consta informado RINV nome abreviado da instituição. E, para as “Outras” entidades, consta informado “RINV B3”, porque extraíram-se os documentos dos relatos integrados disponíveis na B3 (2022a).



Fonte: elaborada pela autora.

Para a análise, destaca-se a criação de 30 grupos de documentos, correspondentes às entidades da amostra. E 21 variáveis utilizadas para levantamentos quantitativos. Um exemplo de levantamento refere-se ao tamanho dos documentos, considerando o número de páginas, apresentado na Figura 32 e na Tabela 11.

Figura 32 – Auditoria Independente (quantidade de páginas dos RAs)



Fonte: elaborada pela autora.

Com esses dados, destacou-se um resultado referente ao número de páginas desses RAs, com média de 4 páginas por arquivo. Considerou-se esse número reduzido ao ser comparado aos documentos emitidos pelo TCU, com média de 66 páginas por arquivo, e pela CGU, com média de 39 páginas por arquivo. E, no caso dos documentos emitidos por essas entidades, ainda é preciso considerar que, a respeito dessas médias, excluíram-se, pelo emissor, partes com dados sigilosos dos documentos.

Tabela 11 – Auditoria Independente (quantidade de página dos RAs)

Função	Páginas
Média	4
Moda	4
Mediana	4
Maior	7
Menor	2

Fonte: elaborada pela autora.

Importa mencionar outro aspecto observado nos RAs divulgados no portal da B3, ou seja, na fonte denominada RINV B3 na Tabela 10. Nesse sítio os RAs são incorporados a um documento denominado relato integrado, que é composto por uma série de relatórios além dos RAs. Após consulta feita nesses relatos, suspeitou-se de desconfiguração da formatação visual dos RAs. Então, obteve-se relatórios correspondentes nos sítios de relação com investidores dos bancos. Ao comparar dez exemplares, verificou-se que, os RAs anexos aos relatos integrados, visualmente, são diferentes dos documentos publicados nos portais dos bancos. Na Figura 33, apresenta-se a imagem de um único relatório em dois formatos. Nesse caso, o texto do RA incluído no relato integrado não está distribuído em parágrafos, nem tem destaque de subtítulo, diferentemente do outro formato.

Embora tenha sido verificado que a diferença dos documentos nas duas fontes seja apenas de formatação, interessa chamar a atenção para essa situação. Na forma como estão apresentados na B3, esses relatórios são de difícil leitura. A falta de diagramação exigiu esforço redobrado para reformatação, leitura e uso dos 90 relatórios capturados no portal da B3 (2022a). Além disso, embora a elaboração dos RAs envolva vários atos documentais no processo de Auditoria, essa realidade provocou reflexão sobre qual seria a importância da publicação desses documentos para os investidores do mercado acionário. Embora a B3 não seja obrigada, por lei, fazer divulgação desses documentos, a apresentação desses relatórios sugere que sua existência pode ser mera formalidade.

Figura 33 – imagem de um relatório em dois formatos

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS do Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Brasil S.A. Opinião Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco do Brasil e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. 1. Provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes A constituição da provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3) e nº 24 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco do Brasil desenvolveu modelos internos para estimativa da provisão para perdas esperadas, conforme requerimentos da IFRS 9, visando gerar a expectativa das perdas em empréstimos a clientes ao longo de um dado horizonte de tempo, englobando a avaliação dos parâmetros de PD ("Probability of Default"), LGD ("Loss Given Default") e EAD ("Exposure at Default"). Para tanto, o Banco do Brasil utiliza modelos internos para considerar todos os históricos de dados disponíveis e pondera possíveis cenários de perdas, considerando as estimativas "forward-looking", e envolvendo premissas e julgamentos da Administração, como também avaliação individual de certos clientes, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de perdas esperadas de sua carteira de crédito, incluindo os impactos da COVID-19. A provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco do Brasil para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, com envolvimento de nossos especialistas, com o objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos da IFRS 9, incluindo os impactos da COVID-19; (b) entendimento e testes do desenho, implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de mensuração da estimativa da provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes; (c) revisão e desafio dos modelos e bases de dados utilizados pela Administração para a mensuração da perda esperada, incluindo a alocação da carteira de crédito nos estágios requeridos pela IFRS 9, com base em amostragem, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe e dos nossos especialistas; (d) revisão e desafio da razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração na constituição individual da perda esperada de certos clientes, com base em amostragem; (e) análise do nível de provisionamento de perdas das operações de crédito, incluindo os impactos da COVID-19; (f) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar a provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. 2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3) (i) e nº 35 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco do Brasil constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados por meio de métodos denominados "Massificado" e "Individualizado", dependendo do tipo e dos valores envolvidos das ações. O método "Massificado" é utilizado para processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor inicial não seja considerável, e foram desenvolvidos, mantidos e atualizados pela Administração segundo parâmetros estatísticos. O método "Individualizado" é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos com relação à probabilidade de perda e montantes a serem provisionados. Devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) envolvimento de nossos especialistas para entendimento dos parâmetros estatísticos utilizados no método massificado; (c) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (d) análise por amostragem para inspeção a documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. 3. Planos de benefícios a empregados O Banco do Brasil é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3) (j) e nº 44 às demonstrações contábeis consolidadas, os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco do Brasil relacionados ao complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19 - "Employee Benefits". A estimativa das obrigações dos planos de benefícios definido envolve premissas atuariais relevantes, incluindo taxas de desconto, entre outras, as quais são sensíveis e/ou envolvem julgamento da Administração, e podem causar efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Diante disso, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração dos passivos atuariais; (b) envolvimento de nossos especialistas atuários para entendimento das bases de dados utilizadas e desafio das principais premissas

PÁGINA: 418 de 420



Deloitte Touche Tohmatsu
Sociedade por Acções, limitada
Torre A, Ed. Parque Cidade Corporate,
Sala 1104-
70308-200 Brasília - DF
Brasil
Tel.: +55 (0) 11 3228-3228
Fax: +55 (0) 11 3228-6087
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do

Banco do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas ("Banco do Brasil"), identificadas como BB Banco Múltiplo e BB Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco do Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1

Fonte: elaborada pela autora.

6.1.8.2 Perfil dos profissionais

Na aplicação do roteiro de análise documental, as questões do bloco II referem-se ao perfil do profissional emissor do RA. Em relação aos documentos da amostra, verificou-se que todos os profissionais que assinam os relatórios são auditores independentes e sócios das firmas de Auditoria emissoras dos RAs. Sobre a formação acadêmica, somente foi possível confirmar que todos são contadores. Também, em relação ao currículo, nenhum deles possui certificação em BPM, sobre Gerenciamento de processos, e IBGC, sobre GC. Não foi possível encontrar lista de profissionais certificados em CISA, IIA, COBIT e ISO. E a Certificação Profissional Anbima, sobre mercado financeiro, também não foi realizada com êxito, visto que, para consulta precisa, para esclarecimento de homônimos, seria necessário o CPF dos profissionais, dado não disponível publicamente. Da mesma forma, a faixa etária não é um dado público.

Apesar da indisponibilidade parcial de tais dados, a avaliação feita é que os dados obtidos foram suficientes para a caracterização das entidades listadas e para a análise documental.

6.1.8.3 *Análise de conteúdo*

Além dos resultados apresentados sobre a identificação e a análise quantitativa, realizou-se a análise do conteúdo de outras partes dos RAs. A primeira constatação feita foi a de que esses relatórios seguem padrões definidos pelo CFC, a exemplo dos modelos contidos na NB CTA 34 (CFC, 2022). Então, para análise de conteúdo, com suporte das orientações de Bardin (2016), criaram-se 17 códigos, ou categorias, *a priori*. Esses códigos receberam os nomes das seções que compõe os RAs. Tais códigos foram úteis para a identificação de características básicas dos documentos e para extração das fontes de informação e dos procedimentos de Auditoria utilizados. Esses códigos são: documento, título, opinião, base para opinião, como o assunto foi conduzido, emissor, destinatário, ênfase, fatos relevantes, outras informações que acompanham as demonstrações e o RA, outros assuntos, principais assuntos de Auditoria (PAA), porque é um PAA, responsabilidade do auditor, responsabilidades da administração, local e data, assinatura.

Além dos códigos *a priori*, criaram-se outros 75 códigos emergentes para análises pontuais, por exemplo para explorar a presença de termos como “fraude”, “conhecimento” e “Governança corporativa”. A partir do método adotado para análise, Bardin (2016), houve busca por identificar mensagens implícitas do material analisado. A partir dos códigos, codificaram-se os documentos em 2.832 segmentos. Em linhas gerais, além do reduzido número de páginas, chamou atenção o fato da composição dos relatórios ser em grande parte cópia dos modelos elaborados pelo CFC.

6.1.8.4 *Fontes de informação*

Na sequência, com observação do item IV.20 do roteiro proposto, pesquisaram-se as fontes de informação utilizadas pelos auditores. Um resultado relevante, em comparação aos documentos emitidos pela CGU e pelo TCU, é que a constituição (BRASIL, 1988) não foi citada nenhuma vez. E, no caso dos relatórios de auditor independente, as fontes que se destacam são: a consulta a especialistas e a utilização de fontes documentais, em especial normativas.

Sobre consultas a especialista, por exemplo, há várias citações de envolvimento de profissionais da TI e segurança cibernética; assessores jurídicos e advogados; e avaliadores de

riscos e de tributaristas. Segundo os relatórios, tais especialistas têm conhecimento e experiência nas áreas de atuação. Por outro lado, mencionam-se as fontes documentais, em sua maioria, de forma genérica. Por exemplo, em treze RAs são citadas verificações de cumprimento de “normas internas”; em cinco “normas contábeis e requisitos específicos do Banco Central do Brasil”; e em treze “normas do Banco Central do Brasil”. Outro exemplo, pode ser encontrado no campo “Base para opinião” de todos os RAs nas referências aos princípios éticos e às normas profissionais emitidas pelo CFC. As referências genéricas constam nos modelos de RA do CFC (2022).

Além das fontes de informação mencionadas de forma genérica, em casos excepcionais, por exemplo, nos documentos em que constam ênfase sobre o FCVS, há citação da Lei 10.150, de 21 de dezembro de 2000, relacionada à securitização de imóveis. Em outros relatórios também há referências a políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, incluindo a Resolução n.º 4.818/20 (BACEN, 2020c) e outras resoluções do Bacen.

Outro exemplo de fonte utilizada refere-se ao campo “Base pra opinião com ressalva”, em referência à normatização específica sobre os benefícios aos empregados contidos na “Deliberação CVM n.º 695/12” (CVM, 2012) e na “Resolução CMN n.º 4.424/15” (BACEN, 2015). A opinião com ressalva foi encontrada em apenas um relatório. A ressalva é relacionada a trânsito em julgado de ação rescisória relativa a aporte à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia. O auditor destaca que a IF não dispõe de um estudo determinando a origem do déficit, bem como laudo atuarial específico para a massa de assistidos beneficiados pelo mérito da sentença transitada em julgado.

6.1.8.5 *Fragilidades identificadas*

Ainda observando o roteiro da análise documental, item IV.15, na busca pelas fragilidades identificadas nos RAs, identificaram-se os indicadores “com ressalva”, “fato relevante” e “ênfase” e PAA. A seguir é feito um breve resumo do conteúdo relacionado a esses tópicos.

Em relação a fatos relevantes, encontraram-se quatro menções em relatórios destinados ao Banco BMG nos anos 2020 e 2021. O fato destacado tem relação com irregularidades investigadas em operação policial que levaram a contratação de uma Auditoria especializada em investigar elementos corroborativos dos supostos ilícitos no acervo informacional do banco.

Na análise dos documentos, identificaram-se destaque de ênfase nos relatórios de nove instituições da amostra no ano de 2019. Além disso, nos anos de 2020 e de 2021, cinco e seis IFs tiveram ênfase nos RAs. Nesses casos, os auditores afirmam não ter ressalva sobre os assuntos destacados. Dentre tais assuntos, eles chamam a atenção para riscos relacionados à não conformidade com leis e regulamentos; divergências em base de elaboração das demonstrações contábeis, e de valores de créditos tributários; falta de acesso tempestivo às informações contábeis e financeiras de empresas investida no exterior; falta de aderência de certos requisitos regulamentares dos financiamentos envolvendo fundos habitacionais; suspeitas de irregularidades em operações de crédito; notícias veiculadas na mídia a respeito do suposto envolvimento de ex-executivos em processos de investigação.

Os PAAs são aqueles considerados mais significativos no período de avaliação, segundo o julgamento profissional dos auditores que fizeram o trabalho. Os PAAs compõem uma parte importante dos RAs e consta nos modelos apresentados no CFC (2022). Na análise desses assuntos nos 130 RAs da amostra foi possível contar aproximadamente 480 PAA. Assim, em média, os RAs contêm menos de quatro assuntos destacados. Além disso, nessa conta dos assuntos, foi possível identificar que seus títulos se resumem a, no máximo, 41 alternativas. Na Tabela 12, relacionam-se os títulos mais citados nos documentos da amostra.

Tabela 12 – Auditoria Independente (PAA – títulos mais citados)

Id	Título	Quantidade
1	Ambiente de tecnologia	95
2	Provisões para passivos contingentes	68
3	Provisão para perdas esperadas	49
4	Crédito tributário	39
5	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30
6	Plano de benefício pós-emprego	29
7	Provisão para perdas (<i>impairment</i>)	18
8	Mensuração de instrumentos financeiros	14
9	Provisão de perdas associadas ao risco de crédito	13
10	Provisões técnicas de seguros e previdência	13

Fonte: elaborada pela autora.

Os principais assuntos, em sua maioria, pertencem à Contabilidade e sua discussão foge ao escopo do presente estudo. Dois assuntos, entretanto, merecem ser destacados: “Ambiente de Tecnologia” e “Planos de benefício pós-emprego”. O primeiro é intitulado “Ambiente de tecnologia”, que também inclui as variações “Ambiente de tecnologia da informação” e

“Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação”. Esse é o assunto mais citado no conjunto de RAs da amostra e está presente em 95 relatórios, de 19 IFs, sendo que em 17 instituições o assunto se repetiu nos três anos considerados, em uma se repetiu em dois anos e na outra estava presente somente em 2019.

Em todos os documentos que incluem esse PAA, a justificativa para o assunto ser uma área de foco da Auditoria cita a dependência tecnológica das operações dos bancos. Por exemplo, em vários relatórios está presente a frase “extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas”, que pode ser para “gestão e geração de informações” ou “continuidade de seus processos de negócios. A dependência também está associada ao volume, à complexidade e à diversidade de transações, com menção ao “alto volume de transações processadas diariamente” e à “importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos”.

Outra justificativa utilizada para inclusão desse PPA é que a tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do banco e os significativos investimentos feitos em sistemas e processos de TI. No conjunto de documentos analisados, também é frequente a referência ao grau de diversidade tecnológica, aos diversos controles automatizados e ao elevado número de transações processadas diariamente nos sistemas de informação que alimenta os registros contábeis e que requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações.

Enfim, muitas vezes, os auditores justificam a inclusão do PAA pela necessidade das IFs em alcançar eficácia dos ambientes de tecnologia, que operam os ambientes de negócio no qual a estrutura de TI é crítica para a continuidade dos processos de negócios. Eles, também, destacam a importância dos controles para “*autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os acessos aos ambientes de negócio*”, de forma a mitigar o “*risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis*”. Em relação aos riscos, às vezes,

a não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar processamento incorreto de **informações críticas** utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis ..., bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação... (**grifo nosso**)

Já o assunto “Plano de benefício pós-emprego”, ou simplesmente “Benefícios a Empregados”, consta em 29 relatórios de oito instituições. Quatro são instituições públicas estaduais: Banese, Banestes, Banrisul e BRB. Nas duas primeiras consta o PAA nos RAs dos três anos analisados. No Banrisul, consta nos anos 2019 e 2020. Enquanto no BRB consta apenas em

2019. As outras quatro são IFs públicas federais: Banco do Brasil, Caixa, Nord Brasil e Basa. Nas três primeiras, o PAA consta nos RAs dos três anos analisados e no Basa consta nos anos 2020 e 2021. A justificativa para destaque desse item inclui a condição dessas instituições de patrocinadoras de entidades de previdência privada e de saúde complementar dos empregados ou ex-empregados aposentados. Além disso, os auditores destacam que as estimativas das obrigações dos planos de benefício envolvem premissas atuariais relevantes e sensíveis a julgamentos da Administração. Na opinião dos auditores, tais condições podem causar efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis, visto que predominam incertezas por possibilidade de alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício.

Ainda sobre os principais assuntos, não há nenhuma menção aos fatores *environmental, social and Governance* (ESG) nos relatórios da amostra. Isso parece ser contraditório com a relevância que esses fatores têm no mercado acionário e contraditório com as ofertas de consultoria e avaliação do tema pelas empresas de Auditoria Independente, conforme pode ser consultado, por exemplo, em PWC (2023) e KPMG (2023).

Consta, também, nos RAs declarações sobre realização de avaliações do desenho e da eficácia de uma série de operações e controles internos. Dentre eles, o desenho e a eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia; dos processos de gestão de mudanças e de concessão de acesso a usuários; a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações; os principais controles internos relacionados ao cálculo e reconhecimento do resultado dos investimentos; o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados às operações de crédito.

Tais avaliações também estão contidas nas partes desses relatórios intituladas “Como o assunto foi conduzido” e que contêm os principais procedimentos aplicados pelos auditores para avaliação dos respectivos assuntos. A seguir, apresenta-se um breve resumo de procedimentos gerais mencionados nos relatórios.

- a) Análise da aplicação das normas internas, a exemplo da classificação de risco das contrapartes, e verificação de aderência das principais premissas adotadas pela administração com as normas do Bacen;
- b) avaliação da adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras;
- c) avaliação de modelos, premissas e dados utilizados, a exemplo de consistência do processo com os requisitos da norma contábil vigente e com as práticas de mercado;

- d) avaliação de processos, metodologias e premissas estabelecidas pela Administração, por exemplo para a precificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados;
- e) avaliação de riscos, a exemplo de formalização das análises e revisões de riscos de crédito, a sua inclusão no sistema e, com o auxílio de nossos especialistas na área de tecnologia, a interface entre o referido sistema e a contabilidade; ou recálculo, em base de testes, da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis;
- f) avaliação do valor justo dos instrumentos derivativos;
- g) avaliação dos controles internos, por exemplo a avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles relativos ao cadastro;
- h) comparação da avaliação de processos pela administração, incluindo a originação, as operações de crédito, as garantias, a atualização de crédito, o reconhecimento de receitas, as políticas contábeis, os modelos, a aprovação e validação de perdas;
- i) comunicação com o auditor componente de companhias coligadas com o objetivo de discutir os riscos de Auditoria identificados;
- j) conciliação de saldos contábeis com a posição analítica;
- k) confirmação de informações, por exemplo juntamente aos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo acompanhamento de processos com natureza tributária; ou com utilização de cartas de confirmação para solicitação de informações relativas aos processos administrativos, tributários, cíveis e trabalhistas a assessores jurídicos internos e externos;
- l) exame das demonstrações contábeis, por exemplo do conjunto de premissas e critérios utilizados na mensuração de provisões; recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa, e outros valores; e revisão de cálculo e da suficiência da provisão registrada pela Administração.

Na Figura 34, apresenta-se um mapa de palavras dos RAs que ilustra as palavras mais frequentes nos 130 relatórios. Houve frequência dos vocábulos “informação”, “fluxo” e “base”, também confirmada nos procedimentos descritos no campo “Como o assunto foi conduzido”, em relação aos diversos testes voltados para a validação de documentos e a verificação da qualidade de dados e informações. Por exemplo, mencionaram-se testes relativos à análise da documentação que balizam o recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com

se que os processos e controles do ambiente de tecnologia proporcionaram uma base razoável, para a determinação da natureza, do período e da extensão dos procedimentos de Auditoria sobre as demonstrações financeiras. Em todos os casos, os procedimentos de Auditoria para a avaliação do ambiente de tecnologia mostram consistência da avaliação da Administração do Banco.

Por fim, além dos assuntos comentados nessa seção, constatou-se, por meio de uma observação feita a partir dos aspectos contextuais, descritos no Apêndice G, que, em nenhum dos relatórios analisados, houve menção a indícios que possam configurar a prática de crimes de "lavagem de dinheiro" ou "financiamento do terrorismo". Situações envolvendo tais crimes devem ser comunicadas pelos auditores ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) (CFC, 2017). A partir dos relatórios analisados, não é possível dizer se algum comunicado foi feito, mas sim que tais comunicados não constam nos RAs. Essa observação condiz com o diagnóstico sobre ausência de especificação dos impactos relevantes relacionados a esse assunto nas demonstrações (CVM, 2022, p. 13).

6.2 OBSERVAÇÃO DIRETA REALIZADA

A partir da revisão de literatura apresentada na seção 3, conforme os comentários apresentados na seção 3.4, a princípio, é difícil precisar o que é e quais são as IFs no Brasil. Uma das formas utilizadas para esclarecimento sobre esse assunto foi a realização de visita e a observação direta de um tipo de banco: o banco comunitário. Nesse sentido, buscou-se verificar as características desse tipo de instituição. A expectativa sobre essa compreensão relaciona-se ao cumprimento parcial do OE₃, sobre descrever características de IFs no Brasil.

Então, por meio dessas etapas, coletaram-se informações para contribuir com a compreensão do funcionamento de bancos comunitários no Brasil. Para isso selecionou-se, em particular, o “Banco Palmas”, localizado na Comunidade Palmeiras, em Fortaleza, no Estado do Ceará. A escolha foi por ser o primeiro banco desse tipo estabelecido no país.

Realizou-se o planejamento da visita a partir de uma revisão de literatura sobre o assunto, conforme sintetizado na seção 3.1.5. Além disso, em 07 de agosto de 2020, para o agendamento da visita ao banco, houve prévio com um coordenador e fundador do banco, via videoconferência. Esse dirigente, na oportunidade, fez uma breve síntese sobre o funcionamento da entidade. As informações fornecidas por ele estão registradas na primeira parte do Apêndice D.

Realizou-se a observação direta em 26 de janeiro de 2022, com acompanhamento da presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp). Além das

informações obtidas na observação direta, durante a visita ao espaço do banco, houve oportunidade de conhecer as suas instalações e de obter indicações de referências sobre sua história e seu funcionamento. Os procedimentos realizados estão registrados no Apêndice D, que inclui também dados de entidades vinculadas à rede do Banco Palmas. Ainda, de forma complementar, o Anexo E lista as 120 entidades participantes da rede brasileira de bancos comunitários, inclusive o Banco Palmas.

Responderam-se as questões propostas e listadas na seção 5.3.2. A observação foi feita com base em fundamentos obtidos em informações e documentos coletados na revisão de literatura e nos procedimentos complementares realizados durante a visita à Comunidade Palmeiras em janeiro de 2022, conforme detalhado no Apêndice D e nas referências citadas, em particular: Brasil (2013) e Bacen (2011a, 2011b, 2013b, 2013c). A seguir, apresenta-se uma síntese das respostas.

- (1) Quais as atividades são realizadas pelo banco? Como funcionam? São atividades bancárias?
 - De acordo com Segundo (2008), os bancos comunitários prestam serviço financeiro, de natureza comunitária, para o apoio às economias populares de bairros e municípios de baixa renda. A atuação desses bancos tem por base os princípios e economia solidária e, em geral, oferecem quatro tipos de serviços: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária;
 - no Banco Palmas é realizada a avaliação de perfil de clientes e a concessão de empréstimos, inclusive com renegociação quando há atraso de pagamentos;
 - o modelo de funcionamento do Banco Palmas, assim como as demais IFs, prevê remuneração das atividades realizadas por meio de recolhimento de tarifa por transação realizada. A cobrança corresponde a uma taxa de 2% por transação. O valor da renda recolhida é distribuído na proporção de 50% para o banco local e 50% a plataforma E-Dinheiro. Acrescentou, também, que o banco é emissor de cartões de débito e crédito (meio de pagamento);
 - na observação direta, visitaram-se as instalações onde realiza-se a gestão da moeda Palmas, utilizada como meio de troca no formato digital e em papel-moeda. Foi adquirida e utilizada a moeda no bazar mantido na Associação dos moradores da Comunidade Palmeiras;
 - comparativamente às IFs tradicionais, as três diferenças evidenciadas foram: 1^a.) a delimitação do espaço de atuação; 2^a.) a ausência de controle do patrimônio; 3^a.) as

relações de confiança estabelecidas apenas com base na credibilidade da entidade na comunidade¹¹⁹.

- (2) Quem é o proprietário do banco? Quem o administra? Qual é a estrutura de gestão?
- Na visita feita ao Banco Palmas, verificou-se que esse banco é vinculado ao Instituto E-dinheiro Brasil, que congrega entidades em uma plataforma que possuem atividades bancárias e funcionam como uma IF com atuação restrita em uma determinada comunidade;
 - A plataforma formada pelo Instituto E-Dinheiro Brasil está autorizada pela RFB (2022) para realizar atividades negociais de IFs, dentre elas: concessão de crédito pelas OSCIP, administração de cartões de crédito, correspondentes de instituições financeiras, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.
- (3) Que é o gestor? Como é realizada a gestão?
- A gestão de um banco comunitário, por ser feita por associações: organizações não governamentais (ONGs), cooperativas, ou outro tipo de organização (SILVA, 2011).
 - No caso do Banco Palmas, ele e outros bancos comunitários formam uma rede que compõe a plataforma E-Dinheiro Brasil. Em 2020 o valor total autodeclarado de faturamento da rede foi de cerca de R\$70 milhões. Em 2022 a plataforma incluiu por 115 bancos, 102 mil usuários e 7.800 comércios.
- (4) O banco é autorizado pelo Bacen?
- Segundo o Bacen (2011a), os bancos comunitários estão autorizados a realizar transações de natureza econômica, envolvendo débitos e créditos (obrigações) assumidos pelos participantes de uma comunidade. Para o Bacen, esses bancos se inserem no contexto de economia solidária e dos empreendimentos coletivos que têm lugar as finanças solidárias, que se caracterizam, essencialmente, por relações econômicas que se concretizam de acordo com a lógica da reciprocidade. Essa lógica envolve empreendimento econômico-solidário, instituições de finanças solidárias, cooperativa de crédito solidário, banco comunitário, moeda social circulante local, fundo solidário, inclusão financeira e desenvolvimento territorial.

¹¹⁹ Isso não quer dizer que não são realizadas Auditorias nos bancos comunitários. A execução de Auditoria nessas entidades depende da constituição jurídica de cada uma. E um banco comunitário, pode ser instituído, dentre outras alternativas, na forma de cooperativa ou de associação privada. A Auditoria, nesse caso, pode ocorrer por interesse de gestores de entidades hierarquicamente superior, se houver. Para Silva (2011, p. 127), a Visão Mundial é uma ONG brasileira, que tem parceria com uma organização internacional, a *World Vision International*.

- Conforme Bacen (2011a), se a entidade for constituída como uma cooperativa de crédito solidário, ela é regulada e supervisionada pelo Bacen, na forma das demais cooperativas de crédito.
- (5) Quais são as bases legais para funcionamento do banco?
- De acordo com a nota Jurídica PGBC – 5927/2011 (BACEN, 2011b), a atuação dos bancos comunitários se insere no contexto de economia solidária e dos empreendimentos coletivos. Segundo essa nota, essas iniciativas praticam finanças solidárias, em termos de princípios econômicos se inserem entre as atividades não monetárias, ou seja, são marcadas pela lógica da reciprocidade;
 - no caso de entidades de natureza cooperativa, elas são submetidas à legislação em vigor, incluindo a Lei n.º 5.764/1971, que prevê, em seu artigo 112, Auditoria Independente do balanço anual e do relatório do exercício social das cooperativas a ser enviado aos órgãos de controle, a juízo destes (BRASIL, 1971).
 - A base também inclui a Lei n.º 4.595/1964 (BRASIL, 2021a); a Lei Complementar n.º 130, de 17 de abril de 2009 (BRASIL, 2009), além de atos normativos expedidos pelo CMN e pelo Bacen, em especial a Resolução CMN n.º 3.859/2010 (BACEN, 2010a) e a Circular BCB n.º 3.502/2010 (BACEN, 2010b).

6.3 ENTREVISTAS

Nessa seção comentam-se os procedimentos de coleta e análises de dados obtidos por meio das entrevistas. Inicialmente, realizam-se alguns comentários sobre o roteiro aplicado e, na sequência, de forma sintética discutidos os principais pontos extraídos das entrevistas. De forma mais completas, no Apêndice F, apresentam-se as respostas e revelados os resultados das análises. No que diz respeito ao conteúdo das entrevistas, utilizaram-se critérios técnicos para coleta, síntese e agrupamento de respostas com foco no descobrimento de um discurso-síntese. Isso foi feito por meio da análise de discurso do sujeito coletivo (MENDONÇA, 2007) e também considerando o conteúdo da revisão de literatura no que diz respeito ao contexto em que os entrevistados estão inseridos.

A realização das entrevistas teve objetivo de coletar informações para auxiliar o cumprimento do objetivo de enunciar requisitos para obtenção de informações confiáveis em trabalhos de Auditoria (OE₄) e de identificar as principais necessidades informacionais para o exercício profissional da Auditoria (OE₅). Para isso, consultaram-se profissionais de IFs e órgãos de controle e de fiscalização sediados no Brasil. A seleção do público-alvo considerou que as

IFs são entidades que possuem Auditorias com alto grau de maturidade e de formalização. Isso porque, como exposto na revisão de literatura da seção 2, a Auditoria dessas organizações, são obrigatórias e regulamentadas por normas do Bacen e da CVM, além de orientadas por autorregulação com supervisão da Anbima. Já os órgãos de controle e de fiscalização foram incluídos porque regulamentam e fiscalizam as Auditorias de IFs públicas, entre elas, dois importantes bancos públicos brasileiros, a Caixa e o Banco do Brasil.

Realizaram-se 22 entrevistas individuais no formato à distância por meio da plataforma Microsoft Teams. Destas gravaram (em vídeo) e transcreveram-se 21 (95%); uma foi registrada por meio de anotações escritas durante a aplicação das questões. A gravação foi feita no formato MP4 e a transcrição de dados orais foi realizada pela empresa Audiotext, que informou a utilização de convenções de transcrição na modalidade “padrão” e com as seguintes legendas:

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

Após registro, analisaram-se as transcrições e a síntese do resultado é apresentada nesta seção. Importa destacar que as gravações e as transcrições das entrevistas não estão anexas a este documento. A justificativa para essa medida está no cumprimento da condição de “garantir sigilo total às respostas dos participantes”, constante na “Carta de Revisão Ética” do trâmite de aprovação das entrevistas pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS). Apresenta-se no Anexo G desta tese este documento.

6.3.1 Comentários sobre a aplicação do roteiro de entrevista

Uma consideração necessária sobre o roteiro diz respeito a correções feitas no curso das entrevistas e das análises. Sobre a identificação dos entrevistados, por exemplo, percebeu-se a necessidade de incluir a formação acadêmica dos profissionais, dado que é considerado na análise descrita na seção 6.3.2. Outros termos utilizados pelos entrevistados exigiram revisão de literatura sobre alguns temas, a exemplo de IA. Acrescentaram-se as revisões ao Apêndice G e, pontualmente, às seções 2, 3 e 4. Além disso, a análise das respostas considerou os fundamentos apresentados na seção 2.5.2, porém com o viés de examinar a convergência entre os elementos que compõem as relações situação-lacuna-ponte-auxiliares.

Por fim, sobre o roteiro, inicialmente, realizaram-se cinco (23%) entrevistas com uso de um roteiro piloto com questões semiabertas. Os profissionais entrevistados contribuíram com críticas para a melhoria das questões aplicadas e para a ordem dos temas no roteiro. Então, após ajustes das questões, aprovou-se um novo roteiro pelo CEP/CHS da UnB. A ata de aprovação do CEP/CHS consta no Anexo F e o roteiro aprovado, no Apêndice A. Utilizou-se esse roteiro na condução de 17 (77%) entrevistas. Na seção a seguir, apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos em cada uma das respostas das questões aplicadas.

6.3.2 Identificação dos entrevistados

A primeira parte do roteiro de entrevista se refere à identificação dos profissionais. Ao todo, sob condição de sigilo dos dados individuais. Escutaram-se 21 (95%) profissionais que já atuaram em trabalhos de Auditoria em IFs no Brasil. Excepcionalmente, e com objetivo de colaborar a validação das alterações do roteiro de questões prévio para a formação do roteiro definitivo, um auditor foi entrevistado duas vezes. Ao longo das próximas seções e do Apêndice F, apresentou-se um breve resumo das respostas obtidas.

Inicialmente, em breve descrição da carreira, todos os entrevistados relataram atuação, anterior à Auditoria, em outras áreas das instituições. Dentre as áreas mais citadas, destacam-se: comercial, contabilidade, TI, tratamento de dados e extração de informação. Também foi mencionada atuação em desenvolvimento urbano.

No Quadro 23, a seguir, apresentam-se dados sobre o perfil acadêmico e profissional dos entrevistados. Alguns profissionais possuem mais de uma graduação e/ou pós-graduação. Para auxiliar no dimensionamento, nesse quadro e em toda a seção, ao lado da quantidade em valor absoluto, em muitos casos, foi incluído o valor percentual aproximado entre parêntesis. Calculou-se esse valor, em cada caso, em relação aos 21 entrevistados ou em relação às 22 entrevistas.

Quadro 22 – perfil dos entrevistados

Característica	Entrevistados (quantidade)
Formação acadêmica: Graduação	Contabilidade (7) (32%), Ciência da Computação e similares (6) (27%), Direito (3) (14%), Administração (2) (9%), Economia (1) (5%), Engenharia elétrica (1) (5%), engenharia civil (1) (5%), Matemática (1) (5%) e Química (1) (5%).
Formação acadêmica: pós-graduação	Mestrado e doutorado em contabilidade (2) (9%), mestrado em microeletrônica (1) (5%), mestrado em recursos humanos, <i>Master in</i>

Característica	Entrevistados (quantidade)
	<i>Business Administration</i> (MBA) em Padrões internacionais de Auditoria (1) (5%), MBA em governança de TI (1) (5%), MBA em Gestão Empresarial (1) (5%), especialização em gestão pública (1) (5%), especialização em Auditoria e perícia contábil (2) (9%), especialização em estatística (1) (5%).
Experiência profissional: tempo de Auditoria	Mais de 20 anos (2) (9%), entre 15 e 20 anos (9) (41%), entre 10 e 14 anos (5) (23%), entre 5 e 9 anos (4) (18%) e menos de 5 (1) (5%).
Experiência profissional: função	Diretor (2) (9%), gestor (2)(9%), coordenador (1)(5%) auditor de controle externo (3)(14%), auditor autônomo (1)(5%), auditor sênior ou de nível estratégico (6)(27%), auditor júnior ou pleno (4)(18%), aposentado (2)(9%).
Cidade onde reside	Brasília (20) (91%), Fortaleza (1) (5%).
Modalidades de Auditoria realizada	Auditoria Governamental (CGU, Ministério Público, TSE e TCU), incluindo Auditoria Financeira de órgãos da administração tributária, especificamente, Receita e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; e Auditoria de controle externo do SFN (6)(27%). Com destaque para a Supervisão bancária (Bacen), incluindo monitoração do sistema financeiro (1) (5%). Auditoria Interna: (Caixa, Banco do Brasil, BRB, Nossa Caixa): incluindo atuação especializada nas áreas contabilidade e inteligências analíticas, TI e coordenação de análises avançadas de informação. Mencionaram-se, também, atuação em Auditoria de Processo, Auditoria baseada em risco Auditoria em ambiente estratégico (13) (60%). Auditoria Independente: Auditoria em seguradoras (1)(5%).

Fonte: elaborada pela autora.

6.3.3 Experiência dos entrevistados em trabalhos de Auditoria da Informação

Como ponto de partida para as entrevistas, apresentou-se a AudInf como “uma atividade de avaliação de processos, fluxos e recursos de informação, inclusive considerando custo, necessidade e comportamento informacional de cada uma das partes interessadas em uma Auditoria”. Essa definição foi fundamental para a exploração das questões da segunda parte da entrevista, que foi sobre a experiência de atuação nessa especialidade. A seguir, em ordem de questão do roteiro de entrevista, brevemente comentam-se as entrevistas. No Apêndice F, discutem-se tais respostas com mais detalhes.

II.6) Atuação em trabalhos de AudInf

Ao serem questionados sobre a execução de AudInf, 19 (90,5%) participantes responderam, de imediato, afirmativamente. A resposta inicial dos outros dois (9,5%) entrevistados

foi negativa quanto à interação com essa especialidade. Um deles declarou "*confesso que eu não conheço esse conceito*". Na descrição da atividade desses participantes, entretanto, é possível identificar tarefas de tratamento de informações, como avaliação de gestão, fluxos e recursos informacionais.

Ao confirmar execução de trabalhos classificados como AudInf, os entrevistados deram ênfase para a importância da informação na atividade de Auditoria. Afirmou-se que "*informação é o elemento básico da Auditoria*", "*a base do trabalho de Auditoria é informação*", "*tudo o que trafega pelo banco até chegar ao balanço é informação*", "*a gente trabalha bastante com Auditoria a informação*", "*a Auditoria não consegue emitir qualquer opinião se ... não se debruçar sobre a informação*" e "*um fluxo de informação, quando você olha o balanço patrimonial está lá a conta imobilizada. É um número, mas tem todo um fluxo por trás, um fluxo informacional, de sistemas*". Confirmaram-se as ideias enfatizadas ao longo de muitas entrevistas, considerando-se padrão de resposta como: "*a informação hoje é um ativo e quem tem a informação tem o poder de tomada de decisão*", "*informação é um ativo muito relevante para as organizações, um ativo de alta relevância*".

Além disso, em diversos momentos das entrevistas, realizaram-se correlações entre a AudInf e outras especialidades de Auditoria, em particular a Auditoria de TI, a Auditoria Contábil e a Auditoria Financeira. Classificou-se Auditoria Tributária, por exemplo, por um dos entrevistados, como AudInf. Segundo outro entrevistado, fazer Auditoria Financeira é auditar informações contábeis e demonstrações contábeis, que contém apenas informações. Outro participante também disse ter havido um tempo em que a AudInf era a própria Auditoria de TI. Também foi contada uma experiência de trabalho de Auditoria em equipe, em que as atividades de AudInf eram executadas por auditores mais experientes. Um auditor também disse entender que AudInf é o que é feito nas Auditorias do TCU. Além disso, a supervisão de IFs é, em essência, Auditoria e monitoramento de informações do sistema financeiro.

II.7) Trabalhos de Auditoria da Informação executados

No início de cada entrevista, para explorar experiências dos profissionais, em linha com a Técnica Incidente Crítico e com o roteiro padrão adotado, solicitou-se ao colaborador que, para resposta às perguntas, escolhesse um trabalho de Auditoria relacionada à avaliação de processos, fluxos ou recursos de informação. Nas entrevistas da fase piloto, não houve essa solicitação, porém identificou-se, pelo menos, um trabalho de Auditoria mencionado pelo participante.

Nas respostas, os entrevistados, por vezes, ao descrever os trabalhos de auditoria executados, associaram a informação ao processo, inclusive com referência ao Business Process Model and Notation (BPMN). Além disso, nos depoimentos, sobre a descrição da execução de trabalhos de Audinf, houve menção recorrente a expressões similares a: “avaliação da qualidade da informação”, “análise do fluxo”, “fazer a modelagem” e “tomada de decisão”. Em diversos momentos citaram-se correlações entre a Audinf e outras especialidades de Auditoria, em particular a Auditoria de TI, a Auditoria Contábil e a Auditoria Financeira. Destaque-se a fala de que a supervisão de IFs é, em essência, Auditoria e monitoramento de informações do sistema financeiro. No Apêndice F, apresentam-se esses trabalhos com uma classificação dos tipos de Auditoria realizadas.

II.8) Diretrizes existentes para o planejamento

A realização de uma Auditoria, conforme descrito na seção 2.6.3, normalmente inclui três etapas: planejamento, execução e apresentação dos resultados. É no planejamento que o auditor recebe as orientações gerais para a execução dos trabalhos. Para identificar diretrizes relacionadas aos recursos de informações incluídos no planejamento, os colaboradores foram questionados sobre o conteúdo dos planos de trabalho.

Com relação a essas diretrizes, identificaram-se diferentes aspectos nas respostas dos entrevistados. Um profissional afirmou, explicitamente, não perceber falta de diretrizes para o planejamento, mas que identifica problemas vivenciados na prática do modelo de Auditoria que está sendo aplicado na instituição em que trabalha. Considerando, inclusive, as diretrizes necessárias para um novo modelo citadas por esse entrevistado, classificaram-se os pontos comentados acerca de diretrizes de planejamento em 6 segmentos: (a) o que?, (b) quem?, (c) quando?, (d) por quê?, (e) como?, (f) onde?¹²⁰, conforme Apêndice F.

- a) O que auditar (planejamento): elencaram-se pontos de partida para o planejamento de um trabalho de AudInf. Dentre eles, foram citados: controle interno, processo crítico, situações excepcionais e novos negócios;

¹²⁰ A análise das respostas foi segmentada com base no “heptâmetro de Quintiliano”, ferramenta que propõe sete perguntas para evidenciar fatos: “o quê?”, “quem?”, “quando?”, “por quê?”, “como?”, “onde?” e “com que auxílio?”. Um conjunto semelhante de questões é chamado por Barbieri (2011) de “5W e 2H”, que correspondem às iniciais de termos em inglês: *What* (O quê), *Why* (Por quê), *Where* (Onde), *When* (Quando), *Who* (Quem), *How* (Como) e *How much* (Quanto). Apenas as respostas da última pergunta foram tratadas em separado, no tópico seguinte, sobre modelos, ferramentas e técnicas utilizadas no planejamento.

- b) quem executa a Auditoria: mencionaram-se condições necessárias para realização de AudInf, a exemplo de experiência profissional, profissionais especializados e equipe multidisciplinar;
- c) previsão de realização da Auditoria, ou sobre a periodicidade de determinados trabalhos de AudInf: citaram-se demandas extraordinárias, programação anual e periodicidade definida;
- d) por que a realização da AudInf: mencionou-se a importância da informação na atualidade, demandas de gestores e necessidade de conhecer o cliente;
- e) como a Auditoria é realizada: o ponto mais explorado na questão de diretrizes do planejamento foi que a Auditoria deve ser orientada a processos, baseada em riscos e em construção de painéis. Também se apontou a necessidade de diretrizes para acesso, coleta, compartilhamento e uso de dados e informações;
- f) local onde a Auditoria é realizada: foi mencionada a necessidade de lugar seguro e a necessidade de manter limpo o local de tratamento dos dados ao final do trabalho.

II.9) Modelos, ferramentas e técnicas para avaliação de informações

Para conhecer os recursos utilizados pelos profissionais, questionou-se sobre os modelos, ferramentas e técnicas adotadas para avaliação de fluxos e recursos de informação. Nas entrevistas, citaram-se diversos instrumentos. Por exemplo, todos os entrevistados afirmaram fazer uso de padrões e normas externas à organização. Por outro lado, sobre o uso de normativos internos ou normas próprias da organização, embora apenas 4 (18%) entrevistados tenham feito menção, pelo caráter mandatório, seguramente, é um instrumental utilizado pelos auditores. No Apêndice F, apresenta-se um resumo das demais alternativas citadas.

II.10) Percepção de falta de diretrizes

Com a atenção à abordagem CS, para identificação de lacunas percebidas, os entrevistados foram questionados sobre a percepção de falta de diretrizes. Sobre isso, nas respostas se destacaram menções sobre a origem da demanda de execução. Em relação aos 22 (100%) trabalhos citados, três (14%) foram realizados por solicitação extraordinária da Alta Administração das organizações, isto é, não estavam incluídas no plano anual de atividades das Auditorias. Tais casos tiveram repercussão na mídia nacional e possível impacto na imagem das organizações. Os demais trabalhos (86%) citados tiveram a execução prevista nos planos anuais das organizações, ou seja, foram Auditorias programadas e, portanto, com um plano de trabalho

elaborado contendo diretrizes. No Apêndice F, elencaram-se os pontos sublinhados no início dos trabalhos.

II.11) Lacunas identificadas em processos, fluxos e recursos de informação

Ainda a respeito da identificação de lacunas, no que diz respeito a testes de avaliação de processos, fluxos e recursos de informação, foi possível identificar, pelo menos, duas categorias. A primeira sobre as lacunas relacionadas às condições encontradas nas áreas auditadas. A segunda relacionada às lacunas existentes na própria Auditoria.

Na primeira categoria, por exemplo, estão os tópicos relacionados à qualidade e à quantidade de bases de dados, o que foi citado por dez (48%) entrevistados. Em outro exemplo que merece destaque, seis (27%) profissionais apontaram problemas em conseguir o acesso necessário a dados e informações produzidas pela área auditada. A dificuldade foi relatada principalmente em processos pouco auditados e em situações caracterizadas por resistência ao trabalho de auditoria.

Na segunda categoria, sobre aspectos conjunturais, foram descritas três (14%) situações de ingerência política praticadas por gestores. Uma delas atribuída ao fato de a auditoria ter sido realizada em período eleitoral. Em outra situação, foi identificado uso político de recursos destinado ao crédito de um determinado público-alvo, sem que essa situação pudesse ser incluída no relatório de auditoria. E, por fim, na terceira situação, foi descrita a identificação de uso de recursos para a capacitação de terceirizados contratados sem os requisitos necessários para atendimento ao público-alvo. Na referida situação, embora tenham sido identificadas mudanças do modelo e da rede de atendimento, com formação de um verdadeiro “cabide de emprego”, o fato não constou no reporte da Auditoria.

No Apêndice F, apresenta-se um resumo das lacunas listadas.

II.12) Fatores que facilitaram o trabalho do auditor

Conforme previsto na abordagem CS, em busca de elementos auxiliares para soluções e conclusões, em particular para auxiliar a identificação de diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação, questionaram-se os entrevistados sobre aspectos que facilitaram a execução dos trabalhos de Auditoria. Em relação às respostas, mencionaram-se recursos ou diretrizes relacionadas à base normativa, às orientações gerais, à formação de equipes de trabalho, à execução da Auditoria, e ao manuseio de dados e informações. No Apêndice F, apresenta-se uma síntese dessas respostas.

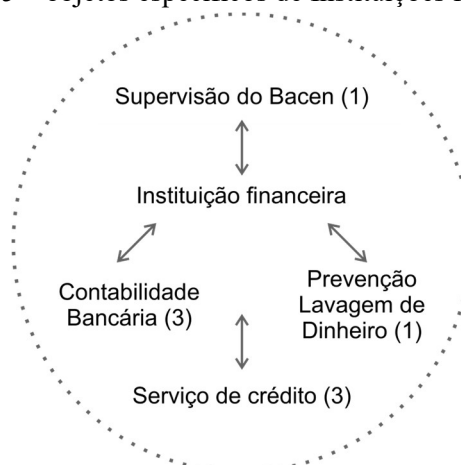
6.3.4 Aspectos relacionados à Auditoria em IFs

Na terceira parte do roteiro de entrevistas, o bloco de questões propostas foi orientado para coletar experiências sobre o alcance do objetivo dos trabalhos em IFs, particularidades de Auditorias em IFs, causas de problemas, orientações de planejamento e conhecimentos que poderiam auxiliar o trabalho dos auditores. Na sequência, em ordem de questão do roteiro de entrevista, as respostas são brevemente comentadas. Discutem-se, no Apêndice F, tais respostas com mais detalhes.

III.13) Objetivo de Auditoria em IFs

Nas respostas da primeira questão, sobre o objetivo das Auditorias, os entrevistados citaram, dentre outros, quatro aspectos específicos de IFs, conforme Figura 35. O primeiro aspecto, mencionado por três (14%) respondentes, refere-se à contabilidade bancária. Essa referência tem relação com o dever das IFs de observar o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Bacen (Cosif) (BACEN, 2021a). O segundo aspecto foi citado por um (5%) entrevistado e justificado pela regulamentação do SFN, que estabelece a supervisão bancária como uma responsabilidade do Bacen (BRASIL, 2021a). Os outros dois aspectos decorrem da própria natureza das operações de intermediação financeira, o serviço de crédito e a prevenção de crimes de lavagem de dinheiro.

Figura 35 – objetos específicos de Instituições financeiras



Fonte: elaborada pela autora.

Ao longo das entrevistas, nas respostas de diferentes questões, identificou-se, também, realce para outros aspectos específicos de IFs. Mencionou-se, por exemplo, que essas instituições, em sua maioria, são de grande porte; são muito reguladas; há muitas demandas com prazos

legais; e são enfrentados riscos específicos de transações financeiras, inclusive relacionados a fraudes eletrônicas. Também houve referência ao necessário sigilo bancário, definido na Lei Complementar 105/2001 (Brasil, 2001b). Ainda a respeito da especificidade do objeto, a mescla de capital público e privado mereceu realce de três (14%) entrevistados, que fizeram referências a ações do TCU, do Tesouro Nacional e do Ministério da Economia.

III.14) Alcance do objetivo do trabalho de Auditoria

A segunda questão sobre IFs explora situações relacionadas ao alcance dos objetivos dos trabalhos de Auditoria. Nesse sentido, a partir das experiências descritas, de uma forma geral, os entrevistados reportaram que se alcançaram os objetivos principais das Auditorias. Porém, relataram-se diferentes situações e resultados do trabalho de Auditoria, entre eles experiências de construção e uso de painéis de informação, melhorias em processos e grau de satisfação dos colaboradores.

III.15) Causas atribuídas aos problemas identificados

Para a identificação dos riscos corporativos, Assi (2012, p. 85) sugere que os auditores respondam a um conjunto de questões sobre cada um dos objetos avaliados. As perguntas sugeridas pelo autor referem-se à identificação de possíveis ameaças. Ele inclui, dentre outros, os seguintes questionamentos relacionados à evidenciação de riscos e potenciais ameaças – erros, falhas e vulnerabilidades: “*O que pode dar errado?*”, “*Como e onde poderemos falhar?*” e “*Onde somos vulneráveis?*”.

Utilizaram-se, essas questões na análise das respostas para a pergunta “Quais as causas você atribui aos problemas identificados durante a Auditoria?”, que, na abordagem CS, pode ser relacionada à identificação de lacunas. Isso porque os fatores erros, falhas e vulnerabilidades podem estar correlacionados às causas identificadas nas Auditorias descritas pelos entrevistados. Realizou-se essa análise a fim de alcançar os objetivos específicos, envolvendo a fundamentação teórica já existente para Auditoria e para AudInf (OE₁) e as necessidades informacionais dos auditores (OE₅).

A partir dessa análise, classificaram e agruparam-se os fatores encontrados nas respostas por componentes que, nos termos utilizado por Baraldi (2005, p. 35), compõem uma visão holística da estrutura do Coso (COSO, 2013) e do Gerenciamento de Riscos Empresariais (GRE), em Língua Inglesa, *Enterprise Risk Management (ERM)*, (COSO, 2017). No Quadro 24, expõem-se os fatores e as causas associadas. Apresenta-se, no Apêndice F, discussão sobre tais fatores.

Quadro 23 – causas atribuídas aos problemas identificados

Compo- nente	Causa
Riscos e fraudes	Comprovada fraude, falta de conformidade no negócio.
	Prática corrente no mercado, não foi adotada na instituição pública. Utilizou-se uma previsão contratual para desviar recursos. Não havia controle. A Auditoria Interna e o gestor do contrato não verificavam a situação.
Objetivos estratégicos	Indefinição sobre a possibilidade de junção de duas instituições. Daí, a falta de decisão levou a não realização de concursos, a falta de pessoal, a não solução dos problemas, a falta de comunicação e a inconsistências de informações prestadas ao sistema financeiro.
	A instituição não tinha pessoal suficiente para atender suas demandas. Ficou muito tempo sem fazer concurso e contando com profissionais cedidos por outros órgãos.
Controles Internos (Gerenciamento de risco)	Diferentes culturas organizacionais. Em bancos há cultura de gestão de risco desenvolvida, mas em outros empreendimentos não.
	Precariedade do controle interno, falta de segregação de funções, falta de supervisão.
	Falta de controle básico: qualquer pessoa pode movimentar um contrato.
	Fragilidade de controle.
	Produtos com sérios problemas de controle.
	Fragilidade no controle de concessão de produto de crédito. Uma das principais causas de problemas verificada foi as fragilidades no cumprimento do objetivo e destinação de uma operação de crédito: se o risco é menor, a taxa de juros é menor, por isso é preciso ter um controle mais forte no cumprimento desse objetivo.
Pessoas	Desconhecimento de quem produzia a informação, desconhecimento do alcance da norma, desconhecimento das restrições impostas.
	Equipes com níveis de maturidade diferentes.
Informação e comunicação	Informações autodeclaradas.
	Ausência de compartilhamento de informações pelo Banco Central, que, segundo a legislação em vigor, deveria compartilhar, mas na prática não o fazia. Por outro lado, quem deveria coletar essas informações não tinham sequer uma metodologia de coleta confiável.
	Falta de acesso a bases centralizadas.
	Fluxo de informações com diferentes graus de maturidade.
Processos	Inércia de gestores, talvez até por falta de conhecimento sobre os produtos, os processos ou os resultados da organização.
	Gestores não qualificados sobre o produto.
	Falta de priorização de atividades e de processos.
	Inexistência ou insuficiência do mapeamento dos processos e de sua validação, em particular, mapeamento dos fluxos de informação: sem o mapeamento, gestores e auditores trabalham no escuro. Se o fluxo está disponível, é possível saber onde estão os problemas, é possível identificar os atores, é possível fazer previsões de melhorias.

Compo nente	Causa
	Havia alto risco de descontinuidade dos ambientes de produção por debilidades do plano de continuidade de TI.
	Diferentes metodologias para cálculo de <i>rate</i> dos produtos. Em alguns casos, as falhas da homologação eram evidentes.
	Processo de testes: falta de definição de um processo estruturado de testes ou processo de testes de baixa qualidade ou falta de capacidade tecnologia para suportar o processo de testes.

Fonte: elaborada pela autora.

III.16) Conhecimentos necessários para o trabalho realizado

Nas entrevistas, em resposta ao questionamento sobre os conhecimentos que auxiliaram a compreensão das situações encontradas na realização do trabalho de Auditoria selecionado, os profissionais elencaram uma série de pontos que podem compor um alicerce de formação dos auditores nos tempos atuais. Tais pontos incluem desde questões que podem levar a reflexões sobre o papel do auditor na sociedade até um rol de conhecimentos de algumas especialidades de Auditoria. No Apêndice F, apresenta-se uma discussão sobre essas questões segmentadas em sete tópicos: (a) transformação da Auditoria, (b) equipes multidisciplinares, (c) perfil do auditor, (d) formação dos auditores, (e) conhecimento sobre o objeto, (f) conhecimento sobre o mercado e a organização, e (g) conhecimentos sobre as metodologias.

III.17) Inclusão de orientações para evitar os problemas identificados

Sobre as orientações que poderiam ser incluídas para aprimorar o planejamento, os entrevistados destacaram que, para atuar na Auditoria, é necessário conhecer o negócio e os sistemas de informação que suportam o negócio. Especificamente acerca de mercado financeiro, um profissional ressaltou a existência de uma grande diversidade de instituições, de diversos tipos de negócios e de diferentes estruturas societárias. Segundo o entrevistado, em avaliações de objetos das IFs realizadas por Auditorias independentes ou órgãos de controle e de fiscalização, é preciso considerar as muitas possibilidades de parametrização e de sistemas envolvidos nas várias organizações, que podem ser de capital aberto ou fechado, de natureza pública ou privada, e de diferentes relações societárias – nacional ou com sócio estrangeiro ou com controle estrangeiro. As respostas obtidas sobre o assunto estão comentadas no Apêndice F.

III.18) Diretrizes para Auditoria em IFs

Ao responder à questão sobre diretrizes para a AudInf em IFs, os participantes fizeram uma série de indicações. Algumas com orientações específicas para essa especialidade ou para esse tipo de instituição. Outras indicações cabem para qualquer tipo de Auditoria, ou seja, foram mais genéricas. O conjunto de respostas parece confirmar a existência de objetivos afins entre diversas modalidades de Auditoria, em sintonia com comparações feitas por Dias (2006).

De acordo com Dias (2006), exceto casos de avaliações técnicas de áreas especializadas, como a tributária e a contábil, outras modalidades de Auditorias buscam alcançar o mesmo objetivo da Auditoria de Processo. Inclusive, segundo esse autor, a Auditoria de Sistemas Informatizados¹²¹ não representa uma modalidade de Auditoria diferenciada de Auditoria de Processos. A discussão sobre essa questão envolve importantes aspectos relacionados ao conceito e às classificações de Auditoria e de AudInf, conforme seção 2.

Apresentam-se as indicações de diretrizes feitas pelos entrevistados no Apêndice F, com base na seguinte classificação por tema: objetivo de avaliação, objetos de avaliação, critérios de avaliação, periodicidade de avaliação, referencial metodológico, posição da unidade de Auditoria na arquitetura corporativa, capacitação de auditores e formação de equipe. Nesta seção, em função da relevância encontrada na revisão de literatura, sublinham-se, apenas, as questões relacionadas aos objetos e ao referencial metodológico para Auditoria.

Quadro 24 – objetos de diferentes tipos de AudInf

Tipo de Auditoria	Objeto
de comunicação	Fluxos de informação
mapeamento de informação	Recursos de informação
de Sistemas de Informação	Ferramentas tecnológicas empregadas para manipular os recursos de informação
de conhecimento	Gestão do conhecimento
de inteligência	Relacionado à Gestão da Informação e à Gestão do Conhecimento

Fonte: adaptada de Botha e Boon (2003).

Sobre as diretrizes relacionadas aos objetos, é interessante comentar uma lista dos objetos que, de acordo com a literatura consultada, podem pertencer à Gestão da Informação e à AudInf. Também importa mencionar que, de acordo com Botha e Boon (2003), a AudInf,

¹²¹ De acordo com Dias (2006, p. 32), a Auditoria de Sistemas Informatizados compreende exames e avaliações dos processos de planejamento, desenvolvimento, teste e implantação de sistemas informatizados de uma organização.

dependendo do objeto, pode englobar diferentes tipos de Auditoria, a exemplo dos tipos mencionados no Quadro 25.

A título de comparação, no Quadro 26, listam-se os objetos mencionados pelos entrevistados frente aos objetos de Auditoria de Sistemas de Informação, de acordo com Imoniana (2008); objetos de AudInf, de acordo com González Guitián e Ponjuán Dante (2014); e objetos de Auditoria de TI, de acordo com Braz (2017).

Quadro 25 – objetos de Auditoria

Objeto	Entrevistados (Auditoria em IFs)	Imoniana (2008)	González Guitián e Ponjuán Dante (2014)	Braz (2017)
Análise de custos (custo-benefício)			x	
Aquisições de TI		x		x
Aspectos de governança e de gestão de TI				x
Bancos de dados	x			x
Continuidade dos negócios	x	x		
Contratos	x			
Contratos de prestação de serviços de TI				x
Controles de acesso		x		
Controles de suporte técnico		x		
Controles organizacionais e operacionais	x	x		
Estratégias e políticas de Gestão da Informação			x	
Estrutura organizacional			x	
Fluxos e mapas de informação			x	
Identificação e inventário dos recursos de informação			x	
Infraestrutura física (Controles de hardware)	x	x		x
Necessidade de informação			x	
Aplicação de leis: LAI e LGPD	x			
Operação de computador		x		
Operações de crédito (IFs)	x			
Ouvidoria	x			
Plano de contingência e de recuperação de desastres		x		
Processos de negócios suportados por TI				x
Processos-chave			x	
Produtos	x			
Redes de computadores		x		
Segurança da informação	x			x

Objeto	Entrevistados (Auditoria em IFs)	Imonian a (2008)	González Guitián e Ponjuán Dante (2014)	Braz (2017)
Sigilo da informação	x			
Sistemas aplicativos		x		
Sistemas de informação	x		x	x
<i>Softwares</i> de Auditoria de Sistemas		x		
Técnicas de coleta e análise de informações			x	
Tipo de informação divulgada externamente	x			

Fonte: elaborada pela autora.

Figura 36 – atuação por processos

- Atuação por processos**
- ponto fundamental;
 - identificação dos processos de negócio da instituição;
 - cobertura de todos os processos;
 - conhecimento sobre quais são os processos que mais apresentam problemas;
 - cobertura de processos críticos, em particular aqueles que tem mais problemas;
 - processos mapeados e organização desses dados são base para avaliações;
 - necessário o entendimento de como funciona o processo e suas bases, se necessário, fazer seu fluxograma;
 - mapeamento de processos críticos das empresas;
 - mapeamento e de análise dos riscos dos processos;
 - desenho dos processos como um todo;
 - não deixar pontos cegos na definição da auditoria sobre os segmentos de atuação.
 - atenção ao processo de gestão de demandas;
 - revisão dos processos.
 - consciência de que os problemas ocorrem e precisam ser analisados.

Fonte: elaborada pela autora.

Analisaram-se as diretrizes relacionadas ao referencial metodológico para Auditoria em IFs, citadas pelos entrevistados, considerando-se os aspectos relacionados à metodologia de Auditoria, em geral, e de AudInf, apresentados nas seções 2.2.4 e 2.3.4. Nesse sentido, nas entrevistas foi possível identificar algumas indicações que podem ser úteis para elaboração de diretrizes relacionadas a esse referencial metodológico. Em relação aos 22 entrevistados, 13 (60%) indicaram, de alguma forma, necessidade de atuação por processos. Apresentam-se, na Figura 36, os pontos citados em relação a essa atuação.

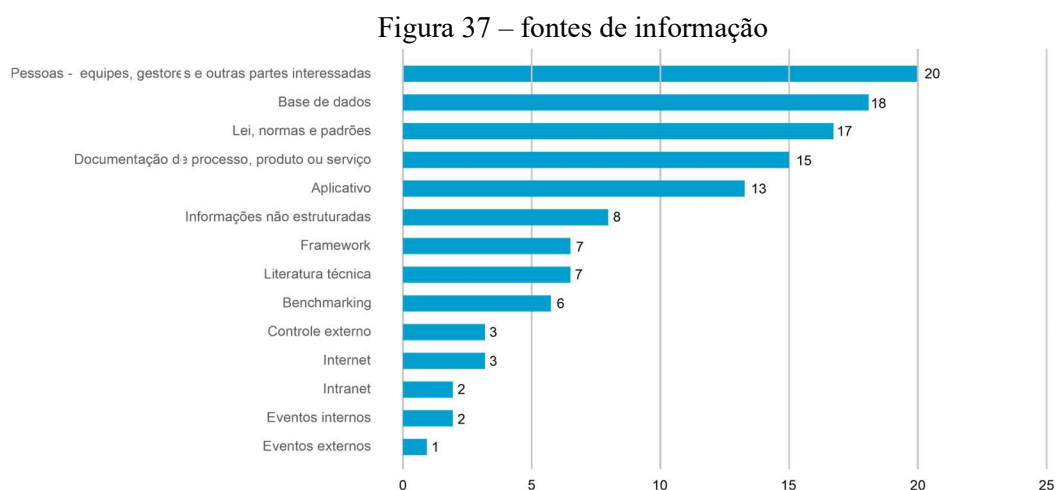
6.3.5 Aspectos relacionados às necessidades informacionais

A quarta parte do roteiro de entrevistas explora as experiências dos profissionais no que diz respeito às necessidades informacionais e a atividade de Auditoria. Sem perder de vista a abordagem CS, pesquisam-se situações, dificuldades, alternativas e sentimentos envolvendo necessidades e fontes informacionais. Do ponto de vista teórico, esse tema foi discutido na

seção 2.5. Nesse item, em particular, o foco, a perspectiva de observação, é do ponto de vista do auditor e não dos gestores, dos clientes ou de qualquer outra parte interessada. Nessa seção, comentam-se as respostas, brevemente, em ordem de questão do roteiro de entrevista. Discutem-se, no Apêndice F, as respostas sobre o assunto.

IV.19) Necessidades informacionais e fontes de informação

Um dos aspectos de interesse relacionado às necessidades informacionais é a identificação das fontes de informação utilizadas no exercício profissional da Auditoria. Nessa direção, houve 122 respostas ao questionamento “quais as principais fontes de informação foram utilizadas no trabalho de Auditoria?” Apresenta-se uma síntese sobre o que foi citado, organizada em 14 categorias de fonte, conforme Figura 37. Detalha-se cada categoria no Apêndice F.



Fonte: elaborada pela autora.

Nas respostas obtidas, confirmou-se a busca de informações em diversos tipos de canais ou formatos, incluindo fontes formais, como normas e regulamentos, ou informais, por exemplo, conversas. E, como fonte de informação, foi destacada a importância da experiência profissional e do compartilhamento de informações entre colegas. Também se evidenciou o uso de canais internos e externos; e de fontes orais ou escritas. Por fim, verificou-se coincidência entre as descrições com o comportamento informacional descrito por Martínez-Silveira e Oddone (2007) e à busca para satisfazer às necessidades de informação.

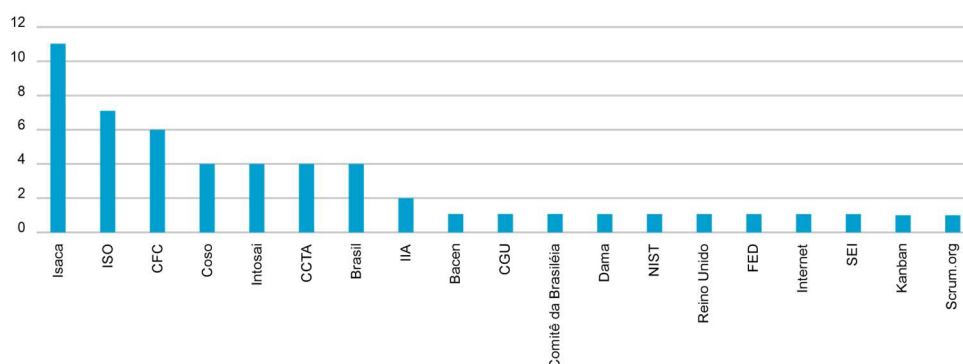
IV.20) Necessidades informacionais, normas e padrões de Auditoria

A respeito das respostas sobre fontes de informação, os entrevistados listaram os benefícios esperados quando buscam normas e padrões de Auditoria. Citaram, entre outros

benefícios, a elevação do padrão do trabalho, facilidades para o planejamento e orientações para a segurança da informação. Um deles expôs benefícios do uso dos *frameworks* Scrum¹²² e Kanban¹²³, e o outro, sobre o Cobit, afirmou:

poupa o trabalho...dá metade do caminho. ... guia e, para a esmagadora maioria das Auditorias informacionais e de TI, no caso específico, que esses padrões são padrões de TI, ele atende a 99% das situações porque ele já é um destilado de uma experiência coletiva, são destilados de experiência coletiva.

Figura 38 – entidades emissoras de normas e padrões técnicos



Fonte: elaborada pela autora.

Em relação ao total dos itens citados, houve menção a 19 entidades e 53 normas ou padrões técnicos. No gráfico da Figura 38, apresenta-se a quantidade de itens citados nas entrevistas por entidades emissoras e, no Quadro 27, os itens citados pelos respondentes. Ainda, sobre padrões, normas técnicas e boas práticas de mercado, nas entrevistas, mencionaram-se as certificações profissionais, a exemplo do *Certified Internal Auditor (CIA)* (IIA, 2022). No Apêndice F, apresentam-se os comentários sobre as respostas.

Quadro 26 – normas e padrões técnicos por entidade emissora

Normas Bacen	Bacen
Legislação	Brasil
ITIL	Central Computing and Telecommunications Agency
IPSAS	CFC
Normas contábeis	CFC
Normas de Auditoria da CGU	CGU

¹²² Scrum é um *framework* para gerir, desenvolver e manter projetos complexos ou projetos do modelo ágil (ET-CHECHURRY, 2022, p.6).

¹²³ Kanban é uma técnica desenvolvida para viabilizar a produção *just-in-time*. Inclui como objetivo o controle e a manutenção do fluxo contínuo de produção, além do controle visual do fluxo ao longo da cadeia de valor, da eliminação de perdas e da reposição baseada na proporção consumo *versus* demanda (ABPMP, 2013).

Normas Bacen	Bacen
Diretrizes Basiléia	Comitê da Basiléia
Coso	Coso
DMBok	Dama
CAMEL	FED
Normas de Auditoria Interna	IIA
Checklists	Internet
Normas de Auditoria Governamental	Intosai
Cobit	Isaca
Normas técnicas internacionais	ISO
Kanban	Kanban
Normas de segurança da informação	NIST
BSI	Reino Unido
Scrum	Scrum.org
Capability Maturity Model Integration (CMMI)	Software Engineering Institute

Fonte: elaborada pela autora.

IV.21) Quantidade e qualidade das fontes de informação

Um ponto de investigação importante, sob a ótica da abordagem CS, diz respeito à quantidade e à qualidade das fontes de informação. *A priori*, considerou-se que estudos envolvendo esses aspectos podem auxiliar a identificação de lacunas das fontes para suprir as necessidades de informação dos auditores. Também podem apresentar indicativos para descobrir diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação. A seguir apresenta-se um resumo das respostas e, no Apêndice F, acrescentam-se as informações sobre as manifestações dos entrevistados.

Conforme resposta de onze (52%) entrevistados, suas necessidades de informação na Auditoria foram atendidas. Em contrapartida, outros seis (29%) entrevistados afirmaram que as fontes não foram suficientes para suprir as necessidades em relação à quantidade ou à qualidade de informações. Além das respostas taxativas, alguns entrevistados apresentaram uma posição de incertezas sobre a possibilidade de atestar a qualidade das informações obtidas.

Por fim, ressaltam-se dois aspectos relacionados ao tratamento de fontes de informação: dificuldade enfrentada para trabalhar com grande volume de informações e esforço da equipe de auditores para conseguir as informações necessárias. Tais aspectos sinalizam importância de olhar com atenção para as questões informacionais no exercício profissional da Auditoria.

IV.22) Necessidades informacionais e dificuldades de obter informações

A respeito da obtenção das informações necessárias para o trabalho de Auditoria, a maioria (90%) dos entrevistados apontaram algum tipo de dificuldade, e apenas dois (10%) respondentes afirmaram não haver encontrado obstáculo. Sobre as dificuldades identificadas, no Apêndice F, detalha-se as respostas e, no Quadro 28, apresenta-se uma síntese destas.

Quadro 27 – dificuldades de obtenção das informações necessárias

Tipo	Dificuldades
Acesso	Ausência de perfil de acesso específico para auditores em sistemas legados
	Acesso à base de dados em fase de produção
	Negativa de acesso às informações pessoais ou submetidas ao sigilo fiscal, consideradas sensíveis
Qualidade	Ciclo de vida de informação muito dinâmico, muito rápido
	Baixa confiabilidade de informações autodeclaradas
	Dúvida sobre a integridade dos dados
	Respostas evasivas de gestores
	Dúvida sobre tratamento prévio de base de dados
Formato	Documentos na forma textual, na forma de relatórios, em documentos físicos, em bancos de dados departamentais, sistemas não corporativos
	Diversidade de formatos de dados nas diferentes áreas: uma área trabalha com SQL, outra com <i>postgree</i> e outra banco de dados Cobol, que exigem formatação de relatório
Modelo	Modelos estatísticos com base em informações não confiáveis
	Modelos do gestor não documentados
Formação do auditor	Falta competência para avaliar a qualidade dos dados recebidos
	Falta de conhecimento e de experiência relacionada aos modelos, metodologias, processos de negócio e ao fluxo de informações
	Falta de experiência profissional
	Falta de conhecimento em análise de metodologia e de procedimentos de negócio
	Falta desenvolver habilidade para elaboração de perguntas
Gestão da Auditoria	Número insuficiente de profissionais com conhecimento em TI.
	Contrato ou convênio com empresas de consultoria não divulgado aos auditores
	Acelerado crescimento na carreira de auditor
	Rotatividade de profissionais
Relacionamento com a área auditada	Falta de tempestividade no atendimento à Auditoria
	Ocultação de informações relevantes pelo gestor
	Repasse de informações em formato inadequado para a Auditoria
	Negativa de acesso à bases de dados inteira, por vezes, em função de custo
	Demandas simultâneas de Auditoria para uma mesma área
	Dificuldade de comunicação
	Divergência entre percepções entre gestor e auditor

Tipo	Dificuldades
	Gestor da área auditada não tem boa percepção ou não teve acesso a bons resultados de trabalhos de Auditoria já realizados.
	Modelo caixa preta. Gestor não se esforça para que a Auditoria compreenda seus processos
	Ao final da Auditoria o que fica para o gestor é a tarefa de realizar as ações recomendadas
Cultura	Dificuldade de disseminar e explicar, para a organização, como funcionam alguns recursos informacionais.

Fonte: elaborada pela autora.

IV.23) Obstáculos ao atendimento das necessidades informacionais

Embora muitas dificuldades tenham sido mencionadas pelos entrevistados, apenas em um (5%) caso, descreveu-se que a falta de informações impediu a manifestação de opinião dos auditores. A situação descrita se refere ao sigilo fiscal e resultou em abstenção de opinião. Em outro caso, o entrevistado comentou acontecer situações semelhantes na Auditoria de sua instituição, mas raramente. Um terceiro profissional contou sobre haver uma grande resistência para apontamentos de pendência de valor alto.

Nos demais casos, as descrições dos trabalhos revelam conseguir informações suficientes para formação de opinião, apesar de descrição de situações tensas e da necessidade de busca de fontes alternativas, mais complexas e morosas. Em dez (45%) descrições, os entrevistados foram explícitos em dizer que obtiveram todas as informações necessárias e que as dificuldades não inviabilizaram a formação de opinião, ainda que demorasse um pouco mais para conseguir ou fosse necessário buscar fontes de informação alternativas. Nos demais casos (50%), embora a declaração não tenha sido explícita, os respondentes descreveram superação dos problemas e obtenção de informação suficiente para formação de opinião. No Apêndice F, apresentam-se outras informações destacadas das respostas.

IV.24) Necessidade de busca por fontes de informação alternativas

Ainda sobre as fontes de informação, os entrevistados foram questionados sobre a busca de alternativas para atender as necessidades informacionais. Três (14%) profissionais responderam que não houve situações que exigissem a busca de alternativas. E outros três (14%) destacaram não haver, na organização em que trabalham, limitação de recursos para a busca do que for necessário. Segundo eles, não faltam ferramentas, recursos e capacitações. Também se mencionou, em um dos casos, que a Auditoria tem orçamento próprio suficiente para obtenção dos recursos necessários. No Apêndice F, comentam-se as respostas obtidas.

IV.25) Satisfação das necessidades informacionais

Solicitou-se aos entrevistados manifestar seu grau de satisfação no processo de busca das informações para suprir suas necessidades no exercício profissional. Nas respostas, quatro (19%) entrevistados ressaltaram o suporte recebido de membros da equipe e de colegas auditores com alto nível de capacitação. De acordo com outro respondente, seu sentimento é de segurança por participar de equipe formada por pessoas com título de doutorado ou com doutorado em andamento. Em outro caso, atribuiu-se o sentimento de confiança ao suporte de pessoas “superexperientes nas áreas de negócios e de TI”. Outro respondente defendeu “trazer a universidade para dentro da Auditoria”. De acordo com ele, na Auditoria, é necessária a associação dos conhecimentos produzidos no meio acadêmico com os produzidos no mercado.

A respeito do resultado, é interessante destacar a satisfação que alguns profissionais manifestaram por ter alcançado mudança de metodologia ou adoção de novas ferramentas no processo de Auditoria. Além dessa, destacaram-se outras manifestações no Apêndice F.

6.3.6 Experiências relacionadas à confiança

A última parte da entrevista constitui questões para exploração de experiências relacionadas à confiança, isso inclui confiança sob várias perspectivas, mas com foco na troca de informações confiáveis. Nessa seção, em ordem de questão do roteiro de entrevista, pontos destacados das respostas são comentados. No Apêndice F, comentam-se as respostas detalhadamente.

Ressalta-se o fato de a confiança ser um fenômeno de via dupla. Assim, a discussão envolve fatores que impactam a confiança do auditor em relação ao auditado e vice-versa. Além disso, com base em que ponto de vista apresentam-se as posições colhidas nessas entrevistas. Embora haja referências às relações da área auditada com o auditor, com a equipe de Auditoria e com a Auditoria como instituição, realizaram-se as entrevistas, apenas, com auditores. Além disso, formularam-se estas com base nas opiniões pessoais dos entrevistados.

Acerca de aspectos conceituais, um entrevistado considerou a credibilidade sinônimo da confiança. Outro questionou se não seria mais adequado, em relação à Auditoria, utilizar o conceito de “confiabilidade” no lugar de “confiança”. Ele sustentou que “confiança” é um conceito mais subjetivo enquanto “confiabilidade” seria “um pouco mais técnico” e diretamente ligado à veracidade das informações. Entretanto, a defesa do uso do termo e do conceito de “confiança” passa pelo esclarecimento feito por outro entrevistado. Ele explicou que, confiança,

em um sentido abrangente, tem dois componentes: tem a ver com acreditar nas boas intenções e acreditar no rigor metodológico da Auditoria. Explicou que ela ocupa papel central em qualquer organização: *“faz parte do contrato social de qualquer organização”*. E alertou que, quando não há confiança, criam-se controles existentes expandidos, a ponto de que sua estrutura se torna maior que os benefícios, e seu custo não paga mais a sua operação. E, enfim, ele conclui que o controle é necessário, mas que é preciso ter cuidado para não tornar a organização burocrática ou ineficiente. Destaca ser preciso, no mínimo, confiar que as pessoas, cada uma, em seu espaço, deve cumprir o seu papel.

Nesse sentido, se propõe pertinente o uso do conceito “confiança” em relação à Auditoria. Não se restringe à veracidade das informações, conforme seção 2.4; refere-se à necessidade de acreditar em algo, a um ingrediente básico de interação social e corriqueiro da vida cotidiana.

V.26) Confiança e relacionamento da Auditoria com a área auditada

A respeito da presença de confiança no relacionamento entre as partes representadas em uma Auditoria, identificaram-se várias abordagens. Entretanto, entre os elementos encontrados no trabalho do auditor que interferem no grau de confiança alcançado, destaca-se a importância das evidências. A respeito disso, um entrevistado comentou que confia no que foi dito pelo gestor de negócios, mas pede evidências. Um outro advogou que afirmações devem ser feitas com evidências, que são a garantia da qualidade e que se as evidências não forem robustas, há dificuldade em confiar. Em sentido inverso, um entrevistado afirmou *“pode ter certeza, para toda fechadura, tem um ladrão que é capaz de abrir”*. Segundo ele, quando há alguma distorção é necessária investigação, mas, a princípio, o auditor deve confiar nas informações que ele solicita. Então, se houver evidência de que houve fraude, erro, ou prejuízo à qualidade da informação, a falta de confiança se fortalece e pode indicar a necessidade de fazer mais testes para confirmar uma situação.

Ainda sobre irregularidades, ressalta-se que procurar fraude, como um respondente destacou, não é papel do auditor. Esse tipo de objeto, de acordo com Dias (2006), deve ser avaliado em uma Auditoria Especial. Mas, segundo o entrevistado, o auditor deve confiar na informação que ele recebe, e, se existir motivo para desconfiança, a administração deve ser instada a tomar providências de apuração.

Outro ponto que merece ser destacado é um diagnóstico apontado de que entre as causas da falta de confiança na Auditoria estão alguns problemas de comunicação. Um entrevistado disse que muitas vezes *“nós não somos bem compreendidos”*. Outro falou ser comum auditores

terem “*má fama*” em virtude de apontamentos frequentes de problemas para os gestores resolverem.

V.27) Momentos de identificação de problemas relacionados à confiança

A respeito do momento da identificação de problemas relacionados à confiança, as respostas obtidas nas entrevistas apontam muitas alternativas. Porém, identificaram-se cinco padrões de respostas: ausência de problemas relacionados à confiança; clima passível de ser classificado como “crise de confiança”; destaque para o potencial uso de análise de dados para aumentar o nível de confiança em trabalhos de Auditoria; necessidade de extensão dos testes ou a execução de novas verificações para alcance de confiança; e percepção de problemas relacionados à confiança apenas no final dos trabalhos.

Ainda acerca da discussão das respostas a essa questão, destaca-se o ponto de vista de um entrevistado sobre crise de confiança. De acordo com ele, um ambiente sem confiança é “um ambiente muito burocrático” com “muito controle” e, ainda assim, com muitas falhas. Essa abordagem traz importante elementos para reflexão sobre a extensão da atuação da Auditoria. No Apêndice F, apresenta-se discussão mais detalhada sobre as respostas a essa questão.

V.28) Confiança nos resultados de trabalhos da Auditoria

Como medir o resultado dos trabalhos de uma Auditoria ainda não é uma questão consolidada. Calcular os benefícios da atividade não se resume à verificação quantitativa. Nas palavras de um entrevistado, é uma “*avaliação subjetiva*”. Não envolve, apenas, valores monetários, número de “*produtos vendidos*” ou horas de “*serviços prestados*”. São múltiplos os fatores envolvidos, inclusive diferentes objetivos almejados. O que tais objetivos têm em comum, conforme exposto ao longo desse documento, é a confiança. Porém, medir os resultados da Auditoria não faz parte do escopo desse estudo. Busca-se, por meio deste trabalho, compreender como os entrevistados percebem a confiança no resultado dos trabalhos realizados. Apresentam-se, no Apêndice F, as manifestações sobre essa percepção.

V.29) Confiança e postura do auditor

Sob uma perspectiva mais individual, na entrevista, exploraram-se fatores relacionados às condutas dos profissionais no alcance de confiança da instituição em que trabalha. A respeito do assunto, ressalta-se que a separação entre avaliação da unidade de Auditoria e da atuação do auditor é, apenas, didática. Isso porque, muitas vezes, uma é reflexo da outra. Com essa ressalva, pontos destacados nas respostas são mencionados a seguir e detalhados no Apêndice F.

As respostas incluíram aspectos relacionados à necessidade de um foco mais humano, um conjunto de riscos da atividade de Auditoria e uma lista de fatores que podem contribuir para alcance de confiança na instituição em que trabalha o auditor.

Mas a natureza técnica do trabalho do auditor também foi mencionada. E, acerca de como a conduta se refletiu para o alcance de confiança na instituição, recomendou-se uma série de atitudes, entre elas a atuação com independência e cuidado com conflitos de interesses. Também se ressaltou a necessidade de uma conduta ética e com base no código de ética. Além das condutas e recomendações sublinhadas, um resumo dos aspectos mencionados pelos entrevistados está listado no Quadro 29.

Quadro 28 – fatores que contribuíram para alcance de confiança

Cate goria	Fator que contribuiu para alcance de confiança
Atitude	agir com autoconfiança na capacidade de trabalho; agir com humildade – reconhecimento de não saber tudo; agir com independência; buscar aperfeiçoamento contínuo; buscar confiança e proximidade; mostrar empatia; mostrar que conhece o processo auditado; mostrar uma postura de ajuda e contribuição; executar trabalho qualificado e reconhecido; evitar clima de animosidade; evitar surpresas; gerar bons resultados; manter relação de independência; ter atenção para aspectos culturais; trocar experiência com outros profissionais da organização;
Conduta ética	baseada no código de ética; postura atenta às pessoas que se aproveitam das fragilidades dos processos; postura ética;
Conduta profissional	baseada no regulamento de Auditoria: reportar as fragilidades que encontrar; bom relacionamento duradouro no dia a dia com auditados; comportamento precavido, cuidar do risco de imagem; não ser rude, não ter relação de amizade; postura baseada nas normas de Auditoria e normas do setor público; postura crítica: entregar, efetivamente, valor para a sociedade; trabalho com objetivo da agregar valor para a instituição; trabalho com seriedade;

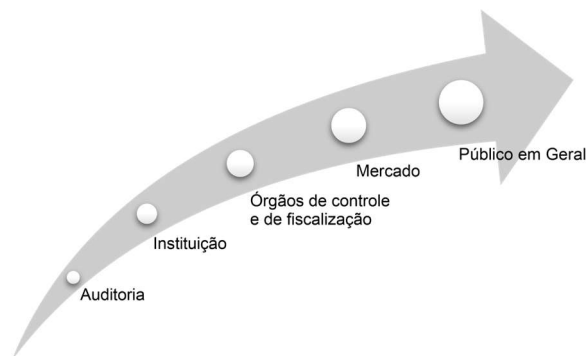
Categoria	Fator que contribuiu para alcance de confiança
Conhecimento	sobre o negócio; (2x) sobre mineração de dados; sobre o assunto; sobre técnico; (2x) sobre a posição dos órgãos de controle e da supervisor bancário; do perfil dos empregados e gestores da área;
Diálogo	abertura para discussão dos apontamentos; abertura para negociação, conversa; discussão dos achados ao longo do trabalho de Auditoria; discussão prévia dos apontamentos; linguagem clara; muito diálogo, muita conversa;
Experiência	em Auditoria (2x); em trabalhos nas unidades da rede; profissional (3x);
Habilidade	de comunicação; de negociação; de utilizar novas tecnologias; de fazer algo melhor ou mais rápido na próxima vez;
Imagem da Auditoria	promoção de confiança no auditor; composição de equipes de trabalho com pessoas que mantenham confiança; elaboração de planejamento de qualidade; reconhecimento do grau de conhecimento e da habilidade do auditor;
Transparência	no relacionamento; nas ações; ao longo do trabalho da Auditoria: “jogava aberto, jogava limpo”.

Fonte: elaborada pela autora.

V.30) Confiança entre Auditoria e auditado, administrador e comunidade

Ao final das entrevistas, solicitou-se aos participantes que destacassem, com base em sua experiência profissional, ideias relacionadas à confiança entre a Auditoria e os auditados, os administradores e a comunidade. Na Figura 39, esquematiza-se, na visão dos entrevistados, o alcance dos resultados dos trabalhos de Auditoria. Também, por meio das respostas obtidas, extraíram-se, principalmente, fatores de confiança ligados (a) à imagem da Auditoria e da instituição, (b) ao reconhecimento dos trabalhos realizados, (c) ao relacionamento entre as partes interessadas, (d) às mudanças no processo de Auditoria e (e) à capacitação dos auditores. No Apêndice F, apresentam-se mais informações sobre as respostas.

Figura 39 – alcance do resultado dos trabalhos de Auditoria



Fonte: elaborada pela autora.

6.4 DESIGN DO ARTEFATO – RESULTADOS

O caminho percorrido para a elaboração da tese teve como orientação a metodologia de pesquisa adotada e descrita na seção 5. Para o alcance dos resultados apresentados nesta seção, realizaram-se revisões de literatura, coleta e análise de dados. Nessa trajetória, foi fundamental uma diretriz para a condução de um processo de DSR (LACERDA et al., 2013). Vale repetir que esses autores orientam que *“a busca por um artefato efetivo exige a utilização de meios que estejam disponíveis para alcançar os fins desejados, ao mesmo tempo que satisfaçam as leis que regem o ambiente em que o problema está sendo estudado”*.

Com base nessa diretriz, nessa etapa de resultados, realizou-se uma revisita e um balanço dos resultados obtidos parcialmente, em particular para verificar o cumprimento dos OE e se essa condição foi suficiente para avançar na formulação de diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação. Realizou-se esse balanço, também, com base na análise do discurso coletivo. Como resultado do balanço, elaborou-se o Quadro 30, a respeito de uma correlação entre os conceitos pesquisados, os pontos de investigação, as variáveis de análise e os Objetivos Específicos (OEs), exceto o OE₂, que foi definido com foco exclusivo de auxiliar na escolha de instrumentos para auxiliar a elaboração de diretrizes para uma teoria da AudInf. O resultado relativo a esse objetivo está implícito no resultado dos demais objetivos específicos.

Sobre o conteúdo do quadro, importa esclarecer que houve uma síntese dos pontos de investigação com revisão e eliminação de redundâncias. Por exemplo, houve agrupamento do conteúdo relacionado a documentos, exposto, para efeito de identificação de diretrizes, no ponto de investigação “fontes documentais”.

6.4.1 Resultados: Auditoria e AudInf

Após os procedimentos de coleta e análise de dados, faz-se necessário uma síntese dos resultados obtidos sobre Auditoria e AudInf. O primeiro resultado destacou a ausência de formalização de conceito de Auditoria nas fontes consultadas. Tampouco apresentou conceito formal para a AudInf, conforme citado na seção 2.3.1. Pelo contrário, houve uso de termos que sugerem uma certa confusão conceitual.

Para a realização das entrevistas, utilizou-se uma definição de AudInf: “*uma atividade de avaliação de processos, fluxos e recursos de informação, inclusive considerando custo, necessidade e comportamento informacional de cada uma das partes interessadas em uma Auditoria*”. E, com esse sentido, a maioria dos entrevistados, nas mais diversas especialidades de Auditoria, conforme descrito na seção 6.3.3, associaram trabalhos executados à AudInf.

Já em relação aos documentos obtidos e analisados, conforme descrito na seção 6.1, nenhum cita a AudInf. Nos documentos dos órgãos de controle – CGU e TCU, relatou-se resultado de diferentes tipos de Auditoria: Auditoria Interna Governamental e de Auditoria de conformidade, operacional, financeira e integrada. Porém, nos documentos da Auditoria Independente, apenas se identificaram avaliações das demonstrações contábeis.

Com base na análise das respostas das entrevistas, formou-se o **entendimento de que, na prática, toda Auditoria, de certa forma, envolve atividades de Auditoria de Informação**. Isso porque toda Auditoria, de uma forma ou de outra, inclui avaliação de recursos informacionais. Outro entendimento, nesse caso reafirmado, é o de que **os trabalhos de Auditoria visam alcançar a confiança das partes interessadas**. Porém, os resultados também sugerem a possibilidade de existência de objeto específico para a AudInf, a exemplo de avaliação de fluxo informacional e comportamento informacional. Esses objetos têm características próprias, que formam objeto de estudo da CI.

Quadro 29 – conceitos, objetivos específicos e variáveis de análise

Conceitos	Ponto de investigação	Variáveis de análise
fundamentos teóricos já existentes para a Auditoria e para Auditoria da Informação (oe ₁)	objetivo da Auditoria	(i) objetivo específico de Auditoria em IF; (ii) alcance; (iii) outras.
	fundamentos para AudInf	(i) fundamentos para a Auditoria e para AudInf; (ii) diretrizes disponíveis para a Auditoria; (iii) diretrizes para avaliação de processos, fluxos e recursos informacionais; (iv) diretrizes para a avaliação de recursos, necessidades e comportamentos informacionais
	experiências em AudInf	(i) experiência de Auditoria em processos, fluxos e recursos de informação, inclusive considerando custo, necessidade e comportamento informacional
	problemas identificados	(i) ocorrências; (ii) causa; (iii) quando foi identificado problema; (iv) lacunas de diretrizes para testes de avaliação de processos, fluxos e recursos de informação; (v) falta de diretrizes para a avaliação de recursos, necessidades e comportamentos informacionais; (vi) outras.
	solução para os problemas	(i) orientações incluídas no planejamento; (ii) solução; (iii) fatores que facilitaram o trabalho de Auditoria
	modelos, ferramentas e técnicas	(i) percepção de necessidade de modelos, ferramentas e técnicas para avaliação de fluxos e recursos de informação
instituições financeiras (oe ₂)	características IFs no Brasil	(i) tipo (pública ou privada); (ii) natureza jurídica; (iii) serviços; (iv) descrição; (v) contexto; (vi) porte
	relacionamentos	(i) Bacen; (ii) CVM; (iii) B3; (iv) coligadas
	fragilidades	(i) fragilidades identificadas;
	diretrizes	(i) diretrizes para Auditoria de IFs;
principais necessidades informacionais para Auditoria. (oe ₃)	fontes - documentais	(i) instituição emissora; (ii) tipos de documento; (iii) autor; (iv) destinatário; (v) data (vi) conhecimentos para compreensão
		(vii) Constituição Federal; (viii) leis; (ix) normas internas; (x) padrões Intosai; (xi) padrões IIA; (xii) normas contábeis; (xiii) boas práticas de TI; (xiv) Sarbanes Oxley; (xv) acordos internacionais - Basileia (xvi) outras.
	fontes - pessoas	(i) equipe de auditores; (ii) especialistas (iii) outra opção
	planejamento, execução e divulgação dos resultados de Auditoria	(i) principais necessidades informacionais para o exercício profissional da Auditoria; (ii) diretrizes para execução da Auditoria.
	dados, informações e conhecimentos necessários	(i) busca de fontes de informações alternativas; (ii) acesso necessário a dados e informações; (iii) percepção de conhecimentos necessários.
requisitos informacionais confiáveis (oe ₄)	confiança	perfil e conduta do auditor (i) vínculo profissional; (ii) cargo; (iii) formação acadêmica; (iv) faixa etária; (v) certificações; (iv) impacto no alcance de confiança;
		relações de confiança (i) entre auditor e auditado; (ii) no resultado da Auditoria (iii) entre auditados, administradores e comunidade
	confiança entre as partes	(i) experiências relacionadas à confiança entre as partes;
	quantidade e qualidade da informação	(i) suficiência; (ii) dificuldade para obter informações; (iii) impedimento; (iv) alternativas; (v) grau de satisfação (sentimentos); (vi) requisitos para obtenção de informações confiáveis em trabalhos de Auditoria (vii) outras.

Fonte: elaborada pela autora.

O segundo resultado a ser destacado é que, embora o trabalho de Auditoria não possa ser confundido com o trabalho da gestão, sua **atuação deve contribuir no processo de decisão para o alcance dos objetivos estratégicos e para a realização dos negócios da instituição**. Também foi identificada carência de fundamentação a respeito da relação entre Auditoria e gestão, abordado na seção 2.3.2. Ainda sobre isso, nos problemas identificados e na solução deles, o estudo sugere a pertinência do reconhecimento da importância da AudInf para a gestão estratégica das organizações, como revelado no estudo feito por Carvalho (2022). Nesse sentido, o resultado indica a existência de espaço para a realização de AudInf, que pode auxiliar as organizações na obtenção de informações relevantes e qualificadas.

Outra questão, abordada basicamente nas entrevistas, diz respeito ao custo do trabalho de Auditoria, em particular em IFs, que são entidades de grande porte com extensa rede distribuída em todo o território nacional. Alguns colaboradores afirmaram que trabalham com painéis, que um projeto de Auditoria é relativamente caro, e, por essa razão, uma alternativa para redução das despesas é investir em avaliação a distância. Também se argumentou que o investimento em tecnologia pode proporcionar maior assertividade e redução do tempo de execução dos trabalhos, inclusive possibilitando maior tempestividade para resposta a possíveis problemas.

As menções feitas nas entrevistas sobre as iniciativas de implantação de novas alternativas para o uso de tecnologia e o resultado da análise documental sugerem predominância de um estágio de incipiência das soluções adotadas na Auditoria. Em particular na análise documental, em quase todos os RAs o ambiente tecnológico foi considerado um PAA. Aliás, esse assunto é o ponto mais citado como merecedor de atenção. Ademais, nos RAs analisados, conforme descrito no item 6.1.8, a tecnologia também está presente na discussão sobre como o assunto foi conduzido. Entretanto, nesse caso citaram-se procedimentos genéricos, a exemplo de verificação de integridade da base de dados. Importa destacar que nesses RAs não há referência a painéis nem a uso de IA. Esses resultados sugerem que, na maioria dos casos, ainda não há diretrizes para a avaliação de recursos, necessidades e comportamentos informacionais.

Em relação à compreensão dos problemas vivenciados pelos profissionais, nas entrevistas, sublinharam-se dificuldade de delimitar a atuação em uma única gerência, uma vez que os maiores problemas perpassam uma única gerência e há limitação do poder de gerências em nível executivo. Também se citou diferença no poder de decisão de gerências distintas e prioridade no atendimento de gestores com resultados financeiros mais volumosos, em detrimento do atendimento das recomendações da Auditoria. Além disso, foi realçado que a Auditoria precisa do patrocínio do Comitê de Administração para solução de questões mais complexas e

abrangentes. Assim, reforçou-se que Auditorias pontuais e recomendações pontuais não tornam efetivas as ações recomendadas. Na análise documental, não se mencionou nenhuma restrição à extensão dos exames a várias áreas.

Sobre modelos, ferramentas e técnicas para avaliação de fluxos e recursos de informação, na maioria dos casos, os auditores conseguem acesso a tudo aquilo que precisam para trabalhar. As indicações dos colaboradores apontam a relevância de uso dos mesmos recursos pela Auditoria e pela organização, de forma a facilitar a interação. Ainda quanto às diretrizes para o referencial metodológico da AudInf, destaca-se a necessidade de:

- a) definição de responsabilidades para cada etapa do fluxo de informações;
- b) mecanismos para detecção de fraudes;
- c) adoção de modelos que ofereçam uma precisão razoável para atender a expectativa do demandante;
- d) atuação por processos e com conhecimento sobre quais são os processos que mais apresentam problemas;
- e) atuação com base em princípios de controle interno, gestão de risco e GC.

Para finalizar, outra questão a ser considerada é sobre, às vezes, a profissão de auditor ser incluída na lista daquelas que não vão persistir (SILVANO, 2019), em outras palavras, é sobre pensar se há futuro para a Auditoria que justifique investimento em pesquisas na área. A possibilidade de a profissão não persistir é, em geral, associada ao desenvolvimento de mecanismos de controle via IA. Sobre isso, a partir da investigação feita, e em concordância com Bednarek (2018), advoga-se que, munidos de novas tecnologias, como aprendizado de máquina e *blockchain*, os auditores podem ser capacitados para enfrentar novos desafios e fornecer mais serviços de valor agregado às organizações. Por isso, faz-se a defesa de que a IA não substituirá a Auditoria, mas que a Auditoria que usa a IA substituirá aquela que não faz uso dessa tecnologia (BEDNAREK, 2018). A defesa de que há futuro para a Auditoria também se sustenta na necessidade cada vez maior de confiança para a sobrevivência das organizações (ECHEVERRÍA, 1999) e na permanência dos auditores na posição de “olhos do dono”, cada vez mais necessária com a dispersão da propriedade.

6.4.2 Resultados: instituições financeiras

Na seção 3, apresentou-se o resultado de revisão de literatura realizada para explorar as diversas características das IFs no Brasil (OE₃). O conteúdo daquela seção inclui evidências da

complexidade de responder o que é e quais são essas instituições. Nesse sentido, concluiu-se que não é exato afirmar que os bancos constituem entidades autorizadas a funcionar, fiscalizadas e controladas pelo Bacen, conforme previsto em lei (Brasil, 2021a). Em decorrência dessa conclusão, nesta tese, decidiu-se considerar como banco todas as instituições que realizam intermediação financeira e selecionar para amostra da pesquisa, conforme justificado na seção 6.1.3, as 29 instituições classificadas como banco no portal da B3, com acréscimo da Caixa, por ser a única instituição enquadrada como D-SIB que não é listada no mercado acionário.

Especificamente sobre IFs, observou-se que o ambiente regulatório do SFN é sustentado pela Lei n.º 4.595/1964 (BRASIL, 2021a), que, além de ser anterior à CF (BRASIL, 1988), inclui *links* com direcionamento para artigos inexistentes na constituição em vigor. Essa lei, também, atribui ao Bacen toda a autoridade de regulação e fiscalização das IFs. Sobre a regulação, observou-se um complexo conjunto de normas, que sofrem constantes modificações. Sobre a fiscalização, não foi possível formar opinião, visto que os relatórios não são publicados e apenas um profissional se dispôs a participar de entrevista.

A respeito do ambiente onde atuam, em relação às IFs no Brasil, é ainda necessário fazer referência às informações obtidas nos portais da CVM e da B3. Nesse ambiente, muitas informações sobre as instituições estão disponíveis e orientaram a realização da pesquisa apresentada nesta tese. Entretanto, com base nessas fontes também se identificaram problemas na qualidade das informações, conforme exposto na seção 3. Adicionalmente, a partir da análise documental, sobre os relatórios do auditor independente, o resultado reforça a posição de Almeida (2005) ao revelar que as avaliações permanecem sendo feitas por exceção nos exames das demonstrações financeiras. Destaca-se, sobre esse fato, que, no Brasil, não há legislação correspondente a Sarbanes Oxley, com instrumentos para fortalecimento da avaliação de controle interno.

Acerca da AudInf de Instituições Financeiras, destacou-se a obrigatoriedade de Auditoria nessas instituições. Isto é, para IFs, em determinadas condições, os trabalhos de Auditoria Independente ou de Auditoria Interna são mandatórios. Por exemplo, por norma, todas as empresas com ações na B3 devem ter as demonstrações financeiras auditadas periodicamente (CVM, 1999). Além disso, por determinação do Bacen, as IFs devem manter serviços de Auditoria Interna (BACEN, 2017a). Por isso, para essas instituições, um dos objetivos de trabalhos de Auditoria é o cumprimento legal ou regulamentar. Todos os entrevistados, de alguma forma, fizeram menção a esse objetivo.

Em relação ao trabalho da Auditoria Independente e a avaliação de controle interno de IFs, destacou-se, no Brasil, a Circular Bacen 3.467/2009 (BACEN, 2009). De acordo com essa

circular, a Auditoria Independente deveria produzir relatório semestral sobre a avaliação de sistema de controles internos e descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, elaborado em conexão com a Auditoria das demonstrações financeiras. Essa circular foi revogada pela Resolução BCB n.º 130/2021 (BACEN, 2021b), que tem um escopo diferente e não cita a avaliação do sistema de controle interno. Também é preciso realçar que, embora a referida circular tenha permanecido em vigor até 2021, na análise documental, nenhuma menção a essa regulamentação foi encontrada nos documentos da amostra, que incluiu relatórios do auditor independente dos anos 2019, 2020 e 2021. Tal realidade expõe as instituições brasileiras a riscos de falhas de controle interno, por conseguinte, aumenta o risco de Auditoria.

Sobre trabalhos de Auditoria em IFs, as fraudes são objeto da chamada Auditoria Especial. De acordo com os colaboradores, esse assunto passou a ter maior relevância com o crescimento da quantidade de fraudes eletrônicas. A atenção para o assunto tem relação com a necessária credibilidade das IFs e ao fato de que, sob diversas perspectivas, os entrevistados destacaram preocupação com tais ocorrências. Assim, evidências de que houve fraude, erro, ou prejuízo podem indicar a necessidade de o auditor fazer mais testes para confirmar a situação ou, ainda, propor mecanismos para detecção e controle de fraudes. Em particular, um mecanismo que pode contribuir com trabalhos de Auditoria e permitir o controle de fraudes é a garantia de rastreabilidade dos atos praticados.

Por fim, sobre objetos de Auditoria, é crescente a orientação para que as entidades que atuam no mercado acionário invistam em ESG, o que está alinhado à diretriz proposta por Almeida (2005). Esse tema não foi encontrado na amostra utilizada para a análise documental. Além disso, com base no conteúdo dos RAs destinados às IFs, é possível afirmar que, no âmbito da Auditoria Independente, não é feita avaliação sobre a entrada e saída de grandes volumes de informação, situação que indica a permanência, nesse ambiente, da realidade descrita por Davenport (1998) no que diz respeito à falta de consciência do real impacto, do valor e do custo disso. Assim, parece permanecer crescente a necessidade de inclusão de mecanismos de controle do fluxo informacional no escopo de avaliação.

6.4.3 Resultados: necessidades informacionais

Na seção 2.5, apresentou-se o resultado da revisão de literatura sobre as necessidades informacionais, como parte da busca para atender o OE₅, ou seja, identificar as principais necessidades informacionais para o exercício profissional da Auditoria. O assunto também foi

explorado na pesquisa documental e nas entrevistas. Destacam-se, nesta seção, alguns resultados obtidos.

Em primeiro lugar destaca-se a centralidade das pessoas para a Auditoria, em particular no que diz respeito a aspectos ligados ao comportamento e ao conhecimento. Essa condição pode ser percebida em diversas seções desse documento. Na revisão de literatura, conforme registrado nas seções 2.2 e 2.3, são frequentes as abordagens sobre as responsabilidades dos auditores, em especial sobre a requisitos de ética e conduta. Também, conforme consta na seção 2.1.2, na evolução do Cobit, foi crescente o reconhecimento da importância das pessoas na governança de TI. Como reflexo disso, no Cobit 5, as pessoas são posicionadas no núcleo de dois elementos habilitadores: “organização e pessoas” e o “cultura, ética e comportamento”. Mais que isso, nas respostas obtidas nas entrevistas, no que diz respeito às necessidades informacionais no exercício profissional da Auditoria, as pessoas, incluindo a equipe de Auditoria, os gestores e outras partes interessadas, foram a fonte de informação mais citada.

O segundo destaque é sobre fontes documentais. A importância dos documentos para a Auditoria foi destacada. Em particular, encontra-se relevância no estudo dos atos documentais avaliados e produzidos pela Auditoria. Além disso, entre os documentos, chama-se a atenção para as leis e regulamentos, com relevância exposta na seção 2.1.3 e 6.3.6.

O terceiro ponto de destaque refere-se à crescente relevância da informação no ciclo da Auditoria, o que se relaciona com a própria importância da informação na sociedade contemporânea. E é demonstrada, também, na evolução do COBIT descrita na seção 2.1.2. Outro resultado encontrado que reforça esse valor está na justificativa para a inclusão do “Ambiente de tecnologia” como PAA na maioria dos RAs de auditores independentes da amostra. A justificativa é exatamente a dependência tecnológica das instituições para o tratamento de dados e informações. A. Essa relevância também é expressa no surgimento e na crescente presença da AudInf, atividade que pode incluir associar as informações umas às outras e integrá-las na construção de um fluxo informacional coerente para a formação da opinião do auditor.

O quarto destaque refere-se as etapas do trabalho de Auditoria – planejamento, execução e divulgação dos resultados de Auditoria, mais especificamente em relação às necessidades informacionais e o ciclo informacional. A respeito de um ciclo informacional Tarapanoff (2006, p. 23) afirma que ele tem início: “*quando se detecta uma necessidade informacional, um problema a ser resolvido, uma área ou assunto a ser analisado*”. Esse ponto merece destaque porque, entre outras razões, pode ser correlacionado com o início do trabalho de Auditoria e com o conhecimento da organização que o trabalho de Auditoria exige. Enfim, as etapas de trabalho da Auditoria podem ser observadas a partir da abordagem de um ciclo informacional e podem

considerar a identificação das necessidades informacionais e os benefícios de se conhecer, previamente, as fontes de dados que analisadas. Parece haver espaço para estudo dessa abordagem.

Por fim, identificaram-se poucas referências cruzadas entre obras de AudInf e as outras especialidades de Auditoria. Além disso, nas referências consultadas em diversas especialidades de Auditoria, exceto as de AudInf, encontra-se o uso de termos comuns para o ciclo de Auditoria, conforme exposto nas seções 2.2.6 e 2.6.3. Esses resultados sugerem haver extenso campo de pesquisa a ser explorado, com possibilidade de benefícios mútuos – Auditoria e AudInf. Isto é, o resultado da presente investigação sugere a pertinência de novas e futuras pesquisas para a fundamentação teórica e as orientações para as práticas das diversas especialidades de Auditoria, em particular da AudInf.

6.4.4 Resultados: confiança

Ao longo da pesquisa, em direção à identificação de requisitos necessários para a obtenção de informações confiáveis em trabalhos de Auditoria, realizou-se uma revisão de literatura sobre confiança. Apresentou-se o resultado dessa revisão na seção 2.4. Explorou-se o assunto, também, nas entrevistas realizadas. Isso porque a confiança foi uma das perspectivas de observação para a delimitação do escopo da pesquisa e compõe o núcleo do OE₄

O assunto foi explorado no contexto de pós-verdade e da transformação digital, com exploração dos pontos de vista conceitual e contextual. Com esse direcionamento, destacaram-se os seguintes pontos de investigação: perfil e conduta do auditor; relações de confiança e confiança entre as partes; e quantidade e qualidade da informação. E, conforme resumido a seguir, a partir dos resultados da revisão e da análise dos dados, reforçou-se o entendimento inicial de que a compreensão da atividade de Auditoria na atualidade passa por compreender diversos aspectos relacionados à confiança.

Acerca dos dois primeiros pontos – perfil e conduta dos auditores e relações de confiança e confiança entre as partes–, a primeira observação é que, exceto nas entrevistas, as informações utilizadas na pesquisa são públicas. E que, com base nas fontes consultadas, é difícil fazer afirmações sobre o perfil dos profissionais que atuam em Auditoria. No caso do Bacen, sequer os relatórios são disponibilizados. No caso dos demais órgãos de controle e fiscalização, os acórdãos são assinados por ministros, mas o nome dos auditores que fizeram a avaliação é mantido em sigilo. Já nos trabalhos de Auditoria Independente, conforme descrito na seção 6.1.8, os sócios das firmas de Auditoria assinam os relatórios, que são públicos, entretanto, não

profissionais que fizeram a avaliação não são listados e pouca informação sobre os sócios estão disponíveis nas redes sociais. A informação mais segura sobre eles é que tem formação em contabilidade e registro nos conselhos regionais de contabilidade.

Então, a partir da revisão de literatura e da análise de dados obtidos nas entrevistas, considerado o conteúdo apresentado principalmente nas seções 2.4, 6.3.6, os seguintes fatores merecem destaque:

- a) em relação à sociedade: ter atenção aos aspectos culturais e entregar, efetivamente, valor para a sociedade;
- b) em relação à organização: trabalhar com objetivo de agregar valor e cuidar do risco de imagem;
- c) em relação às entidades profissionais: observar as normas profissionais e atuar com base nos códigos de ética e de conduta;
- d) em relação aos profissionais da área auditada: manter comportamento baseado na humildade, no respeito e na independência; não ter relação de amizade; manter transparência no relacionamento e nas ações;
- e) em relação ao relacionamento interpessoal: manter postura atenta às pessoas; valorizar o diálogo, utilizar linguagem clara, evitar clima de animosidade e não ser rude;
- f) em relação a sua capacitação e atuação: conhecer o negócio da organização, buscar aperfeiçoamento contínuo, troca de experiência com outros profissionais da organização, ter postura crítica, executar trabalho qualificado e gerar bons resultados.

Além dos itens listados, em relação à confiança, um aspecto que se destacou, nas entrevistas dos auditores dos órgãos de controle e de fiscalização, é a necessidade de ter autocritica para reconhecimento que a visão do auditor é uma visão estrangeira, que o auditor não vive o negócio. Essa posição é parcialmente amenizada no caso dos profissionais que atuam na Auditoria Interna, mas, ainda assim, a visão do auditor ainda é estrangeira.

A respeito da confiabilidade das fontes de informação e da quantidade e qualidade das informações, o resultado foi obtido a partir de duas visões distintas. A primeira apoiada na observação dos dados apresentados na revisão de literatura e nos depoimentos dos entrevistados. A segunda, levando em conta uma análise geral da pesquisadora acerca das informações obtidas para a realização da presente investigação. A seguir apresentam-se os pontos destacados, começando pelos critérios de qualidade de informação encontrados na revisão de literatura. Os destaques feitos do conteúdo têm relação com análise dos dados obtidos na pesquisa documental e nas entrevistas.

Em relação a Auditoria, a fonte identificada com maior detalhamento foi a documentação das versões do Cobit, conforme descrito na seção 2.1.2. Nessa documentação há descrições de requisitos para obtenção de informações para alcance de eficácia, eficiência, disponibilidade, *Compliance/* Conformidade, confidencialidade e integridade. Para o objetivo OE₄, sobre os requisitos de obter informações confiáveis, sem desconsiderar os outros critérios, no contexto analisado ao longo da investigação, para o exercício profissional da Auditoria, necessita-se atenção especial dos resultados obtidos em relação à disponibilidade, confiabilidade e integridade. Ainda se sublinha que, em relação à formação de opinião, os auditores devem se basear em evidências documentais disponíveis, confiáveis e íntegras.

A disponibilidade é um critério de qualidade que diz respeito à informação estar disponível quando necessária, ou seja, ser de fácil obtenção e rapidamente recuperável. E a confiabilidade, conforme descrição constante no Quadro 12, do ponto de vista do Cobit, tem a ver com as propriedades da informação verdadeira e crível entregue de forma apropriada para o exercício da administração da entidade, das responsabilidades fiduciárias e da governança. Além disso, a confiabilidade é um requisito com considerável grau de subjetividade, por não ser apenas factual, mas, ao contrário, muito ligado à percepção.

Já a integridade é um critério de qualidade da informação ligado a propriedades de fidedignidade, completude e validade de acordo com os valores de negócios e expectativas. Essa qualidade precisa ser destacada no presente estudo, principalmente pelos princípios profissionais envolvidos para garantir a integridade das informações: honestidade, consideração, responsabilidade e transparência.

Com relação aos dados coletados e analisados importa, em particular, destacar os princípios de honestidade e transparência. A honestidade extrapola a questão ética e é determinante nas relações de confiança entre as partes envolvidas em um negócio e com o público em geral. Nesse sentido, para fornecer informações íntegras, é preciso que o profissional aja com honestidade, aja sem mentir e sem omitir, o que pode ser associado com as dificuldades mencionadas por Brecht na Introdução desta tese.

Outro princípio fundamental é a transparência. E a transparência diz respeito ao legítimo direito a segredos comerciais e informações privadas, mas também a obrigação de publicação das informações de interesse dos clientes, acionistas e empregados, de outras partes interessadas e do público em geral. Sobre o tema importa destacar que, na atividade de Auditoria e no ambiente de instituições financeiras, a questão do acesso às informações é particularmente importante. Isso porque envolve critérios para o sigilo de informações bancárias do cliente, ou seja do sigilo bancário. É preciso observar, também, a LAI e a LGPD. O auditor precisa dar resposta

às seguintes questões informacionais: É ou não pessoal? É ou não sensível? Que cuidado é necessário? Pode ou não ser divulgada? Como está sendo divulgada? Associado a isso, são necessários cuidados especiais relativos à segurança da informação. Esse tema exige rigor em critérios de divulgação externa, documentação e de arquivo.

Entretanto, sobre divulgação de dados de Auditoria, a dificuldade de obter informações públicas para a realização da pesquisa provocou uma reflexão sobre o predomínio do sigilo em relação a transparência. Reflexão que passa, por exemplo, a deduções sobre o porquê da falta de informações do Bacen acerca das penalidades quantificadas na Tabela 7, sobre o porquê da baixa qualidade dos relatórios de Auditoria publicados no portal da B3, conforme mencionado na seção 6.1.8. Tais informações não seriam de interesse público? Tais informações precisam de sigilo? O estudo sugere que a transparência dessas e outras informações sobre trabalhos de Auditoria realizados poderiam contribuir para o aumento da confiança em instituições e no próprio SFN.

Por outro lado, os problemas enfrentados no exercício profissional, mais citados pelos entrevistados, relacionam-se à qualidade das informações. Segundo os relatos, do ponto de vista qualitativo, há muito o que melhorar. Sobre a disponibilidade de informações confiáveis para o trabalho do auditor, detalha-se o resultado considerado mais significativo nas seções de 6.3.5 e 6.3.6, destacados do Apêndice F. Segundo relato, 90% dos respondentes tiveram alguma dificuldade em obter as informações necessárias para a Auditoria, e quase um terço dos profissionais destacaram mais dificuldades que facilidades. No entanto, em nenhum caso, a falta de informações foi um obstáculo para a execução do trabalho.

Por fim, sobre os problemas de qualidade observados, as questões diretamente relacionadas às pessoas são ressaltadas pelos entrevistados. E, dentre estas, da parte do gestor, mencionou-se a diferença de percepções entre gestor e auditor, e a falta de tempestividade no atendimento à Auditoria. E, ao lado da Auditoria, associaram-se as dificuldades à falta de experiência e à alta rotatividade de profissionais, o que poderia impedir a formação e a aquisição de experiência. Também foi dada ênfase a dificuldade de o auditor saber fazer perguntas. Isso parece estar de acordo com a reflexão proposta por Eduardo Moreira (2020, p. 44): "*e se eu estivesse fazendo durante esse tempo todo a pergunta errada? Este, aliás, um alerta de Voltaire: as perguntas são mais importantes do que as respostas*".

6.4.5 Diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação

Após o estudo realizado, em cumprimento do objetivo geral proposto, a partir da observação dos resultados, elaboraram-se diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação. Antes de apresentar as diretrizes, duas observações são necessárias. A primeira diz respeito à possibilidade de consideração das diretrizes formuladas para elaboração de modelo conceitual para a Auditoria de instituições de natureza diferente das financeiras. A princípio, nenhuma objeção foi identificada. Pelo contrário, exceto por objetos que podem ser específicos e conter alguma particularidade, as diretrizes identificadas podem ser consideradas para o modelo conceitual de Auditoria em qualquer instituição. Entretanto, para fazer afirmações a esse respeito, seria necessário um estudo complementar para avaliação específica.

A segunda observação diz respeito as diretrizes propostas para uma Teoria da Auditoria da Informação alcançar outras especialidades da Auditoria. E, sobre isso, menciona-se a conclusão do presente estudo de que a AudInf é parte fundamental em qualquer trabalho de Auditoria. A partir dessa ideia, as diretrizes elaboradas para uma Teoria da Auditoria da Informação, a princípio, podem orientar a elaboração de modelo conceitual para qualquer trabalho de Auditoria. Enfim, elaboraram-se dez diretrizes, listadas e comentadas a seguir.

(1) Auditoria da Informação deve ser posicionada como uma atividade estratégica nas organizações

A execução de avaliações pontuais e emissão de recomendações de Auditoria pontuais podem não tornar efetivas as ações recomendadas. Essa situação contribui para o entendimento de que é preciso repensar o trabalho de Auditoria, com direcionamento para adotar práticas sustentadas por uma fundamentação teórica sólida para a tomada de decisões eficientes e eficazes.

O resultado da investigação sugere haver necessidade de mecanismos para facilitar a exploração do potencial estratégico da organização. E sugere que a execução de trabalhos de AudInf pode auxiliar a organização na obtenção de informações relevantes e qualificadas. Assim, parece ser pertinente reivindicar o reconhecimento da importância da AudInf para a gestão estratégica das organizações.

(2) O objetivo da Auditoria da Informação deve ser o de alcançar a confiança das partes interessadas.

Os trabalhos de AudInf, em uma IF, podem ser decorrentes de demanda legal ou eletiva. Entre outras origens, pode ser uma iniciativa de gestão para melhoria de controle, para

gerenciamento de riscos ou para investigação de denúncia de ato irregular. Porém, em qualquer caso, o que justifica a existência da Auditoria é o objetivo de alcançar a confiança das partes interessadas nas organizações, incluindo a sociedade em que ela está inserida.

Para alcançar esse objetivo, o resultado da pesquisa sugere ser preciso oferecer confiabilidade e transparência. Para oferecer confiabilidade, alguns pontos precisam de atenção. Por exemplo, em relação à sociedade, a Auditoria precisa ter atenção aos aspectos culturais e, efetivamente, entregar valor para a sociedade. Em relação à organização, precisa estar voltada para agregar valor e cuidar do risco de imagem. Em relação às entidades profissionais, precisa observar as normas profissionais e atuar com base nos códigos de ética e de conduta.

Em relação à transparência, mantido o respeito ao legítimo direito a segredos comerciais e informações privadas, é importante a Auditoria contribuir na garantia de publicação das informações de interesse dos clientes, acionistas e empregados, de outras partes interessadas e do público em geral. Um mecanismo que pode contribuir com a confiabilidade dos trabalhos de Auditoria e permitir controle de fraudes é a garantia de rastreabilidade dos atos praticados.

(3) A Auditoria da Informação deve ser independente da Gestão da Informação

A independência da Auditoria em relação à gestão parece ser a condição ideal para a realização de uma avaliação isenta e objetiva. Em qualquer caso, seja o trabalho de avaliação, seja o de consultoria, a visão do auditor é diferente da visão do gestor, é uma visão estrangeira, visto que o auditor não vive o negócio. No caso da Auditoria Interna, a distância é menor, mas a visão passa por uma lente diferente do gestor que vive o dia a dia do negócio.

(4) A Auditoria da Informação é uma atividade de avaliação de recursos, fluxos, serviços, processos e políticas de informação, incluindo custo, segurança, necessidade e comportamento informacional.

De acordo com a previsão de Davenport (1998) com a entrada e a saída de grandes volumes de informação das organizações, a necessidade de mecanismos de controle do fluxo informacional seria crescente. Dez anos depois, Ponjuán Dante (2008) descreve que, acompanhando a necessidade de maior ênfase na Gestão da Informação, surgiu a necessidade de aprofundar as medidas de controle de informação. A autora lista uma série de requisitos que precisam da atuação da AudInf para conscientizar a organização sobre a relevância de mecanismos de controle da informação.

A partir da revisão de literatura e das análises dos dados coletados na presente pesquisa, além de concordar com esses autores, na busca de caracterizar a AudInf, optou-se por propor

uma diretriz com a seguinte lista de potenciais objetos a serem avaliados nos trabalhos dessa especialidade de Auditoria: recursos, fluxos, serviços, processos e políticas de informação, incluindo custo, segurança, necessidade e comportamento informacional.

(5) A jornada da Auditoria da Informação deve incluir planejamento, execução, apresentação dos resultados e acompanhamento das ações propostas.

Na revisão de literatura realizada, identificou-se que o fluxo de Auditoria – com as etapas de planejamento, execução, apresentação dos resultados e acompanhamento – é um aspecto consolidado na teoria e nas práticas desenvolvidas para a Auditoria. Assim, essa pode ser uma diretriz para orientar a elaboração de modelo conceitual de AudInf.

(6) Os trabalhos de Auditoria da Informação devem adotar um referencial metodológico para associar, de forma sistemática, as informações umas às outras e integrá-las na construção de fluxos informacionais que possam contribuir na formação da opinião do auditor.

O grande volume de informação que circula nas organizações exige que a equipe de AudInf trabalhe de forma sistemática. Em cada trabalho de Auditoria, é preciso selecionar um referencial metodológico que ofereça ferramentas e métodos para a execução de uma avaliação sistemática de forma a auxiliar a formação de opinião da equipe.

(7) A formação de opinião dos auditores da informação deve se basear em avaliações objetivas da disponibilidade e da integridade das informações.

O resultado de um trabalho de AudInf depende de realização de avaliações objetivas que considerem critérios de quantidade e qualidade da informação. Desses critérios, dois merecem ser sublinhados. Um deles é a disponibilidade, que diz respeito à informação estar disponível quando necessária. Mas, não basta a disponibilidade, é preciso avaliar, também, a integridade, que é um critério relevante por ser ligado a propriedades de fidedignidade, completude e validade. Além disso, espera-se que os auditores atuem observando os princípios de integridade: honestidade, consideração, responsabilidade e transparência (Tapscott e Tapscott, 2016).

(8) A Auditoria da Informação deve ser uma atividade contínua.

A tempestividade tem se tornado cada vez mais um requisito necessário para o trabalho da Auditoria. Em tempos de profundas mudanças, a Auditoria é uma forma de contribuir para a mitigação de riscos e o encontro de soluções para os problemas das organizações. E as organizações precisam encontrar, rapidamente, as soluções para enfrentar as dinâmicas de mercado. Por isso, a AudInf deve ser uma atividade executada de forma contínua nas organizações.

(9) A formação do Auditor da Informação deve envolver apreensão de conceitos de diferentes áreas do conhecimento, inclusive Administração, Ciência da Informação, Ciência da Computação, Contabilidade, Direito e Economia.

A formação de profissionais da AudInf tem requisitos de capacitação e de experiência profissional que envolve diferentes áreas do conhecimento. Em especial, com base na revisão de literatura e das entrevistas, sugere-se que, para executar trabalho qualificado e gerar bons resultados, o profissional precisa buscar aperfeiçoamento contínuo e ter postura crítica. O resultado, também, aponta no sentido de colocar em destaque a necessidade de desenvolvimento de competências comportamentais relacionadas a manutenção de postura atenta às pessoas, valorização do diálogo e comunicação com linguagem clara. O estudo também sugere que o auditor precisa estar capacitado para fazer perguntas e estar formado para agir com princípios éticos, agir com honestidade, ou seja, agir sem mentir e omitir.

Por outro lado, foi sublinhada a necessidade de conhecimentos sobre os negócios da organização e sobre ESG. Também ficou patente a necessidade de o auditor ter conhecimento sobre novas tecnologias, a exemplo de aprendizado de máquina, isso porque o investimento em tecnologia pode proporcionar maior assertividade e redução do tempo de execução dos trabalhos de Auditoria, inclusive possibilitando maior tempestividade para respostas a possíveis problemas.

Adicionalmente, para além dos requisitos mencionados, ressaltou-se a necessidade de capacitação dos auditores de informação em diferentes áreas. Percorrendo o presente documento, é possível identificar conceitos utilizados em diversas áreas de conhecimento, dentre elas: Administração, CI, Ciência da Computação, Contabilidade, Direito e Economia. Isso se expressa, por exemplo, nos termos utilizados na tese, que pertencem às áreas mencionadas, como: comportamento, controle interno, demonstrações financeiras, documentação, ética, fraude, gerenciamento de risco, Gestão da Informação, governança, investimento, IA, lavagem

de dinheiro, necessidade informacional, plano de continuidade dos negócios, processo, regulação, relacionamento, segurança da informação, tomada de decisão e a legislação concernente, a exemplo da LAI e da LGPD.

(10) A formação do auditor da informação deve incluir desenvolvimento de competências em informação, sendo capaz de identificar necessidades informacionais e orientar procedimentos para a recuperação, organização e representação da informação.

Para além dos requisitos de formação mencionados na diretriz (9), é preciso dar destaque para a necessidade de o auditor desenvolver competências em informação – conhecimento, habilidade e atitude – para recuperação, organização e representação da informação, além da capacidade de identificar necessidades informacionais. A ênfase se faz necessária, em primeiro lugar, porque o auditor é um profissional da informação. Afinal, é essa a essência da atividade. Em segundo lugar porque advoga-se que a capacitação dos auditores para enfrentar novos desafios e fornecer mais serviços com adição de valor às organizações passa por adquirir essas competências.

6.5 DESIGN DO ARTEFATO – AVALIAÇÕES DO DESIGN

A metodologia adotada inclui previsão de realização de duas tarefas avaliativas após a elaboração das diretrizes. A primeira questiona se “Os princípios são válidos?” e a segunda se “As conjecturas teóricas parecem válidas?”. Realizaram-se as tarefas de avaliação com base no conteúdo das seções 2, 3, 4 e 6, de revisão de literatura e de coleta e análise de dados, além do Apêndice F, com síntese das respostas obtidas nas entrevistas. A seguir, apresenta-se um resumo de como a avaliação foi realizada e o resultado obtido.

- a) A investigação partiu de dois pressupostos: a insuficiência da fundamentação teórica disponível para sustentar as práticas atuais de Auditoria e o entendimento de que as reflexões sobre a Auditoria na sociedade contemporânea não podem deixar de considerar o contexto em que sua prática está inserida. Esses pressupostos foram reforçados ao longo do estudo. Não houve nenhuma evidência em contrário;
- b) com base nas consultas ao conteúdo citado, elaborou-se uma proposta inicial de diretrizes;
- c) o resultado foi obtido com alterações, exclusões e inclusões das diretrizes propostas inicialmente. Apresenta-se as diretrizes na seção 6.4.5, e a fundamentação da proposta, a seguir.

- d) para validar a proposta da diretriz (1), considerou-se o conteúdo de revisão de literatura, apresentado nas seções 2.3.1 e 2.3.2 e as respostas das entrevistas comentadas na seção 6.3.4;
- e) para validar a proposta da diretriz (2), considerou-se o conteúdo da revisão de literatura apresentado nas seções 2.1.1, 2.1.2, 2.2.5.2, 3.1.5, 3.3.3, 3.3.4, 2.4 e Apêndice C; a análise de dados comentada na seção 6.2 e 6.3.6, e as respostas dos entrevistados registradas nas seções de 6.4.1 e 6.4.4;
- f) para validar a proposta da diretriz (3), considerou-se o conteúdo de revisão de literatura apresentado nas seções 2.2.5, 2.3.1 e 2.3.2 nas respostas das entrevistas comentadas na seção 6.3.4;
- g) para validar a proposta da diretriz (4), consideraram-se o conteúdo da revisão de literatura apresentado nas seções 2.1.2, 2.3, 2.3, 2.3.2, 2.5, 2.6 e 2.4 e as respostas dos entrevistados registradas nas seções 6.3.3, 6.3.4 e 6.3.5;
- h) Para validar a proposta da diretriz (5), considerou-se o resultado da revisão de literatura apresentado nas seções 2.2.1, 2.2.5, 2.2.6, 2.2.7, 2.3 e 2.6.3 e as respostas dos entrevistados registradas nas seções de 6.3.3 a 6.3.6;
- i) Para validar a proposta da diretriz (6), revisitaram-se os resultados da revisão de literatura apresentado nas seções 4.1.2, 2.2.4, 2.2.6, 2.3.2, 2.5 e 2.6; da análise documental descrita nas seções da 6.1.6 a 6.1.8; além das manifestações dos entrevistados registrados na seção 6.3.4;
- j) para validar a proposta da diretriz (7), revisitaram-se os resultados da revisão de literatura apresentado nas seções 4.1.2, 4.1.3, 2.2.5, 2.2.6, 2.3, 2.3.2 e 2.5.5; da análise documental, descrita nas seções da 6.1.2, 6.1.4 e 6.1.8; além das manifestações dos entrevistados registrados na seção 6.3.5;
- k) para validar a proposta da diretriz (8), considerou-se o conteúdo de revisão de literatura, apresentado nas seções 4.1.2, 2.2.1, 2.2.2, 2.2.4 e 2.3.2. e nas respostas das entrevistas comentadas na seção 6.3.3 e 6.3.4;
- l) para validar a proposta das diretrizes (9) e (10), revisitaram-se os resultados da revisão de literatura apresentado nas seções 4.1.2, 2.2.1, 2.2.2, 2.2.5, 2.3.1, 2.3.2, 2.5 e 2.4.3; a respeito das respostas dos entrevistados registrados na seção 6.3.5.

Com a etapa de avaliação, as diretrizes foram validadas e concluiu-se que as conjecturas também parecem válidas. Para encerrar, enfim, são acrescentadas considerações finais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada teve objetivo de propor um conjunto de diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação. O estudo passou, sem esgotar, por diferentes assuntos relacionados à AudInf e é provável que reflita a dimensão dos desafios enfrentados no desenvolvimento teórico e nas práticas da atividade. Entretanto, com a apresentação das diretrizes, em linhas gerais pode-se afirmar que os objetivos, de maneira geral, foram atingidos. Vale, no entanto, algumas considerações.

Sobre o percurso da pesquisa, que é relacionado ao alcance dos resultados do OE₁, descrever os fundamentos teóricos já existentes para Auditoria e para AudInf, e do OE₂, ou seja, escolher instrumentos para auxiliar a elaboração de diretrizes para uma teoria da AudInf, alguns comentários são necessários. A primeira é sobre a sugestão de a AudInf ser parte fundamental em qualquer trabalho de Auditoria. A base para essa sugestão foi formada na revisão, em particular pelo exposto na seção 2.3.1. A revisão também indica que a AudInf utiliza diversas técnicas, condição que torna sem sentido equiparar a AudInf a uma técnica da Auditoria Interna, na forma tratada por Montanheiro (2006). Adicionalmente, a revisão e o resultado das entrevistas evidenciam a relevância da AudInf para a gestão estratégica das organizações, como revelado no estudo feito por Carvalho (2022), mas com independência entre Auditoria e gestão.

Além disso, a trajetória da pesquisa sugere necessidade de reconhecimento da importância da AudInf para as organizações. O produto obtido se alinha com o resultado do trabalho de Buchanan e Gibb (2007) de que a AudInf não é, apenas, uma opção, mas sim uma necessidade das organizações contemporâneas. Henczel (2001), Orna (2004) e Frost e Choo (2017) também compartilham desse mesmo entendimento.

Sobre esse tema, ainda há um resultado que precisa ser destacado. Em nenhuma das fontes consultadas, encontrou-se definição conceitual formal de Auditoria. Tampouco formalização conceitual para a AudInf e para a Auditoria. Para constituir tais definições, há expectativa de que as diretrizes propostas formem um ponto de partida para uma Teoria da Auditoria da Informação. Também se advoga que as diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação é um caminho para construir fundamentos para a Auditoria de qualquer especialidade.

Enfim, considera-se a crescente importância de informação na sociedade contemporânea, o que, no Brasil, se revela de forma clara na publicação de novas normas e leis, a exemplo da LAI e da LGPD. Essas publicações são reflexos da realidade no ambiente regulatório. Em vista disso, a partir do resultado desta tese, defende-se a importância da AudInf e sua inclusão no ambiente regulatório.

A segunda consideração engloba o resultado obtido sobre as instituições financeiras, em particular o resultado do OE₃, identificar diretrizes para AudInf em instituições financeiras no Brasil. Inicialmente essas instituições foram escolhidas para delimitação do escopo, no entanto a operacionalização da pesquisa se estendeu na busca por respostas às questões “o que é instituição financeira?” e “quais são as instituições financeiras no Brasil”. Na busca por respostas a essas questões, chamaram a atenção a inconsistência e a omissão de informações públicas relacionadas às instituições financeiras em instrumentos legais e em portais da Internet oficiais de entidades componentes do SFN. Então, a título de resultado adicional, selecionaram e descreveram-se alguns problemas encontrados. Um problema identificado é que a crescente importância de informação na sociedade contemporânea parece não estar refletida no núcleo do ambiente regulatório do SFN, ainda sustentado pela Lei n.º 4.595/1964 (BRASIL, 2021a), que, além de ser anterior à CF (BRASIL, 1988), aponta para itens que não existem na lei maior do país.

Além disso, no Brasil, no que diz respeito à Auditoria, os instrumentos para fortalecimento da avaliação de controle interno não estão refletidos no ambiente legal e regulatório. Exemplo disso é que não há legislação correspondente a Sox. A respeito desse ambiente, é ainda necessário fazer referência às informações obtidas nos portais da CVM e da B3. Muitas informações sobre as instituições estão disponíveis e auxiliaram a realização dessa pesquisa. Entretanto, com base no que foi obtido nessas fontes, também foi possível identificar problemas na qualidade das informações, conforme exposto na seção 3. A comparação dessas informações com outras obtidas em diferentes fontes sugere necessidade de harmonizar os dados oficiais para melhorar a qualidade e controle das informações sobre as instituições que atuam no Brasil.

Ainda sobre esse ambiente, a taxonomia utilizada na classificação CNAE (IBGE, 2012), embora utilizada oficialmente, tem divergências com os dispositivos publicados pelo Bacen. Por exemplo, de acordo com Bacen (2022b), banco múltiplo é definido como o banco que acumula, além da carteira comercial, outras carteiras, como a de investimento ou de câmbio. Porém, na CNAE há previsão de bancos múltiplos com carteira comercial, e bancos múltiplos sem carteira comercial. Assim, os resultados consultados sugerem falta de precisão conceitual nessa taxonomia.

A terceira consideração diz respeito a um requisito de qualidade da informação: a transparência, elemento central para alcance do OE₅, relativo às diretrizes para AudInf a partir de levantamento de necessidades informacionais para o exercício profissional da Auditoria. A importância desse requisito está refletida em dispositivos legais e nas tecnologias disponíveis. Do ponto de vista legal, é preciso recorrer ao conteúdo do inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do

§ 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da CF (BRASIL, 1988). O dispositivo prevê, em relação aos órgãos públicos, o direito a todos de receber informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, a exceção de informações consideradas de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Para regulamentar tal dispositivo, em 2011, publicou-se a LAI que o regulamenta. Em relação a organizações privadas, na legislação brasileira, há necessidade de cumprimento da LGPD, sobre atividades de tratamento de dados pessoais. Porém, a transparência não tem garantias constitucionais e é dependente das indústrias a que as organizações pertencem.

Nesta investigação houve dificuldade de acesso, em especial, a resultados dos trabalhos de supervisão bancária realizados pelo Bacen. Assim, com base na análise documental e nas respostas obtidas nas entrevistas, observou-se a falta de transparência nos resultados dos trabalhos de Auditoria, em particular na falta de acesso ao resultado dos trabalhos do Bacen.

A respeito da relação entre a transparência e as tecnologias disponíveis, o estudo sugere atenção às transformações da tecnologia nos serviços financeiros. Em particular, a *blockchain* abre possibilidades de inovações nos serviços financeiros incluindo permissão de criar sistemas de informações de forma descentralizada. Sobre essa tecnologia, Tapscott e Tapscott (2016, p. 101) destacam que a construção de sistemas a partir da *blockchain* pressupõe soluções “radicalmente transparente”. Porém, ressaltam que bancos e transparência raramente andam juntos. Segundo eles, para os bancos, essa tecnologia expõe o que, às vezes, não deveria. Na presente pesquisa, não se avaliou a aplicação do *blockchain* porque não estava prevista no escopo. O assunto não contou dos RAs analisados e não foi citado nas entrevistas.

Ainda sobre transparência, no estudo foi percebida sua falta, principalmente, pela dificuldade de traçar o perfil dos profissionais que atuam na Auditoria de IFs. No caso do Bacen, sequer os relatórios são disponibilizados. No caso dos demais órgãos de controle e fiscalização, os acórdãos são assinados por ministros, mas o nome dos auditores que fizeram a avaliação é mantido em sigilo. O motivo do sigilo do nome dos profissionais que atuam em Auditoria não tem previsão legal específica e não foi entrada publicação sobre esse assunto. Sobre a associação dos profissionais com os trabalhos realizados, também se observou que, exceto no âmbito dos conselhos profissionais, não há regulamentação de penalidades para desvio de conduta de auditores. Destaca-se que não há conselho profissional específico para a atividade de Auditoria. Essas penalidades são, por exemplo, para contadores e administradores.

A quarta consideração é sobre confiança, tema central do OE₄, que previu enunciar diretrizes para AudInf com foco na obtenção de informações confiáveis em trabalhos de Auditoria. Neste estudo, em função da relevância do tema, elencou-se a confiança como uma das

perspectivas de observação. Sobre o tema, menciona-se, novamente, o referencial teórico explorado ao longo da tese, e é apresentada a ideia de que os trabalhos de Auditoria, de uma forma geral, visam oferecer confiança às partes interessadas de uma organização. Foi discutido como a tarefa de auditar inclui enfrentar, no cotidiano dos trabalhos, situações cercadas de desconfianças. Em decorrência, sugeriu-se a imprescindibilidade da lente da confiança no estudo da Auditoria em tempos de pós-verdade. A respeito disso, interessa, também, destacar que a relação de confiança no compartilhamento de informações durante a execução do trabalho de Auditoria Interna, foi referenciada na norma 2050 – coordenação e confiança (IIA, 2019, p. 9 e 10).

À luz do referencial consultado, as respostas obtidas sugerem uma lista de desafios para o alcance do objetivo da Auditoria de oferecer confiança às partes interessadas. Enfim, esse é possivelmente um ponto que merece ser explorado em novos estudos.

Além dos comentários feitos, é preciso destacar o percurso metodológico da pesquisa visando contribuir com a composição de um modelo conceitual para a Auditoria. Para esse propósito, utilizaram-se as orientações do DSR. A primeira orientação é a de pesquisa apoiada com o método dever resultar em artefatos viáveis. Nesse sentido, com base na complexidade do contexto observado e descrito no documento, advoga-se que o registro da trajetória da pesquisa e as diretrizes propostas são viáveis, principalmente, para fomentar reflexões e novos estudos sobre a Auditoria e a AudInf.

A respeito da orientação do DSR para o desenvolvimento de soluções com a finalidade de revolver problemas importantes e relevantes para as organizações, é necessário defender a relevância da trajetória e das diretrizes propostas. Para isso, é interessante resgatar a visão apresentada na seção 2.5.3, por Hjørland (2010), que associa a relevância às necessidades do usuário, ao universo de informações do usuário e à visão do conhecimento do assunto. Para o autor, buscar informações relevantes tem relação com o desenvolvimento ou a escolha de uma abordagem teórica frutífera para uma determinada tarefa. E essa é a essência da pesquisa realizada, que procura caminhos para a fundamentação teórica da Auditoria com vista à sustentação de práticas orientadas, como recurso de evitar falhas de profissionais.

Com relação a orientação de rigor nos métodos de avaliação da utilidade, qualidade e eficácia do artefato, ao longo desta investigação, utilizaram-se os métodos associados aos procedimentos de coleta e a análise de dados, bem como para a avaliação dos resultados obtidos. Dessa forma, o conjunto de métodos adotados auxiliou o desenvolvimento da pesquisa, tanto para a coleta como para a análise dos dados.

No que diz respeito à utilização de meios disponíveis para alcançar os fins desejados, o esforço da investigação passou pela realização de extensa revisão de literatura, que incluiu publicações científicas, legais e comerciais; visita a uma instituição; entrevistas de 21 profissionais; e análise documental de 169 relatórios. Esse esforço foi necessário para superar as dificuldades de obter informações sobre Auditorias realizadas e sobre os profissionais que atuaram nos trabalhos de Auditoria considerados.

Ainda sobre o DSR, importa registrar que, às vezes, com a técnica DSR, desenvolvida para pesquisas da TI, houve dificuldade com a nomenclatura por uso de termos de diferentes áreas de conhecimento e que, aplicados na pesquisa, pareceram destoantes. Um exemplo é o termo artefato associado às diretrizes, produto elaborado. Artefato é um termo utilizado na TI para fazer referência a códigos, máquinas e dispositivos. Mas, para que houvesse a caracterização da aplicação da técnica, a opção foi manter tais termos para marcar os passos aplicados. Ao final da elaboração da tese foi recebida a sugestão de substituição do termo artefato por “constructo”. Possivelmente esse é o termo mais adequado, entretanto optou-se por manter a terminologia utilizada ao longo do trabalho, vez que ele já se encontrava praticamente finalizado.

Enfim, ao percorrer os resultados é possível perceber que restaram mais questionamentos que respostas. Nesse balanço, a expectativa gerada é a de esperança de que o desenho de novos formatos para a Auditoria e para a AudInf sejam reconhecidos, assim como, por imposição da realidade, reconheceu-se a necessidade de novos marcos para regulamentar o acesso às informações, para a proteção de dados e para as redes sociais. E, assim, que este estudo constitua uma contribuição “para dotar a prática de Auditoria de uma estrutura conceitual mais apropriada e universalmente aceita”, atendendo ao pedido de Almeida (2005). E que valha para reforçar que os profissionais da Auditoria devem revelar, e não omitir, a verdade.

Após esses comentários com base no desenvolvimento da pesquisa e no cumprimento da metodologia adotada na seção 7.1 elencam-se as contribuições da pesquisa. E, por fim, na seção 7.2 sugerem-se pesquisas futuras.

7.1 CONTRIBUIÇÕES

Percebeu-se a necessidade de embasamento com base nas referências teóricas exploradas previamente e confirmadas ao longo da atividade profissional da pesquisadora na Auditoria Interna de uma IF, em particular na atuação em Auditoria de TI. Um resultado objetivo foram as diretrizes para uma Teoria da Auditoria da Informação. Mas, sobre o tema, há um resultado que precisa ser destacado. Considerando que em nenhuma das fontes consultadas houve

definição conceitual formal de Auditoria. Tampouco formalização conceitual para a AudInf. Então, como contribuição obtida, advoga-se que o registro da trajetória feito nesse documento e as diretrizes apontadas constituem contribuições significativas para uma Teoria da Auditoria da Informação.

Além da tese, a pesquisa resultou na publicação do artigo Salgado, Cruz e Sousa, (2022), contendo uma revisão sistemática sobre ontologia da confiança. Adicionalmente, o levantamento feito para a caracterização das IFs permitiu iniciar uma proposta de taxonomia das IFs no Brasil. No processo de desenvolvimento da taxonomia foram identificados elementos do complexo SFN, com identificação de pontos que precisam de atenção dos legisladores. Tais pontos podem indicar fragilidades do sistema. O estudo, também, expôs a baixa qualidade das informações públicas disponibilizadas pelas firmas de Auditoria Independente e pelo Bacen. Há expectativa de que o quadro traçado possa chegar aos legisladores e que contribua para uma nova regulamentação.

7.2 PESQUISAS FUTURAS

O resultado da investigação sugere haver extenso espaço de pesquisa a ser explorado no domínio da Auditoria, em particular da AudInf, a exemplo de um futuro estudo bibliométrico mais aprofundado sobre as publicações nesse campo. Por isso, advoga-se ser pertinente a realização de novas e futuras pesquisas para a fundamentação teórica e as orientações para as práticas das diversas especialidades de Auditoria, em particular da AudInf. Sobre isso, no campo CI, sem dúvida, muitas contribuições podem ser obtidas. Entre os assuntos para investigação podem ser incluídos as etapas de trabalho da Auditoria a partir da abordagem de ciclos informacionais e as necessidades informacionais dos auditores.

O resultado, também, sugere espaço para estudos sobre modelos conceituais comuns para a Auditoria de qualquer instituição. Em especial, destaca-se a necessidade de estudos complementares para identificar de particularidades de modelos para Auditoria em outros tipos de instituições.

Por fim, à luz do referencial construído, sugerem-se novos trabalhos para a busca de respostas para os desafios relativos ao alcance do objetivo da Auditoria de oferecer confiança às partes interessadas.

REFERÊNCIAS

- 7GRAUS. **Dicionário online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. (2 citações: páginas 28 e 63)
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 4ª. ed. (2 citações: páginas 27 e 163)
- ABNT. **ABNT NBR ISO / IEC 27001**: 2006. Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Sistemas de gestão de segurança da informação – Requisitos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2006. (5 citações: páginas 37 (2), 85 (3))
- ABNT. **ABNT NBR ISO / IEC 27001**: 2022 - Segurança da informação, segurança cibernética e proteção à privacidade - Sistemas de gestão da segurança da informação - requisitos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2022. (1 citação: Página 85)
- ABNT. **ABNT NBR ISO 19011: Diretrizes para Auditoria de sistemas de gestão**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2018a. (6 citações: páginas 37 (2), 60, 85 (2), 114)
- ABNT. **NBR ISO 21500**: 2012: Orientações sobre gerenciamento de projeto. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2012. (1 citação: Página 212)
- ABNT. **NBR ISO 9001**: Sistemas de gestão da qualidade. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2015. (1 citação: Página 37)
- ABNT. **NBR ISO/IEC 38500**: Tecnologia da Informação - Governança da TI para a organização. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nov. 2018b. (2 citações: Página 37 e 52)
- ABPMP. **BPM CBOK V3.0**. Association of Business Process Management Professionals (ABPMP), 2013. (4 citações: Página 67 (2), 212 e 247)
- AGANETTE, E. C.; TEIXEIRA, L. M. D. **Taxonomias Corporativas: uma proposta de procedimento operacional para construção baseada na teoria e na prática**. In: Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação (ENANCIB), XVIII, 2017, Marília, SP. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104054>>. Acesso em: 20 jan. 2022. (2 citações: Página 182 (2))
- AGANETTE, E. N. C.; ALVARENGA, L. D.; SOUZA, R. R. Elementos constitutivos do conceito de taxonomia. **Informação & Sociedade**, p. v.20, n.3, p.77-93, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/14352>>. Acesso em: 20 jan. 2022. (1 citação: Página 182)
- AGANETTE, Elisângela Cristina. **Taxonomias corporativas: um estudo sobre definições e etapas de construção fundamentado na literatura publicada**. 2010. 104f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Escola de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG. (2 citações: Página 182 (2))
- AICPA. **Audit Analytics and Continuous Audit: Looking Toward the Future**. New York: American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), 2015. (1 citação: Página 75)
- ALEXIOU, S. *Auditoría agil*. **Isaca Journal**. v. 2, p. 1–9, 2017. (1 citação: Página 76)
- ALMEIDA, B. J. M. de. Análise comparativa das filosofias de Auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 37, p. 85–102, 2005. (17 citações: páginas 33, 34 (2), 35, 38, 61, 74, 77 (2), 80, 81 (2), 84, 139, 261, 262 e 278).

- ALMEIDA, B. J. M. Justificar e legitimar a Auditoria na sociedade: discussão teórica e análise empírica. **RC&C - Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 10, n. 1, p. 85–102, 2018. (8 citações: páginas 34, 38, 45, 67, 74, 82, 84 (2))
- ALVARES, L.; ARAÚJO, R. H. DE. Marcos históricos da ciência da informação: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais. **Transinformação**, v. 22, n. 3, p. 195–205, 2010. (2 citações: páginas 27 e 94)
- ALVES, C. A.; DUARTE, E. N. A relação entre a Ciência da Informação e a Ciência da Administração. **TransInformação**, v. 27, n. 1, 2015. (1 citação: Página 94).
- ANBIMA, **Area do profissional**. São Paulo: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), 2023. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/educar/area-do-profissional-8A2AB2907025938B01703B095045583C.htm>. Acesso em: 25 fev. 2023. (2 citações: Página 190).
- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. (4 citações: páginas 34, 47, 81 e 153)
- AQUINO, André Ferrari. **Uma proposta de arquitetura da informação para Auditoria interna governamental à luz da Tecnologia de Registros Distribuídos**. 2023. 228f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília – DF. (3 citações: páginas 41 (2) e 72).
- AQUINO, C. DE; SILVA, U. DA; VASARHELYI, M. Six steps to an effective continuous audit process. **The Institute of Internal Auditors**, p. 1–8, 2008. (1 citação: Página 75)
- ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 21–27, 2004. (1 citação: Página 94)
- ARAÚJO, C. A. A. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, v. 19, n. 1, p. 01, 2013. (1 citação: Página 94)
- ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998. (3 citações: páginas 59 e 83 (2))
- ATTIE, W. **Auditoria interna**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. (2 citações: páginas 39 e 83)
- AUDIN-MPU. (2023). **Painéis Audin-MPU**. Brasília, DF: Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin-MPU). Disponível em: <<https://Auditoria.mpu.mp.br/Auditoria-1/paineis-audin-mpu-1>>. Acesso em: 02 fev. 2023. (1 citação: Página 76)
- B3. **Ações – Empresas Listadas**. São Paulo: B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), 2022a. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 21 nov. 2022. (7 citações: páginas 136 (2), 193, 214, 216, 217 e 315)
- B3. **Perfil de instituições participantes dos mercados de atuação da B3**. São Paulo: B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), 2022b. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/participantes/busca-de-participantes/participantes/. Acesso em: 22/08/2022. (1 citação: Página 195)
- B3. **Segmentos de listagem**. São Paulo: B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), 2022c. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/. Acesso em: 17 nov. 2022. (1 citação: Página 201)
- BACEN. **Carta-Circular n.º 2345 de 1993**. Dispõe sobre a classificação das instituições financeiras e revoga a carta-circular n. 1.735, de 20.10.87. Brasília: Banco Central do Brasil, 1993. Disponível em:

- <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/c_circ/1993/pdf/c_circ_2345_v1_o.pdf>. Acesso em: 20 Jan 2022. (1 citação: Páginas 144)
- BACEN. **Circular n.º 3.467 (revogado)**. Estabelece critérios para elaboração dos relatórios de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos e de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dá outras providências. Brasília, DF: Banco Central do Brasil (Bacen), 2009. Disponível em: <https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/47518/Circ_3467_v3_P.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021. (3 citações: páginas 50, 161 e 261)
- BACEN. **Circular n.º 3.502, de 26 de julho de 2010**. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas cooperativas de crédito para instrução de processos referentes a pedidos de autorização e dá outras providências. Brasília, DF: Banco Central do Brasil (Bacen), 2010b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2010/pdf/circ_3502_v2_P.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021. (1 citação: Página 231).
- BACEN. **Circular n.º 3.682, de 4 de novembro de 2013**. Aprova o regulamento que disciplina a prestação de serviço de pagamento no âmbito dos arranjos de pagamentos integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), estabelece os critérios segundo os quais os arranjos de pagamento não integrarão o SPB e dá outras providências. Brasília, DF: Banco Central do Brasil (Bacen), 2013c. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2013/pdf/circ_3682_v2_L.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021. (2 citações: páginas 150 e 229).
- BACEN. **Fintechs de crédito e bancos digitais**. Relatório de Economia Bancária 2019 - Estudo Especial n.º 89/2020. Brasília: Banco Central do Brasil, 2020a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE089_Fintechs_de_credito_e_bancos_digitais.pdf%0Ahttps://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB_2019.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021. (1 citação: Página 143)
- BACEN. **Glossário Bacen**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2022a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/glossario>>. Acesso em: 8 jan. 2022. (1 citação: Página 148).
- BACEN. **IF.Data Dados selecionados**. Brasília: Banco Central do Brasil (BACEN), 2022c. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>. Acesso em: 28 dez. 2022. (6 citações: páginas 156 (2), 191, 200 (2), 201 e 203)
- BACEN. **Instituições autorizadas, reguladas ou supervisionadas pelo Bacen**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2022b. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidade-financeira/encontreinstituicao?modalAberto=Tipos_de_Instituicoes>. Acesso em 23 jan. 2022. (6 citações: páginas 143 (2), 194, 196, 198 e 275)
- BACEN. **Nota Técnica PGBC-387/2011, de 1º de setembro de 2011**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil (Bacen), 2011a. *in* II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira Brasília. Anais...Brasília: Banco Central do Brasil, 2011. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/anais_II_forum_inclusao_financeira.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023. (4 citações: páginas 149, 154, 230 e 231)
- BACEN. **Nota-Jurídica PGBC - 5927/2011, 29 de julho de 2011**. Proc. 1101521347. Brasília: Banco Central do Brasil, Procuradoria-Geral, 2011b. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/161377559/nota-juridica-pgbc-5927-20111>. Acesso em: 28 jan. 2023. (2 citações: páginas 229 e 231)
- BACEN. **Padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil – CO-SIF**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2021a. Disponível em: <

- <https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif/completo>>. Acesso em: 07 mar. 2023. (1 citação: Página 239)
- BACEN. **Penalidades aplicadas por ano**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2023c. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/penalidadesaplicadas>>. Acesso em: 07 mar. 2023. (1 citação: Páginas 200)
- BACEN. **Recomendações de Basiléia**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recomendacoesBasiléia>>. Acesso em: 02 dez. 2021. (2 citações: Página 122 (2))
- BACEN. **Resolução BCB n.º 130, de 20 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a prestação de serviços de Auditoria independente para as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e estabelece os procedimentos específicos para elaboração dos relatórios resultantes do trabalho de Auditoria independente realizado nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2021b. Disponível em: <https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/51028/Res_Conj_0001_v4_P.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023. (3 citações: páginas 136, 162 e 262)
- BACEN. **Resolução BCB n.º 2, de 12 de agosto de 2020**. Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2020d. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=2>>. Acesso em: 13 mar. 2023. (1 citação: Página 158)
- BACEN. **Resolução CMN n.º 3.859, de 27 de maio de 2010**. Altera a Resolução n.º 3.859, de 27 de maio de 2010, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito. Brasília: Banco Central do Brasil, 2010a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3859_v3_P.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023. (1 citação: Página 231)
- BACEN. **Resolução CMN n.º 4.193, de 1º de março de 2013**. Dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/49006/Res_4193_v1_O.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021. (2 citações: Página 151 e 152)
- BACEN. **Resolução CMN n.º 4.910/2021, de 27 de maio de 2021**. Dispõe sobre a prestação de serviços de Auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Brasília, DF: Banco Central do Brasil (Bacen), 2021c. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=RESOLU%C3%87%C3%83O%20CMN&numero=4910>>. Acesso em: 30 out. 2022. (1 citação: Página 136)
- BACEN. **Resolução CMN n.º 4.282, de 4 de novembro de 2013**. Estabelece as diretrizes que devem ser observadas na regulamentação, na vigilância e na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), de que trata a Lei n.º 12.865, de 9 de outubro de 2013. Brasília, DF: Banco Central do Brasil (Bacen), 2013b. Disponível em: <

- https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/48841/Res_4282_v3_P.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022. (2 citações: páginas 150 e 229).
- BACEN. **Resolução n.º 2211, de 16 de novembro de 1995**. Aprova o estatuto e o regulamento do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Brasília, DF: Banco Central do Brasil (Bacen), 1995. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2211_v2_L.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021. (1 citação: Página 159)
- BACEN. **Resolução n.º 4.424, de 25 de junho de 2015**. Dispõe sobre o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados. Brasília, DF: Banco Central do Brasil (Bacen), 2015. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2015/pdf/res_4424_v1_O.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021. (1 citação: Página 222)
- BACEN. **Resolução n.º 4.553, de 30 de janeiro de 2017**. Estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Brasília: Banco Central do Brasil, 2017b. Disponível em: <[https://www.oecd.org/dac/accountable-effective-institutions/Governance Notebook 2.6 Smoke.pdf](https://www.oecd.org/dac/accountable-effective-institutions/Governance_Notebook_2.6_Smoke.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2021. (1 citação: Página 152)
- BACEN. **Resolução n.º 4.588, de 29 de junho de 2017**. Dispõe sobre a atividade de Auditoria interna nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Brasília, DF: Banco Central do Brasil (Bacen), 2017a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50408/Res_4588_v1_O.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021. (2 citações: páginas 31, 71 e 261)
- BACEN. **Resolução n.º 4.818, de 29 de maio de 2020**. Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2020c. Disponível em: <https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/51051/Res_4818_v1_O.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021. (2 citações: páginas 158 e 220)
- BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B. da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, maio/a, n. 2, p. 168–184, 2007. (1 citação: Página 123)
- BARALDI, Paulo. **Gerenciamento de riscos empresariais: a gestão de oportunidades, a avaliação de riscos e a criação de controles internos nas decisões empresariais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 2 ed. (1 citação: Página 240)
- BARBIERI, Carlos. **BI2 - Business Intelligence: Modelagem e qualidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. (1 citação: Página 236)
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. (6 citações: páginas 180, (2), 181 (2) e 221 (2))
- BARROSO, Deivson Vinicius. **Teoria da Contabilidade**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018. (7 citações, páginas 30, 31, 35, 38, 163, 164 e 165)
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. (2 citações: Página 115 (2))
- BAX, M. P.; DIAS, E. W. **Relatório: A abordagem “Construção de Sentido”**. São Paulo: 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.1.3477.4165>>. Acesso em: 07 nov. 2021. (3 citações: páginas 122 e 124 (2))

- BCBS. **2020 list of global systemically important banks (G-SIBs)**. *Basel, Switzerland*: Basel Committee on Banking Supervision. Basel (BCBS), 2021. Disponível em: <<https://www.fsb.org/wp-content/uploads/P111120.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2021. (2 citações: Página 151 (2))
- BCBS. **A framework for dealing with domestic systemically important banks**. *Basel, Switzerland*: Basel Committee on Banking Supervision. Basel (BCBS) 2012. Disponível em: <<https://www.bis.org/publ/bcbs233.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2022. (1 citação: Página 151)
- BCBS. **Basel Committee assesses Brazil's implementation of the NSFR regulation and the large exposures framework**. Bank for International Settlements - Basel Committee on Banking Supervision. *Basel, Switzerland*: Basel Committee on Banking Supervision. Basel (BCBS), 2019. Disponível em: <<https://www.bis.org/press/p190307.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2021. (1 citação: Página 144)
- BCBS. **Global systemically important banks: updated assessment methodology and the higher loss**. Bank for International Settlements - Basel Committee on Banking Supervision. *Basel, Switzerland*: Basel Committee on Banking Supervision. Basel (BCBS), 2013a. Disponível em: <http://www.bis.org/publ/bcbs255.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021. (2 citações: Página 151 e 152)
- BCBS. **Principles for effective risk data aggregation and risk reporting**. *Basel, Switzerland*: Basel Committee on Banking Supervision. Basel (BCBS), 2013b. Disponível em: <<https://www.bis.org/publ/bcbs239.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2022. (1 citação: Página 160)
- BEDNAREK, John. **AI Will Not Replace Auditors, but Auditors Using AI Will Replace Those Not Using AI**. Ottawa: MindBridge, 2018. Disponível em: <<https://www.mind-bridge.ai/blog/ai-will-not-replace-auditors-but-auditors-using-ai-will-replace-those-not-using-ai/>>. Acesso em: 20 nov. 2022. (3 citações: Páginas 49 e 260(2))
- BELTRÃO, R. E. V.; NOGUEIRA, F. DO A. A Pesquisa Documental nos Estudos Recentes em Administração Pública e Gestão Social no Brasil. *In: Encontro nacional dos programas de pós-graduação e pesquisa em administração*, 35., 2011, Rio de Janeiro., p. 1–17, 2011. (1 citação: Página 179)
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. *Snowball sampling: problems, techniques and chain-referral sampling*. **Sociological methods & research**, v. 10, n. 2, p. 141–163, 1981. <Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/004912418101000205>>. Acesso em: 8 abr. 2021. (1 citação: Página 186)
- BOTHA, H.; BOON, J. A. *The information audit: Principles and guidelines*. **Libri**, v. 53, n. 1, p. 23–38, 2003. (5 citações: páginas 43, 99, 100 e 243 (2))
- BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. **Auditoria**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002. (22 citações: páginas 30 (3), 31, 34, 39, 60, 61, 62, 65 (3), 66, 69 (2), 81, 83 (2), 131, 135 (3)).
- BRANDÃO, Catarina. **A técnica dos incidentes críticos**. Oliveira de Azeméis: webQDA, 2017. Disponível em: <<https://www.webqda.net/a-tecnica-dos-incidentes-criticos/>>. Acesso em: 20 maio 2022. 2 citações: página 185 (2))
- BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. **Organização da informação ou organização do conhecimento?** *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, ENANCIB, IX. Anais...* 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/176535>. Acesso em 26 jul 2021. (5 citações: páginas 170 e 171 (4))

- BRASIL. **Cadastro e-MEC**. Brasília: Ministério da Educação, Sistema e-MEC, 2021c. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 3 nov. 2021. (1 citação: Página 147)
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 abr. 2021 (10 citações: páginas 72, 86, 144, 204, 207, 212, 221, 261, 275 e 276)
- BRASIL. **Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019**. Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2019a. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/11/2019&jornal=515&pagina=32>>. Acesso em: 20 Jan 2022. (1 citação: Página 143)
- BRASIL. **Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002. (1 citação: Página 137)
- BRASIL. **Decreto n.º 7.845, de 14 de novembro de 2012**. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. (1 citação: Página 57)
- BRASIL. **Decreto-lei n.º 278, de 28 fevereiro de 1967**. Altera a denominação do Banco Central da República do Brasil, dispõe sobre suas contas, orçamentos, balanços, atos e contratos, e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0278.htm. Acesso em: 20 Jan 2022. (1 citação: Página 142)
- BRASIL. **Decreto-lei n.º 9.295, de 27 de maio fevereiro de 1946**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm. Acesso em: 20 Jan 2022. (1 citação: Página 33)
- BRASIL. **Lei Complementar n.º 105, de 10 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001b, p. 76, 288. (3 citações: páginas 57, 208 e 240)
- BRASIL. **Lei Complementar n.º 130, de 17 de abril de 2009**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009. (1 citação: Página 231)
- BRASIL. **Lei Complementar n.º 179, de 24 de fevereiro de 2021**. Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021e. (1 citação: Página 206)
- BRASIL. **Lei n.º 12.865, de 9 de outubro de 2013**. Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional

de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, e n.º 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis n.ºs 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis n.ºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013. (2 citações: páginas 150 e 229)

BRASIL. Lei n.º 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001a. (1 citação: Página 71)

BRASIL. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007. (1 citação: Página 57)

BRASIL. Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nos 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nos 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei no 423, de 21 de janeiro de

- 1969; revoga dispositivos das Leis nos 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010. (1 citação: Página 33)
- BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011. (5 citações: páginas 56, 57, 203, 207 e 213)
- BRASIL. Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. (1 citação: página 56)
- BRASIL. Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016.** Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016. (2 citações: páginas 56 e 207)
- BRASIL. Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. (2 citações: páginas 56 e 57)
- BRASIL. Lei n.º 13.853, de 8 de julho de 2019.** Altera a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019b. (2 citações: páginas 56 e 57)
- BRASIL. Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595compilado.htm. Acesso em Acesso em: 20 Jan 2022. (14 citações: páginas 40, 71, 142 (3), 144 (2), 147, 162 (2), 231, 239, 261 (2) e 275)
- BRASIL. Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965.** Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Brasília, DF. Diário oficial da União, 2021d. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4728.htm. Acesso em Acesso em: 20 Jan 2022. (1 citação: Página 147)
- BRASIL. Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1971. (2 citações: páginas 57 e 231)
- BRASIL. Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1991. (1 citação: Página 159)
- BRASIL. Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992.** Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1992. (3 citações: páginas 33, 57 e 89)
- BRASIL. Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998.** Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Brasília, DF. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1998. (2 citações: 56 e 58)

- BRASIL. **Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1999. (1 citação: Página 149)
- BRASIL. **Vocabulário Jurídico (Tesouro)**. Brasília: Supremo Tribunal Federal (STF), 2021b). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarTesouro.asp>>. Acesso em: 09 maio 2021. (1 citação: Página 38)
- BRAZ, M. R. **Auditoria de TI: O guia da sobrevivência**. Brasília: Asê Editorial, 2017. (9 citações: páginas 32, 39(3), 51, 66, 84 e 244 (2)).
- BRECHT, B. Cinco dificuldades de escrever a verdade. **Revista EPTIC**, v. 23, n. 1, 2021. (2 citações: Página 27(2))
- BUCHANAN, S.; GIBB, F. The Information Audit: an integrated strategic approach. **International Journal of Information Management**, v. 18, n. 1, p. 29–47, 1998. (10 citações: páginas 32, 97, 98, 100, 107, 108 (3), 110 e 111).
- BUCHANAN, S.; GIBB, F. The information audit: methodology selection. **International Journal of Information Management**, v. 28, p. 3–11, 2008a. (4 citações: páginas 32, 97, 98 e 108)
- BUCHANAN, S.; GIBB, F. The information audit: role and scope. **International Journal of Information Management**, v. 27, p. 159–172, 2007. (8 citações: páginas 32, 97 (2), 98(2), 100, 108 e 274)
- BUCHANAN, S.; GIBB, F. **The information audit: Theory versus practice**. v. 28, p. 150–160, 2008b. (4 citações: páginas 32, 98, 104 e 108)
- BUSH, V. As we may think: a top u. s. scientist foresees a possible future world in which man-made machines will start to think. **The Journal of Electronic Publishing**, v. 1, n. July, 1945. (2 citações: páginas 28 e 94)
- CAMARÃO, Paulo César Bhering. **Glossário de Informática: inglês - português**. Rio de Janeiro: LTC, 1994. (1 citação: Página 36)
- CAMBRIDGE. **Cambridge Dictionary**. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/audit>>. Acesso em: 21 nov. 2021. (1 citação: Página 62)
- CARDOSO, A. Christine Lagarde do FMI adverte bancos : as criptomoedas trarão “disrupturas maciças”. **Webitcoin**, 13 out.2017, 13 out. 2017. (1 citação: Página 120)
- CARLAN, E.; BRÄSCHER, M. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, v. 4, n. 2, p. 53–73, 2011. (2 citações: Página 39 (2))
- CARR, N. G. **Será que TI é tudo? Repensando o papel da tecnologia da informação**. São Paulo: Editora Gente, 2009. (1 citação: Página 153)
- CARVALHO, Andréa Vasconcelos. **A Auditoria de ativos informacionais e suas contribuições para a gestão estratégica**. in: ALVARES, Lillian Maria Araujo de Rezende; ITABORAHY, Anderson Luis Cambraia (org.). Os múltiplos cenários da informação tecnológica no Brasil do século XXI /– Rio de Janeiro: IBICT, 2022. – (Coleção PPGCI 50 anos). P. 233 - 251. (7 citações: páginas 32, 102, 106, 107, 139, 259 e 274)
- CARVALHO, Andréa Vasconcelos. Auditoria e gestão da informação e do conhecimento: interações e perspectivas teórico-práticas. **Ciência da Informação**, v. 48, n. 2, p. 53–73, 2019. (18 citações: Página 32 (2), 39 (2), 42, 43 (2), 66 (2), 95, 97, 101, 105, 107, 111 (2) e 114 (2))

- CARVALHO, Carlos Eduardo. Ocultamento e mistificação nas relações do Banco Central com os bancos: notas sobre a experiência brasileira. **Política&sociedade**, n 6, p. 195 – 220, 2005a. (2 citações: páginas 157 e 159)
- CARVALHO, E.; BRANDI, V. R. **O processo regulatório em retrospectiva: uma investigação exploratória da regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil**. Brasília: Bacen, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/depec/NotasTecnicas/Nota_tecnica_49.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2021. (3 citações: páginas 28, 142 e 154)
- CARVALHO, Luís Alfredo Vidal de. **Datamining, a mineração de dados no marketing, medicina, economia, engenharia e administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005b. (3 citações: páginas 48 e 49 (2))
- CASTELFRANCHI, C.; FALCONE, R. *Socio-cognitive theory of trust*. **J. Pitt. London: Wiley**, n. *January*, p. 58–89, 2005. (1 citação: Página 119)
- CASTELFRANCHI, C.; FALCONE, R. *Trust and Technology*. **Trust Theory**, p. 343–357, 2010b. (5 citações: páginas 118(2) e 119 (3))
- CASTELFRANCHI, C.; FALCONE, R. Trust Theory: A Socio-Cognitive and Computational Model. **Trust Theory: A Socio-Cognitive and Computational Model**, p. 24–25, 2010a. (1 citação: Página 119)
- CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) PG 01, de 7 de fevereiro de 2019 – Código de ética profissional do contador**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), 2019. Disponível em: <[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1))>. Acesso em: 1 mar. 2023. (2 citações: páginas 33 e 57)
- CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), Trabalhos de Asseguração (TA), Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), 2015. Disponível em: <https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTAESTRUTURACONCEITUAL>. Acesso em: 7 ago. 2021. (4 citações: páginas 77 e 87 (3))
- CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade, CTA 34, de 18 de agosto de 2022**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), 2022. DOU 18/08/22. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/CTA%2034%20BCB.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023. (4 citações: páginas 136, 221, 222 e 223)
- CFC. **Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC n.º 1.530, de 22.09.2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/001530&arquivo=Res_1530.doc>. Acesso em: 12 mar. 2023. (1 citação: página 228)
- CFI. **CAMELS Rating System**. CFI Education Inc., 2023. Disponível em: <https://corporatefinanceinstitute.com/resources/wealth-management/camels-rating-system/>. Acesso em: 02 fev. 2023. (2 citações: página 72 (2))
- CGU. **Auditoria Interna Governamental**. Controladoria Geral da União, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/Auditoria-e-fiscalizacao>. Acesso em: 14 abr. 2023. (1 citação: Página 72)
- CGU. **Eaud - Pesquisa de Relatórios**. Controladoria Geral da União, 2023b. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios>. Acesso em: 14 abr. 2023. (1 citação: Página 93)
- CGU. **Instrução Normativa Nº 03, de 09 de junho de 2017**. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Brasília: Controladoria Geral da União, 2017. Disponível em:

- <https://wiki.cgu.gov.br/index.php/Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa_n%C2%BA_3_de_9_de_junho_de_2017>. Acesso em: 30 out. 2022. (1 citação: páginas 114)
- CGU. **Jornada do Auditor Interno Governamental [infográfico]**. Brasília: Controladoria Geral da União, 2021a. Disponível em: <<https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/65645>>. Acesso em: 30 out. 2022. (2 citações: 134 e 135)
- CGU. **Orientação prática: Relatório de Auditoria**. Brasília: Controladoria Geral da União, 2019. (1 citação: Página 62)
- CGU. **Relatório de Avaliação - Banco Central do Brasil - Exercício 2019**. Brasília: Controladoria Geral da União, 2021b. Disponível em: <<https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/959204>>. Acesso em: 30 out. 2022. (1 citação: Página 203)
- CHADE, Jamil. **Credit Suisse: os escândalos que envolveram o banco nos últimos anos**. UOL, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamilchade/2023/03/16/corruptao-trafficantes-e-ate-a-fifa-as-polemicas-do-banco-suico-em-crise.htm>. Acesso em: 16 mar. 2023. (3 citações: páginas 157 e 159 (2))
- CODESSO, M. M. **Modelo de Auditoria Contínua: framework de integração de dados**. 2018. 94 f. Tese (Doutorado em Administração). Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC. (2 citações: páginas 76 e 94)
- COSO. **Controle interno - Estrutura Integrada: Sumário Executivo**. São Paulo: *The IIA Brasil*; PwC Brasil, 2013. (4 citações: páginas 30, 128 e 242)
- COSO. **Gerenciamento de Riscos Corporativos – Integrado com estratégia e performance. Sumário Executivo**. The Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission (COSO), 2017. Disponível em: <<http://iiabrasil.org.br/korbill-load/upl/editorHTML/uploadDireto/sumariocosoerm-editorHTML-00000001-19022018164126.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021. (1 citação: Página 240)
- COUGO, P. **Modelagem conceitual e projeto de bancos de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. (1 citação: Página 169)
- CUNHA, J. H. DA C. **Estudo do emprego da taxonomia como instrumento auxiliar para decisões táticas no processo de Auditoria**. 2017. 210 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília - DF. (5 citações: Página 40, 41, 74, 131 e 135)
- CUNHA, M. B. DA; CAVALCANTI, C. R. DE O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: *Briquet de Lemos*, 2008. (2 citações: Páginas 122 e 123)
- CVM. **Deliberação CVM n.º 695, de 13 de dezembro de 2012**. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 2012. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de benefícios a empregados. (1 citação: Página 222)
- CVM. **Instrução Normativa n.º 308, de 14 de maio de 1999**. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 1999. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de Auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, e revoga as Instruções CVM nos 216, de 29 de junho de 1994, e 275, de 12 de março de 1998. (2 citações: Página 70 e 261)

- CVM. **Ofício-Circular n.º 1/2022-CVM/SNC/GNA, de 05 de abril de 2022**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/snc/oc-snc-gna0122.html>. Acesso em: 11 dez. 2022. (3 citações: Página 70, 228 e 315)
- DAHLBERG, I. A referent-oriented analytical concept theory os inter concept. **International classification. Frankfurt**, v. 5, n. 3, p. 142–150, 1978b. (3 citações: página 166 (3))
- DAHLBERG, I. Knowledge Organization: Its Scope and Possibilities. **Knowledge Organization**, v. 20, n. 2, p. 211–222, 1993. (1 citação: Página 165)
- DAHLBERG, I. **Teoria da classificação, ontem e hoje**. Anais da Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica. **Anais...Brasília: IBICT**, 1972. Disponível em: <www.conexaorio.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019. (1 citação: Página 166)
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 101–107, 1978a. (2 citações: Página 165 (2))
- DAMA INTERNATIONAL. **Publications >> Body of Knowledge**. 2023. Disponível em: <<https://www.dama.org/cpages/body-of-knowledge>>. Acesso em: 12 fev. 2023. (1 citação: Página 106)
- DANTAS, J. A. **Auditoria em instituições financeiras: determinantes de qualidade no mercado brasileiro**. 2012. 173 f. Tese (Doutorado e m Ciências Contábeis). Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília - DF. (5 citações: páginas 40, 44, 87, 90 e 121)
- DAVENPORT, T. H. **Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 1998. (10 citações: páginas 29 (2), 94, 103 (2), 106(2), 173, 262 e 269)
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. (1 citação: Página 173)
- DENNIS, I. **Auditing Theory**. New York: Routledge, 2015. (12 citações: páginas 35, 38, 77 (2), 81, 82(5) e 84 (2)).
- DERVIN, B. Chaos, order, and sense-making: a proposed theory for information design. In: **Information design**. Cambridge: The MIT Press, 1999. p. 35–60. (1 citação: Página 123)
- DIAS, Sérgio Vidal dos Santos. **Auditoria de processos organizacionais: teoria, finalidade, metodologia de trabalho e resultados esperados**. São Paulo: Atlas, 2006. (10 citações: páginas 31, 39, 68 (2), 84, 134, 243(2) e 252).
- DODD, N. **The social life of money**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2014. (1 citação: Página 156)
- DONGES, Niklas. **Introduction to Natural Language Processing (NLP): The ultimate goal of natural language processing is to help computers understand language as well as we do**. BuiltIn, 2022. Disponível em: <<https://builtin.com/data-science/introduction-nlp>>. Acesso em: 27 fev. 2023. (1 citação: página 48)
- DOURADO, T.; GOMES, W. **O que são, afinal, fake news, enquanto fenômeno de comunicação política?** Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. **Anais...Brasília: 2019** (2 citações: páginas 43 e 115)
- DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. (3 citações: páginas 28. 153 e 154)

- DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. **Design Science Research: Método de Pesquisa para Avanço da Ciência e Tecnologia**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2015. (1 citação: Página 174)
- EBSCO. **About EBSCO**. EBSCO Information Services, 2021. Disponível em: <<https://www.ebsco.com/about>>. Acesso em: 10 set. 2021. (1 citação: Página 112)
- ECHEVERRÍA, R. **Empresa emergente: a confiança e os desafios da transformação**. Caracas: Newfield Consulting, 1999. (2 citações: páginas 116 e 261)
- EDELMAN. **Edelman Trust Barometer 2021 - Confiança no Brasil + Global**. Edelman: 2021b. Disponível em: <https://www.edelman.com.br/sites/g/files/aatuss291/files/2021-03/2021%20Edelman%20Trust%20Barometer_Brazil%20%2B%20Global_POR_Imprensa_1.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2021. (1 citação: Página 117)
- EDELMAN. **Edelman trust barometer 2021**. Edelman: 2021a. Disponível em: <<https://www.edelman.com.br/estudos/edelman-trust-barometer-2021>>. Acesso em: 7 ago. 2021. (1 citação: Página 116)
- E-DINHEIRO BRASIL. **Sobre nós. Quem somos**. Fortaleza: Instituto E-Dinheiro Brasil, 2023. Disponível em: <http://edinheirobrasil.org/sobre-nos/>. Acesso em 28 jan. 2023. (2 citações: páginas 150 e 193)
- ENCHC. **Localizando as vítimas**. *Washington, DC: the United States Holocaust Memorial Museum*, 2021. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/locating-the-victims>>. Acesso em: 19 jun. 2021. (1 citação: Página 153)
- ETCHECHURRY, Alexandre. **Auditoria com a utilização de métodos ágeis e uso de analytics: Metodologia Ágil a serviço da Auditoria**. Livro eletrônico. *Kindle Edition*, 2022. (2 citações: páginas 71 e 247)
- EUA. **Dodd-Frank Wall Street reform and consumer protection act**. Washington, EUA, 2010. Disponível em: <<https://www.sec.gov/about/laws/wallstreetreform-cpa.pdf>>. Acesso em 03 maio 2022. (1 citação: Página 47)
- EVEREST, David et al. **Gestão de continuidade de negócios**. Altamonte Springs: The Institute of Internal Auditors (IIA), 2008. (1 citação: Página 75)
- FACCHINI, Filipe; PIVA, Fernanda. Responsabilidade Civil das Empresas de Auditoria e Agências de Rating. **Revista Eletrônica Sapere Aude**, Ano 4 Volume 1, 2015. Disponível em: <<http://revistasapereauade.org/index.php/edicoes/anos-anteriores/ano-4-vol-1-12/ano-4-volume-1-agosto-2015>>. Acesso em: 28 fev. 2023. (2 citações: Página 58 (2))
- FEBRABAN. **Associados**. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos (Febraban), 2022. Disponível em: <<https://portal.febraban.org.br/pagina/3164/12/pt-br/associados>>. Acesso em: 31 ago. 2022. (1 citação: Página 192)
- FEBRABAN; DELOITTE. **Metodologia de Auditoria Interna com foco em riscos**. São Paulo: IBCB, 2003. (3 citações: páginas 73 (2) e 74)
- FEIGL, D. M. Uma investigação sobre o efeito contágio nas empresas negociadas no mercado acionário brasileiro auditadas pela Arthur Anderson. **3o. Simpósio Fucape de produção Científica**. Anais...Vitória, Brasil: FUCAPE, 2005. (1 citação: Página 156)
- FERGUSON, N. **A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo**. 3. ed. São Paulo: Planeta, 2020. (1 citação: Página 160)
- FERREIRA, A. B. DE H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. (10 citações: páginas 39, 60, 61, 62, 63 (4), 106 e 130)
- FERREIRA, Laura Cristina Gastão. **As instituições financeiras na economia: uma análise empírica do caso português**. 2012. 62f. Dissertação (Mestrado em Mercado de Finanças), Instituto Superior de Economia e Gestão, Técnica de Lisboa, Lisboa - Estremadura.

- Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/10553/1/DM-LCGF-2012.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2021. (1 citação: Página 141)
- FIGUEIRA, C. M. G. et al. **Fronteiras da Auditoria em saúde**. São Paulo: RTM, 2008. (2 citações: páginas 66 e 84)
- FIGUEIREDO, R. M. DA C.; SANTOS, R. R. DOS; FREITAS, S. A. A. DE. **Governança em tecnologia de informação e comunicação para o Setor Público**. Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU) e Universidade de Brasília (UnB), 2018. (3 citações: páginas 37 e 52)
- FLINT, D. **Philosophy and principles of auditing: an introduction**. London: Macmillan Press, 1989. (9 citações: páginas 34, 35 (2), 38, 80(2), 81, 82 e 84)
- FONSECA, F.; MARTIN, J. Learning the differences between ontologies and conceptual schemas through ontology-driven information systems. **Journal of the Association for Information Systems**, v. 8, n. 2, p. 129–142, 2007. (1 citação: Página 169)
- FROST, R. B.; CHOO, C. W. Revisiting the information audit: A systematic literature review and synthesis. **International Journal of Information Management**, v. 37, n. 1, p. 1380–1390, 2017. (6 citações: páginas 98, 100, 111 (3) e 274).
- FSB. **2021 List of Global Systemically Important Banks (G-SIBs)**. Basel: The Financial Stability Board (FSB), 2021. Disponível em: <https://www.fsb.org/2021/11/2021-list-of-global-systemically-important-banks-g-sibs/>. Acesso em: 20 jan. 2022. (1 citação: Página 151)
- FU, X.; ZHANG, X. A synthetical information audit of a Chinese operator practical study. Fourth International Conference on Cooperation and Promotion of Information Resources in Science and Technology (COINFO 2009). **Anais...Beijing, China: IEEE Computer Society**, 2009. Disponível em: <<https://www.computer.org/csdl/proceedings/coinfo/2009/12OmNqHItAk>>. Acesso em: 10 nov. 2021. (2 citações: páginas 100 e 111)
- FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. (1 citação: Página 119)
- GAMBETTA, D. Can We Trust Trust? **Trust: Making and Breaking Cooperative Relations**, v. eletrônico, n. August 2000, p. 213–237, 2000. (1 citação: Página 115)
- GAVA, Tânia Barbosa Salles. FLORES, Daniel. Auditoria e certificação ao longo da cadeia de custódia digital arquivística. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 424 – 449, out./dez. 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 27 set. 2022. (3 citações: Página 137 (3))
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. (1 citação: Página 179)
- GLEICK, J. **A Informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada**. São Paulo: Companhia das letras, 2013. (2 citações: Página 32(2))
- GLEIM, I. N. **CIA Review. Parte I - O papel da atividade de Auditoria interna na governança, risco e controle**. 14. ed. Flórida: *Gleim Publications*, 2009. (1 citação: Página 39)
- GOLBECK, J.; PARSIA, B.; HENDLER, J. **Trust networks on the Semantic Web**. Lecture Notes in Artificial Intelligence - International workshop on cooperative information agents. **Anais...Berlin, Heidelbergp: Springer**, 2003. (1 citação: Página 119)
- GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. (2 citações: páginas 173 e 183)

- GONZÁLEZ GUITIÁN, Maria Virgínia. **Auditoria de información y de conocimiento en las organizaciones: diseño y aplicación de una metodología integradora**. 2015. 350 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidad de Granada, 2015. (2 citações: Página 110 (2))
- GONZÁLEZ GUITIÁN, Maria Virginia; PONJUÁN DANTE, Glória. Metodologías y modelos para auditar la información. Análisis reflexivo **Revista General de Información y Documentación**, v. 24, n. 2, p. 233-253, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5209/rev_RGID.2014.v24.n2.47402>. Acesso em: 19 mar. 2023. (6 citações: páginas 99, 110 (3) e 244(2))
- GONZÁLEZ GUITIÁN, Maria Virginia; PONJUÁN DANTE, Glória. **Mirada contextual a los nexos entre las Auditorias de información y las Auditorias de conocimiento**. *Revista Ciencia de la Información*, v. 42, n. 1, p. 31-37 ene./abr. 2011. (1 citação: Página 99)
- GRANATO NETO, N. N. **A Declaração de Moscou (2019) e os Desafios para o Controle Externo Brasileiro**. Fórum Nacional de Auditoria. Anais...2021. Disponível em: <<https://irbcontas.org.br/a-declaracao-de-moscou-2019-e-os-desafios-para-o-controle-externo-brasileiro/>>. Acesso em: 30 set. 2022. (1 citação: Página 89)
- GRIFFITHS, P. Information Audit: Towards common standards and methodology. **Business Information Review**, v. 29, n. 1, p. 39–51, 2012. (3 citações: páginas 42, 111 e 112)
- GUEDES, W. **Necessidades Informacionais da Auditoria Pública: estudo qualitativo do fluxo de informações a partir da Teoria Matemática da Comunicação**. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília - DF. (1 citação: Página 40)
- GUIZZARDI, Giancarlo. **Ontological Foundations for Structural Conceptual Models**. 2005. 441 f. Thesis (PhD in Computer Science) Centre for Telematics and Information Technology, Telematica Instituut Fundamental Research, University of Twente, Enschede - The Netherlands. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~gguizzardi/OFSCM.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019. (5 citações: páginas 111, 167 e 169 (3)).
- GUTTMANN, R. A transformação do capital financeiro. **Economia e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 51–83, 1996. (2 citações: Página 153 (2))
- HABIB, A. et al. Determinants of auditor choice: Review of the empirical literature. **Int J Audit**, p. 308– 335, 2019. (2 citações: Página 92 (2))
- HALÉVY, Marc. **A era do conhecimento: princípios e reflexões sobre a revolução noética no século XXI**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. (1 citação: Página 105)
- HELLER, Peter; PIZIAK, Dee. **An Enterprise Architecture White Paper – An Enterprise Architect’s Guide to Big Data – Reference Architecture Overview**. Redwood Shores: Oracle, 2015. (2 citações: páginas 48 e 49)
- HENCZEL, S. *The information audit as a first step towards effective knowledge management: an opportunity for the special librarian*. (Inspel, Ed.) "Global 2000" Worldwide Conference on Special Librarianship. **Anais...Brighton, England: 2000**. Disponível em: <<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Conducting+a+Knowledge+Audit#6>>. Acesso em: 10 jul. 2021. (9 citações: páginas 94, 97, 98 (3), 100, 108 e 109 (2)).
- HENCZEL, S. **The Information Audit: a practical guide**. Chippenham Esiltshira: Antany Rone, 2001. (5 citações: páginas 97, 98 (2) , 108 e 274).

- HENCZEL, S.; ROBERTSON, G. The Widening Horizons of Information Audit. **Qualitative & Quantitative Methods in Libraries**, v. 5, n. 3, p. 561–571, 2016. (9 citações: páginas 37, 61, 62, 98, 112, 113 (2) e 139(2)).
- HEVNER, A. R. et al. Design science in information systems research. **MIS Quarterly: Management Information Systems**, v. 28, n. 1, p. 75–105, 2004. (1 citação: Página 174)
- HEVNER, A.; CHATTERJEE, S. **Design research in information systems: theory and practice**. New York Dordrecht Heidelberg London: Springer, 2010. v. 28. (1 citação: Página 175)
- HJØRLAND, B. Concept Theory. **Journal of the american society for information science and technology**, v. 60, n. 8, p. 1519–1536, 2009. (1 citação: Página 167)
- HJØRLAND, B. The Foundation of the Concept of Relevance. **Journal of the american society for information science and technology**, v. 61, n. 2, p. 217–237, 2010. (4 citações: páginas 124 (3), 125 e 277)
- HJØRLAND, B.; CHRISTENSEN, F. S. **Work Tasks and Socio-Cognitive Relevance: A Specific Example**. v. 53, n. June, p. 960–965, 2002. (1 citação: Página 125)
- HOYLE, David; THOMPSON, John. **Process management and related articles**. in: *Transition Support - A flexible approach to business improvement*, 2022. Disponível em <https://transition-support.com/procedures_to_processes.html>. Acesso em 22 out. 2022. (3 citações: páginas 67 e 68 (2))
- HUNT, Alex; MOURA, Adriana. **Data analytics agregando valor e eficiência em Auditoria interna**. Grant Thornton Brasil, 2023. Disponível em: < <https://www.granthornton.com.br/insights/artigos-e-publicacoes/data-analytics-agregando-valor-e-eficiencia-em-Auditoria-interna/>>. Acesso em 21 fev. 2023. (1 citação: Página 76)
- IAASB. **Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements - Volume I and II**. New York, USAIFAC, 2013. (3 citações: páginas 33, 36 e 86)
- IBGC. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 5. ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), 2015. (4 citações: páginas 30 (2), 47 e 48).
- IBGC. **Gerenciamento de riscos corporativos: evolução em governança e estratégia**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2017. (1 citação: Páginas 154)
- IBGC. **Lista de Certificados IBGC**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), 2023. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/destaques/oficial-certificacao-certificados-ibgc>>. Acesso em: 25. fev. 2023. (1 citação: Página 190)
- IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas, versão 2.0 (CNAE 2.0)**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2012. Disponível em <<https://cnae.ibge.gov.br/?view=estrutura>>. Acesso em 03 fev 2022. (6 citações: páginas 146 (4), 195 e 275)
- IBRACON. **Auditoria**: registros de uma profissão. São Paulo: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), 2007. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=2&fbclid=IwAR3vSy8ro4zTPeYoPd54nwtK1hEovsQsfaCyK-psTe1EQC_0KZM3sF_id6UM>. Acesso em: 04 fev. 2023. (1 citação: Página 39)
- IBRACON. **Comunicado Técnico Ibracon n.º 01/2023**. São Paulo: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), 2023. Disponível em: <

- <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/downloadFile.php?parametro=Li4vLi4vaWJyYWNvbi91cGxvYWQvcHVibGljYWNhby8xNjgw-MjkyNDcxY3RfaWJyYWNvbl8tXzAxMjAyMy5wZGY=>>. Acesso em: 18 abr. 2023. (1 citação: Página 137)
- IBRACON. **Comunicado Técnico Ibracon n.º 04/2022**. São Paulo: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), 2022. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/downloadFile.php?parametro=Li4vLi4vaWJyYWNvbi91cGxvYWQvcHVibGljYWNhby8xNjYx-MjY2MTE1Y3RfMDRfMjAyMl8tX2RlbW9uc3RyYWNvZXNfY29udG-FiZWlZlX2NvbNvbGlkYWRhc18oYmFjZW4pX3IxLnBkZg==>>>. Acesso em: 18 abr. 2023. (1 citação: Página 137)
- IEEE. **Call for Papers The 19th IEEE International Conference on Trust, Security and Privacy in Computing and Communications (TrustCom 2020)**. Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE), 2021. Disponível em: <<http://ieeetrustcom.org/TrustCom2020/CallforPapers.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2021. (1 citação: Página 120)
- IFIP. **Iftpm 2020 14th IFIP WG 11.11 International Conference on Trust Management**. Tel-Aviv, Israel: *International Federation for Information Processing* (IFIP), 2020. Disponível em: <<http://www.wikicfp.com/cfp/servlet/event.showcfp?eventid=97779©ownerid=17685>>. Acesso em: 02 dez. 2021. (1 citação: Página 119)
- IIA BRASIL. **IIA - Institutos dos Auditores Internos do Brasil**. São Paulo: Institutos dos Auditores Internos do Brasil, 2021. Disponível em: <<https://iiabrasil.org.br/iiabrasil>>. Acesso em: 28 nov. 2021. (4 citações: Páginas 31, 60, 86 e 87)
- IIA. **Certified Internal Auditor**. Altamonte Springs FL: *The Institute of Internal Auditors* (IIA), 2022. Disponível em: <<https://iiabrasil.org.br/korbilload/upl/editorHTML/uploadDireto/20223970-certci-editorHTML-00000015-28092022115121.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2023. (1 citação: Página 247)
- IIA. **Control self-assessment : an introduction**. Altamonte Springs FL: *The Institute of Internal Auditors* (IIA), 2015. Disponível em: <[https://chapters.theiia.org/IIA_Canada/Events/Documents/Control_Self-assessment - An Introduction.pdf](https://chapters.theiia.org/IIA_Canada/Events/Documents/Control_Self-assessment_-_An_Introduction.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2021. (1 citação: Página 73)
- IIA. **International Professional Practices Framework - IPPF - 2017**. Lake Mary, FL, United States of America: *The Institute of Internal Auditors* (IIA), 2017. (5 citações: páginas 36, 39, 40, 64 e 88)
- IIA. **Introdução às Normas**. Lake Mary, FL: *The Institute of Internal Auditors* (IIA), 2021. Disponível em: <<https://iiabrasil.org.br/ippf/introducao-as-normas>>. Acesso em: 28 nov. 2021. (4 citações: páginas 31, 60, 86 e 87).
- IIA. **Normas internacionais para a prática profissional de Auditoria interna (normas)**. Lake Mary, FL: *The Institute of Internal Auditors* (IIA), 2019. Disponível em: <<https://iiabrasil.org.br/korbilload/upl/ippf/downloads/livreto-ippf-vs-ippf-00000010-01102019105200.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2021. (2 citações: páginas 88 e 277)
- IMONIANA, J. O. **Auditoria de sistemas de informação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. (7 citações: páginas 32, 39 (2), 66, 84, 244 (2)).
- INTOSAI. **ISSAI 200 – Princípios fundamentais de Auditoria financeira**. Copenhagen, Denmark, 2013b. (1 citação: Página 77)
- INTOSAI. **ISSAI 400 – Princípios Fundamentais de Auditoria de conformidade**. Copenhagen, Denmark, 2013c. (1 citação: Página 66)

- INTOSAI. **Wgita – Idi handbook on it audit**. Intosai idi/wgita. *Anais...Beijing*: INTOSAI, 2013a. (2 citações: páginas 36 e 89)
- INTOSAI. **Where to find the Financial Auditing Standards?** *Copenhagen, Denmark*, 2019. Disponível em: <<https://www.issai.org/where-to-find-the-financial-auditing-standards/>>. Acesso em: 20 nov. 2021. (1 citação: Página 90)
- IRB. **Declaração de Moscou**. XXIII Congresso Internacional Das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INCOSAI). *Anais...Moscou, Russia*: 2019. (1 citação: Página 7589)
- IRB. **Normas. Princípios Fundamentais da Auditoria do Setor Público (NBASP)**. Brasília: Instituto Rui Barbosa, 2021. Disponível em: <<https://irbcontas.org.br/nbasp/>>. Acesso em: 20 nov. 2021. (1 citação: Página 86)
- ISACA. **COBIT 2019 Framework: Introduction and Methodology**. *Rolling Meadows-USA: Information Systems Audit and Control Association (ISACA)*, 2018. Disponível em: <<https://www.isaca.org>>. Acesso em: 30 nov. 2021. (5 citações: páginas 36, 52, 53 (2) e 54)
- ISACA. **COBIT 5 - A Business Framework for the Governance and Management of Enterprise IT**. Rolling Meadows-USA: Information Systems Audit and Control Association (ISACA), 2012. Disponível em: <<https://www.isaca.org>>. Acesso em: 30 nov. 2021. (3 citações: páginas 53, 54 e 56)
- ISO. **ISO 14721: 2012 - Space data and information transfer systems – Open archival information system (OAIS) - Reference model**. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/57284.html>. Genebra, Switzerland: ISO/TC 20/SC 13 Space data and information transfer systems, 2012a. Acesso em: 24 jan. 2023. (1 citação: Página 137)
- ISO. **ISO 16363: 2012 - Space data information transfer systems -- Audit and certification of trustworthy digital repositories**. Genebra, Switzerland: ISO/TC 20/SC 13 Space data and information transfer systems, 2012b. (1 citação: Página 85)
- ISTC. **Trust Theory and Technology Group**. Roma (RM): ISTC Roma 1, 2021. Disponível em: <<https://www.istc.cnr.it/en/group/t3>>. Acesso em: 10 jul. 2021. (1 citação: Página 115)
- ITGI. **Diretrizes de Auditoria - Julho 2000**. Tradução Thomas R. L. Supré. São Paulo: Galele & Associados, 2001. (3 citações: páginas 50, 51, 52)
- ITGI. **Glossary of terms English-brazilian Portuguese**. *ISACA Journal*. Rolling Meadows-USA: 2012. (2 citações: Páginas 53 e 76)
- ITGI. **Padrão de Auditoria de SI - Independência**. *ISACA Journal*. Rolling Meadows-USA: 2004. (1 citação: Página 74)
- ITGI. **Press Releases ISACA Updates IT Audit Framework (ITAF)**. *Rolling Meadows: Information Technology Governance Institute (ITGI)*, 2020. Disponível em: <<https://www.isaca.org/why-isaca/about-us/newsroom/press-releases/2020/isaca-updates-it-audit-framework-itaf>>. Acesso em: 30 nov. 2021. (2 citações: páginas 51 e 88)
- ITGI. **The COBIT Framework Timeline Isaca**. *Rolling Meadows: Information Technology Governance Institute (ITGI)*, 2018. Disponível em: <<https://www.isaca.org/resources/infographics/the-cobit-framework-timeline>>. Acesso em: 30 nov. 2021. (3 citações: Página 52 (2) e 53)
- KINDLEBERGER, C. P. **A financial history of Western Europe**. London: George Allen & Unwin, 1984. (2 citações: páginas 28 e 152)
- KOTHARI, C.R. **Research Methodology: Methods and Techniques**. 2a ed. Nova Delhi, India: New Age International Publishers, 2004. (1 citação: Página 187)

- KPMG. **ESG: Environmental, Social and Governance - Uma jornada de transformação nos negócios**. KPMG Auditores Independentes, 2023. Disponível em: <<https://kpmg.com/br/pt/home/servicos/consultoria/risk-consulting/esg-environmental-social-governance.html>>. Acesso em: 10 fev 2023. (1 citação: Página 225)
- KRESS, R. E. Transformar la función de auditoría de TI – Seguir el camino digital. **ISACA Journal**, v. 1, 2016. (1 citação: Página 75)
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (1 citação: Página 164)
- LA ROVERE, E. L. **Manual de Auditoria Ambiental**. 2. ed. São Paulo: *Qualitymark*, 2001. (3 citações: páginas 31 e 66)
- LABRADA, Y. K. R.; INCLÁN, A. C.; RODRÍGUEZ, F. C. Estado del arte de la Auditoría de Información. **e-Ciencias de la Información**, v. 9, n. 1, 2019. (3 citações: páginas 96, 102 e 112)
- LACERDA, D. P. et al. Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. **Gestao e Producao**, v. 20, n. 4, p. 741–761, 2013. (3 citações: páginas 174 (2) e 256)
- LECKIE, G. J.; PETTIGREW, K. E.; SYLVAIN, C. Modeling the Information Seeking of Professionals: A General Model Derived from Research on Engineers, Health Care Professionals, and Lawyers. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, v. 66, n. 2, p. 161–193, 1996. (11 citações: páginas 44, 126 (4), 127 (2), 128 (2), 129 e 190).
- LEE, T. A. **Corporate audit theory**. London: Chapman & Hall, 1993. (7 citações: páginas 35 (2), 38, 80 (2), 81 e 84).
- LEITE, J. R. E.; MARTINS, P. S.; URSINI, E. L. **A Internet das coisas (IoT): tecnologias e aplicações**. 2017 Brazilian Technology Symposium (BTSYM). **Anais...Campinas, Brasil: Unicamp**, 2017. Disponível em: <<https://www.lcv.fee.unicamp.br/imagens/BTSym-17/Papers/76926.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2020. (1 citação: Página 118)
- LÉVY, D.; DUMÉNIL, G. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. (4 citações: páginas 28, 153 (2) e 154)
- LIMA, L. H. **Controle Externo: Teoria, Jurisprudência e Mais de 500 questões**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. (6 citações: páginas 60 (2), 71 (2) e 89 (2)).
- LIN, P. Paul. Introducing the AICPA’s Audit Data Standards: using a unified view of financial data representation to improve productivity. **The CPA Journal**, May, 2015. (1 citação: Página 91)
- LITJENS, R.; VAN BUUREN, J.; VERGOOSSEN, R. Addressing Information Needs to Reduce the Audit Expectation Gap: Evidence from Dutch Bankers, Audited Companies and Auditors. **International Journal of Auditing**, 2015. (1 citação: Página 129)
- LUHMANN, N. **Trust and Power**. New York: Polity Press, 1979. (1 citação: Página 115)
- MACEDO, V. **Economia dos intangíveis e empresas: externalidades, algoritmos e plataformas**. 2020. 178 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Comunicação (ECO), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ. (1 citação: Páginas 44)
- MACULAN, B. C. M. DOS S.; LIMA, G. A. B. DE O. Buscando uma definição para o conceito de “conceito”. **Perspectivas em Ciencia da Informacao**, v. 22, n. 2, p. 54–87, 2017. (1 citação: Página 168)

- MAESTROVIRTUALE.COM. **Entrevista sobre incidentes críticos (BEI):** o que é e como usá-lo. Disponível em: <<https://maestrovirtuale.com/entrevista-sobre-incidentes-criticos-bei-o-que-e-e-como-usa-lo/>>. Acesso em 20 maio 2022. (1 citação: Página 185)
- MAIA, Marcelo. **Produção científica em Auditoria de informação:** características do fenômeno de cauda longa e outros elementos de análise bibliométrica. 2016. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação), Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná. (1 citação: Página 114)
- MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (3 citações: páginas 179, 183 e 190)
- MARIANO, Ari Melo; ROCHA, Maíra Santos. **Revisão da literatura: apresentação de uma abordagem integradora.** In: AEDM International Conference – Economy, Business and Uncertainty: Ideas for a European and Mediterranean industrial policy. Reggio Calabria (Italia), 2017. (1 citação: Página 201)
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2007. 13 ed. (1 citação: Página 106)
- MARTINELLE AUDITORES. **Curso básico de Auditoria Interna - Módulo I.** Campinas, Brasil, 2002. (2 citações: páginas 31 e 70)
- MARTÍNEZ-SILVEIRA, M.; ODDONE, N. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 2, p. 118–127, 2007. (5 citações: páginas 122 (3), 125 e 246.
- MAUTZ, R. K.; SHARAF, H. A. **The philosophy of auditing.** *Seventeenth:* Sarasola, Florida: 1961. (14 citações: páginas 35 (2), 38 (2), 77(2), 78 (2), 79(2), 80, 81(2) e 85)
- MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da Administração.** São Paulo: Atlas, 2007. (8 citações: páginas 34(2), 38, 64, 163 (2) e 164 (2))
- MCDONALD, John D.; LEVINE-CLARK, Michael. **Encyclopedia of Library and Information Sciences.** 4o. ed. Boca Raton, London, New York: CRC Press - Taylor & Francis Group, 2019. (1 citação: Página 101)
- MCINERNEY, Claire R.. Compartilhamento e gestão do conhecimento: profissionais da informação em um ambiente de confiança mútua. In: TARAPANOFF, Kira (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento em organizações.** São Paulo: IBICT, UNESCO, 2006. p. 57-72. (1 citação: Página 105))
- MELO, Maria Antônia F.; BRÄSCHER, M. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de *Dahlberg* e *Hjorland*. **Ciência da Informação**, v. 41, n. 1, p.67-80, 2016. (2 citações: páginas 167 e 174)
- MENDONÇA, A. V. M. O uso da análise do discurso do sujeito coletivo em Ciência da Informação. In: **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, 2007. p. 149–170. (4 citações: páginas 40, 187 (2) e 231)
- MILLS, C. A. **A Auditoria da qualidade.** São Paulo: *Makron Books*, 1994. (2 citações: páginas 31 e 39)
- MIRANDOLA, C. M. S. **Globalização Financeira e integração de mercados financeiros nacionais.** 2010. 211 f. Tese (Doutorado em Direito Internacional). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP. (2 citações: Página 161 (2))
- MONTANHEIRO, Paulo César. **O papel da Auditoria da informação na gestão organizacional.** 2006. 126 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006. (3 citações: páginas 42, 113 e 274)

- MOREIRA, Eduardo. **Economia do desejo a farsa da tese neoliberal**. Rio de Janeiro: Organização brasileira, 2020. (1 citação: Página 267)
- MOREIRA, Felipe; AZEVEDO, Vitor. **Americanas (AMER3): Rial renuncia ao comando após inconsistências contábeis de R\$ 20 bi da empresa; novo CFO também deixa cargo**. Infomoney, 2023. Disponível em < <https://www.infomoney.com.br/mercados/americanas-amer3-rial-e-novo-cfo-renunciam-apos-inconsistencias-contabeis-de-r-20-bilhoes/>>. Acesso em: 19 fev. 2023. (1 citação: Página 159)
- MOROZOV, E. **Big Tech - a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018. (5 citações: páginas 44 (2), 118, 155(2))
- MOTTA, J. M. **Auditoria: Princípios e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992. (2 citações: páginas 61 e 69)
- MURGUIA, Eduardo Ismael. **Documento e instituição: produção, diversidade e verdade**. In: MARCONDES, Carlos Henrique., RODRIGUES, Ana Célia (Org.). Documento: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010. p. 123-140. (1 citação: Página 31)
- MYLOPOULOS, J. **Conceptual modelling and Telos**. Conceptual Modeling, Databases, and Case. An integrated view of information systems development, p. 49–68, 1992. (2 citações: Página 167(2))
- NASCIMENTO, Nilza Pericine; MARQUES, Paulo Leandro da Silva. Auditoria Patrimonial. **Revista Qualidade HC**, n. 2, novembro/2011, p. 20-23. Disponível em: <<https://www.hcrp.usp.br/revistaqualidadehc/uploads/Artigos/69/69.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2023. (1 citação: Página 66)
- NAUMER, C.; FISHER, K.; DERVIN, B. **Sense-Making: a methodological perspective**. CHI2008 Workshop on SenseMaking Florence. **Anais...Florence, Italy: 2008**. Disponível em: <<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Sense-Making+:+A+Methodological+Perspective#1>>. Acesso em: 12 out. 2021. (5 citações: páginas 123 (3), 124 e 184)
- NEDER, H. D. Dimensionamento de amostras. In: **Amostragem em Pesquisas Socioeconômicas**. São Paulo: Alínea, 2008. f. 112. (1 citação: Página 180)
- OCDE. **Entidades Fiscalizadoras Superiores e Boa Governança: Supervisão, Visão e Previsão**. Brasília, Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.oecd.org/publications/supreme-audit-institutions-and-good-governance-9789264263871-en.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2021. (1 citação: Página 89)
- OCDE. **Princípios de Governo das Sociedades do G20 e da OCDE**. Éditions OCDE, Paris, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264259195-pt>>. Acesso em: 03 maio 2022. (2 citações: Página 47)
- OCDE. **The Organisation for Economic Co-operation and Development**. Brasília, Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.oecd.org/about/>>. Acesso em: 15 jun. 2021. (1 citação: Página 47)
- OGDEN, C. K. et al. **The meaning of meaning: a study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism**. București: Editura, 2013. (3 citações: página 168 (3))
- OLIVEIRA, Alexandre M. S. et al. **Contabilidade Internacional: gestão de riscos, governança corporativa e contabilização de derivativos**. São Paulo: Atlas, 2008. (2 citações: páginas 106 e 161)
- OLIVEIRA, V. P. O.; ALMEIDA, M. B. Um roteiro para avaliação ontológica de modelos de sistemas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 165–184, 2011. (1 citação: Página 167)

- ORLOWSKI, J. **Documentário O DILEMA das Redes**. EUA. Netflix, 2020. Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/81254224>>. (2 citações: Página 43 e 49)
- ORNA, E. **Information strategy in practice**. London: Routledge, 2004. (6 citações: páginas 32, 97 (2), 98, 100 e 108)
- ORNA, E. **Practical information policies**. Aldershot: Gower, 1999. (4 citações: páginas 32, 97 (2), 100, 108)
- ORNA, E. **Practical Information Policies: How to Manage Information Flow in Organizations**. Aldershot: Gower, 1990. (4 citações: páginas 32, 97 (2), 100 e 109)
- OTLET, Paul. **Tratado de documentação: O livro sobre o livro - Teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos, 2018. 700 f. (2 citações: Página 27 (2))
- PADRON, M. F. **Uma proposta de modelo conceitual para representação da música popular brasileira**. 2019. 221f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília - DF. (1 citação: Páginas 111)
- PADRON, M. F.; CRUZ, F. W.; SILVA, J. R. DE F. **Modelos conceituais na Ciência da Informação: uma revisão de literatura**. XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIX Enancib. **Anais...**Londrina, Brasil: 2018. (1 citação: Página 170)
- PAIVA, S. B.; SILVA, S. A. DA; SANTOS, L. R. S.. Auditoria da informação e Auditoria do conhecimento: um olhar sobre a produção científica no Brasil. **XVI ENANCIB**. **Anais...**João Pessoa: 2015. (3 citações: páginas 43, 113 e 114)
- PAULISTA, P. H. **Desenvolvimento de software para apoio à realização de Auditoria Interna de sistema de gestão da qualidade**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá - MG. (2 citações: Página 93 (2))
- PENDERGAST, T. How to Audit the Human Element and Assess Your Organization's Security Risk. **ISACA Journal**, v. 5, n. 1, p. 20–24, 2016. (1 citação: Página 76)
- PEREIRA, C. M. ; MOREIRA, W.; SEGUNDO, J. E. S. Classificação facetada: proposta de categorias fundamentais para organizar teses e dissertações em uma biblioteca digital. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação**, 26, 1-21, 2021. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79427>. (1 citação: Página 147)
- PESTANA, O. Auditoria de informação: definição e evolução da atividade no contexto da gestão da informação e das organizações da informação e das organizações. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, v. 2, p. 49–64, 2014. (12 citações: páginas 32 (2), 37, 42, 95, 96, 97, 100, 104, 112, 113 e 114)
- PIATTINI, M. **Auditing information systems**. Hershey: IGP, 2000. (2 citações: páginas 34 e 81)
- PIERSON, Lillian. **Data Science For Dummies**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2015. (1 citação: Página 48)
- PIMENTEL, Laura. **O mapa conceitual na construção de taxonomias para organização da informação na web**. 2017a. 77f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Escola de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. (1 citação: Página 148)
- PIMENTEL, M. *Design Science Research e Pesquisas com os Cotidianos Escolares para fazer pensar as pesquisas em Informática na Educação*. **Anais do XXVIII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE 2017)**, v. 1, n. Cbie, p. 414, 2017b. (3 citações: Página 175 (3))

- PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK)**. Newtown Square, Pensilvânia: Project Management Institute, 2017. (1 citação: Página 61)
- PONJUÁN DANTE, G. Auditoria da informação e do conhecimento Organizacional: gênese de uma integração. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 2, n. 2, p. 3–16, 2008. (5 citações: páginas 32, 77 (2), 99 e 269)
- POPPER, Karl R. **A Lógica da pesquisa científica**. 16^a. ed. São Paulo: Cultrix, 1974. (1 citação: Página 164)
- PORTAL DE AUDITORIA. **Código de ética e normas internacionais da profissão de Auditoria interna**. 2021b <http://www.portaldeAuditoria.com.br/Auditoria-interna/Codigo-de-etica-Praticas-da-Auditoria-Interna.asp>. (1 citação: Página 88)
- PORTAL DE AUDITORIA. **Procedimentos de Auditoria interna**. Portal de Auditoria: 2021a. Disponível em: <<https://portaldeAuditoria.com.br/procedimentos-de-Auditoria-Auditoria-interna/>>. Acesso em: 12 out. 2021. (1 citação: Página 71)
- PORTER, B.; HÓGARTAIGH, C. O.; BASKERVILLE, R. Audit Expectation-Performance Gap Revisited: Evidence from New Zealand and the United Kingdom. Part 2: Changes in the Gap in New Zealand 1989-2008 and in the United Kingdom 1999-2008. *International Journal of Auditing*, v. 16, n. 3, p. 215–247, 2012. (1 citação: Página 129)
- PRESSE, France. Credit Suisse: os escândalos que envolveram o banco nos últimos anos. **G1**, 2023. Disponível em: <Credit Suisse: os escândalos que envolveram o banco nos últimos anos | Economia | G1 (globo.com)>. Acesso em: 16 mar. 2023. (2 citações: páginas 157 e 158)
- PRIBERAM. **Priberam dicionário**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/>>. Acesso em: 15 jun. 2021. (1 citação: Página 117)
- PWC. **ESG - entenda as questões em jogo, as perspectivas e o rumo a seguir**. PWC Auditores Independentes, 2023. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/Auditoria/2020/esg-entenda-as-questoes-em-jogo-as-perspectivas-e-o-rumo-a-seguir.html>>. Consulta em: 10 fev. 2023. (1 citação: Página 223)
- QUALYTEAM. **Auditor - Gestão de Auditorias Internas**. Vídeo comercial, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SiXAjdupyng>>. Acesso em: 12 out. 2021. (1 citação: Página 93)
- QUALYTEAM. **Auditor - Gestão de Auditorias**. Qualyteam, Site comercial, 2021. Disponível em: <https://qualyteam.com/pb/software-gestao-Auditorias-qualidade/?utm_source=gsearch&utm_medium=cpc&utm_campaign=gsearch-gestao-Auditorias&utm_content=gsearch-gestao-auditori-as&gclid=CjwKCAiAiKuOBhBQEiwAId_sK4eNivQoipxZQkUIT_96toMuDOQNXXT03DFdckIfldmax1qc0g>. Acesso em: 28 dez. 2021. (1 citação: Página 93)
- RALIPHADA, L.; BOTHA, D. *Testing the viability of Henczel's information audit methodology in practice*. *SA Jnl Libs & Info Sci*, v. 72, n. 3, p. 242–250, 2006. (4 citações: páginas 104, 109 (2), 139)
- RAMACCIOTTI, C. **A ética e a confiança nas organizações: um estudo descritivo junto a profissionais da Grande São Paulo**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2007. (1 citação: Página 34)
- RANGANATHAN, S. R. Suggestions for the organization of libraries in India. **Teaching in India series**, p. 175, 1946. (1 citação: Página 166)
- RFB. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**. Brasília: Receita Federal do Brasil (RFB), 2022. Disponível em:

- <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp>. Acesso em: 14 fev. 2022. (3 citações: páginas 193, 230 e 315)
- RICH, E.; KNIGHT, K. **Artificial Intelligence**. New York: McGraw Hill, 1991. Disponível em: <<https://archive.org/details/artificialintell0000rich/page/2/mode/2up?q=moment>>. Acesso em: 25 set 2023. (1 citação: página 49)
- RITTENBERG, Larry. **COSO - Internal Control - Integrated Framework**. Altamonte Springs: The Institute of Internal Auditors Research Foundation, 2013. (2 citações: Páginas 50 e 51).
- ROBREDO, Jaime. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas**. Brasília: Edição do autor, 2005. 4ª. ed. 410f. (3 citações: páginas 28 (2) e 29)
- RODRIGUES, Gabriela Fernanda Ribeiro. **Renovando o diálogo entre a ciência da informação e a Documentação: o papel do grupo Document Academy**. 2018. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília - DF. (2 citações: Página 130 (2))
- RODRIGUES, L. **Justiça aceita pedido de recuperação judicial das Americanas**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/justica-aceita-pedido-de-recuperacao-judicial-das-americanas>>. Acesso em: 19 fev. 2-23. (3 citações: páginas 33, 121 e 159)
- ROUBINI, N.; MIHM, S. **A economia das crises – um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010. (1 citação: Página 44)
- ROUBINI, Nouriel. "As I pointed out in my Bloomberg TV interview this morning the Credit Suisse crisis is a “Lehman moment” for European and global markets. “Too big to fail and too big to be saved”. It is not even clear what their various unrealized losses on securities and other assets are.". 15/03/2023, 9h33. *Tweet*. (1 citação: Página 157)
- ROUSSEAU, D. M. et al. Not so different after all: A cross-discipline view of trust. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 3, p. 393–404, 1998. (1 citação: Página 114)
- RUSSELL, J. P. **The Process Auditing Techniques Guide**. 2ª ed. Milwaukee: ASQ Quality Press, 2012. (1 citação: Página 67)
- SÁ, A. L. DE. **Curso de Auditoria**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998. (2 citações: páginas 30 e 77)
- SALGADO, Isa'Lice da Mota Rodrigues; CRUZ, Fernando William; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Uma revisão sistemática sobre ontologia da confiança. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.27, n. 3, p. 149-184, jul/set 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/29202>. Acesso em: 30 nov. 2022. (2 citações: páginas 178 e 278)
- SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021. 155 fl. (Coleção Metodologias de Pesquisa). (1 citação: Página 180)
- SANTANA, Wesley. **Como o Silicon Valley Bank chegou a essa situação?** Infomoney, 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/negocios/como-o-silicon-valley-bank-chegou-a-essa-situacao/>>. Acesso em: 15 mar. 2023. (1 citação: Página 157)
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (2 citações: Página 164 e 165)

- SANTOS, Henrique Machado. **Auditoria de repositórios arquivísticos digitais confiáveis**. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v4i2.2019.41787.156-172>>. Acesso em: 24 jan. 2023. (1 citação: Página 137)
- SARACEVIC, T. Relevance: a review of and a framework for the Thinking on the Notion in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v.26, n.6, pp. 321-343. <https://doi.org/10.1002/asi.4630260604>, 1975. (1 citação: Página 94)
- SEGUNDO, J. J. DE M. N. Banco Palmas... um caminho. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**, v. abril, n. 29, p. 1–2, 2008. (3 citações: páginas 149, 150 e 229)
- SIERRA, G.; ORTA, M. **Teoria da Auditoria financeira**. Madri: McGraw-Hill, 1996. (3 citações: páginas 31, 39 e 66)
- SIKKA, P. Book reviews: Philosophy and principles of auditing - An introduction. **The British Accounting Review**, 1989. (1 citação: Página 80)
- SIKKA, P. Financial crisis and the silence of the auditors. **Accounting, organizations & society**, v. 34, n. 6- 7 October, p. 868–873, 2009. (1 citação: Página 33)
- SILVA, Clébia Mardônia Freitas. **Educação, microcrédito e pobreza no Brasil: O caráter educativo do microcrédito produtivo orientado - o caso do banco revelação no Ceará**. 2011. 257f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE. (4 citações: páginas 149 (2), 230 (2))
- SILVANO, Alexandre. **Será que profissão de auditor vai acabar**. LinkedIn, 2019. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/ser%C3%A1-que-profiss%C3%A3o-de-auditor-vai-acabar-alexandre-silvano/>>. Acesso em: 20 nov. 2022. (1 citação: Página 260)
- SMITH, A. M. Creating Assurance in Blockchain. **ISACA Journal**, v. 2, p. 24, 2017. (1 citação: Página 76)
- SMITH, Barry. **Document Acts (2005)**. Dordrecht: Springer, 2013. Institutions, Emotions, and Group Agents. Contributions to Social Ontology (Philosophical Studies Series). Disponível em: <http://ontology.buffalo.edu/document_ontology/>. Acesso em: 27 set. 2022. (11 citações: Página 131 (3), 132 (5), 133 (2), 134)
- SOERGEL, D. The rise of ontologies or the reinvention of classification. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1119–1120, 1999. (1 citação: Página 172)
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. A classificação funcional de documentos de arquivo é uma abstração intelectual ou um instrumento prático? **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 1-21, maio/ago. 2022. (4 citações: páginas 137 e 138 (3))
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/948/2/ARTIGO_ClassificacaoDocumentoArquivistico.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022. (1 citação: Página 30)
- SOUZA, D. M. S. DE; SOUSA, R. G. DE; JÁCOME, M. A. R. Expectation gap: análise da percepção social quanto às responsabilidades do auditor independente. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 17, n. 45, p. 66–81, 2020. (2 citações: páginas 129 e 130)
- SOUZA, T. **Normas de Auditoria - Auditoria de TI, Cibersegurança, Riscos de TI, Controles Internos?** 2021. Disponível em: <<https://tiagosouza.com/normas-de-Auditoria/>>. Acesso em: 22 dez. 2021. (2 citações: páginas 90 e 91)

- TAN, Pang-ning; STEINBACH, Michael; KUMAR, Vipin. **Introdução ao datamining - Mineração de dados**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009. (1 citação: Página 48)
- TAPSCOTT, Don; TAPSCOTT, Alex. **Blockchain revolution – Como a tecnologia por trás do Bitcoin está mudando o dinheiro, os negócios e o mundo**. São Paulo: SENAI-SP, 2016. (6 citações: páginas 116 (2), 117 (2), 270 e 276)
- TARAPANOFF, K. Informação, conhecimento e Inteligência em corporações: relações e complementaridade. In: **TARAPANOFF, Kira (Org.). Gestão da informação e do conhecimento em organizações**. São Paulo: IBICT, UNESCO, 2006. p. 19-35. (8 citações: páginas 105(2), 107, 121 (2), 173 (2), 263)
- TCERJ. **Lei Orgânica do TCE-RJ**. Rio de Janeiro: TCE/RJ, 2020. (1 citação: Página 89)
- TCU. **Acórdão 3608/2014 – Plenário**. Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), 2014. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/KEY:ACORDAO-COMPLETO-1343125/NUMACORDAOINT%20asc/0>. Acesso em: 01 out. 2022. (3 citações: páginas 66, 72 e 77)
- TCU. **Acórdão 612/2016 – Plenário**. Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), 2016. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/data/files/08/10/B5/19/8EF93510A61EC6352A2818A8/011.669%20Bacen.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2023. (3 citações: páginas 202 (2) e 203)
- TCU. Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União. **Boletim do Tribunal de Contas da União (BTCU)**. Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), 2020a. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/normas-de-Auditoria-do-tribunal-de-contas-da-uniao-nat.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2022. (4 citações: páginas 33, 65, 136 e 204)
- TCU. **Pesquisa Integrada do TCU**. Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), 2023. Disponível em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/resultado/todas-bases/ac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o?pb=acordao-completo>>. Acesso em: 12 abr. 2023. (2 citações: páginas 205 e 206)
- TCU. Portaria-Segecex n.º 18, de 12 de novembro de 2020. **Boletim do Tribunal de Contas da União (BTCU)**. Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), Ano 39, n.º 36, 2020c. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/A7/66/B6/33/9692671053455957F18818A8/BTCU_36_de_03_12_2020_Especial%20-%20-%20Aprova%20a%20revis%C3%A3o%20do%20Manual%20de%20Auditoria%20Operacional.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022. (1 citação: Página 66)
- TCU. Regimento interno do Tribunal de contas da União. **Revista do Serviço Público**: 37. Brasília: 2020b. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/2A/C1/CC/6A/5C66F610A6B96FE6E18818A8/BTCU_01_de_02_01_2020_Especial%20-%20Regimento_Interno.pdf. Acesso em: 28 fev. 2022. (3 citações: páginas 63 e 72 (2))
- TCU. **VCE: Vocabulário de controle externo do Tribunal de Contas da União**. Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), 2019. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/F8/04/8E/5E/A0B3071068A7C107F18818A8/VCE_TCU.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022. (1 citação: Página 179)
- TERUEL, E. C. **Principais ferramentas utilizadas na Auditoria de sistemas e suas características**. São Paulo, Brasil: UNINOVE, 2010. Disponível em: <<https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2018/06/28174439/teruel-evandro-carlos.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2021. (1 citação, página 93).
- TJSP. 8ª Câmara de Direito Privado. **Apelação no. 994.05.097558-5**, São Paulo. Relator: Luiz Ambra, Data de Julgamento: 12 maio 2010, Data de Publicação: 17 maio 2010.

- Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sp/9215792/inteiro-teor-102825559>>. Acesso em: 28 fev. 2023. (2 citações: Página 59 (2))
- TJSP. 14ª Câmara de Direito Privado. **Apelação no. 23.2003.8.26.0000**, São Paulo. Relator: Carlos Abrão, Data de Julgamento: 28 ago 2013, Data de Publicação: 09 set. 2013. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sp/117788675/inteiro-teor-117788685>>. Acesso em: 28 fev. 2023. (2 citações: Página 59 (2))
- TURBAN et al. **Business Intelligence - um enfoque gerencial para a inteligência do negócio**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 256 p. (1 citação: Página 48)
- UMBC CSEE. **First Workshop on Pervasive Security, Privacy and Trust (PSPT)**. Boston MA, University of Maryland Baltimore County Computer Science and Electrical Engineering Department (UMBC CSEE), 2004. Disponível em: <<https://ebiquity.umbc.edu/conference/html/id/12/First-Workshop-on-Pervasive-Security-Privacy-and-Trust-PSPT->>. Acesso em: 16 jun. 2021. (1 citação, página 120).
- VAN GIGCH, John P.; PIPINO, Leo L. In search for a paradigm for the discipline of information systems. *Future Computing Systems*, v. 1, n. 1, p. 71-97, 1986. (5 citações:, páginas 80 (2), 164 (2) e 173)
- VASARHELYI, M. A.; HALPER, F. B. The Continuous Audit of Online Systems. **Continuous Auditing**, n. September, p. 87–104, 1991. (1 citação, página 76)
- VASARHELYI, Miklos; ALLES, Michael. Leveraging the subprime crisis: making the case for continuous auditing and monitoring of financial institutions. **I Simpósio de Auditoria Continua**. CONTECSI. Anais...São Paulo: 2008. (2 citações: páginas 67 e 75)
- VERES, G. V. et al. **The Military Knowledge Information Fusion Via Semantic Web Technologies**. School of Electronics and Computer Science, University of Southampton, UK. p. 1–21, 2006. (1 citação, página 120)
- VERGARA, S. C. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009. (3 citações: páginas 183(2) e 184)
- VICKERY, B. **On ‘knowledge organisation’**. Internet: Archive wayback machine, 2008. Disponível em: <web.archive.org/web/20080404103206/www.lucis.me.uk/knowlorg.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020. (1 citação, Página 170)
- VITAL, Luciane Paula; CAFÉ, Ligia Maria Arruda. Ontologias e taxonomias: diferenças. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.2, p.115-130, abr./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pci/a/VxhxGfW6zfHpfTswwPM5wXP/?lang=pt>> Acesso em: 04 fev. 2023. (1 citação, página 182)
- VITALI, S.; GLATTFELDER, J. B.; BATTISTON, S. *The network of Global corporate control - Revisited*. In: James B. Glattfelderj, **j-node**, 3 out. 2011b. Disponível em: <<http://j-node.blogspot.com/2011/10/network-of-global-corporate-control.html>>. Acesso em: 23 jun. 2021. (2 citações: páginas 154 e 155)
- VITALI, S; GLATTFELDER, J.B.; BATTISTON, S.. *The Network of Global Corporate Control*. **PLoS ONE**, v. 6, n. 10, p. 1–6, 2011a. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0025995>. Acesso em: 23 jun. 2021. (1 citação, página 154)
- WHITE, J. H. The Effect of the COSO 2013 Update on IS Professionals. **ISACA Journal Online**, v. 2, p. 1–5, 2014. (1 citação, página 50)
- WIERINGA, R. J. **Design Science as nested problem solving**. Proceedings of the 4th International Conference on Design Science Research in Information Systems and Technology (DESRIST '09). **Anais...**New York, USA: Association for Computing Machinery (ACM), 2009. (1 citação, página 174)

- WIERINGA, R. J. **Design science methodology for information systems and software engineering**. Berlin: Springer, 2014. (1 citação, página 175)
- WIKIPEDIA. **CLASSIFICATION Research Group (CRG)**. In: Wikipedia, the free encyclopedia. 3 out. 2019. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Classification_Research_Group. Acesso em: 16 fev 2022. (1 citação, página 32)
- WILSON, Thomas Daniel. A problemática da gestão do conhecimento. In: **TARAPANOFF, Kira (Org.). Gestão da informação e do conhecimento em organizações**. São Paulo: IBICT, UNESCO, 2006. p. 37-55. (3 citações: Página 105)
- WITTEN, Ian H.; FRANK, Eibe. **Data Mining: practical machine learning tools and techniques**. São Francisco: Elsevier, 2005. 2nd. ed. (1 citação: Página 48)
- WOLTERS KLUWER. **TeamMate Audit Solutions**. Wolters Kluwer N.V., 2020. Disponível em: <<https://www.wolterskluwer.com/en/solutions/teammate>>. Acesso em: 28 dez. 2021. (2 citações: Página 93 (2))
- ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: PublicAffairs, 2019. v. 53. (1 citação: Página 44)

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Primeiro momento: Boas-vindas e orientações

Objetivo: Dar as boas-vindas e explicar o que vai acontecer durante a entrevista, o tempo aproximado que vai durar e aspectos relacionados à confidencialidade.

<p>Passo 1: Apresentação da pesquisadora e da pesquisa que está sendo realizada.</p> <p>Passo 2: Esclarecer que a entrevista busca valorizar fatos, pensamentos e atitudes do entrevistado(a), em primeira pessoa, não o desempenho da empresa ou empresa à qual ele pertence ou pertencia.</p> <p>Obs.: Pretende-se obter dados de experiências profissionais, identificar lacunas relacionadas às atividades de Auditoria da Informação e elucidar possíveis ligações (pontes) para contribuir na formação de base teórica para a disciplina.</p>
<p>Passo 3: Esclarecer que o roteiro de entrevista é centrado em Auditoria da Informação. Considere "Auditoria da Informação" como uma atividade de avaliação de processos, fluxos e recursos de informação, inclusive considerando custo, necessidade e comportamento informacional de cada uma das partes interessadas em uma Auditoria.</p> <p>Passo 4: Informar que o tempo estimado da entrevista é de 1 hora.</p> <p>Passo 5: Questionar o(s) entrevistado(s) se a entrevista pode ser gravada. Esclarecer que o conteúdo e a autoria serão mantidos em sigilo. Se for autorizada, iniciar a gravação e iniciar a entrevista; se não, iniciar a entrevista e fazer anotações manualmente.</p> <p>Passo 6: Iniciar a entrevista e o registro das respostas.</p>

Segundo momento: Aplicação das questões

Objetivo: Identificação do entrevistado, com verificação de áreas e de aspectos com os quais o entrevistado está acostumado a lidar. Após a identificação, tem início a aplicação de perguntas abertas sobre situações que o entrevistado teve ao longo de sua vida, concentrando-se na descrição dos fatos, pensamentos e emoções percebidos no exercício profissional.

Parte I: Identificação do entrevistado	
1)	Qual o seu nome?
2)	Em que cidade você reside?
3)	Em que área você atua?
4)	Há quanto tempo você trabalha com Auditoria?
5)	Você poderia descrever brevemente sua carreira profissional?
Parte II: Auditoria da Informação	
6)	De alguma forma, você já interagiu com um trabalho de Auditoria da Informação?
7)	Conte-me sobre sua experiência em um trabalho de Auditoria envolvendo avaliação de processos, fluxos e recursos de informação.
8)	No planejamento desse trabalho foram consideradas diretrizes para a avaliação de recursos informacionais?
9)	Para o planejamento ou a execução dessa Auditoria, você sentiu necessidade de acessar modelos, ferramentas e técnicas para avaliação de fluxos e recursos de informação? Com que problemas você estava lidando?
10)	Durante o planejamento ou a execução dessa Auditoria, você sentiu falta de diretrizes para avaliação de processos, fluxos e recursos informacionais? E para a avaliação de recursos, necessidades e comportamentos informacionais?
11)	Na execução desse trabalho, quais lacunas você identificou em testes de avaliação de processos, fluxos e recursos de informação?
12)	Em relação às diretrizes disponíveis para o trabalho, quais respostas ajudaram você a entender melhor o problema?
Parte III: Alcance do objetivo dos trabalhos em instituições financeiras	
13)	O objetivo dessa Auditoria pode ser relacionado especificamente às IFs, ou independe do tipo de instituição auditada?
14)	Em relação ao alcance do objetivo do trabalho de Auditoria, como foi sua experiência nessa ocasião?

15)	Quais as causas você atribui aos problemas identificados durante a Auditoria?
16)	Que conhecimentos poderiam ajudar a compreender melhor a situação?
17)	Que orientações poderiam ser incluídas no planejamento para evitar tais problemas?
18)	Pensando em diretrizes para essa Auditoria, especificamente para IFs, o que lhe vem à mente?

Parte IV: Necessidades informacionais para a atividade profissional

19)	Quais as principais fontes de informação você utilizou na execução desse trabalho?
20)	Você recorreu a normas e padrões internacionais e nacionais de Auditoria (leis, normas de contabilidade, Cobit, IIA, ITIL etc.)? O que você esperava alcançar?
21)	Na sua percepção, quanto à quantidade e à qualidade, as fontes de informação que você tinha disponíveis supriram suas necessidades de informação?
22)	Quais as dificuldades para obter informação foram mais marcantes?
23)	Alguma falta de informação impediu você de compreender melhor o objeto avaliado?
24)	Que alternativa de fonte de informação poderia auxiliar para a melhor compreensão da situação?
25)	Ao revisitar essa experiência, sobre a satisfação de buscas e necessidades de informações para facilitar seu exercício profissional, qual seu sentimento?

Parte V: Confiança

Nr.	Questão
26)	Nessa experiência profissional, em relação à confiança entre você e os auditados, você destacaria algum problema específico?
27)	Em que momento o problema foi identificado ou como ele foi percebido?
28)	Em relação à confiança no resultado da Auditoria, que reflexo isso teve?
29)	Como sua conduta se refletiu no resultado desse trabalho de Auditoria, em particular no alcance de confiança da instituição/órgão em que você trabalha?
30)	A partir de sua experiência, em relação à confiança perante os auditados, os administradores e a comunidade, que ideias vêm à sua mente?

Terceiro momento: Encerramento, agradecimento e despedida

Objetivo: Na fase de fechamento, pretende-se recapitular e certificar que colhidas todas as informações necessárias e agradecer a colaboração do(s) entrevistado(s).

Passo 1: Apresentação um breve resumo da entrevista.

Passo 2: Deixar o entrevistado à vontade para os comentários finais.

Passo 3: Encerrar a entrevista agradecendo a contribuição.

PS.: Este apêndice também está disponível no endereço:

<https://Auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/apendice-a_roteiro-de-entrevista-2.pdf>.

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

O roteiro possui 18 perguntas, divididas em quatro blocos de questões.

Objetivo: alcançar percepções sobre as necessidades informacionais para o exercício profissional da Auditoria e identificar requisitos para obtenção de informações confiáveis em trabalhos de Auditoria.

Bloco I – Identificação do documento (questões 1 a 5):	
1	Instituição emissora – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bacen, Banco Palmas, TCU, CGU, Empresa de Auditoria independente;
2	Tipo de documento – pareceres, relatórios, acórdãos;
3	Autor/assinante do documento;
4	Destinatário;
5	Data
Bloco II – Perfil do profissional emissor (questões 6 a 9):	
6	Vínculo profissional – departamento, empresa;
7	Cargo – auditor, gestor;
8	Formação acadêmica – contabilidade, economia, administração, Ciência da Computação, CI ou outro;
9	Certificações: CISA, IIA, Cobit, CPA, GC, Segurança ISO, Qualidade – ISO, ou outras
Bloco III – Instituições financeiras – características (questões 10 a 12):	
10	Que tipo de instituição foi auditada (pública ou privada)?
11	Qual a natureza jurídica da instituição?
12	Quais os serviços prestados são prestados e quais as carteiras são mantidas pela instituição?
Bloco IV – Conteúdo dos documentos (questões 13 a 17):	
13	Como está descrita a instituição?
14	Como está descrito o contexto da instituição?
15	Quais as fragilidades identificadas?
16	Há referência a solução de problemas anteriores?
17	Há menção a outras instituições (Banco Central, bancos comerciais, BIS, BCBS, Banco Mundial, entidades emissoras de moedas digitais, sociedades de crédito ou outras)?
Bloco V – Auditoria - Necessidades de informação (questão 18):	
18	Quais fontes de informação estão mencionadas no documento? <ul style="list-style-type: none"> - Constituição Federal e leis brasileiras; - Normas e regulamentos da organização onde trabalha; - Padrões emitidos pela ISO, a exemplo da ISO 19011:2018; - Normas emitidas pela Ifac; - Diretrizes do BIS; - Acordos promovidos pelo BCBS;

	<ul style="list-style-type: none">- Normas, regulamentos, cartas circulares e recomendações emitidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen);- Princípios de governança do G-20/OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico);- Princípios de governança do IBGC;- Diretrizes do Isaca;- Diretrizes e padrões do Institute of Internal Auditors (IIA);- Diretrizes e padrões do International Organization of Supreme Audit Institutions (Intosai);- Leis promulgadas por outros países, a exemplo da Sarbanes-Oxley Act;- Normas publicadas pelo Ibracon;- Instruções normativas, acórdãos e recomendações emitidos pelo TCU;- Instruções normativas, acórdãos e recomendações emitidos pelo CGU;- Normas, regulamentos, cartas circulares e recomendações da CVM;- Atos de autorregulação emitidos pela Anbima;- Estatuto e acordos emitidos pela Febraban;- Outros.
--	---

PS.: Este apêndice também está disponível no endereço:
<https://Auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/apendice-b_roterio_de_analise_documental.pdf>.

APÊNDICE C: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CLASSIFICAÇÕES, PORTE E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Neste apêndice são listados temas pesquisados sobre instituições financeiras (IFs) e endereços para seções do documento “Instituições financeiras – Classificações, porte e transformação digital”, que foi produzido durante a tese. O conteúdo do referido documento foi elaborado em pesquisa para a construção de taxonomias sobre IFs no Brasil.

1ª.) IFs NA CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

As atividades econômicas são identificadas, em cada país, por meio de um conjunto de classificações e padronizações particulares. No Brasil, a instituição responsável por manter essas classificações é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão coordenador do Sistema Nacional de Estatísticas Econômicas. Dessas classificações, no presente estudo, interessa o cadastro de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). No endereço <https://auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/apendice-c_secao-1_instituicoes-financeiras-na-cnae_v8.pdf> é apresentado um conjunto de características das IFs no cadastro de CNAE. Um planilha com as categorias CNAE relacionada às IFs é apresentada no Anexo C.

2ª.) IFs NA RECEITA FEDERAL E NO BANCO CENTRAL

Ao longo da pesquisa doutoral foram consultadas informações relacionadas à identificação, à classificação, à localização geográfica e às atividades das trinta IFs da amostra selecionada para o estudo. O resultado foi registrado em uma síntese das informações extraídas e consolidadas principalmente a partir de duas fontes: (1) Portal de "Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral"; (2) Sedes de instituições bancárias sob a supervisão do Banco Central do Brasil (Bacen). De forma complementar, foram consideradas outras fontes, em articular, relatórios emitidos por essas instituições nos anos 2019, 2020 e 2021. Esses relatórios, em sua maioria, foram obtidos no portal da B3. As consultas foram realizadas predominantemente no período de 25 jun. a 25 nov. 2022. A síntese das informações pode ser consultada no endereço <https://auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/apendice-c_secao-2_instituicoes-financeiras-na-receita-federal-e-no-banco-central_v8.pdf>.

3ª.) IFs NO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

No processo de análise documental foi percebida a necessidade de buscar informações sobre identificação, classificação, governança e Auditoria de IFs que participam do mercado de valores mobiliários. Nesse sentido foram obtidos documentos e informações disponibilizadas ao público pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela B3. Dentre os documentos utilizados estão leis, normas, manuais publicados pela B3 e relatos integrados das instituições. A coleta de documentos se concentrou no período de 25 jun. a 25 nov. 2022. Como resultado foi elaborada uma síntese das informações pode ser obtida no documento disponível no endereço <https://auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/apendice-c_secao-3_instituicoes-financeiras-no-mercado-de-valores-mobiliarios_v8.pdf>.

4ª) PORTE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

As IFs podem ser classificadas por porte com base em diversos critérios relacionados, por exemplo, à capacidade financeira, à extensão da rede de atendimento e ao número de empregados. No caso da capacidade financeira, dentre outros parâmetros produtivos ou financeiros, são importantes exemplos de critérios: capital, ativos, receitas, patrimônios e lucros. Essas classificações são importantes para fins regulatórios e para a análise de mercado. O porte pode estar relacionado à capacidade de investimento, à variedade de produtos e serviços financeiros, à concorrência e diversidade do mercado e à flexibilidade e agilidade em suas operações.

No endereço <https://auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/apendice-c_secao-4_porte-das-instituicoes-financeiras_v8.pdf> uma discussão sobre porte de IFs é apresentada. A título comparativo, são apresentados alguns desses critérios com *database* referencial o mês de dezembro de 2021. Foram selecionados dados públicos disponibilizados prioritariamente Bacen, órgão responsável por autorizar o funcionamento e por classificar as IFs. Porém, o conteúdo também passou por consultas a informações públicas nos sítios eletrônicos da B3 (B3, 2022a), da CVM (2022) e da Receita Federal do Brasil (RFB, 2022).

5ª) TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA INDÚSTRIA FINANCEIRA

O mundo dos negócios, em particular, passa por uma profunda transformação impulsionada por tecnologias. O impacto dessa transformação na indústria financeira pode ser observado em temas relacionados ao uso da tecnologia no comércio e nos bancos principalmente nas publicações feitas com base em meados da década de 1990 e, desde então, aceleradas.

Após o encontro de muitas soluções para as questões de segurança tecnológica, ao longo das últimas décadas, houve pesquisas e publicações a respeito de soluções que integram questões tecnológicas, informacionais, negociais e, inclusive, sociológicas.

Sobre esse contexto, interessam, em particular, referências sobre inovações tecnológicas e novos conceitos fortemente inseridos no sistema financeiro, dentre eles, as *fintechs*; a tecnologia *blockchain*; as moedas digitais, a exemplo do *bitcoin* e da *ethereum*; as plataformas digitais e as *big techs*; e sistemas financeiros abertos, incluindo *open bank* (na língua portuguesa “banco aberto”), *open finance* (na língua portuguesa “finanças abertas”), *open insurance* (em Língua Portuguesa do Brasil: “seguro aberto”) e *open economy* (em Língua Portuguesa do Brasil: “economia aberta”). No endereço <https://auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/apendice-c_secao-5_transformacao-digital-na-industria-financeira_v8.pdf>, discutem-se esses temas.

P.S. Este apêndice também está disponível em < https://auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/apendice-c_ifs-classificacoes-porte-e-transformacao-digital.pdf>

APÊNDICE D: OBSERVAÇÃO DIRETA – RELATÓRIO DE VISITA

No endereço <https://auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/apendice-d_observacao-direta-relatorio_v8.pdf> é apresentado o relatório de visita da aplicação da técnica de observação direta no Banco Palmas.

APÊNDICE E: DOCUMENTOS ANALISADOS

A lista de documentos selecionados para amostra, com informações sobre a assinatura, os destinatários e a data dos documentos analisados. É apresentada no endereço <https://auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/appendice-e_documentos-analisados_v8.pdf>.

APÊNDICE F: ENTREVISTAS (SÍNTESE DAS RESPOSTAS)

No endereço <https://auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/appendice-f_entrevistas_sintese-das-respostas_v8.pdf> é apresentada uma síntese comentada das respostas obtidas em 22 entrevistas que foram realizadas com 21 profissionais. O conteúdo completo das transcrições das entrevistas realizadas não é disponibilizado em função da garantia de sigilo dos respondentes e das instituições a que pertencem. Também por esse motivo, as respostas das questões da Parte I também não são apresentadas.

APÊNDICE G: AUDITORIA – ASPECTOS CONTEXTUAIS, MODELOS, PADRÕES E INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS

Um pressuposto da pesquisa é que as reflexões sobre a Auditoria na sociedade contemporânea não podem deixar de considerar seu contexto. E a Auditoria, enquanto atividade do ambiente corporativo, envolve, naturalmente, muitos aspectos desse ambiente. Esses aspectos exercem forte influência nas atividades da Auditoria e estão na interseção entre ela e diferentes áreas. Além disso, esses aspectos, muitas vezes, são objetos de estudo interdisciplinares, com envolvimento de várias disciplinas, como por exemplo, Ciência de Dados, Contabilidade, Economia, Gerenciamento de Risco, GC, TI e IA.

No endereço <https://auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/apendice-g_auditoria_aspectos-contextuais_modelos-e-outros_v8.pdf>, discutem-se elementos que influenciam a atuação dos auditores e que, de alguma forma, precisam ser considerados no exercício profissional. São aspectos conceituais; modelos, normas e padrões técnicos; e instrumentos regulatórios.

ANEXOS

ANEXO A: CONGLOMERADOS FINANCEIROS

Uma lista de entidades classificadas, pelo Banco Central do Brasil (Bacen), como conglomerados financeiros está disponível no endereço <<https://Auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/anexo-a-conglomerados-financeiros.pdf>>.

ANEXO B: SEDES DE IFS SOB SUPERVISÃO DO BANCO CENTRAL EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS

Uma lista de endereço das sedes das Instituições Financeira que estão em funcionamento no Brasil e que são supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) está disponível no endereço <<https://Auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/anexo-b-sedes-de-ifs-sob-supervisao-do-bacen-em-funcionamento-no-pais.pdf>>.

ANEXO C: CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Uma planilha com as categorias da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), manter essas classificações é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é apresentada no endereço <<https://Auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/anexo-c-classificacao-nacional-de-atividades-economicas.pdf>>.

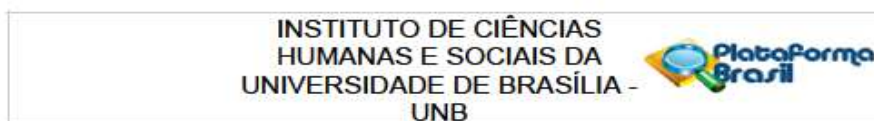
ANEXO D: ASSOCIADOS FEBRABAN

A lista de bancos associados à Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) utilizada como referência nesta tese é apresentada no endereço no endereço <<https://Auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/anexo-d-associados-febraban.pdf>>.

ANEXO E: REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

A lista das entidades participantes da Rede Brasileira de Bancos Comunitários utilizada como referência nesta tese é apresentada no endereço <<https://Auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/anexo-e-rede-e-dinheiro-brasil.pdf>>.

ANEXO F: COMITÊ DE ÉTICA - PARECER CONSUBSTANCIADO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Auditoria da Informação: diretrizes para atuação em instituições financeiras

Pesquisador: Isa Salgado

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 59856422.7.0000.5540

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.551.240

Apresentação do Projeto:

A pesquisa parte de um projeto de tese de doutoramento em Ciências da Informação. Conforme a pesquisadora a tese se soma aos estudos destinados à formação de uma base teórica para a Auditoria. Seu objetivo é identificar um conjunto de diretrizes para a Auditoria da Informação em instituições financeiras. A investigação se justifica pela necessidade de as atividades de auditoria contemplarem análises contextuais com mais rigor e profundidade, de forma a alcançar a confiança necessária para suas atividades na sociedade contemporânea, marcada por uma economia financeirizada em tempos de pós-verdade. Trata-se de pesquisa aplicada, com abordagens teórico-práticas, seguindo diretrizes do método Design Science Research (DSR) e utilizando coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos. A proposta está baseada em estudos de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs).

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com a pesquisadora, a investigação tem por objetivo Identificar um conjunto de diretrizes fundamentais para a Auditoria da Informação em instituições financeiras.

Sendo os objetivos secundários, a) revisar os fundamentos teóricos já existentes para a Auditoria e para Auditoria da Informação; b) caracterizar as instituições financeiras; c) descobrir requisitos para obtenção de informações precisas e confiáveis em trabalhos de auditoria; d) identificar as principais necessidades informacionais para o exercício profissional da auditoria.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Página 01 de 04

PS.: Este apêndice também está disponível no endereço:

<<https://Auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/anexo-f-comite-de-etica-parecer-consubstanciado.pdf>>.

ANEXO G: COMITÊ DE ÉTICA - CARTA DE REVISÃO ÉTICA

CARTA DE REVISÃO ÉTICA

Eu, Isa' Lize da Mota Rodrigues Salgado, estudante de doutorado, pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa intitulado "Auditoria da Informação: diretrizes para atuação em instituições financeiras", enviado para revisão ética por parte do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, apresento a seguir alguns pontos de reflexão sobre os benefícios e os riscos da pesquisa, bem como modos de minimizá-los.

- 1) O estudo envolve a coleta de dados por meio de entrevistas a profissionais que atuam ou atuaram na área de auditoria de instituições financeiras, além de coleta de documentos públicos relacionados à auditoria de tais instituições;
- 2) Por sua natureza, a atividade de auditoria envolve o manuseio de informações sensíveis e sigilosas, inclusive segredos de negócios;
- 3) Além disso, em qualquer situação, as pesquisas envolvendo seres humanos envolvem riscos que precisam ser considerados, inclusive sobre a adoção de cuidados necessários para minimizá-los e garantir a proteção oferecida aos participantes.
- 4) Assim, como medida de mitigação dos riscos, na realização da pesquisa, os seguintes cuidados estão previstos:
 - limitar a consulta e a análise de documentos a apenas aqueles de acesso público;
 - direcionar questões de entrevista apenas a experiência profissional dos participantes;
 - garantir sigilo total às respostas dos participantes;
 - não publicar informações de caráter privado nem dos profissionais, nem das empresas;
 - não divulgar vínculos de profissionais a empresas, vice-versa.

Por fim, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016.

Brasília, 03 de junho de 2022.



Isa' Lize da Mota Rodrigues Salgado
Doutoranda – PPGCinf UNB
Matrícula: 19/0040599

CARTA DE REVISÃO ÉTICA

PS.: Este apêndice também está disponível no endereço:

<<https://Auditoriatese.files.wordpress.com/2023/06/anexo-g-comite-de-etica-carta-de-revisao-etica.pdf>>.